

RÁDIO COMUNITÁRIA DE HELIÓPOLIS

DA CRIAÇÃO À REGULARIZAÇÃO
ENTRE RUÍDOS E SINTONIAS
(1997-2008)

VANESSA ZANDONADE

**RÁDIO COMUNITÁRIA
DE HELIÓPOLIS**

Conselho Editorial Acadêmico
Responsável pela publicação desta obra

Dr^a Lúcia Helena Oliveira Silva (Coordenadora)
Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Júnior (Vice-Coordenador)
Prof. Dr. José Luís Bendicho Beired
Prof. Dr. Milton Carlos Costa

VANESSA ZANDONADE

**RÁDIO COMUNITÁRIA
DE HELIÓPOLIS
DA CRIAÇÃO À REGULARIZAÇÃO
ENTRE RUÍDOS E SINTONIAS
(1997-2008)**

**CULTURA
ACADÊMICA** 
Editora

© 2013 Editora UNESP

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

Z31r

Zandonade, Vanessa

Rádio comunitária de Heliópolis [recurso eletrônico] : da criação à regularização entre ruídos e sintonias (1997-2008) / Vanessa Zandonade. – 1. ed. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2013.
recurso digital

Formato: ePub

Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-7983-437-0 (recurso eletrônico)

1. Rádio comunitária – Heliópolis (SP). 2. Comunicação de massa.
3. Livros eletrônicos. I. Título.

13-06417

CDD: 302.23440981

CDU: 316.77:324(81)

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Eu assumi o compromisso com essa rádio comunitária, em 2005, quando eu vim aqui, no Ponto de Cultura. Então ela demorou porque tinha muitos entraves. Mas, hoje, vocês viram que o ministro das Comunicações anunciou. O dado concreto é que vocês coloquem essa rádio no ar, pelo amor de Deus. Olha, eu espero que essa rádio sirva, sobretudo, para que vocês possam fazer com que mais aprendizado e mais cultura cheguem na casa das pessoas que estão ouvindo vocês.

Luiz Inácio Lula da Silva
Discurso do presidente da República na entrega
simbólica da autorização de funcionamento da
Rádio Comunitária de Heliópolis (2008)

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas 9

Agradecimentos 13

Introdução 15

1 Demandas pela democratização da comunicação 31

2 Das tensões em terra à disputa do espaço
eletromagnético 113

3 De volta ao ar numa corrente de apoios:
o processo de legalização da rádio 183

Considerações finais 229

Referências bibliográficas 237

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCCOM	Associação Brasileira dos Canais Comunitários
Abert	Associação Brasileira de Telecomunicações
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABMI	Associação Brasileira de Música Independente
Abraço	Associação Brasileira de Rádios Comunitárias
ACM	Antônio Carlos Magalhães
Aler	Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica
Amarc	Associação Mundial de Rádios Comunitárias
AME	Atendimento Médico de Emergência
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Ancarc	Associação Nacional Católica de Rádios Comunitárias
Andi	Agência Nacional do Direito da Infância
Anoreg	Associação Nacional dos Notários e Registradores
APCA	Associação Paulista de Críticos de Arte
Apebec	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação
Arlesp	Associação de Rádios Livres do Estado de São Paulo

Atacc	Ação por uma Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos
CBN	Central Brasileira de Notícia
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações
CCJC	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CCS	Conselho de Comunicação Social
CCTC	Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação
CCTCI	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
Cemi	Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista
Ceperradcom	Centro de Elaboração de Projetos de Engenharia para Radiodifusão
Cepoca	Centro de Produção em Comunicação Alternativa
CMI	Centro de Mídia Independente
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
Comuni	Núcleo de Comunicação Comunitária e Local
Conrad	Conselho Regional de Radiodifusão Comunitária
Contel	Conselho Nacional de Telecomunicações
CPqD	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Dentel	Departamento Nacional de Telecomunicações
ECA-USP	Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo
Enecom	Encontro Nacional dos Estudantes em Comunicação
Enecos	Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação
Farc	Federação das Associações das Rádios Comunitárias do Rio de Janeiro
FDC	Fórum Democracia na Comunicação

Fenaj	Federação Nacional dos Jornalistas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDC	Fórum Nacional de Democratização da Comunicação
FNLPPDC	Frente Nacional de Lutas por Democratização da Comunicação
GNT	Globosat News Television
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
Iapas	Instituto de Aposentadoria e Pensão
Iapi	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
Intercom	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
Intervozes	Coletivo Brasil de Comunicação Social
Ipea	Instituto de Pesquisa Aplicada
LGT	Lei Geral das Telecomunicações
LID	Lei da Informação Democrática
MEB	Movimento de Educação de Base
Menerrelê	Movimento Nacional de Rádios Livres
MiniCom	Ministério das Comunicações
MNDC	Movimento Nacional de Democratização da Comunicação
MNDH	Movimento Nacional por Direitos Humanos
MRTC	Movimento de Rádio e Televisão Comunitária
Nomic	Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAM	Posto de Assistência Médica
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPB	Partido Progressista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSF	Programa Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PV	Partido Verde
Qualis	Qualidade Integral da Saúde
RBS	Rede Brasil Sul de Telecomunicações
Sebes	Secretaria do Bem-Estar Social
SBT	Sistema Brasileiro de Telecomunicações
SBTVD	Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre
Sinerc	Sindicato das Entidades Mantenedoras do Sistema de Radiodifusão Comunitária do Estado de São Paulo
SJPDF	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal
SJPRS	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul
Surbes	Superintendência Regional de Serviço Social da Prefeitura
UCBC	União Cristã Brasileira de Comunicação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
Umesp	Universidade Metodista de São Paulo
Unas	União de Núcleos, Associações e Sociedades de Heliópolis e São João Clímaco
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
Unicid	Universidade Cidade de São Paulo
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAI	Valorização de Iniciativas Culturais

AGRADECIMENTOS

Os processos de aprendizado são realizados mediante uma série de experiências. Dessa forma, agradeço àqueles que participaram, direta ou indiretamente, da realização desta obra. Primeiramente, dirijo meus agradecimentos ao meu orientador, dr. Áureo Busetto, pela dedicação e pelo auxílio oferecido para que esta pesquisa acadêmica trouxesse contribuições valorosas aos estudos que versam sobre a democratização das comunicações e a comunicação comunitária. Suas avaliações foram importantes para o meu crescimento acadêmico e, conseqüentemente, para o resultado final da pesquisa. Sou grata também aos doutores Wilton Carlos Lima da Silva e Rozinaldo Miani, os quais contribuíram com o desenvolvimento deste estudo, com participações tanto na qualificação como na defesa desta pesquisa.

Da mesma forma, agradeço imensamente aos integrantes da Favela de Heliópolis, que se dispuseram a participar das entrevistas durante a pesquisa de campo. As reflexões que deram origem a este livro não poderiam ter sido realizadas sem a colaboração de Danilo Barreto, Delmiro Farias, Geronino Barbosa, Nazareno da Silva e Reginaldo Gonçalves, os quais se prontificaram a compartilhar muito generosamente suas memórias em relação ao tema proposto. Também estendo os meus agradecimentos a todos aqueles com

quem tive contato em Heliópolis, seja na rádio propriamente dita, seja andando e conversando pelas ruas da favela. Da mesma forma, sou grata ao diretor da Oboré, Sérgio Gomes, que se mostrou interessado no registro histórico do período estudado e trouxe importantes dados a este estudo, que retrata parte de sua atuação pessoal nos desdobramentos que culminaram na regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, atuação essa que se somou aos esforços de mobilização daqueles moradores.

Agradeço ainda à minha família. Ao meu pai Nilo, à minha mãe, Vilma, e aos meus irmãos, Patrícia e Reginaldo. Sou feliz por pertencer a esse núcleo familiar, do qual me orgulho tanto. Cumprimento também os meus cunhados, Manu e Adriana, bem como os meus sobrinhos, Gabriel e Isabela.

Sou grata a tantas outras pessoas, amigos e parceiros, com os quais tantas vezes estive ausente, dedicada a esta pesquisa, que recebeu financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Enfim, agradeço, especialmente, à razão pela qual fui feliz nos momentos mais simples destes últimos anos. OBRIGADA!

INTRODUÇÃO

O avanço histórico da democratização das comunicações no Brasil acontece em passos bastante lentos, imerso em disputas políticas e econômicas que interferem diretamente no setor. As medidas legais que poderiam ser contrárias à concentração de propriedade dos veículos de comunicação não são aplicadas em terras brasileiras, o que favorece a manutenção do quadro histórico de monopólios midiáticos e de restrições à produção informativa, a qual é controlada por poucos grupos do setor. As rádios comunitárias, por sua vez, tidas como potenciais formas de impulsão para mudanças no cenário da comunicação social brasileira, estão inseridas em conjunturas que registram dezenas de dificuldades internas, falta de conhecimentos técnicos específicos de legislação e, muitas vezes, sem suporte político para enfrentar essa realidade. Outro fator prejudicial à expansão dessas rádios de maneira satisfatória está vinculado ao uso desses veículos de comunicação por políticos e grupos religiosos interessados na capacidade de influência desses canais de comunicação sobre os seus ouvintes, que seriam os seus potenciais eleitores ou fiéis.

Dessa forma, grande parte dos casos de sucesso nas negociações entre líderes de comunidades detentoras de emissoras comunitárias e os poderes políticos constituídos ocorreram com o apoio de

agentes externos a esses núcleos populares, os quais, por sua vez, contribuíram com a organização interna de seus membros em torno de reivindicações para o acesso à produção comunicativa. Baseada nessa constatação, este livro apresenta uma análise histórica da mobilização e da articulação, sobretudo políticas, envolvidas no processo de regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis. A compreensão e a análise histórica do quadro de circunstâncias variadas e do envolvimento de diferentes agentes sociais e políticos ligados à trajetória dessa rádio, portanto, é o objetivo central deste estudo. Tal proposta é perseguida conjuntamente com a busca de conhecimento e reflexão histórica sobre os projetos, debates e ações voltados à democratização da comunicação social eletrônica no país, fortalecidos a partir da segunda metade dos anos 1980, e das políticas oficiais para o setor.

Este livro traz questionamentos sobre a necessidade de as entidades populares ligadas a rádios comunitárias se atrelarem a organismos partidários e/ou entidades civis organizadas próximas ao poder público, para a viabilização, ou agilização, dos processos de regularização de emissoras do gênero.

Remontam-se e avaliam-se historicamente as potencialidades de comunidades, na sua grande maioria localizadas na periferia urbana e sem conhecimentos técnicos específicos em relação aos meandros da legislação comunicacional, em se articularem minimamente para romper os entraves políticos e econômicos que, em geral, estão presentes nos processos de análise e concessão de autorizações de rádios comunitárias.

Se as emissoras comunitárias estão entre os caminhos para a descentralização da produção comunicativa oferecida pela grande e concentrada mídia comercial, então torna-se necessário conhecer e compreender historicamente o conjunto de fatores diretamente relacionados à sua formação inicial e ao seu processo de legalização pelo poder público. Nesse sentido, é de grande importância um estudo histórico sobre os entraves e as alternativas encontrados por uma comunidade para a conquista e manutenção de uma emissora

comunitária legalizada, como é o caso da Rádio Comunitária de Heliópolis, a primeira emissora comunitária legalizada da cidade de São Paulo.

O quadro histórico de constituição das legislações relacionadas ao setor da radiodifusão comunitária foi permeado por alianças políticas em defesa de interesses particulares de parlamentares-radio-difusores e/ou parlamentares apoiados por empresários do setor da comunicação. Diante disso, as ações que visam mudar a configuração atual da comunicação social brasileira para favorecer sua descentralização e democratização sofrem reveses e esbarram em leis que, pensadas e implantadas de forma a conservar ou alterar o mínimo possível a formatação atual, se revelam ainda bastante convenientes à produção e veiculação de produtos comunicacionais por grandes conglomerados midiáticos. A Lei da Radiodifusão Comunitária, de 1998, segue esse mesmo parâmetro, sendo constantemente criticada pelos setores civis organizados em defesa das rádios comunitárias.

As negociações entre os grupos defensores da democratização das comunicações com o governo federal apresentaram pequenos avanços e muitos retrocessos no decorrer dos anos, desde o início de publicização dessa demanda apresentada por docentes e alunos universitários, representantes de classe, especialmente os jornalistas, e alguns políticos, ainda na década de 1980. Contudo, trata-se de uma disputa com soluções obtidas pontualmente, sem medidas de repercussão nacional, ou de ações que possam ser multiplicadas e incorporadas por outras experiências, até por esbarrarem no silêncio intencional dos grandes veículos de comunicação, os quais, quando publicizam tais ações, o fazem na qualidade de detratores dessas iniciativas.

O processo de regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, inserido entre 1997 e 2008, ocorreu depois de um longo período de mobilização dos moradores da Favela de Heliópolis (formada em 1971) em torno de melhores condições de moradia. Já na década de 1990, as ações comunicativas populares que surgiam

em todo o país também foram adotadas em Heliópolis, por meio do sistema de rádio poste, o qual fora utilizado por cinco anos e posteriormente deu origem à emissora FM daquela favela.

A partir de 1998, um ano após a implantação da rádio em Heliópolis, a lei que fora criada para regulamentar as rádios comunitárias do país institucionalizou um movimento que vinha se expandindo por todo o país e que passou a exigir a autorização do governo federal para o funcionamento dessas emissoras. Embora as lideranças da favela tivessem manifestado prontamente o interesse em regularizar a situação da rádio no Ministério das Comunicações (MiniCom), a emissora ficaria por cerca de dez anos na ilegalidade. São Paulo foi uma das últimas cidades a ter a habilitação das entidades interessadas em obter a autorização de funcionamento dessas emissoras. Nesse sentido, busca-se trazer à tona os possíveis interesses, ou a falta deles, direta ou indiretamente envolvidos com esta lacuna na legalização de emissoras comunitárias na capital paulista.

A partir dos primeiros anos da década de 2000, fora dado início a uma mobilização que envolvera diversos agentes sociais e políticos paulistanos em torno do questionamento sobre tal fato. Havia uma estreita ligação dos integrantes de Heliópolis com membros da política paulistana, o que fora registrado em toda a sua trajetória histórica. Os vínculos criados entre as lideranças (muitas continuavam em atuação até o fim deste estudo) e os representantes políticos de São Paulo auxiliaram na regularização daquela que viria a ser a primeira emissora comunitária a conseguir a autorização de funcionamento do governo federal para atuar na capital paulista.

O processo de articulação de líderes e a equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis com diversas entidades sociais e políticas ocorreu logo após o fechamento da emissora pela Polícia Federal, em 2006. Porém, a emissora obteria permissão para voltar a transmitir ainda no mesmo ano em que fora fechada, a partir de um dispositivo na legislação encontrado pela própria Anatel. A retomada das transmissões ocorreu em caráter experimental, em 2007, sendo a rádio vinculada à Universidade Metodista de São Paulo

(Umesp). Essa foi uma circunstância inusitada e até então inédita no país, obtida mediante pressão de ações desenvolvidas por parlamentares, entidades de defesa das rádios comunitárias e envolvidas com a luta pela democratização das comunicações e das lideranças da Rádio Comunitária de Heliópolis, além de outros veículos congêneres que também pleiteavam a sua regularização em território paulistano.

Essa intensa ação política e de entidades sociais que apoiavam as rádios comunitárias em São Paulo naquele período, não sem interesses, ganhara pouca repercussão em veículos como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e outros meios de comunicação com maior circulação no país. Dessa forma, para o desenvolvimento desta pesquisa, a principal fonte impressa para a historicização do tema foi o material produzido pela Oboré, cujo “portal” de notícias reporta as ações em que a entidade esteve diretamente envolvida. A Oboré é uma empresa de comunicação popular, conduzida por um grupo de jornalistas e de profissionais diversos, prestadores de serviços para rádios populares, organizações sindicais, entre outros.

Dado o quadro e o conjunto de relações expressos na formação e na regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, este estudo se insere entre as análises da comunicação social e da história política do Brasil recente, bem como da interseção de ambas as dimensões. A abordagem histórica de temas ligados às relações entre mídia e política em geral ganhou espaço como objeto de análise na historiografia pela influência de estudos desenvolvidos na França, na década de 1980, com o grupo da chamada Nova História Política (Rémond, 1996) e da História do Tempo Presente. Contudo, mesmo com as novas metodologias e os novos objetos de estudo histórico adotados desde aquela década, ainda não há entre os historiadores uma compreensão aprofundada sobre a mídia. A postura mais comum entre os pesquisadores dessa área é a utilização dos veículos de comunicação impressos como fonte de pesquisa, havendo poucas situações em que são tratados como objeto de análise. Diante disso, as produções que tomam o rádio, a televisão e a

Internet como objetos de estudo, além das especificidades de cada um deles, continuam sendo incipientes no âmbito historiográfico.

A proposta de desenvolver um trabalho historiográfico voltado ao estudo de uma rádio situa-se entre as poucas produções da área que tratam da mídia. A delimitação do estudo a uma rádio comunitária distancia-o enormemente dos assuntos que comumente são pesquisados na área de História, mesmo os poucos que cuidam da mídia, assim como do rol de assuntos mais tratados entre as produções acadêmicas da área de Comunicação. Este livro, portanto, traz referências de produções da historiografia sobre a radiodifusão, em particular sobre o rádio, com o auxílio de trabalhos de outras áreas, como a Comunicação, a Sociologia e o Direito, denotando a interdisciplinaridade no seu desenvolvimento, e convergindo, assim, com as propostas oferecidas por Jeanneney (1996) e Briggs & Burke (2003) para estudos históricos da mídia.

Podem ser assinalados alguns aspectos que influenciam no número reduzido de estudos voltados ao rádio e à comunicação comunitária. Um deles seria o próprio descuido dos historiadores para com esses meios como objetos e fontes de pesquisa. Além disso, os estudos sobre jornais e revistas se dão mais largamente em detrimento aos sobre o rádio, tendo em vista que, ao contrário do que ocorre com os produtos da mídia impressa, os materiais utilizados para as transmissões radiofônicas não são arquivados pelos responsáveis das empresas de comunicação e, ademais, grande parte da comunicação interna das emissoras se dá por meio de memorandos, bilhetes ou telefonemas, daí a existência de pouco material arquivado para possíveis pesquisas (Jeanneney, 1996, p.7). Tal fato se comprovou na pesquisa de campo realizada em Heliópolis para a coleta de documentos e arquivos sonoros. O arquivamento de documentos, quando é realizado nessa emissora, ocorre sem uma sistematização instituída, comum em veículos desse gênero, sendo limitado a alguns projetos que remontam à formação da rádio, bem como aos esforços realizados para a retomada de funcionamento da emissora, fechada em 2006. Não havia, no entanto, nenhum mate-

rial sonoro de registro das ações já desenvolvidas na rádio em outros períodos de sua existência.

O pequeno número de estudos historiográficos que se voltam especificamente à comunicação comunitária também se deve às dificuldades acarretadas pela falta de preocupação dos agentes populares com o registro das ações que desenvolvem. Da mesma forma, os fatos ocorridos nas periferias urbanas e nas rádios comunitárias raramente são noticiados pelos grandes veículos de comunicação, o que contribui para que as lacunas de informações sobre essas emissoras sejam mantidas. Os interesses políticos e econômicos que envolvem as empresas de comunicação e seus vínculos com membros do Legislativo também trazem restrições ao acesso à documentação para o desenvolvimento de estudos sobre o tema.

O processo de regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, como já foi dito, está situado entre 1997 e 2008. As ações pertinentes a esse objeto de estudo, portanto, se apoiam no conceito da História do Tempo Presente, categoria privilegiada para as análises de experiências recentes (Ferreira, 2002, p.20), a qual surgiu a partir de demandas sociais e influências da década de 1950, quando os traumas sociais demandavam esclarecimentos científicos (Chaveau & Tétart, 1999, p.17). As questões relacionadas à memória dos moradores da Favela de Heliópolis envolvidos com o processo de formação e legalização da sua rádio têm, portanto, papel fundamental para o desenvolvimento deste livro.

Entre as abordagens metodológicas utilizadas nesta pesquisa se encontram os subsídios da História Oral, a qual fornece caminhos para o levantamento e a análise da memória dos agentes envolvidos em fatos, acontecimentos e processos históricos, e, no caso específico, na interação de agentes na história da formação e legalização da Rádio Comunitária de Heliópolis. A adoção dessa metodologia para estudar a história de uma rádio comunitária segue a compreensão de François (2006), segundo a qual se deve procurar dar “atenção aos dominados, aos silenciosos e aos excluídos da história, à história do cotidiano e à história local e enraizada” (François, apud Ferreira & Amado, 2002, p.4).

Contudo, o processo de formação e regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis foi analisado a partir de subsídios da História Oral híbrida e temática, a qual se utilizou de fontes orais e também impressas, seguindo as orientações de Meihy & Holanda (2007, p.35 e 131). Híbrida por utilizar-se de outras fontes, e temática por se deter sobre os fatos relacionados à regularização da emissora em questão. Tal direcionamento metodológico permitiu o confronto e a complementação das informações obtidas nas entrevistas com os agentes envolvidos com o processo formativo e de regulamentação da emissora em foco. Um questionário semidirigido foi utilizado para orientar o recolhimento dos relatos de lideranças, membros da equipe e demais envolvidos na história da emissora, sendo eles coletados em diferentes locais da favela e também na sede da Oboré. Todo o processo de coleta foi registrado por meio de gravações em áudio, com duração entre 20 minutos e três horas. Após a transcrição das entrevistas, os textos narrativos foram encaminhados aos colaboradores para que eles pudessem acompanhar e opinar sobre a utilização de seus depoimentos neste estudo. Os discursos foram coletados individualmente, porém foi considerada a construção coletiva das percepções sobre o fato estudado, sendo eles envolvidos nos “quadros sociais da memória”. Desse modo, a análise levou em consideração a relação desses indivíduos com a posição que ocupavam nas atividades da favela, bem como a dependência deles com o grupo ao qual pertenciam ou ainda pertencem, seguindo as orientações teórico-metodológicas de procedimento em relação ao material coletado a partir das entrevistas e relatos orais, as quais foram, há tempos, oferecidas por Halbwachs (1990).

A compreensão do processo de formação da Rádio Comunitária de Heliópolis e os seus desdobramentos levou em consideração o fato de que a verdade daqueles indivíduos que contaram a sua história foi composta por seleções e recortes de acordo com o caráter involuntário, fragmentário e criativo de sua memória, consideração escudada em assertivas oferecidas por Gusdorf (1991, p.12) acerca do trabalho com relatos e entrevistas. Foram, portanto,

considerados os silêncios, esquecimentos ou ocultações que tenham ocorrido por motivos que geralmente estão vinculados a traumas, tabu social, medo, insegurança, ou ao indizível, procedimento metodológico elencado por Frank (1999, p.107).

Entre as lideranças da favela e da rádio que foram entrevistadas para este estudo estiveram Geronino Barbosa de Souza (Gerô), o qual fora coordenador daquela emissora por cerca de oito anos, até 2008; Reginaldo Gonçalves, atual coordenador e locutor desde o final do período estudado; Delmiro Farias (Maranhão), um dos fundadores da rádio poste; Danilo Barreto (Mano Zoio), locutor voluntário, e Nazareno da Silva (Buiú), membro da diretoria da União de Núcleos, Associações e Sociedades de Heliópolis e São João Clímaco (Unas). Foi entrevistado ainda o diretor da Oboré, Sérgio Gomes, articulador das mesas de trabalho com o Ministério das Comunicações (MiniCom) durante o período de negociação para a regularização da rádio. A preocupação dos entrevistados em relação ao seu próprio discurso foi constatada em quase todos os depoimentos coletados, posto todos se aterem à ratificação do trabalho que haviam desenvolvido em relação à emissora, quer em sua fase de formação, quer dentro do processo de legalização, ou mesmo em ambas as situações. Entretanto, as narrativas dessas lideranças foram sempre compostas por argumentações que buscavam a confirmação da importância tanto da rádio como da Unas para a Favela de Heliópolis.

A previsão inicial de coletar informações sobre a rádio a partir das atas de assembleias da Unas não se concretizou. A coleta de dados para esta pesquisa foi realizada mediante o agendamento de visitas à favela. Contudo, os diálogos com a presidência daquela entidade foram sempre mediados por outros integrantes da diretoria, já que a líder responsável pela Unas esteve ausente em todas as ocasiões em que a pesquisa de campo ocorreu. Sem um contato mais próximo com tal liderança de Heliópolis, as atas acabaram não sendo disponibilizadas para a pesquisa. A posição contrária da Unas para o acesso ao documento requisitado estaria vinculada à preocupação da diretoria daquela entidade em relação ao fato de

que outras pessoas da favela também viessem a requerer esse documento para possíveis averiguações, o que talvez pudesse causar problemas cotidianos para a administração da emissora pela Unas.

Todos os desdobramentos ligados à regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis constantes neste livro não estão desvinculados da conjuntura geral do setor da comunicação social no Brasil, caracterizada pela concentração da propriedade dos veículos de comunicação por uns poucos grupos, os quais atuaram, e continuam atuando, diretamente junto ao poder político. No caso do rádio, essa realidade interferiu nas liberações de concessões dos serviços eletrônicos no país, de maneira mais intensa, desde a década de 1970. Com tais influências, muitas vezes as autorizações, permissões ou concessões, foram definidas nos bastidores do Congresso Nacional, de acordo com o interesse desses grupos. Isso porque, não raramente, os detentores do poder político eram os mesmos que possuíam o poder econômico e o da radiodifusão, ou a eles estavam ligados direta ou indiretamente, situação que ainda perdura. As práticas de trocas de favores em torno da liberação de concessões foram intensificadas ainda no governo Figueiredo, em uma prática denominada de “apadrinhamento político”, destinada ao favorecimento de determinados grupos na liberação das concessões públicas (Caparelli, 1986, p.13).

Se, por um lado, as questões legislativas se mostravam desfavoráveis à democratização das comunicações, de outro, os grupos populares adotavam o uso dos veículos alternativos para auxiliá-los na organização de movimentos sociais e práticas educativas, o que trazia dados positivos à ampliação do acesso ao rádio por parte de diferentes grupos sociais (Peruzzo, 1998, p.30), tendo o apoio principal das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica.

As primeiras modalidades de emissoras populares surgiram no Brasil a partir do chamado rádio poste ou rádio-corneta, que foi muito utilizado por comunidades para a transmissão de comunicados e outras formas de manifestação, em meados da década de 1980. Paralelamente, em meio às reivindicações e mobilizações que

utilizaram a comunicação como forma de participação popular, surgiu, em 1982, a que foi considerada a primeira luta profissional para a democratização da comunicação no Brasil, compreendida pela Frente Nacional de Luta em Defesa à Democratização das Comunicações (Pereira, 1987, p.18). A atividade ocorreu em um congresso na região Sul do país, quando houve diversas ações de reivindicação de estudantes em torno da democratização das comunicações com o apoio de políticos e de entidades de classe.

Outras entidades ligadas a essas reivindicações também surgiram entre as décadas de 1980 e 1990, como o Movimento Nacional de Democratização da Comunicação, os Coletivos Nacionais de Rádios Livres e, por último, o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, que discutiu com parlamentares projetos importantes ao setor. Uma série de outras entidades estiveram envolvidas com tal demanda, e não se pretende aqui esgotar as ações desenvolvidas no período, apenas evidenciar que tais organizações direcionavam suas atuações para a reivindicação de um espaço democrático na comunicação social. No entanto, a legislação instituída em 1998, a Lei da Radiodifusão Comunitária, em vez de contribuir para mudanças no cenário de concentração de propriedade no setor da comunicação, era um meio de regulamentar e trazer entraves às inúmeras rádios em atuação naquele período, além de reduzir a possibilidade de sua expansão. Tal legislação trouxe barreiras à manutenção das rádios desse setor, já que o interesse dos políticos que a elaboraram não estava voltado ao benefício das comunidades que utilizavam esse tipo de comunicação (Luz, 2004).

Dado o imbricamento da trajetória da Rádio Comunitária de Heliópolis com a vida comunicacional, política e legislativa em vigência, além do debate e ações favoráveis à democratização da comunicação e em prol da comunicação comunitária eletrônica, o estudo apresentado procurou pautar, de um lado, as especificidades em relação às ideias e ações de cada uma daquelas dimensões, e, de outro, os pontos de interseção entre elas, quer se dessem em termos nacionais, quer fossem regionais ou locais. Tais fatos são

abordados neste livro em três capítulos. Inicialmente, é apresentado um quadro de referências conceituais e históricas sobre a comunicação comunitária, do ponto de vista da democratização das comunicações, trazendo debates e ações mobilizadoras suscitadas em torno desse tema. Foi dentro dos desdobramentos, marchas e contramarchas daquelas discussões e práticas que o processo de regularização da emissora da Favela de Heliópolis se desenvolveu, denotando ligações, indiretas ou diretas, entre ambos os processos.

Sendo assim, o primeiro capítulo do livro traz um levantamento das disputas dentro do campo da comunicação e suas legislações, bem como suas relações com o poder político vigente. Ele é iniciado com a apresentação de dados sobre a comunicação comunitária e a historicidade de suas conceituações, delimitando as reflexões da pesquisa com atenção à especificidade da comunicação abordada. Tal vertente comunicativa fez parte de debates, em âmbito nacional e latino-americano, nos setores sindicais, estudantis e religiosos, sobretudo a partir da década de 1970.

O entendimento das relações que foram base das disputas em torno da regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis está vinculado a uma necessidade de se conhecer as interferências políticas que culminaram na adesão de diferentes agentes em defesa da regularização dessa emissora. Nesse ponto, o referido capítulo é composto por um levantamento sobre as legislações relacionadas à radiodifusão, especificamente sobre o rádio. Tais contornos legais estiveram em direta relação com os questionamentos dos agentes que buscavam mudanças na configuração do sistema de comunicação do país e, posteriormente, estiveram atrelados às articulações políticas que culminaram na legislação da radiodifusão comunitária, implementada em 1998. Ainda no primeiro capítulo, tais dados legais da conjuntura radiofônica são vinculados às ações de reivindicação à democratização da comunicação social no país, frente em que o avanço e a regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis estiveram diretamente ligados. Foram abordadas as ações dos grupos e entidades que, a partir daquela década de 1980,

intensificaram suas mobilizações em favor de mudanças no sistema de comunicação brasileiro.

No segundo capítulo, apresenta-se o relato histórico da formação e desenvolvimento da Favela de Heliópolis, bem como o desdobramento das ações que deram origem à sua rádio comunitária. Faz referências às ações governamentais, de entidades civis organizadas e de dezenas de famílias que estiveram ligadas às mobilizações por direitos de moradia na favela, assim como para a criação da Rádio Comunitária de Heliópolis. Tal assunto é tratado pelo prisma de três abordagens, partindo-se do detalhamento das condições sociais, políticas e econômicas que envolveram a formação e o desenvolvimento daquela favela, localizada na região Sul da capital paulista. Vários conflitos fizeram parte da história das famílias que passaram a viver naquele local, que se constituiu, principalmente, a partir da migração de centenas de nordestinos para o território paulistano, na década de 1970. A situação irregular das moradias instaladas em Heliópolis contribuiu para o surgimento de grileiros, os quais agiam de forma a se constituir como o principal problema de violência daquela área.

Outra vertente do segundo capítulo é a historicização da formação da rádio comunitária em estudo e as motivações dos moradores da favela para essa iniciativa. São abordados dados sobre a primeira fase da emissora, ainda no sistema de rádio poste, ou rádio-corneta, em 1992. O sistema fixo de comunicação fora implantado para auxiliar na comunicação entre os moradores da favela, diante das dificuldades que possuíam para a distribuição de comunicados em toda a extensão de quase um milhão de metros quadrados de Heliópolis. Posteriormente, cuida-se da segunda fase de utilização do sistema de rádio da favela, quando, então, a emissora adquiriu novos equipamentos e passou a transmitir em frequência modulada em 1997, se tornando uma referência entre seus pares e para as ações de rádios comunitárias em diversas partes do país. Tal reconhecimento contribuiu para que seus membros atuassem em diferentes encontros de transmissores populares, sendo convidados

para palestras e oficinas. O contato com diferentes agentes envolvidos com as rádios comunitárias e com a reivindicação pela democratização das comunicações fez com que se ampliasse a quantidade de potenciais parceiros das lideranças da rádio.

O capítulo é finalizado com detalhada sistematização das diversas atuações das lideranças da rádio em articulações políticas externas à favela, o que possibilitou a criação de vínculos com diversas entidades paulistanas. As lideranças da rádio se envolveram em campanhas favoráveis à democratização das comunicações e às rádios comunitárias de São Paulo, as quais contaram com a participação de parlamentares das esferas municipais e estadual, associações e entidades de classe. Foi um dos passos dados pelos integrantes de Heliópolis para o início do processo de regularização de sua rádio comunitária de maneira mais sistematizada. Esse período também compreendeu o recebimento de financiamento do governo federal e o fechamento da emissora pela Polícia Federal. Ademais, no tópico final do segundo capítulo, são tratadas as iniciativas de formação dos membros da favela e da rádio, durante o período em que a emissora permaneceu fechada. Cursos e oficinas buscavam manter a rádio ativa para aquela comunidade, bem como traziam subsídios para qualificar a atuação de seus locutores e dirigentes.

Já no terceiro e último capítulo do livro, são historicizadas as ações derradeiras entre lideranças da rádio e seus parceiros, as quais favoreceram a regularização da rádio, abordagem apresentada em três tópicos. No primeiro deles, são relatadas as atividades que envolveram diversos políticos, entre vereadores, deputados estaduais e federais, os quais exerceram influência direta na regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, a partir de discussões travadas em frentes parlamentares criadas para a defesa das rádios comunitárias, entre outras ações. Filiados à Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), as lideranças da emissora assumiram o lema “Mexeu com uma, mexeu com todas” e acionaram a rede de apoios, que havia sido criada nos anos anteriores, para a retomada de suas transmissões. As ações foram centralizadas na

realização de mesas de trabalho, ocorridas na sede da Oboré e também na Câmara Municipal de São Paulo, para a busca de soluções aos impasses que surgiam ante o edital de habilitação lançado pelo MiniCom, em dezembro de 2006.

Retrata-se ainda o desfecho das mobilizações, que contaram com a participação de entidades como Oboré, Amarc, Fórum Democracia na Comunicação (FDC), Intervozes, Projeto Cala Boca Já Morreu, escritório jurídico do curso de direito da PUC – Dom Evaristo Arns, entre outros, para a regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis e demais veículos comunitários de São Paulo. O apoio destinado a Heliópolis serviu de estímulo às outras associações que também estavam interessadas na regularização de suas emissoras comunitárias na capital paulista. Porém, a Rádio Comunitária de Heliópolis foi legalizada antes das outras. As análises sobre a regularização dessa rádio são concluídas no terceiro tópico desse capítulo, em que são focalizadas as mudanças que ocorreram na forma de gestão da emissora após a sua regularização, inclusive na orientação empregada na produção da emissora, vista de maneira comparativa, ou seja, antes e depois da legalização da rádio, permitindo mostrar e analisar as rupturas e continuidades nessa área da emissora.

Enfim, a recuperação e compreensão históricas das ações e relações sociais e políticas envolvidas na formação, desenvolvimento e legalização da Rádio Comunitária de Heliópolis, fornecem a possibilidade de dar historicidade ao debate e à luta pela democratização do universo da comunicação social no Brasil. Processo que segue inconcluso, mas cujas etapas e passos, já traçados e tratados neste livro, revelam as potencialidades e obstáculos à constituição e ao desenvolvimento da comunicação comunitária no âmbito da radiodifusão, posto que o tratamento histórico de práticas para concretizá-la em Heliópolis permite perceber e compreender as frequências e ruídos existentes nas formulações conceituais e projeções políticas voltadas à comunicação comunitária.

1

DEMANDAS PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

Situando o debate sobre o tema

Em meados do primeiro semestre de 2008 foi assinada, de forma simbólica, a autorização do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis. O evento ocorreu em uma das principais ruas da favela. Tal ato público encerrou um ciclo da mobilização realizada por moradores, lideranças comunitárias e membros de entidades sociais organizadas em favor da regularização daquela rádio e da democratização das comunicações, especialmente em São Paulo. As manifestações e posicionamentos dos representantes do poder público e de populares daquela localidade que estiveram presentes na cerimônia refletiam a relação de situações e interesses políticos que envolveram os diferentes agentes sociais e políticos que se mobilizaram em torno da democratização das comunicações de maneira mais incisiva no Brasil desde a década de 1980. Embora a regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis não concluísse os desdobramentos necessários e demandados pela causa da democratização da comunicação, ela se tornou um ponto de referência para a reflexão sobre o tema. Além disso, os fatos vividos pelos membros da rádio fizeram parte de uma história mais abrangente no cenário brasi-

leiro, iniciada quando os agentes dos movimentos sociais intensificaram a busca pelo acesso à comunicação, no início da chamada Nova República.¹

Ainda que não tenha sido um tema presente nas discussões veiculadas diariamente pela grande mídia,² as ações realizadas em torno da democratização da comunicação são mantidas há décadas, de forma paralela aos acontecimentos sociais e políticos mais visíveis, do ponto de vista midiático, reunindo diferentes segmentos sociais, entre agentes populares, entidades de classes e do meio universitário. Os registros dessas atividades estão localizados sobretudo em publicações da mídia sindical, periódicas ou esporádicas, agências de notícias especializadas, além de materiais elaborados para a divulgação das ações de entidades que militam pela causa. Leal Filho (2009, p.32) avaliou, porém, que, mesmo sendo paralela, essa discussão sofreu entraves devido à “interdição realizada pelos meios de comunicação hegemônicos”, já que estes seriam a base de sustentação dos debates populares, sendo fonte de informação para a maioria da população.

As iniciativas que buscaram democratizar o campo da comunicação obtiveram uma atuação mais expressiva a partir do momento em que a democracia ganhou espaço privilegiado entre as discussões sociais após o fim do regime ditatorial. Uma das principais reivindicações dos agentes sociais envolvidos com essa perspectiva foi o fim da concentração do controle dos veículos de comunicação, então centralizados sob o comando de alguns grupos de empresários. Especificamente no setor da radiodifusão, tal concentração foi

-
1. Optamos por utilizar a expressão “chamada Nova República” por ter passado a ser utilizada em diversas produções para se referir aos fatos ocorridos a partir do fim do militarismo no Brasil, mas que ainda não está consolidada na historiografia para o período. Tal opção será mantida em todo o corpo deste livro.
 2. Utilizamos a expressão “grande mídia” ao nos referirmos ao grupo que possui a propriedade da maioria dos veículos de comunicação, sejam eles do meio impresso ou da radiodifusão, detentor de um volume expressivo de capital e, conseqüentemente, vinculado ao poder político e econômico do país.

possibilitada desde as primeiras normatizações do rádio, de forma a favorecer os proprietários dos veículos com maior poder econômico do país. No início da década de 1930, portanto, quando o serviço começava a ser regulamentado pelo governo, dificuldades legais se contrapunham ao acesso dos radioamadores à ocupação do espectro eletromagnético.

Ainda que a implantação do rádio no Brasil tenha ocorrido com a participação da sociedade civil por meio dos clubes associativos, desde a década de 1920, o espaço para operação do meio passaria a ser controlado pelo Estado no início do primeiro governo de Vargas. Os inúmeros requisitos e normas legais para o funcionamento das emissoras implantadas naquele período reduziram a abrangência dos radioamadores, favorecendo, dessa forma, a concentração dos grupos com maior poder aquisitivo. Para continuarem na atividade, os radioamadores teriam que adequar as suas instalações às novas determinações, trocar seus transmissores, entre outras medidas (Ortriwano, 1985, p.52). Federico (1982, p.47) ainda destacou que as formalidades exigidas para que um ouvinte pudesse usufruir do serviço da radiodifusão eram caras e desencorajadoras para os amadores, o que fazia com que somente aqueles que possuísem o capital necessário e fossem economicamente privilegiados pudessem arcar com os custos para o serviço. Além disso, poucos teriam o tempo necessário para obter os deferimentos aos documentos junto ao governo, conforme previa a legislação. A concentração da propriedade dos veículos detentores das concessões públicas dos serviços de radiodifusão foi se definindo dessa forma, o que se mantém, de certa maneira, até os dias atuais. Ademais, a concentração de concessões de radiodifusão para alguns poucos grupos, acentuada nas últimas duas décadas, burlam a Constituição Federal de 1988, a qual determinou que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”.³

3. Brasil, 1988. Capítulo V, Artigo 220, § 5º.

A partir da década de 1980, diferentes ações foram realizadas em busca de mudanças que favorecessem uma maior abertura à participação social na produção comunicativa do país. A disputa sempre estivera polarizada. De um lado, se encontravam as entidades sociais organizadas e os grupos de estudantes liderados pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) que se posicionavam a favor de uma comunicação descentralizada e contra a existência de grandes conglomerados, e, de outro, os empresários do setor, representados pela Associação Brasileira de Telecomunicações (Abert), buscando manter o domínio dessas atividades, e mantendo estreitos laços com o poder político.

Nos debates referentes à reivindicação pela democratização da comunicação, era central a argumentação em favor de uma maior participação de grupos independentes ou de organizações sociais na produção comunicativa e na distribuição de conteúdo, fosse ele informativo ou de entretenimento. No entanto, em discursos registrados na década de 1990, a Abert garantia haver pluralidade entre as emissoras de televisão e rádio, com a justificativa de que havia várias emissoras em atividade no país, sendo mais de 450 empresas de TV aberta em atuação. Porém, esse argumento era questionado pelos membros de movimentos sociais. Naquele período, nove grupos familiares detinham o controle dos grandes veículos de comunicação: Abravanel (SBT), Bloch (TV Manchete), Civita (Editora Abril), Frias (Folha de S.Paulo), Levy (Gazeta Mercantil), Marinho (Organizações Globo), Mesquita (O Estado de S. Paulo), Nascimento Brito (Jornal do Brasil) e Saad (Rede Bandeirantes).⁴

Essa concentração de propriedade, entretanto, passou a ser ainda mais acentuada nas últimas décadas, a partir da redução dos grupos em atuação no Brasil. As famílias Bloch, Nascimento Brito

4. Dados mais completos sobre os proprietários dos meios de comunicação no Brasil podem ser obtidos no estudo desenvolvido em 2002 pelo Epcom, disponibilizado no site “Os donos da mídia”. Disponível em <<http://donosdamidia.com.br>>. Acesso em 23/6/2011.

e Mesquita deixariam de exercer o controle direto de seus veículos, o que resultara em um total de apenas seis grupos no comando dos principais meios de comunicação do país. Como definiu Vieira Jr. (2007, p.1), atualmente os “Civita, Marinho, Frias, Saad e Abrevanel – além dos Sirotsky, à frente da Rede Brasil Sul (RBS) nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul – são os clãs que comandam o oligopólio midiático no Brasil”. Essa presença dos grupos familiares à frente da direção e posse das emissoras de rádio e televisão foi impulsionada por legislações implementadas no país há muitas décadas e com o aval do Estado, tendo origem ainda na Constituição de 1946.

A alteração no perfil de negócios de mídia e a formação dos grupos empresariais de grande porte se consolidaram no Brasil a partir do pós-guerra, durante o período em que o rádio passava por sua “fase de ouro”, na década de 1940. Desde aquele período, os empresários do setor de comunicação se fortaleceram a partir da formação da “propriedade cruzada” da comunicação, envolvendo a posse de veículos do setor impresso, com jornais e revistas, e da radiodifusão, primeiramente com o rádio e posteriormente agregando a televisão, na década seguinte. A organização dos Diários Associados, depois transformados em Diários e Emissoras Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, foi um dos primeiros exemplos dessa prática, atuando de maneira a contribuir para a concentração midiática desde a década de 1930.

Já nos anos 1990, lideranças populares e de entidades civis que reivindicavam a descentralização dos meios ainda criticavam a existência da propriedade cruzada entre dois veículos ou mais, sob o controle do mesmo grupo, fato que julgavam dificultar a diversidade de informações na comunicação social brasileira. Em publicação veiculada pelo Observatório da Imprensa, Lima (2003, p.1) explicou que há quatro tipos de concentração no setor de comunicação no Brasil, que teriam se fortalecido ainda mais a partir do início do século XXI. Entre os cruzamentos de propriedade detectados nessa iniciativa estariam: a concentração horizontal, a vertical, a cruzada e ainda o monopólio cruzado. A horizontal é

caracterizada pela existência da concentração de propriedade em um mesmo setor, como no caso de uma TV aberta e paga sob o controle de um mesmo dono. Na concentração vertical, as etapas da cadeia de produção e distribuição dos conteúdos são integradas em um mesmo domínio. Já na concentração em propriedade cruzada, um mesmo grupo é proprietário de diferentes segmentos da comunicação como TVs abertas e pagas, jornais, revistas, rádios, Internet e outros. E no monopólio cruzado há a reprodução de conteúdos produzidos por uma empresa de âmbito nacional, em emissoras regionais ou locais, em que ambas convergem seus interesses.

Em artigo na revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, Dantas (2009, p.30) salientou ainda a existência do monopólio de toda a cadeia produtiva do setor, com uma atuação prioritariamente econômica, incluindo ainda a produção dos equipamentos e sistemas de suporte utilizados. Nesse sentido, alertou para a interferência direta do “capital” sobre a comunicação, a qual deveria ser considerada como um bem público.

Tal concentração de propriedade dos veículos de comunicação pode ser exemplificada pelo domínio exercido pela Organização Globo,⁵ que mantém sob seu controle inúmeros canais de televisão, rádio e Internet. Além da rede de televisão em canais abertos, ela ainda é detentora do Sistema Globo de Rádio (incluindo a CBN) e da Globosat, que possui canais de televisão a cabo como Globonews, Multishow, SporTV, GNT, Universal Channel, vários canais Telecines e outros, bem como se tornou proprietária do pacote Net Serviços e Sky Brasil, as quais disponibilizam serviços por meio da Internet. Dessa forma, uma única organização tem o controle de diferentes segmentos da comunicação.

Ainda no que se refere à concentração de propriedade dos veículos de comunicação, registra-se um rápido avanço das tecnologias da informação, com o barateamento de equipamentos, a ampliação das redes de comunicação e um maior acesso da população a esses

5. Mais dados podem ser obtidos na revista *Carta Capital*, edição especial, abril de 2011, p.12.

recursos. Porém, ao mesmo tempo, o controle das emissões dessas informações está cada vez mais concentrado nas mãos de poucos grupos (Maringoni, 2010, p.159).

Essa configuração dos veículos de comunicação em blocos de grupos dominantes resultaria em uma situação de entrave ao direito social à comunicação no país. Berger (2008, p.10) avaliou que a relação existente entre economia, política e propriedade dos veículos traria obstáculos ao processo de democratização da comunicação. Tal concentração representaria uma desigualdade na concretização do direito à livre manifestação e expressão de pensamento por meio da comunicação, favorecendo somente pequenos grupos que teriam o privilégio de ter esse direito garantido, especialmente aqueles que detêm o controle desses veículos comunicativos.

Diante disso, Lins⁶ (2002, p.13) propôs, em estudo, a composição de um sistema de radiodifusão alternativo. Esse sistema seria composto por emissoras de rádio e televisão de caráter público e independente que atuariam de forma complementar às emissoras comerciais. O estudo referiu-se aos sistemas nacionais sustentados pelo Estado, como é o caso da BBC, na Inglaterra; da NHK, no Japão; ou da RAI, na Itália, e também a experiências de âmbito municipal, exemplificadas pelas emissoras de comunidades autônomas da Espanha, entre outras. O sistema proposto por Lins previa também a existência de emissoras com caráter privado, mas com enfoque educativo; comunitárias de alcance restrito, tal como as existentes no Brasil, Canadá e Chile; além das emissoras livres, presentes em diversos países. Conforme a proposta, a mobilização não seria pelo fim do setor privado da comunicação, mas sim por uma atuação complementar entre as emissoras comerciais e públicas.

A inserção de um sistema alternativo para a complementação das informações transmitidas pela radiodifusão seria justificada pela preservação dos valores culturais da população, os quais nor-

6. Lins ocupava o cargo de consultor legislativo da Câmara dos Deputados, em 2002.

malmente não seriam atendidos ou respeitados pela rede comercial, já que a disseminação de tais valores seria conflitante com a estratégia de mercado adotada por esses veículos. Da mesma forma, o sistema alternativo teria a função de divulgar, de maneira independente, os fatos políticos e econômicos que muitas vezes são ignorados pelo sistema oficial, assim como abriria espaço para a divulgação de informações locais que não têm relevância para o grande público, mas são importantes para os moradores da localidade onde a emissora alternativa estivesse inserida.

Contudo, não há avanços no sentido de adoção dessa proposta no país, tampouco discussões firmes e sistemáticas sobre sua implantação. A relação existente entre parlamentares e as grandes corporações de comunicação do país resulta em entraves ao debate em favor de políticas públicas que tenham como perspectiva a democratização dos meios em detrimento do monopólio e oligopólio das empresas de radiodifusão. Há uma “grande força dos políticos-radiodifusores e dos radiodifusores-políticos” sobre tal iniciativa (Rebouças & Martins, 2007, p.9).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a liberdade de expressão e, portanto, a visibilidade de interesses, deveria se estender da mesma forma para todas as pessoas, seja para integrantes de pequenas comunidades ou para os empresários da radiodifusão. Porém, a carência de recursos técnicos, políticos e econômicos impede esse equilíbrio na divulgação de pontos de vistas de diferentes camadas sociais em produções comunicativas. Para o Coletivo de Comunicação (Intervozes, 2010, p.25, 27), essa busca pelo equilíbrio do acesso ao espaço midiático representa uma inversão no atual paradigma do campo das comunicações, mudando o enfoque do interesse individual e mercantil para o interesse público e coletivo, o que assegura o direito à comunicação, defendido por diferentes entidades que possuem em sua trajetória a reivindicação pela democratização desse campo.

Ao nos referirmos à expressão “direito à comunicação”, remetemo-nos a pressupostos defendidos em âmbito internacional que começaram a ser gestados e discutidos na Declaração dos Direitos

Universais em 1948. Esse direito se caracteriza pela disponibilização de meios para que a população produza e divulgue informações que sejam de seu interesse de forma que a comunicação não se restrinja a representar apenas o posicionamento dos grupos econômicos e políticos dominantes do país.

Contudo, as ações e os debates em torno dessa ampliação de acesso à informação e manifestação de pensamento sempre estiveram inseridos em um ambiente de tensões e confrontos que se alternam conforme os desdobramentos das questões sociais com as quais estão envolvidos; alguns expedientes dessa ordem poderão ser observados nos próximos capítulos, os quais trarão dados sobre os desdobramentos do processo de formação e regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis.

Iniciativas em prol da democratização da comunicação, uma de cujas vertentes apoia a regularização de emissoras comunitárias, constituem ainda um processo em andamento e, portanto, qualquer modificação na configuração de sua realidade deve ser considerada e analisada de maneira a permitir a compreensão dos resultados obtidos. Estes sempre serão mais bem compreendidos quando tomados dentro de suas historicidades, evidentemente em conexão com a história das relações entre o universo midiático e o da política. Conforme a dinâmica desse processo, novos atores políticos e sociais são incorporados ao movimento, bem como novas formações de relações com fatores externos também podem gerar avanços e retrocessos. Mudanças na formação sociopolítica de diferentes momentos históricos do país foram responsáveis pela ressemantização da expressão “democratização da comunicação”. Conforme Santos (2010, p.3), as rearticulações entre diferentes interesses e perspectivas teóricas influenciaram a compreensão dos próprios movimentos sobre a importância da comunicação mediada e a sua aplicação na esfera pública, por exemplo, e no exercício da cidadania.

Ao final da década de 1950 e do começo da seguinte, a mídia despertava a atenção dos governos, que entendiam a comunicação como um fator decisivo em meio às tensões e disputas vividas no

campo político, e, em 1962, foi criado o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), regulamentado em 1963, legislação que será abordada com mais detalhes na próxima seção.

Já no período de acirramento das restrições dos direitos civis e sociais provocadas pelas políticas implantadas durante o regime ditatorial, a comunicação era usada a favor da “integração nacional”, a partir da implantação de políticas para o desenvolvimento de jornais, rádios e televisão. A comunicação alternativa,⁷ produzida pelos movimentos populares, se configurava como um exercício de liberdade de expressão, tendo em vista as restrições determinadas pelo governo para o fazer comunicativo da época. Tratava-se de uma contracomunicação e serviria como instrumento de contribuição à transformação social por meio do acesso aos meios de comunicação (Peruzzo, 2009, p.132). Esse tipo de comunicação, à qual nos referimos, era o canal de expressão da população que se organizava para conseguir o atendimento às demandas ligadas às carências sociais e econômicas vividas no período das décadas de 1960 e, principalmente, 1970. Entre as pautas de reivindicações desses grupos estava a democratização da política e da sociedade, com vistas à melhoria na distribuição de renda e nas condições de trabalho (idem, p.133).

Os discursos favoráveis à ampliação do acesso à informação registrados naquele período foram muito influenciados por mobilizações com abrangência internacional, como a iniciativa realizada na Unesco. No início da década de 1970, a defesa do “direito de comunicar” foi levada aos fóruns realizados entre os países membros dessa organização mundial, aliada à proposta de criação de políticas nacionais de comunicação nos países do então chamado

7. Nesse período ainda não havia experiências de comunicações comunitárias, sendo a comunicação alternativa a forma mais expressiva de produção contra-hegemônica existente. Apesar de serem iniciativas inseridas no “conjunto dialético de práticas comunicativas no âmbito alternativo de disputa pela hegemonia no campo da comunicação”, como afirma Miani (2006), os diferentes tipos de comunicação, alternativo, popular ou comunitário, diferem em grande medida em suas “significações ideológicas e pressupostos políticos”.

“Terceiro Mundo”.⁸ Até então, tais discussões internacionais se limitavam ao direito à informação, o que acontecia desde a criação da ONU, na década de 1940, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 10 de dezembro de 1948 (Fischer, 1982, p.21). O avanço das tecnologias e dos meios de comunicação de massa passou a fazer parte das discussões realizadas nas conferências da Unesco.

Em 1978, a Unesco elaborou suas primeiras diretrizes conceituais e políticas que se referiam diretamente à democratização da comunicação, como conclusão das discussões que ocorreram na XX Conferência da Unesco, em Estocolmo. O documento se configurou como uma versão provisória do que deveria ser a principal produção sobre o assunto, publicada em 1980 (idem, p.38). O levantamento final do estudo voltado aos problemas da comunicação foi oficialmente intitulado “O mundo e muitas vozes – comunicação e informação na nossa época”, ficando conhecido como o Relatório MacBride, em alusão ao presidente da comissão, o jurista e prêmio Nobel da Paz, Sean MacBride. Os debates que foram base para a sistematização do documento traziam questionamentos e reflexões sobre o impacto das tecnologias da informação no contexto socioeconômico e cultural dos países, bem como enfatizavam a tendência que se apresentava em favor da concentração de propriedade no domínio da comunicação social. Nessa direção, o relatório preconizava:

A reivindicação de uma democratização da comunicação tem conotações várias. [...] Implica um acesso maior do público aos meios de comunicação existentes, mas o acesso é apenas um dos aspectos da democratização. Significa também algumas possibi-

8. Denominação que surgiu no período da Guerra Fria, adotada para se referir aos países subdesenvolvidos e que se posicionavam como neutros na disputa entre Estados Unidos e União Soviética ou aos países que defendiam o socialismo. Atualmente, a expressão não é mais adotada, porém iremos conservar a expressão, que será sempre grafada entre aspas em referência a esta explicação.

lidades maiores – para as nações, as forças políticas, as comunidades culturais, as entidades econômicas e os grupos sociais – de intercambiar informações num maior plano de igualdade, sem um domínio sobre os elementos mais fracos e sem discriminações contra ninguém. Em outras palavras, implica uma mudança de perspectiva. [...] Sem uma circulação de duplo sentido entre os participantes, sem a existência de várias fontes de informação que permitam uma seleção maior, sem o desenvolvimento das oportunidades de cada indivíduo para tomar certas decisões baseadas no conhecimento completo de fatos heteróclitos e de alguns pontos de vista divergentes, sem uma maior participação dos leitores, dos espectadores e dos ouvintes na adoção de decisões e na constituição dos programas dos meios de comunicação social, a verdadeira democratização não chegará a ser uma realidade. (Relatório MacBride apud Ramos, Bayma & Luz, 2001, p.4)

A iniciativa de defesa do direito à comunicação surgiu em um momento de disputa ideológica entre a então União Soviética e os Estados Unidos, durante a Guerra Fria. A intenção da URSS era estabelecer uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (Nomic) para confrontar a política norte-americana de controle da informação como “arma de guerra”. As defesas da liberdade de manifestação do pensamento, do direito social à informação e da democratização da comunicação surgiram como itens norteadores de políticas para os países membros. De acordo com as diretrizes do acordo internacional, as políticas incentivadas naquele período estavam voltadas à transferência do direito de interferência na produção, administração e consumo da informação aos cidadãos (Pereira, 1987, p.44).

Embora fosse um tema apoiado por vários países membros da Unesco, os Estados Unidos e a Inglaterra, os grandes patrocinadores do órgão, se recusaram a assinar o acordo MacBride em favor das demandas discutidas pela comissão internacional e, além disso, passaram a negar contribuições em dinheiro para o organismo, como represália aos desdobramentos das discussões realizadas in-

ternamente pelo grupo. Os dois países viam a exportação de tecnologia, bens e serviços de comunicação como um fator crucial ao desenvolvimento interno de suas economias. Ronald Reagan e Margareth Thatcher, então governantes dos Estados Unidos e Inglaterra, respectivamente, não aceitavam que a comunicação fosse pautada por políticas nacionais construídas de forma a ampliar o seu acesso à população, como sugeria o relatório.

Desde a década de 1970, a discussão que se preocupava com a implantação de políticas culturais voltadas à perspectiva antropológica e a um aprimoramento da visão de democratização ganhou peso na Unesco. Com esse impulso, liderado principalmente pelos países do “Terceiro Mundo” que compunham esse grupo, os problemas voltados à comunicação passaram a ocupar a pauta dos debates, o que resultou em um embate com os países que dominavam o bloco, como Estados Unidos e Inglaterra. O relatório MacBride foi o primeiro documento a reivindicar a junção de políticas que se preocupassem com a democratização da comunicação e as políticas culturais, mas sua aplicação nunca chegou a ser um consenso. O debate acerca da democratização sempre esteve diretamente envolvido com a política do país (Andi, 2007). O próprio Sean MacBride, no relatório que levou o seu nome, afirmava que não seria possível entender a comunicação, de maneira global, se as dimensões políticas desse meio fossem omitidas.

Após a divulgação do relatório, as discussões internas no grupo passaram por um período em que a mobilização em torno desse tema ficou esvaziada. Elas foram retomadas somente décadas mais tarde, em 2005, durante a convenção da Unesco que se deteve nos problemas que obstavam a diversidade cultural. Na ocasião, a discussão se voltou para as questões que envolviam o problema da indústria cultural e a concentração de propriedade no setor, entre outras. Em meio a essa conjuntura, passou-se a compreender que não seria possível implantar políticas culturais sem pensar também em políticas de democratização da comunicação, de descentralização dos meios comunicativos (Mattelart & Mattelart, 2007, p.2).

As ações e debates em torno da democratização das comunicações em âmbito internacional resultaram ainda, em 1983, na criação da Associação Mundial das Rádios Comunitárias (Amarc), durante a I Conferência Mundial sobre Rádios Comunitárias, realizada em Montreal (Canadá). A medida visava a criação de um meio para a discussão sobre o tema entre radialistas e produtores da radiodifusão em todo o planeta, seguindo a teoria de que a rádio comunitária era potencialmente uma produtora de mudanças sociais.

Mesmo com tais reflexões envolvendo vários países, no Brasil a concentração de propriedade restringia a divulgação de informação de maneira diversificada, mas os avanços tecnológicos deram impulso para os movimentos sociais e diferentes camadas populares se apropriarem de instrumentos comunicativos. A chegada dos aparelhos portáteis de gravação, para a televisão e para o rádio, já havia alterado algumas configurações sociais desses meios midiáticos na década de 1970. Centros populares de vídeo e rádio subsidiaram diversas atividades populares, com maior expansão a partir da década de 1980. Nesse cenário de convergências de suporte técnico e de conteúdo, o debate sobre a democratização da comunicação, enquanto um direito humano fundamental, passou a ser defendido pelos movimentos de maneira mais intensiva.

Desde então, a retomada da discussão sobre a democratização das comunicações esteve embasada em uma proposta conceitual que entendia o acesso à comunicação como um direito fundamental, alicerçado pelo discurso internacional liderado pela Unesco, já citado anteriormente. A articulação internacional contribuiria para a organização de ações e propostas pontuais brasileiras, vinculando a discussão à reivindicação da implantação de políticas públicas para o setor. Entre os organismos que estiveram à frente desse debate e da defesa de posicionamento estava o Coletivo Intervenções, de São Paulo, o qual definiu a comunicação como um direito de diálogo e colaboração com os outros direitos fundamentais. No entanto, o Coletivo reconhecia que tais discursos encontravam resistência para a sua aplicação devido ao fato de que a comunicação ainda não era plenamente reconhecida como um direito de todos

por parte dos responsáveis pelas políticas públicas, o que em muito desfavorecia a aplicação da ideia de democratização da comunicação social.

Ao final do século XX e início do XXI, as experiências comunicativas que não faziam parte do circuito comercial estavam ligadas às atuações dos movimentos sociais, de organizações não governamentais, de associações comunitárias, de universidades etc. Peruzzo (2009, p.134) cita alguns exemplos dessa comunicação, envolvendo as produções de fanzines, jornais murais, bicicletas e carros de som, rádios comunitárias, assim como os canais comunitários de televisão (em menor quantidade), entre outros.

Além de estarem situadas em meio aos setores organizados da sociedade civil, as ações favoráveis à democratização da comunicação também encontram defensores entre as lideranças políticas; contudo, as manifestações destes sempre foram bastante tímidas. Grupos de trabalhos e subcomissões parlamentares foram criados para a discussão do tema desde a década de 1990, tendo a deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP) na coordenação ou presidência de diversas iniciativas desse setor. Desde o início de seu envolvimento com a questão, a deputada defendeu que a democratização dos meios de comunicação social seria estratégica para o desenvolvimento do país, ocupando papel de importância equivalente à reivindicação pela reforma agrária (Revista *Fórum*, 2007, p.26-7).

As mudanças ocorridas na política brasileira alteraram a configuração da comunicação no país. O neoliberalismo, implantado durante o governo Fernando Collor e ampliado no período da presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC), alterou a compreensão do papel do Estado sobre esse serviço, favorecendo o aumento da influência do capital sobre a produção comunicativa e reforçando a lógica do mercado. Tais transformações fizeram com que fosse intensificada a defesa de formatação da comunicação como um bem público, já que essa concepção estava sendo revogada. Dantas (2009, p.30), professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lembra que, até a década de 1980, bem ou mal, esse princípio norteava as leis vigentes. Com isso, as ações

dos grupos e entidades sociais organizados buscavam frear as transformações que ocorriam no setor. Os agentes atuantes nessas articulações precisaram adequar as suas reivindicações em busca de normas que levassem em consideração o processo de produção e distribuição dos conteúdos adotados no capitalismo. O professor salienta ainda que os movimentos populares precisaram compreender a realidade política em que estavam inseridos para poder intervir nela. Dantas avalia que alguns desafios deveriam ser incluídos no movimento pela democratização da comunicação, como um novo marco que garantisse a inclusão de conteúdos não pautados pelo mercado, mas sim voltados à cultura popular, à criatividade e à diversidade cultural do Brasil. Dessa forma, criar-se-iam meios de resistência à redução da cultura de diferentes povos do país e contra os “limites estreitos e vulgares do mercado” (idem, p.31).

Em meio a esse debate sobre a democratização da comunicação estava inserida a mídia comunitária, tomada como o principal instrumento apresentado pelos movimentos sociais para a efetivação e a garantia dos direitos à informação, livre expressão e participação da população na produção de conhecimento de maneira mais descentralizada.

A organização popular em torno da comunicação foi iniciada na década de 1970, porém de forma tímida e sufocada pela ditadura. Naquele período, essas iniciativas ainda incorporavam os discursos pautados pela busca da democratização política e reivindicavam a conquista de direitos sociais básicos. Somente a partir da redemocratização instituída a partir da chamada Nova República é que essa mobilização passou a ter como demanda a busca pela democratização das comunicações e o posicionamento contrário aos grandes empreendimentos comunicacionais.

Já no que se refere às ações de comunicação radiofônica propriamente dita, os primeiros movimentos sociais com essa característica se enquadravam como experiências de rádios livres. Nesse período, o surgimento de várias iniciativas de rádio chegou a ser denominado por alguns estudiosos como a conquista de uma re-

forma agrária no ar, entendendo o espectro radioelétrico como um bem público que deveria ser utilizado de forma mais ampla, a exemplo das reivindicações que envolvem a questão das terras no país. A expressão foi cunhada por Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão, em 1986, na primeira publicação a respeito de rádios livres, intitulada *Rádios livres: a reforma agrária no ar*.

Inicialmente, muitas emissoras livres foram instaladas por estudantes, em sua maioria sem ideologias políticas, como um instrumento de manifestação pessoal ou coletiva. Peruzzo (1998, p.6-12) enfatiza que, posteriormente, a criação de rádios livres teve diferentes motivações, incluindo questões políticas, interesses de classes, movimentos de minorias, motivações religiosas, contestatórias etc.; todavia, a contestação ao sistema vigente de comunicação de massa sempre foi uma característica comum a todas as iniciativas registradas.

Somente a partir da década de 1990 é que a expressão “rádio comunitária” foi adotado pelos agentes sociais que estavam envolvidos com a defesa da democratização das comunicações e o uso do espaço eletromagnético de maneira descentralizada. Contudo, não havia uma separação precisa, no que se referia à militância, dos integrantes das emissoras que se definiam como livres ou comunitárias. Entre os setores contrários à atuação desses veículos, ambas eram denominadas como piratas ou invasoras do dial das emissoras comerciais, sem permissão para tal iniciativa.

Uma das explicações para a adoção da terminologia “comunitária”, principalmente em São Paulo, diz respeito a uma tentativa de substituição da denominação “pirata”, incorporada pejorativamente por veículos de comunicação e políticos contrários às ações realizadas em diferentes partes do país. A nova terminologia foi adotada por um grupo de militantes dessa área que então se mobilizava em busca de uma regularização junto ao Legislativo federal. Na compreensão dos interlocutores dessa mudança, a nomenclatura sugeria uma maior proximidade com as comunidades e, dessa forma, representava de maneira mais precisa a ligação das rádios com a população de sua proximidade (Lopes, 2005, p.10). Por

outro lado, a expressão “rádio livre” estaria mais atrelada às mobilizações independentes, podendo ser individuais ou coletivas, que queriam fazer valer a noção de que o espectro eletromagnético era efetivamente um bem público. Nesse caso, não haveria a busca por reconhecimento ou regularização por parte do Estado.

Após a instituição da legislação que autorizou a existência de rádios comunitárias, vários grupos passaram a usufruir dos benefícios já conquistados na legislação e adotaram a denominação “comunitária” para suas iniciativas. Tal situação vulgarizou o uso desse termo e distorceu, em algumas experiências, o sentido empregado pelos movimentos apoiadores dessa comunicação, os quais tinham claro que a essência dela era a de um instrumento de expressão de uma comunidade, com informações produzidas por essa própria comunidade. A respeito disso, Peruzzo afirma:

Em última instância, não basta a um meio de comunicação ser local, falar das coisas do lugar e gozar de aceitação pública para configurar-se como comunitário. A comunicação comunitária que vem sendo gestada no contexto dos movimentos populares é produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns. É sem fins lucrativos e se alicerça nos princípios de comunidade, quais sejam: implica na participação ativa, horizontal e democrática dos cidadãos; na propriedade coletiva; no sentido de pertença que desenvolve entre os membros; na corresponsabilidade pelos conteúdos emitidos; na gestão partilhada; na capacidade de conseguir identificação com a cultura e interesses locais; no poder de contribuir para a democratização do conhecimento e da cultura. Portanto, é uma comunicação que se compromete, acima de tudo, com os interesses das “comunidades” onde se localiza e visa contribuir na ampliação dos direitos e deveres de cidadania. (Peruzzo, 2007, p.5)

A comunicação comunitária seria a troca de informações produzidas por membros de uma comunidade, voltadas aos interesses

das pessoas que vivem nessa mesma localidade, aberta à participação de todos e com gestão partilhada. Contudo, isso não significa que o local de realização dessa comunicação comunitária seja composto por interesses que se coadunam sem a necessidade da busca de um consenso, tendo em vista que diferentes atores fazem parte dessa iniciativa. Embora eles se unam para uma atividade com um objetivo comum, podem trazer diferentes visões sobre sua realização. O meio comunitário, portanto, não é um local homogêneo e sem conflitos. Pelo contrário, é bastante heterogêneo. Alguns elementos de configuração de tensões e partilhas na constituição e sustentação de um meio comunitário serão tratados no capítulo seguinte, à luz das dificuldades internas e externas vividas pelos membros da Rádio Comunitária de Heliópolis.

Munõz (1989, p.145) caracteriza a comunicação comunitária como a produção informativa que necessita da participação, como planejadores e produtores da sua constituição, dos moradores do local onde está inserida. Dessa forma, seria um meio propício para a troca de ideias e não simplesmente um transmissor unilateral de informações. Sua principal demanda estaria centrada no objetivo de democratizar a comunicação. Nesse sentido, há uma mudança de perspectiva na produção comunicativa em relação aos moldes adotados pela mídia comercial. Conforme afirma Miani (2011, p.10), na comunicação comunitária, “o valor de uso é reabsorvido e ganha novos sentidos e contornos na dinâmica da produção e circulação de informações entre os integrantes de uma determinada comunidade”.

As rádios encontram espaço privilegiado no campo da comunicação comunitária, diante do custo reduzido de sua produção, bem como das características sociais das localidades em que esse tipo de comunicação é comumente desenvolvido. Em geral, as rádios comunitárias estão inseridas em regiões periféricas das cidades e, no que se refere à atuação desses veículos, Peruzzo (2007, p.5) destaca que há exemplos de atuações com diferentes matizes, enfatizando que é necessário que se distinga o que seria considerado

como uma adequação às necessidades específicas de comunicação de uma determinada comunidade da simples apropriação desse instrumento de uma rádio comunitária, garantida por lei. Ela afirma que muitas iniciativas se utilizam do rótulo de comunitária, porém são operadas como um negócio comercial, ou religioso, ou político, tendo ainda casos em que, mesmo havendo um interesse pelo trabalho comunitário, a atuação de sua liderança se volta para o personalismo, o que corrompe o caráter participativo desse tipo de veículo. No entanto, a autora distingue que existem também as rádios que seguem a característica de atividade devidamente vinculada a organizações comunitárias e movimentos sociais, cumprindo, assim, o seu papel social. Conclui que a radiodifusão comunitária é um campo de conflitos, sendo um segmento que não é aceito por toda a sociedade, considerado por alguns como uma iniciativa “pirata”, causadora de quedas de aviões e por outro lado, reunindo ainda disputas internas em sua atuação diária.

Luz (2011, p.106-8) define alguns critérios que devem ser considerados para a definição de uma rádio comunitária em sua essência, seguindo apontamentos de Peruzzo. Segundo ele, uma “rádio comunitária de fato” deve ter caráter público, sendo pertencente a uma coletividade; possuir sistemas de gestão compartilhada, apoiada por órgãos deliberativos, como conselhos gestores e assembleias públicas; permitir o controle social, com a programação fiscalizada por um conselho da comunidade; ter pluralismo nas informações transmitidas, com abertura para todos os segmentos de expressão existentes na comunidade; não ter fins lucrativos, com recursos adquiridos por meio de apoio cultural e investimentos de ações da própria comunidade; promover ações que auxiliem o desenvolvimento social da região onde está inserida e a organização da população; valorizar a produção de programas locais; ter mecanismos que impeçam o proselitismo religioso ou político; realizar atividades que se voltem para a formação cidadã da comunidade; além de possuir canais de prestação de contas para que possa haver críticas e sugestões sobre o direcionamento da rádio.

Em entrevista a documentário, Brant (2008, audiovisual) defende que a rádio comunitária é um dos mais importantes veículos para o exercício do direito à comunicação, já que a sua forma de organização e gestão permite que a população discuta suas questões de maneira diversificada, gerando a sensação de pertencimento àquele sistema de comunicação utilizado pela comunidade.⁹ Ainda entre as definições de rádios comunitárias, López Vigil (2003, p.511) destaca que estas teriam a função de ser um “parlamento ao ar livre”, como um local de discussão e contribuição à cidadania. Segundo o autor, por meio desses instrumentos comunicativos, as pessoas podem opinar sobre a gestão de seus governantes, questionar e exigir transparência política e econômica. Em outra publicação, López Vigil (1993, p.8) pontua que uma rádio comunitária é definida segundo o seu objetivo de “democratizar a palavra que está concentrada em poucas bocas e em pouquíssimas mãos para que nossa sociedade seja mais democrática”.

No entanto, os membros de uma rádio comunitária só conseguem atingir seus objetivos quando ela está realmente inserida em sua localidade de maneira politizada, com atuação regular de suas lideranças em favor da formação de seus membros e da população local. Oliveira (2002, p.9) define que, a partir das rádios comunitárias, os “atores sociais antes excluídos do processo de produção simbólica midiática, tornam-se emissores” e participantes do processo de construção social. Além de fatores restritivos previstos na legislação, item que será abordado na próxima seção deste capítulo, a falta de orientação de seus membros em grande parte das experiências já registradas dificulta a organização dessas emissoras comunitárias como um instrumento transformador. Dentro desse quadro, muitas lideranças tendem a reproduzir a lógica de gestão e programação das rádios comerciais.

9. Brant, João. Entrevista ao documentário *Democratização FM*, produzido pela Faculdade Cásper Líbero, em 2008. É coordenador executivo do Coletivo Brasil de Comunicação Social – Intervenções, organização atuante em diversas frentes em defesa da democratização da comunicação.

Embora a discussão sobre a democratização das comunicações por meio da regularização das rádios comunitárias seja pautada, em grande medida, pela questão da ausência de mecanismos que facilitem a obtenção das concessões por movimentos que se propõem ao trabalho comunitário por meio do espectro eletromagnético, uma série de dificuldades permeia as rádios comunitárias que já obtiveram a permissão para o funcionamento. Ainda que existam rádios que consigam a aplicação das premissas de uma comunicação comunitária, algumas questões fazem parte das dificuldades do dia a dia dessas emissoras. Um dos problemas seria a falta de recursos financeiros, já que a legislação não permite a utilização de anúncios publicitários, sendo ainda majoritária a atuação por meio do voluntariado ou de universitários que apoiam o movimento com suporte técnico, entre vários outros fatores. Diante disso, a aplicação dos pressupostos da comunicação comunitária não tem ocorrido em muitos casos.

A substituição de um conselho gestor, previsto na legislação para permitir uma gestão coletiva, por um presidente na condução das ações da rádio seria um dos primeiros pontos que evidenciaria uma possível centralidade das decisões a serem tomadas na emissora em detrimento de uma comunicação mais democrática. Nesse caso, continuaria a haver a concentração de opiniões e informações, já que as decisões seriam tomadas por uma única pessoa. Em situações como essa, a interferência da comunidade na gestão da emissora é muito pequena.

Por outro lado, há outros posicionamentos que levam em consideração as dificuldades de uma atuação realizada em parceria entre diversos membros dentro de uma comunidade. Oliveira¹⁰ (apud Mourão Bahia, 2008, p.113) considera ser importante a consolidação das rádios comunitárias, porém alerta para a necessidade de relativização do discurso em defesa do fazer coletivo e “um olhar mais realista sobre a situação”. Segundo ele, a questão da gestão

10. Valdir Oliveira é coordenador do Programa de Capacitação e Melhoria das Rádios Comunitárias da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

participativa deve ser analisada com cautela, já que é impossível discutir uma série de questões administrativas do dia a dia somente por meio de assembleias.

López Vigil (2003, p.103) destaca, porém, que a participação nas rádios comunitárias deve ocorrer para além das ligações para pedidos de músicas ou interações com o locutor. O autor defende que a rádio precisa sair às ruas e envolver a população, criando, por exemplo, ouvidorias para facilitar a atuação do ouvinte.

As definições anteriores sobre a comunicação comunitária enfatizam que essa modalidade de comunicação seria fruto de uma atuação social presente em uma “comunidade” e voltada para os seus moradores. Contudo, para que essa definição seja mais compreensível, faz-se necessário delimitar o conceito de comunidade interligado ao fazer comunicativo. Tal expressão carrega diferentes interpretações e definições, sendo algumas vezes até utilizada para se referir a reuniões de grupos por crenças e origem cultural; no entanto, a comunidade referida no discurso da comunicação comunitária traz conotações políticas. Miani (2006, p.5) destaca que a comunidade seria um “espaço político concreto, de resistência, que possibilita o despertar crítico dos seus membros” a partir do momento em que seus integrantes compreendem as relações e as atuações da lógica capitalista.

Ao se referir à comunidade produtora de ações na esfera da radiodifusão comunitária, Paiva (2007, p.10) afirma que esse seria o local de “tentativas sociais de produzir comunicação a partir de uma experiência comum, fora dos grandes circuitos do capital”. Muniz Sodré (apud Paiva, 2007, p.5) acrescenta que a expressão de comunidade adotada por Paiva teria concepções de foro político, evidenciadas na atuação dos membros que não teriam sido contemplados com políticas públicas para os recursos necessários na vida contemporânea. Paiva, por sua vez, explica que a comunidade não seria vista como um paraíso supostamente risonho, mas como uma reorganização da vida social, com “poder de resgate da solidariedade humana ou da organicidade social perdida” (Paiva, 1998, p.11).

Mourão Bahia (2008, p.30) destaca ainda que a comunidade seria o local de encontros entre membros de uma determinada região, o que possibilitaria a construção de sentimentos de pertencimento e reconhecimento pessoais. Da mesma forma, na perspectiva de Peruzzo (2003, p.53), a comunidade se caracteriza por um espaço em que a pessoa se sente pertencente a ele, “que lhe é familiar, que lhe diz respeito mais diretamente”.

A comunidade abrigaria, portanto, personalidades diversas que estariam unidas em prol de um mesmo projeto, em benefício do coletivo. Sendo assim, a utilização do termo “comunidade” neste estudo remete a uma situação de pertencimento entre os membros da região de Heliópolis, que se reconhecem como portadores do direito de se comunicar e produzir informação, a despeito das informações dos grandes conglomerados comunicativos. Tal posicionamento, no entanto, não compreende seus membros como homogêneos e pondera que as ações adotadas para determinados objetivos não ocorrem de forma linear e sem conflitos.

Ainda junto aos debates sobre a democratização da comunicação está a discussão sobre a interferência das rádios de baixa potência na comunicação de aeroportos. Embora sejam apresentadas como mobilizações contra as “rádios piratas”, tanto pelo governo como pela Abert, as críticas e denúncias acabam sendo dirigidas diretamente contra as rádios comunitárias de maneira geral. Tais manifestações do empresariado da radiodifusão ocorreram em períodos específicos. Um exemplo disso foi uma campanha contra as “rádios piratas” realizada em 2006, quando houve a queda de um avião da Gol, em setembro daquele ano, o que expôs as carências no controle do tráfego aéreo brasileiro. O acidente resultou na morte de todos os passageiros e da tripulação.

Conforme reportagens publicadas naquele período por jornais de circulação nacional, como a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, as interferências de “rádios piratas”, referindo-se às rádios comunitárias, estariam entre as causas do acidente. Para os integrantes de mobilizações favoráveis às rádios comunitárias, as campanhas se configurariam como perseguição

política e comercial dos grupos que detêm o controle do setor de comunicação, sendo respaldadas pelas grandes emissoras de rádio, televisão e jornais impressos, além do governo federal, como foi o caso do apoio do então ministro das Comunicações, Hélio Costa, em 2006.¹¹

Tais mobilizações ganharam repercussão de grande abrangência, diante de sua veiculação na “mídia convencional”. Em novembro de 2006, a *Folha de S. Paulo*¹² denunciara a existência de longas filas no aeroporto de Congonhas que teriam sido originadas por problemas com chuva e ventos fortes, o que obrigava os pilotos a alterarem suas rotas de pouso. Se, por um lado, a reportagem demonstrava um aparente controle por parte dos operadores do tráfego de aviões, com estrutura suficiente para atender possíveis emergências, por outro, citava a possibilidade de haver problemas por fatores externos, como a interferência de rádios piratas. Após citar a interrupção nas comunicações entre os pilotos devido à entrada de sons de forró e axé ou de pregações religiosas, o repórter Alencar Izidoro explica que “o problema fora causado por ‘rádios comunitárias’ que invadem a frequência do tráfego aéreo”. O raciocínio indicado pela reportagem é o de que as rádios piratas que estariam atrapalhando o tráfego aéreo seriam rádios comunitárias.

Mostra-se, portanto, que, muitas vezes, as rádios comunitárias sofrem discriminação e acabam por serem compreendidas como piratas, sendo tachadas como algo prejudicial à sociedade. Em reportagem da *Revista Imprensa*, Campolim¹³ avalia que a confusão entre emissoras piratas e comunitárias resulta em fechamentos de muitas emissoras de maneira injusta. O dirigente destaca que enquanto uma rádio comunitária tem gestão pública, com espaço para

11. Costa foi correspondente internacional da Rede Globo nos Estados Unidos e apresentador da primeira versão do programa *Linha Direta*, da mesma emissora, em 1990.

12. Izidoro, Alencar. Em Congonhas, temor é com rádios piratas. *Folha de S. Paulo*. Cotidiano, 2/11/2006.

13. Campolim, Ricardo. Entrevista concedida quando ocupava o cargo de presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço).

a participação da comunidade na sua programação, as piratas têm gestão individual e possuem interesses privados.

Campolim defende que a realização de um breve levantamento do perfil das rádios pela Anatel ou pela Polícia Federal seria suficiente para que não houvesse fechamentos de emissoras que possuem o caráter realmente comunitário. Carvalho (2006, p.1), quando ocupava o cargo de coordenador jurídico da Abraço, responsabilizou o governo pela proliferação de falsas rádios comunitárias. Ele criticou a concessão de autorizações de funcionamento para emissoras ou entidades ligadas a políticos em detrimento daquelas que cumprem o seu papel e não conseguem a regularização de suas entidades.¹⁴

Mais uma vez, em 2007, os aeroportos de Cumbica e Congonhas, de São Paulo, suspenderam suas atividades por seis minutos em decorrência das interferências de rádio em suas comunicações. O assunto foi discutido pelo governo federal, representado por Hélio Costa, que estava à frente da pasta do MiniCom, durante o 24º Congresso Brasileiro da Radiodifusão, organizado pela Associação Brasileira de Telecomunicações (Abert) e realizado naquele mesmo ano. Na ocasião, Costa culpou as rádios comunitárias pelo fato e anunciou um recrudescimento na repressão a essas emissoras: “A partir de hoje estamos pedindo à Justiça que penalize tamanha falta de respeito. A pena para quem infringe a lei é de até dois anos de cadeia. Ninguém tem o direito de colocar a vida de outras pessoas em risco” (Sada & Delmanto, 2007).

Diante das acusações de interferências das rádios comunitárias no tráfego aéreo, o presidente do Centro de Estudos de Mídia Alternativa, Altamiro Borges,¹⁵ cita estudos já concluídos sobre o

14. O levantamento sobre o número de entidades que conseguem autorizações para a instalação de rádios comunitárias com apoio político em relação àquelas que buscam regularização sem nenhum vínculo político pode ser verificado em Lima & Lopes, 2007.

15. Altamiro Borges é também membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

tema para rebater as afirmações de que essas emissoras seriam capazes de invadir o sistema de comunicação entre aviões. Em reportagem publicada no Portal Vermelho e compilada em seu livro (Borges, 2009, p.152), ele recorre ao relatório do grupo interministerial criado pelo governo federal em 2003 para estudar a realidade das rádios comunitárias, no qual fora relatado o fato de que várias interferências registradas no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, teriam sido causadas por rádios comerciais, entre elas, a Rádio Globo. Borges cita o relato de um fiscal da Anatel, o qual revelava que nos casos em que havia interferência de rádios legalizadas, bastava um telefonema para que o caso se resolvesse, mas, quando se tratava de emissoras que não estavam regularizadas, a forma de reverter a interferência era por meio da polícia, que detectava o sinal e tomava as medidas previstas na legislação. Ele dizia que, nesses casos, a polícia já ia armada, pois o fato era tratado como crime.

Quanto ao potencial de interferência de uma rádio comunitária no sistema de comunicação aéreo, Marcus Manhães, engenheiro do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, explica que uma emissora com 25 watts de potência, a uma distância mínima de um quilômetro e meio dos aeroportos, seguindo as determinações da Lei da Radiodifusão Comunitária, dificilmente poderia interferir nas comunicações aéreas. O engenheiro afirma que as rádios comerciais seriam mais “potencialmente interferentes”, pois trabalham com potências muito superiores. Ele afirma: “utilizando esta comoção dos acidentes aéreos, fica muito fácil atribuir responsabilidade a quem é mais fraco” (Manhães apud Borges, 2009, p.152).

Da mesma forma, o coronel Ricardo Nogueira (1999, p.52) detalha dados que comprovariam uma situação de menor potencial de interferência das rádios comunitárias no sistema de comunicação aéreo. Em reportagem publicada na *Revista Imprensa*, o militar afirma que há um exagero nas abordagens jornalísticas sobre as interferências nas comunicações dos aviões e, embora reconheça

que o problema exista, ele avalia que o fato não justifica o fechamento das emissoras comunitárias. Nogueira explica que existem três tipos de interferência na comunicação dos pilotos com as torres de controle do tráfego aéreo. A primeira delas é provocada por máquinas industriais, mas afirma que estas não gerariam problemas porque há equipamentos de proteção a esse tipo de invasão no sistema. Já a segunda teria um caráter criminoso, feita propositalmente por radiocomunicadores que fingem ser o comandante das aeronaves. Por fim, o coronel cita o terceiro tipo de invasão no sistema de comunicação da Aeronáutica, provocada pelos transmissores de rádio com aparelhos defeituosos ou de baixa qualidade. Contudo, salienta que, por se tratar de um ajuste técnico, uma rádio que possua concessão de funcionamento, com equipamentos regulares, também pode interferir.

Por meio de uma carta aberta, publicada no Observatório da Imprensa, em junho de 2007, os integrantes do Fórum Libertário em Defesa das Rádios e TVs Comunitárias denunciaram que a criminalização das rádios comunitárias ocorria de maneira recorrente no país: “A campanha em curso parece-nos mais uma tentativa para esconder os verdadeiros responsáveis do apagão aéreo” (Observatório da Imprensa, 2007).

As discussões em torno da interferência das rádios no tráfego aéreo estão diretamente ligadas a um tema que certamente ocupa um dos maiores espaços entre debates dos defensores da democratização da comunicação, que é a legislação e a existência de políticas públicas para o setor. Os questionamentos estão voltados à necessidade de atualização das leis que regem a comunicação no país, com atenção à ampliação do acesso dos cidadãos à comunicação, com atenção às rádios comunitárias, tema que será discutido na seção que se segue.

Avanços e retrocessos na legislação sobre radiodifusão e radiodifusão comunitária

No dia 10 de abril de 1995, um grupo de representantes de rádios comunitárias participou de uma audiência, em Brasília, com o então ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que o recebeu para ouvir reivindicações do setor, após uma série de pressões dos movimentos sociais realizadas anteriormente sobre o governo. Estimativas apontavam a existência de milhares de rádios livres e comunitárias operando na ilegalidade naquele período e, diante disso, o próprio Ministério Público já teria se manifestado apontando que aquele seria um fenômeno social que exigia urgência na criação de uma legislação que o regulamentasse. A audiência seria a primeira manifestação do governo e, conseqüentemente, o marco inicial oficial para a regulamentação da radiodifusão comunitária no Brasil.

Em 1996, sete projetos de lei foram apresentados no Congresso Nacional para a regulamentação das rádios comunitárias, resultantes da mobilização promovida pelo Seminário de Radiodifusão Comunitária Livre, realizado na Câmara dos Deputados, nos dias 23 e 24 de abril daquele ano, promovido pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O projeto principal, já que foi o primeiro a ser protocolado no Legislativo, foi o de nº 1.521/96, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB-SP. Posteriormente, a iniciativa recebeu contribuições dos projetos dos deputados Franco Montoro (PSDB-SP), Fernando Gabeira (PT-RJ), Confúcio Moura (PMDB-RO), Aldo Arantes, (PCdoB-GO) e Pedrinho Abraão (PMDB-GO), além do projeto do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), em nome do Poder Executivo (Luz, 2008).

A audiência com o ministro das Comunicações, em 1995, representou uma aproximação entre o Estado, disposto a criar um dispositivo legal de amparo às emissoras de baixa potência, especialmente às comunitárias, e os representantes de movimentos sociais que reivindicavam abertura no acesso à comunicação. A reunião com Sérgio Motta despertou expectativas nos grupos que defendiam a democratização das comunicações, já que a iniciativa

poderia representar uma transformação na configuração desse setor no país, que até então ainda era regido por leis instauradas durante o regime ditatorial ou ainda antes desse período, como é o caso do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962.

No começo da década de 1960, período em que houve crescimento da radiodifusão, com ascendência do mercado publicitário para a televisão e queda para o rádio, foi instituído o primeiro instrumento de regulação do setor, sob a forte pressão das empresas constituídas nessa área de atuação. A medida foi bastante tardia, já que, desde a década de 1920, alguns países já tinham regulações específicas para esse campo, como é o caso britânico, que definiu a radiodifusão como um serviço público ainda antes da chegada da televisão. Após tentativas frustradas de elaboração do Código Nacional de Radiodifusão, foi criado o CBT, a partir do Projeto de Lei nº 36, apresentado ao Congresso Nacional em 1953. As negociações evoluíram e a regulamentação da radiodifusão foi aprovada no Congresso em 1962.

Embora o projeto do CBT tivesse recebido 52 vetos do então presidente João Goulart, todas as alterações apontadas pelo Poder Executivo foram revertidas no Congresso e o documento manteve sua forma original. Na manhã da votação dos vetos, fora criada a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), momento em que os empresários do setor se organizaram para a defesa de seus interesses e a ampliação da pressão sobre o governo. Dessa forma, garantiram a mobilização do empresariado diante do crescimento da radiodifusão brasileira, embora as regulamentações representassem um Estado mais forte no que se refere às políticas de comunicações (Barros Filho, 2010, p.44; Bolaño, 2007, p.13).

Nesse período ainda não existia uma política de comunicação de massa, com uma regulação que direcionasse a atuação dos meios eletrônicos no Brasil. Dessa forma, quando o governo militar foi instalado no país, a partir do golpe de 1964, a comunicação foi um dos principais instrumentos utilizados pelo governo sob o argumento de contribuir para a “unidade nacional” e a consequente segurança do território brasileiro. O CBT favoreceu a consolidação

de um sistema comercial privado de rádio e televisão, atuando de forma bastante diversa de países da Europa que já haviam configurado a radiodifusão como um serviço público. O CBT unificou a regulamentação do rádio e da TV, incluindo pela primeira vez a televisão entre os instrumentos de veiculação da informação, tendo em vista que os decretos da década de 1930 se detinham especificamente sobre as ações do rádio. Sua regulamentação ocorreu em 1963, um ano após ser instituído, com detalhes sobre a estrutura e a forma de atuação do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel). Esse órgão tinha a função de elaborar o Plano Nacional de Telecomunicações, tendo sido criado também o Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), este dedicado à fiscalização do sistema de radiodifusão. Tais regras legais não sofreram alterações até a década de 1990 (Bolaño, 2007, p.12).

A regulamentação do CBT, em 1963, ratificou que parlamentares em atividade legislativa não podiam ser proprietários, gerentes ou diretores de veículos de rádio ou televisão; entretanto, ainda nos dias atuais, não são raros os casos de políticos no comando de empresas de radiodifusão. Desde a década de 1980, os veículos impressos já denunciavam em suas páginas a participação de deputados e senadores, bem como de ministros, que teriam favorecimentos na obtenção de concessões públicas. No período militar, em 1967, o CBT foi complementado pelo Decreto-Lei nº 236, publicado no dia 28 de fevereiro. O documento trazia uma postura mais centralizadora e autoritária do governo federal em relação à radiodifusão, impondo penalidades mais severas do que a proposta inicial do Código. Desde aquele período, a atuação de rádios ilegais passou a ser caracterizada como crime, com pena de um a dois anos de detenção, podendo ser ainda ampliada em caso de danos a terceiros, penalidades que posteriormente foram aplicadas aos radiodifusores comunitários que atuavam sem autorização.

Nessa mesma complementação de 1967, foi criado o MiniCom, ao qual passaram a estar vinculados o Contel e o Dentel, bem como o Sistema Telebrás, que reunia sob seu comando a Embratel, que entrou em atividade somente naquele ano, após ter sido

prevista no CBT, em 1962. Entre as determinações da complementação à legislação daquele ano, esteve a limitação de propriedade de emissoras por cada concessionário em no máximo 10, sendo cinco VHF e duas por estado. O Código então eliminava a possibilidade de estrangeiros serem donos ou participarem da direção de empresas de comunicação brasileiras (Bolaño, 2007, p.13).

Com todas essas medidas adotadas na década, cada vez mais o rádio era inserido em uma realidade de forte exploração comercial, em detrimento do pouco espaço destinado à informação, à cultura e à educação na programação das emissoras existentes no período. Tais mudanças alteravam o seu impulso cultural e educativo inicial, seguindo as prerrogativas defendidas por Roquete Pinto, seu idealizador.

Ainda na década de 1960, embora o país estivesse sob o regime ditatorial, o Brasil aderiu ao documento internacional resultante da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, o Pacto de São José da Costa Rica. O documento, de 1969, defendia a liberdade de expressão e condenava qualquer tipo de restrição relacionada a esse direito. Contudo, as orientações não saíram do papel.

Com o poder de conceder autorizações para o funcionamento das emissoras de rádio e televisão em suas mãos, desde os primeiros decretos regulamentadores do rádio, o governo militar passou a utilizar esse mecanismo como forma de barganha. Tal fato se intensificou no governo Figueiredo, 1979 a 1985, com quase setecentas concessões distribuídas durante seu mandato, entre rádio e televisão. Nos dois últimos meses de seu governo, o general assinou 91 decretos de outorgas, em uma média de 1,22 concessão por dia (Lima, 2007, p.9).

O caso da concessão de um canal de televisão em Cascavel ao deputado federal José Carlos Martinez (PDS-PR), no ano de 1984, foi emblemático. Figueiredo concedera a outorga ao deputado mesmo sem haver a disponibilidade do canal no Plano Básico de Distribuição, preparado anteriormente pelo MiniCom. Embora a concessão tenha sido outorgada em 5 de dezembro de 1984, o canal

foi previsto no Plano somente em 4 de fevereiro de 1985 (Lima, 2008, p.3).

Durante o seu governo, João Figueiredo fixou diretrizes que ampliaram o caráter privado da radiodifusão, tendo a viabilidade econômico-financeira como um dos critérios de autorização das outorgas. Ao Estado caberia apenas a obrigação de exercer funções complementares. Conforme Pereira (1987, p.22), não havia nenhuma preocupação em permitir que segmentos ou instituições sociais ligados a movimentos comunitários, educativos ou culturais tivessem acesso à comunicação, sendo todos eliminados antecipadamente do sistema.

Essa manobra política de favorecimento a determinados grupos políticos na concessão de canais de rádio e televisão deu origem à expressão “coronelismo eletrônico”, em alusão ao poderio dos então chamados coronéis do latifúndio do ar. Tratava-se de um desdobramento da nomenclatura lançada por Victor Nunes Leal, em seu livro *Coronelismo, enxada e voto*,¹⁶ publicado pela primeira vez em 1949. No entanto, nesse caso, a moeda de troca com os membros do governo não eram mais as terras, mas sim a mídia eletrônica, a qual seria utilizada como forma de influenciar o voto dos eleitores.

Lima (2007, p.3) explica que o “coronelismo eletrônico” foi um fenômeno da segunda metade do século XX, resultante do modelo de outorga de concessões da radiodifusão. Nessa prática, as emissoras mantidas por publicidade oficial e articuladas em redes nacionais de comunicação se envolviam em consensos políticos entre o governo e os radiodifusores, facilitando eleições e reeleições em seus cargos que, por sua vez, manteriam os concessionários com suas outorgas e o poder de influência social.

16. “O coronelismo se refere a um momento da história brasileira no qual os fazendeiros utilizaram poderes alternativos à concentração econômica – o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto – como uma moeda para negociar sua sobrevivência no comando do poder municipal e o governo federal” (Santos, 2006). A adoção desse termo nas Ciências Sociais tem sido motivo de críticas quanto ao seu conceito original, porém é utilizado em grande medida.

Mas essa relação de troca entre o governo e os políticos, realizada inicialmente em âmbito estadual e federal, ganhou novos moldes a partir de 1976, durante as eleições municipais daquele ano, conforme constata Lima (2007, p.4). Naquele período, foi definido um novo “compromisso” entre o presidente da República, general Ernesto Geisel, e os municípios. Geisel buscou vínculos com lideranças locais diante da necessidade de prevalecer sobre os governos estaduais. Com os municípios em uma situação de fortalecimento político diante da nova postura do governo federal, surgia então o chamado “coronelismo eletrônico de novo tipo”, expressão cunhada por Venício Lima, que estava relacionada ao vínculo estabelecido com as prefeituras nas permissões e autorizações de funcionamento das emissoras locais. A barganha ocorreu no âmbito municipal desde 1978, com concessões de emissoras de rádio FM e, posteriormente, com rádios comunitárias, legalizadas a partir de 1998, quando foi instituída a Lei da Radiodifusão Comunitária, que será abordada mais adiante.

Na segunda metade da década de 1980, no entanto, o país começava a se mobilizar para uma mudança em sua legislação, o que aconteceu com a Constituição de 1988. Ações de atores sociais foram intensificadas desde a década anterior, incluindo entidades sindicais, religiosas e acadêmicas, além de diversas associações que reivindicavam democracia e estavam interessados em contribuir para a criação de políticas públicas para as comunicações. Tal organização auxiliou na mobilização e discussão sobre a comunicação durante a Assembleia Constituinte, instaurada em 1987, como um desdobramento da mobilização realizada no movimento pelo voto direto em 1984, na Campanha das Diretas Já.

A situação de poder sobre a concessão de outorgas por parte do presidente da República, que se estendia havia décadas, sofreu alterações somente a partir do texto constitucional de 1988. Contudo, ainda não houve mudanças significativas na relação de barganha para a destinação das outorgas aos concessionários. No período da Assembleia Constituinte, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães (ACM), assinou mais de mil ou-

torgas para senadores constituintes na busca de apoio para a ampliação do mandato do presidente José Sarney para cinco anos (Intervozes, 2007, p.6). A própria indicação de ACM para o posto de ministro foi uma derrota dos movimentos sociais que reivindicavam a nomeação do deputado federal e jornalista Freitas Nobre para o cargo, já que este seria capaz de incentivar políticas favoráveis à democratização da comunicação. Contudo, a ligação de ACM com redes de televisão e sua posição de “avalista” da chamada Nova República, o colocaram no posto de ministro.

Como forma de organização e ampliação da força de pressão sobre os parlamentares membros da Assembleia Constituinte, jornalistas e integrantes de movimentos sociais elaboraram o documento intitulado “A comunicação na Constituinte”, com demandas de democratização das comunicações. Estiveram à frente da iniciativa os sindicatos de jornalistas de diferentes regiões, bem como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Além de citar experiências presentes em textos constitucionais de países como Espanha, Portugal, Itália e outros, em que o direito à comunicação estava garantido, tendo ainda, em alguns casos, assegurado o direito à informação, as entidades reunidas em torno do documento que seria encaminhado ao Congresso Nacional previam uma “transformação radical no sistema de comunicação e no processo político” do país, caso fossem incluídas as suas reivindicações (Peireira, 1987, p.22).

Entretanto, a efervescência política presente no momento dos trabalhos da Assembleia Constituinte não foi suficiente para proporcionar uma maior abertura democrática à radiodifusão. O desfecho revelou-se bastante decepcionante aos movimentos de entidades organizadas em torno do tema. Desse modo, a Constituição de 1988 pouco alterou a relação de poderes da comunicação social. O texto constitucional, na realidade, apenas consolidou os interesses comerciais vigentes:

Donos de canais de rádio e de televisão decidiram, como constituintes, sobre seus interesses, em conflito ou em cooperação com

o Ministro das Comunicações, sob a batuta de um dirigente da Abert e de um importante advogado que era seu assessor, todos ignorando o que estipula o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte e torpedeando o bom andamento das discussões e o trabalho do bravo relator Artur da Távola. (Fernandes, 1989, p.105)

O texto da Constituição de 1988, porém, reservou à comunicação um capítulo específico com cinco artigos, ainda que várias proposições a respeito da democratização da comunicação, então reivindicada por movimentos sociais organizados desde a mobilização pelas Diretas Já, em 1984, tivessem sido extintas na plenária geral de votação. O grupo que destinou as suas discussões às questões que envolviam a comunicação, composto por muitos concessionários de emissoras de rádio ou televisão, foi o único que não conseguiu concluir o relatório final dos debates por não haver consenso entre os pares.

Diante do longo período de regime ditatorial, em que a censura pairava sobre as redações dos jornais e dos movimentos sociais, a Constituição de 1988 se configurava como a possibilidade de banir de forma definitiva a prática restritiva de direitos, substituindo essa barreira pela defesa da liberdade de manifestação do pensamento e pelo direito de expressão, entre outros. O objetivo do texto constitucional era garantir que fossem assegurados os direitos civis, políticos e sociais no país.

Entre os cinco artigos referentes às comunicações incluídos na Constituição (artigos 220 ao 224), estiveram a defesa da liberdade de expressão, a proibição da censura e do monopólio e oligopólio nas comunicações e o entendimento de que a programação das emissoras de rádio e televisão deveria ser educativa e cultural, além de oferecer estímulos à produção independente e à regionalização de conteúdos. Os artigos ainda previam a limitação de participação estrangeira sobre os investimentos nas empresas de comunicação em 30%; a definição dos prazos de concessão em 10 anos para rádio e 15 para televisão; e, finalmente, a criação do Conselho de Comunicação

Social (CCS) como órgão auxiliar do Congresso Nacional, que foi constituído somente em 1991, durante o governo Collor, mediante pressão social. Mesmo instituído, o órgão foi alvo de muitas críticas quanto à sua real atuação, o que será discutido mais à frente. Sobre as dificuldades para o estabelecimento do capítulo sobre a comunicação na Constituição de 1988, Lima resume:

As normas e princípios que estão na CF88 foram resultado de um difícilimo embate entre os interesses em avançar na democratização do setor e aqueles que, àquela época e ainda hoje, defendem o *statu quo* legal. Tanto isso é verdade que, na Constituinte, a Comissão onde estava o tema da comunicação foi a única que não chegou a ter um relatório final. Os acertos para a redação do Capítulo V (do Título VIII) – Da Comunicação Social – foram feitos já no âmbito da comissão de sistematização. Além disso, o que finalmente se conseguiu inscrever na CF88 em termos de avanço para a área, resultou de anos de articulação da sociedade civil em torno de bandeiras concretizadas através de Emendas Populares e pressão diuturna durante todo o processo constituinte. (Lima, 2011, p.1)

Se, por um lado, havia a expectativa da regulamentação de diversos artigos da Constituição para que estes fossem consolidados, principalmente na área da comunicação, por outro, algumas medidas que se sucederam nos governos posteriores contribuíram para dificultar o processo em curso do avanço na democratização das comunicações que então poderia ter sido impulsionado a partir das previsões do texto constitucional. Em 1990, o presidente Collor de Mello extinguiu o MiniCom, incorporando-o ao Ministério da Infraestrutura, que, em 1991, fora transformado em Ministério dos Transportes e Comunicações. Entre as medidas tomadas em seu governo esteve o Decreto nº 177/91 que regulamentou o sistema de televisão a cabo e a Lei nº 8.389/91 que trouxe regulamentações do Conselho de Comunicação Social (CCS).

Embora o CCS¹⁷ tivesse sido criado para ser um órgão auxiliar do Congresso na fiscalização das empresas de radiodifusão, sobretudo no que se referia às garantias de informação diversificada e outras medidas previstas na legislação, a atuação dos seus membros, nomeados pelos senadores, foi alvo de críticas. Em artigo publicado em periódico científico, Brittos, Nazário & Simões (2006, p.8) denunciavam que as indicações tinham sido definidas por acordos entre entidades políticas e instituições econômicas da área de comunicações. Os autores avaliaram que o CCS ficou, em grande medida, mapeado por uma visão de mercado, devido ao fato de que a maioria da representação de seus integrantes foi ocupada por empresários do setor. Ademais, os autores pontuaram que a representação da sociedade civil era praticamente inexistente na primeira gestão daquele órgão consultivo. Mesmo com a sua criação em 1991, com previsão de nomeação dos seus membros até 1992, as indicações dos nomes para comporem o CCS foram efetuadas somente em 2002, decorrentes de pressão da Fenaj, Fórum Nacional de Democratização das Comunicações (FNDC) e movimentos sociais. Como principal empecilho à atuação inicial do CCS, Rebouças destaca:

Um dos principais fatores que fez com que o CCS demorasse tanto tempo para entrar em funcionamento foi o fato de que, na época de sua instalação, no início de 1992, 109 deputados e senadores (21% do Congresso Nacional), cinco governadores de estados, o ex-presidente da República, José Sarney, e o atual Fernando Collor de Mello, serem proprietários ou terem algum

17. De acordo com o regimento da lei que criou o CCS, os seus membros deveriam ser escolhidos em comum acordo entre o Congresso Nacional, entidades representativas das empresas de radiodifusão e de membros da sociedade civil, que poderiam encaminhar à mesa da instituição sugestões de nomes que integrariam a sua representação, com a palavra final ficando a cargo do Senado. Foi previsto ainda que o presidente e vice-presidente do conselho deveriam ser definidos entre os cinco membros da sociedade civil (Brittos, Nazário & Simões, 2006, p.3).

interesse pessoal em empresas de comunicações. (Rebouças, 2003, p.73)

A instalação do CCS foi realizada após um acordo com os líderes de diversos partidos. A votação do segundo turno da PEC 5/2002, que abria espaço ao capital estrangeiro nas empresas de mídia, foi condicionada à definição de composição do Conselho. Os nomes propostos para as vagas destinadas aos setores empresariais e profissionais não sofreram nenhuma oposição do Congresso, o que não ocorreu com a lista dos cinco membros que representariam a sociedade civil. Entre as entidades representadas nessas vagas estiveram a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço), a Agência Nacional dos Direitos da Infância (Andi), o Conselho Brasileiro de Cinema, o Conselho Federal de Psicologia e a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecos). A resistência dos parlamentares estava ligada à inclusão de um integrante da Abraço, segmento da radiodifusão comunitária, setor que ainda não possuía legislação específica. A entidade acabaria sendo excluída do quadro de entidades representativas da sociedade civil que comporiam o CCS, o que gerou críticas por parte das entidades organizadas.

Entre 1995 e 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) fez alterações no sistema brasileiro de comunicação voltadas, principalmente, à área de telefonia. As mudanças foram realizadas no momento em que os empresários estrangeiros do setor das comunicações, atraídos pela política neoliberal intensificada naquele período, exigiam garantias para os seus investimentos. Com isso, as medidas adotadas não seriam propriamente resultados de um projeto nacional para a comunicação do país, mas sim de uma adequação necessária para o novo perfil do setor.

Foi nesse cenário da política brasileira que, em 6 de janeiro de 1995, FHC sancionou a Lei do Cabo, nº 8.977 (Brasil, 1995). Para os agentes envolvidos com os movimentos sociais, a aprovação da lei representaria uma vitória e poderia abrir caminhos para “transformações estruturais no sistema de comunicação do Brasil”

(Souza, 1996, p.47-8). Como uma nova tecnologia a ser implantada, o sistema da cabodifusão era visto como uma forma de ampliação de acesso à comunicação por parte de diferentes agentes sociais, podendo ser, inclusive, uma maneira de televisão interativa, tendo em vista as suas potencialidades. O tema estava incluído havia anos na pauta de discussões entre agentes e frentes atuantes pela democratização da comunicação, tendo o Fórum Nacional de Democratização das Comunicações (FNDC) como um de seus expoentes.

Entretanto, ainda que tivesse havido alguns avanços com a conquista de espaços públicos para a atuação de entidades, com “canais básicos de utilização gratuita”, incluindo “um canal comunitário aberto para a utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos” (Brasil, 1995, artigo 23, inciso I, g), a cabodifusão acabou sendo um espaço de utilização das grandes redes. A legislação implantada permitia a atuação de empresas estrangeiras no mercado das telecomunicações a cabo em até 49%.

Já em 1996, em meio às mudanças na legislação do país, os membros dos movimentos de “rádios livres” intensificaram sua articulação e a reunião realizada com o ministro das Comunicações, citada na abertura desta seção, despontava como uma possibilidade de avanço no que se refere à inclusão da comunicação comunitária entre as leis que regiam a radiodifusão brasileira. Naquele período, o ministro Sérgio Motta anunciava publicamente a sua intenção de “mudar” o cenário das rádios comunitárias, com promessas de regularização desse setor. Tais posicionamentos vinham acompanhados de rumores de sua candidatura para a disputa do cargo de prefeito de São Paulo, embora Motta negasse essa intenção.

No mesmo ano, FHC definiu regras mais rigorosas para as outorgas de rádio de uma maneira geral, por meio do Decreto nº 2.018/96 (Brasil, 1996), publicado na última semana de dezembro. Entre os critérios apontados no documento presidencial estava a reafirmação da necessidade de licitação para as concessões; o impedimento da participação de políticos em exercício na direção das concessionárias e a determinação de que uma mesma empresa ou

membros acionários desse grupo não poderiam receber mais de uma outorga para o mesmo tipo de veículo em uma mesma localidade.

Ainda no contexto das mudanças legislativas no sistema da radiodifusão realizadas pelo governo FHC para a implantação de políticas liberais no país, se encontrava a criação da Lei Geral das Telecomunicações (LGT), de 1997, que teria a função de modernizar a legislação em vigor no país, definida por meio do CBT de 1962, que por sua vez continuaria a vigorar para o rádio. Tal processo foi caracterizado por Lopes da seguinte forma:

Havia um interesse hegemônico de privatizar o sistema Telebrás e de reformular a legislação de telecomunicações, porém o mesmo não se podia falar em relação à radiodifusão. A atuação dos *lobbys* de radiodifusores, bem como a resistência de membros do governo e, principalmente, do Parlamento, terminou por sepultar qualquer tentativa de reforma na radiodifusão. Resultado: separação das telecomunicações da radiodifusão e a edição de uma Lei Geral de Telecomunicações que manteve praticamente intactos os preceitos do Código Brasileiro de Telecomunicações referentes ao rádio e à televisão. (Lopes, 2005, p.4)

Além disso, nesse mesmo ano, fora criada a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por intermédio da Lei nº 9.472/97 (Brasil, 1997a), sendo a sua constituição mais uma das imposições do capital estrangeiro que vinha se instalando no mercado nacional e buscava melhores condições de competição no setor. A criação da Anatel era motivada sobretudo pelo objetivo de privatização do sistema Telebrás (Rebouças & Martins, 2007, p.8). Entretanto, a agência teria um caráter fiscalizador, atuando como regulador do Estado na área, mas com certa autonomia em relação ao governo.

Entre outras atribuições, a lei que criou a Anatel previa-lhe a função de “realizar busca e apreensão de bens no âmbito de sua competência” (Brasil, 1997a, artigo 19, inciso XV). Para as lideranças políticas envolvidas com a busca pela democratização das

comunicações, tal dispositivo poderia criar brechas para ações que poderiam prejudicar as rádios comunitárias. Sendo assim, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 1.668 (Brasil, 1997b) foi movida no Congresso Nacional envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), em busca da garantia de que as buscas de apreensão de bens só fossem realizadas mediante mandado judicial.

Em 9 de outubro de 1997, o Supremo Tribunal Federal (STF) acatou o pedido dos partidos, adotando a obrigatoriedade de apresentação do documento judicial para as ações de apreensão ou lacre que fossem realizadas pela Anatel. Contudo, as críticas de entidades e associações que lideravam emissoras de caráter comunitário davam conta de que as diligências da Anatel, na maioria das vezes, ocorriam sem mandados judiciais, em desacordo com o determinado pelo STF. Tal situação foi alterada em 2004, durante o governo Lula, quando o Projeto de Lei nº 10.871/04 (Brasil, 2004), do Poder Executivo, conferiu aos agentes da Anatel o poder de polícia, o que lhes permitiu agir sem a necessidade de aval judicial.

Paralelamente às demais discussões parlamentares sobre as telecomunicações durante o primeiro governo FHC, seguiram-se debates sobre a criação de uma lei para as rádios comunitárias. Além das entidades como a Abraço e o FNDC, que apoiavam uma legislação que facilitasse a atuação de emissoras comunitárias no espectro eletromagnético, também participou ativamente dessas discussões a Abert, que teve grande influência nos desdobramentos dessa legislação devido à abertura proporcionada pelo governo para a formatação da lei de acordo com o interesse da representação dos empresários do setor de rádio e televisão. Finalmente, em 28 de janeiro de 1998, o Senado Federal aprovou o projeto que deu origem à Lei nº 9.612¹⁸ da Radiodifusão Comunitária, que foi sancionada em 19 de fevereiro de 1998.

18. As legislações que estão ligadas às rádios comunitárias são: Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998; Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; anexo à Resolução

Em entrevista a documentário, Brant (2008, audiovisual), presidente do Coletivo Intervozes, avaliou que o então ministro Sérgio Motta implantou a legislação para as rádios comunitárias durante o governo FHC em decorrência de pressões internacionais que vinha sofrendo. O membro do Intervozes enfatizara que era inaceitável que não houvesse uma legislação específica no país sobre o tema, e, diante de tal situação, a saída encontrada pelo ministro teria sido buscar as condições básicas para a criação da lei junto com a Abert. Entre as regras listadas por esta, se encontrava a limitação de apenas um canal para cada localidade, a restrição de abrangência do sinal das emissoras em apenas um quilômetro e a proibição da publicidade comercial para aquelas que fossem legalizadas a partir da lei, então em fase de elaboração (*Democratização FM*, 2008).

No mesmo documentário, Gomes (2008, audiovisual), representante da Associação Mundial das Rádios Comunitárias (Amarc), denunciou que 70% dos deputados que compunham a Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação (CCTC), responsável pela aprovação dos projetos destinados à legislação para a radiodifusão comunitária, eram concessionários ou representantes de emissoras comerciais (idem, 2008). E ainda no mesmo audiovisual, o integrante da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, Oliveira (2008, audiovisual), afirmou que a lei se configurou como um entrave para o setor, já que, se antes se fechavam emissoras que estavam ilegais por não haver uma legislação que normatizasse o setor, após a Lei nº 9.612 passaram a se lacrar as rádios comunitárias por força da lei que fora criada. Segundo ele, tal legislação fora implantada para restringir e não dar impulsão às ações favoráveis à comunicação comunitária (ibidem, 2008).

nº 67, de 12 de novembro de 1998; Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998; Norma nº 2/98; Norma complementar do serviço de radiodifusão comunitária Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, modificada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; Portaria nº 17, de 31 de janeiro de 1983; Portaria nº 83, de 19 de julho de 1999.

Em artigo, Luz (2008, p.4) disse que a intenção do governo era que “a lei fosse a pior possível”. Conforme afirmou, após uma reunião realizada no dia 20 de março de 2006, entre um grupo de parlamentares e Joaquim Mendonça, presidente da Abert à época, curiosamente, a lei fora aprovada exatamente como havia sido proposta pela associação representante do empresariado da comunicação.

A Lei nº 9.612/98 e sua regulamentação definiram a atuação das rádios de baixa potência (comunitárias) com “cobertura res-trita”, instaladas em “localidades de pequeno porte”. Em sua primeira discussão, os deputados descartaram a emenda que propunha limitar o alcance do sinal das emissoras em um quilômetro, mas a definição acabou imposta posteriormente por meio de decreto presidencial, publicado no mesmo ano. A lei ainda determinou que o sistema somente poderia ser operado por associações ou fundações legalmente regularizadas, sediadas na comunidade há mais de dois anos e que tivessem dirigentes brasileiros. Para as atividades das rádios comunitárias, a lei previu a obrigatoriedade da existência de um conselho comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades locais existentes na região de instalação da emissora, tendo a função de acompanhar a programação em atenção à necessidade de atender o interesse da comunidade.

A lei normatizou também as documentações exigidas pelo MiniCom para a abertura do processo de regularização das emissoras comunitárias. Entre os documentos exigidos para a comprovação da situação jurídica da associação ou fundação que pleiteasse o direito de executar o serviço e dos membros de sua liderança foram previstos o estatuto da entidade, devidamente registrado; a ata da constituição da associação ou fundação, bem como ata da eleição dos seus dirigentes, também registrada em cartório; além de um ofício atestando a naturalidade dos diretores, os quais deveriam ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Para pleitear a regularização ainda seria necessário apresentar a comprovação de maioria dos diretores; a manifestação popular em apoio à iniciativa, formulada por um abaixo-assinado composto

por membros de entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tivessem residência, domicílio ou sede na área; a declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço; além dos ofícios e projetos técnicos que comprovassem a viabilidade da emissora.

Após a sanção da Lei nº 9.612, em fevereiro de 1998, o governo publicou em julho, cinco meses depois, o Decreto nº 2.615 (Brasil, 1998b) para a sua regulamentação. Entre as definições da normatização da lei estava a destinação de apenas um canal para rádios comunitárias por município; a proibição de publicidade; a exigência de que a diretoria da rádio fosse residente na comunidade, delimitada em um quilômetro de raio; a determinação de que, se a rádio comunitária interferisse em alguma emissora comercial, o Estado deveria punir a primeira, em benefício da segunda, sem tratamento semelhante em situação inversa; a proibição de atuação em cadeia entre as emissoras comunitárias; e a limitação da potência de 25 watts para o seu funcionamento.

Duas alterações foram realizadas na lei nos anos que se seguiram, sendo a primeira em 2001. Na Medida Provisória nº 2.143-33/01 (Brasil, 2001), o governo estipulou o prazo de noventa dias para a conclusão das análises dos pedidos de regularização encaminhados ao Congresso. Caso esse tempo não fosse respeitado, as emissoras teriam direito à autorização provisória de funcionamento. Essa cláusula foi muito utilizada posteriormente pelas entidades que esperavam havia anos pela deliberação de suas demandas, sendo a principal argumentação de diversas ações públicas ajuizadas contra o governo, discussão que será retomada mais adiante. A segunda alteração da lei ocorreu em 2002, ampliando o tempo da autorização de funcionamento de três para dez anos.

Nos moldes da legislação em vigor, uma autorização só é deliberada após a conclusão de vários procedimentos, sendo o primeiro deles a “demonstração de interesse” da entidade pela sua regularização mediante ofício encaminhado ao MiniCom, o qual deve

também ser submetido à Anatel. Posteriormente, a critério do MiniCom, é publicado o “aviso de habilitação”, em forma de edital, que dá início ao prazo para que as entidades interessadas na regulamentação preparem os documentos que precisam ser apresentados para análise até a data determinada. Diante dos documentos apresentados, o ministério faz uma consulta técnica e jurídica sobre a documentação e, se for o caso, solicita que as pendências sejam solucionadas pelas entidades. Em seguida, deve-se apresentar o projeto técnico da emissora a ser instalada, com informações sobre longitude e latitude da antena, abrangência do sinal, entre outras.

Concluída essa fase, o MiniCom encaminha o parecer ao Palácio do Planalto e os processos de radiodifusão comunitária são enviados ao Congresso Nacional pela Presidência da República, por meio de uma mensagem presidencial. Na Câmara, os pedidos ainda são discutidos na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), depois pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), onde há duas votações, para então serem encaminhados à plenária de votação e seguir para votação no Senado.

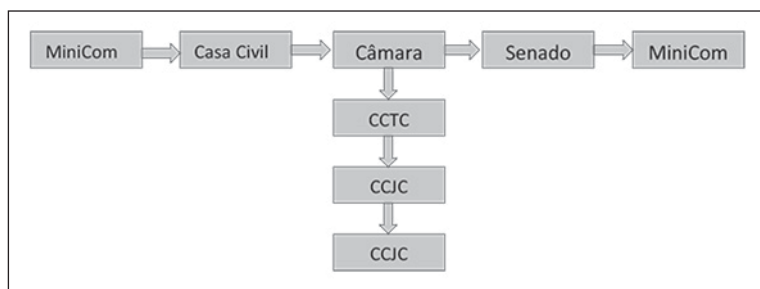


Figura 1 – Representação do fluxo de tramitação dos processos de concessão de radiodifusão

De acordo com a legislação, o Congresso Nacional tem noventa dias para analisar os documentos e se pronunciar sobre a autorização da rádio em caráter definitivo por meio de um decreto

legislativo.¹⁹ Passados os três meses previstos na medida provisória de 2001, as emissoras teriam direito à “licença provisória”, que raramente é concedida, tendo em vista os inúmeros procedimentos de análises pelos quais passa no Legislativo.

O alcance restrito a um quilômetro, a partir de uma antena irradiante de no máximo trinta metros de altura, é um aspecto da legislação de radiodifusão comunitária bastante criticado pelas entidades representativas do setor. No sistema de frequência modulada, os sinais são emitidos a partir do ponto mais alto da antena transmissora e se estende até o solo em uma curva convexa, sendo captada nesse espaço por antenas receptoras. Em entrevista para documentário já citado, Sérgio Gomes (*Democratização FM*, 2008, audiovisual), representante da Amarc, avaliou que a limitação de um quilômetro para as rádios comunitárias não leva em consideração os locais com relevo acidentado e as interferências em zonas urbanas de grande concentração predial. Ele acrescentou que os terrenos brasileiros não podem ser comparados a mesas de bilhar, totalmente planas. Sendo assim, a legislação não seria compatível com a realidade física do território do país.

Outro item que gera inúmeras críticas entre os membros do movimento pelas rádios comunitárias é a proibição do uso de publicidade como forma de sustentação das emissoras. Conforme a legislação vigente, as rádios comunitárias só podem veicular apoios culturais, caracterizados pela menção do nome do estabelecimento que apoie alguma iniciativa da rádio, não podendo, portanto, ter caráter de anúncio. Além disso, os estabelecimentos que contribuem com o apoio devem estar situados na área de abrangência da

19. Existem três tipos de outorgas. São denominadas concessões as outorgas dirigidas às emissoras de TV e rádio com funcionamento a partir de ondas médias e de alta potência, com caráter comercial, sendo uma prerrogativa da Presidência da República expedida por meio de decreto; permissões são destinadas às emissoras FM de caráter local de baixa potência, concedidas pelo MiniCom por meio de portaria; e autorizações são destinadas à regularização de rádios comunitárias, repetidoras e retransmissoras de televisão (Intervozes, 2007, p.11).

rádio, ou seja, em um raio de um quilômetro. Diante de todas as exigências da legislação, Castro (apud Mourão Bahia, 2008, p.130) pondera que a Lei nº 9.612 destoa da vida real, tendo em vista que traz exigências que são praticamente impossíveis de ser aplicadas e ainda prevê a atuação de um voluntariado nas comunidades muito difícil de ser alcançado.

Pouco tempo depois da criação da Lei nº 9.612/98, o governo FHC fechou, em 2002, os escritórios das delegacias estaduais do MiniCom, estando entre eles o escritório de São Paulo, os quais seriam responsáveis pelo recebimento dos ofícios de “demonstração de interesse” e as primeiras análises a respeito da documentação das entidades que pleiteavam a autorização. Quando as delegacias estavam instaladas em diferentes pontos do país, os processos que eram encaminhados para o ministério já estavam em fase de finalização. Com o fechamento dos escritórios, cerca de quarenta mil processos foram transferidos para um único local de análise, em Brasília. Somente em 2010 as delegacias regionais foram reabertas.

No primeiro governo Lula, embora houvesse a expectativa dos movimentos diante de seu histórico de atuação no sindicalismo e atenção ao popular, não foram alcançados avanços nesse setor. As indicações para a coordenação do MiniCom de Miro Teixeira (então membro do PDT-RJ), Eunício de Oliveira (PMDB-CE) e Hélio Costa (PMDB-MG), todos deputados federais quando da nomeação, foram avaliadas negativamente por aqueles que defendiam mudanças no cenário da radiodifusão comunitária. Sobremaneira em relação ao último nome, pela preocupação do movimento das rádios comunitárias devido à sua ligação com grupos empresariais da mídia (Mourão Bahia, 2008, p.121).

Em artigo da revista *Sete Pontos*, Cabral (2005, p.1) afirmou que os três ministros que ocuparam o cargo possuíam históricos de atuações políticas distintas. Enquanto Teixeira se apresentava com caráter mais progressista, se posicionando inclusive a favor de um sistema digital de televisão brasileiro, em detrimento dos modelos americanos, japonês e europeu que estavam em estudo, Oliveira, dono de três emissoras de rádio, duas no Ceará e uma em Goiás,

embora seu nome não constasse no quadro societário, se mostrava mais favorável às negociações com benefícios à grande mídia. Hélio Costa, por sua vez, também dono de emissora em Minas Gerais, responsável pela implantação da Globo Internacional nos Estados Unidos, causou desconforto entre os integrantes do movimento desde as suas primeiras manifestações como ministro. Entre outras ações, Costa definiu o modelo japonês para o sistema de televisão digital no país e, em outra frente de atuação, interrompeu as discussões que estavam em andamento no Grupo de Trabalho Interministerial de Rádios Comunitárias.

As indicações para o ministério, envolvendo integrantes do quadro político da Câmara dos Deputados, os quais não possuíam necessariamente perfis técnicos especializados no setor, sinalizava que tal iniciativa estava mais voltada à ampliação da base aliada do governo do que para a intenção de realmente apresentar soluções às questões da comunicação.

Contudo, o fechamento das delegacias estaduais do MiniCom, realizado por FHC, pouco antes de passar o cargo a Lula, emperrou os trabalhos no ministério. Até maio de 2003, por exemplo, nenhuma autorização foi concedida pelo governo, o que causou descontentamento nos agentes defensores da democratização da comunicação e aumentou a pressão por soluções nesse sistema. Tal fato levou à criação do grupo interministerial, implantado em 2003. Nesse mesmo ano foi publicado o Decreto nº 4.901 (Brasil, 2003), com o qual foi instituído o Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD), responsável pela definição da tecnologia a ser empregada no sistema digital da televisão. Logo em seguida, radiodifusores e o governo ampliaram as discussões sobre o sistema a ser adotado para o rádio, o que despertou preocupação em meio ao movimento, já que haveria empecilhos para as rádios comunitárias no sistema norte-americano, então já adotado para a televisão.

Em 2003 e 2005, portanto durante o governo Lula, dois grupos interministeriais foram criados para que a situação das rádios comunitárias fosse analisada e o problema da morosidade para a concessão das autorizações de funcionamento por parte do Estado

fosse solucionado. A medida seria uma iniciativa estatal que visava sinalizar o apoio do presidente às rádios comunitárias. A cobrança dos grupos organizados favoráveis às emissoras com caráter comunitário era grande sobre Lula, já que este tinha uma história ligada aos movimentos sindicais e, portanto, vinculada às camadas populares e de trabalhadores. Embora as análises ministeriais tivessem trazido subsídios para discussões e argumentações processuais, elas não apresentaram grande avanço em seus objetivos iniciais. No primeiro grupo de trabalho interministerial (GTI), que teve atuação entre 2 de abril e 2 de julho de 2003, Miro Teixeira, à frente do MiniCom, propunha rever os procedimentos adotados para as concessões, tendo o auxílio de membros de diferentes ministérios e também de representantes da Abert. O segundo GTI, criado com o objetivo de adequar a legislação às demandas populares, realizou suas discussões a respeito do assunto entre fevereiro e agosto de 2005. A incumbência desses membros era a de encontrar caminhos para a disseminação das rádios comunitárias. Dessa vez, a iniciativa contou com a participação de representantes do Fórum Nacional de Democratização das Comunicações (FNDC), da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço) e também da Abert.

O relatório final foi avaliado positivamente, tanto pelos movimentos envolvidos com a questão das rádios comunitárias como por pesquisadores da comunicação. Entre as proposições incluídas no documento estavam: a criação de um manual de procedimentos para o auxílio de entidades que pleiteassem a autorização de funcionamento de suas emissoras; a instalação do Conselho de Acompanhamento da Radiodifusão Comunitária; implantação de uma força-tarefa para a análise dos processos parados no ministério, com previsão de conclusão dos trabalhos em 18 meses; simplificação dos documentos exigidos para a abertura dos processos de autorização; elaboração de uma minuta com mudanças na legislação; instituição de um fundo para o auxílio financeiro às entidades.

Embora as resoluções do grupo de trabalho tivessem agradado os defensores da democratização das comunicações, o ministro

Miro Teixeira entendeu que os encaminhamentos não foram satisfatórios e, por omissão ou negligência, optou por não implementar nenhuma das propostas apresentadas (FNDC, 2004, p.1). À revelia do MiniCom, o grupo de agentes que atuava em prol das rádios comunitárias, composto por sete entidades,²⁰ protocolou o relatório final do GTI concluído em 2005, para ser entregue ao presidente Lula, em busca da aplicação das propostas apresentadas.

No entanto, muitos entraves foram interpostos nesse processo de discussão e negociação entre entidades e governo para mudanças na legislação da radiodifusão comunitária. Houve a elaboração e divulgação de um dossiê intitulado “Querem calar a voz do povo – II”,²¹ com denúncias sobre o aumento da repressão às rádios e a violência nas ações da polícia no governo Lula. O documento destacava que essa realidade não convergia com as expectativas e proposta de um governo que defendia uma gestão voltada aos interesses do povo. Cobrava mudanças na legislação, o fim da repressão e a devolução dos equipamentos apreendidos pela Polícia Federal das entidades que mantinham emissoras comunitárias e tinham sido fechadas. Segundo dados do dossiê, o governo do PT teria lacrado

20. A mobilização foi liderada por integrantes do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço), Associação Mundial das Rádios Comunitárias (Amarc), Associação Brasileira dos Canais Comunitários (Abccom), Federação das Associações das Rádios Comunitárias do Rio de Janeiro (Farc), Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF) e Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).

21. Cefúria, 2005. O dossiê foi assinado pela Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), Federação das Associações das Rádios Comunitárias do Rio de Janeiro (Farc), Conselho Regional de Radiodifusão Comunitária (Conrad), TV Comunitária do DF, Associação Mundial das Rádios Comunitárias (Amarc), Associação Brasileira dos Canais Comunitários (Abccom), Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF), Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (SJPRS), Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura (Indecs), Central de Mídia Independente (CMI/DF), Associação Americana de Juristas, Acesso à Cidadania em Direitos Humanos, Movimento de Ação por uma Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (Atacc/Porto Alegre).

mais de 4 mil emissoras em 2004 sob o argumento de serem piratas (Cefúria, 2005, p.12).

Após várias discussões, foi criada, em abril de 2006, uma Subcomissão para a Radiodifusão Comunitária, vinculada à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e presidida pela deputada Luiza Erundina (PSB-SP). A subcomissão tinha a função de analisar mudanças na forma como os processos eram apreciados pelos parlamentares, os quais afirmavam não ter subsídios suficientes para a apreciação no que se referisse às condições jurídicas e de méritos das rádios que pleiteavam a regularização. Contudo, os trabalhos não tiveram andamento em decorrência do envolvimento dos deputados com as eleições de 2006. A subcomissão voltou a ser instaurada em fevereiro de 2007, sob a mesma presidência e a relatoria de Maria do Carmo Lara (PT-MG).

Seis audiências públicas foram realizadas para a discussão sobre as outorgas de emissoras comerciais, educativas e comunitárias. O grupo de trabalho registrou várias dúvidas jurídicas sobre instruções internas de procedimento, tanto no Senado quanto na Câmara, que se constituíram em empecilhos para a apreciação final dos processos dentro do prazo determinado pela legislação em vigor.

A subcomissão realizou pesquisa sobre os processos encaminhados ao Congresso Nacional e verificou que, em 2006, um total de 466 documentações foi destinado à análise, entre outorgas e renovações de rádios FM e AM. Desse total, 240, ou 51,5%, eram pedidos de autorizações para rádios comunitárias. Conforme relatório da subcomissão, a maior parte dos processos estava em andamento na CCJC, instância em que são necessárias duas votações para o prosseguimento dos trâmites. O documento de análise da subcomissão ainda revelava que, mesmo após a indicação da entidade selecionada para prestar o serviço, o Poder Executivo ainda demoraria quase um ano, em média, para que o ato de autorização chegasse à Câmara dos Deputados (CCTCI, 2007, p.44). Além do tempo total que os processos de rádios comunitárias permaneciam com o Poder Executivo, antes de ser encaminhado para votação no

Congresso, em média ainda seriam necessários 71 dias na CCTCI, 166 na CCJC e 83 no Senado. A conclusão dos parlamentares da subcomissão foi de que o tempo gasto para a definição das autorizações estaria muito aquém das determinações legais vigentes no país, o que merecia atenção do governo em busca de uma alteração nessa realidade, com procedimentos mais eficientes.

Entre as propostas de mudanças apresentadas na Subcomissão para a Radiodifusão Comunitária constava a defesa do aumento no número de canais destinados a emissoras com esse caráter no âmbito municipal (atualmente é somente um) e a ampliação da potência permitida para esse serviço, entre outras.

A partir do cruzamento de dados entre os processos autorizados e arquivados, referentes a 2003 e 2004, constantes no “Sistema de Pleitos”, listagem disponibilizada pelo MiniCom, Lima & Lopes (2007, p.28) denunciariam, em documento publicado pelo Projor,²² o apadrinhamento de políticos para a obtenção das autorizações. Segundo eles, 71% das 503 rádios autorizadas a funcionar haviam tido algum auxílio político para essa conquista, envolvendo parlamentares, integrantes dos poderes executivos estaduais e municipais, além de funcionários do governo federal. Já entre os pedidos arquivados, 72% dos 2.329 processos não tinham vínculo nenhum com políticos. Conforme afirmaram os autores, as chances de aprovação dos processos com apadrinhados políticos eram 4,41 vezes maiores do que daqueles que não dispunham desse vínculo. O “padrinho político” seria então determinante para a aprovação e a velocidade de tramitação dos processos (Lima & Lopes, 2007, p.49).

Conforme a pesquisa de Lima & Lopes, a qual avaliou as gestões de Pimenta da Veiga, Juarez Quadros, Miro Teixeira e Eunício de Oliveira, quando estes estiveram à frente do MiniCom, período compreendido entre 1999 a 2004, mais de duas mil autorizações foram concedidas, tendo os estados de Minas Gerais e São Paulo

22. Projor é a denominação do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo. A mesma pesquisa foi publicada posteriormente pelo Observatório da Imprensa.

como os principais beneficiários. Os autores lembram que coberturas jornalísticas no período da gestão de Miro Teixeira chegaram a utilizar a expressão “Minastério das Comunicações”, referindo-se à prevalência de benefícios ao estado mineiro, fosse em termos de concessões de rádios educativas, fosse de comunitárias. Em contrapartida, outros estados não eram atendidos com a abertura de editais para o encaminhamento de processos destinados à regularização de emissoras em suas regiões, por exemplo, o Acre. Este obteve apenas três autorizações entre 1999 e 2002, sendo duas delas com vínculo político, e nos dois anos seguintes o total foi zero. Como concluíram Lima & Lopes:

A comparação em números relativos entre os períodos de cada ministro é reveladora. É fato que Minas Gerais, estado com maior número de municípios do país, deveria ter também o maior número de outorgas de radiodifusão comunitária. Mas os desequilíbrios encontrados entre os diversos ministros deixam claro que houve preferência para alguns estados, em detrimento de outros. (Lima & Lopes, 2007, p.31)

A par dos problemas evidenciados no que se refere às influências políticas ocorridas na Câmara e no Senado, a lei criada para reger tal setor é interpretada de diferentes formas pelos juízes responsáveis por processos movidos contra aqueles que coordenam veículos da radiodifusão comunitária sem a permissão do governo federal, além de ser alvo de críticas quanto à sua aplicação. A Lei nº 9.612, de fevereiro de 1998, manteve artigos do CBT no que se refere às penalidades aplicadas a tais radiodifusores. O CBT define tal prática como crime e imputa pena de até dois anos, bem como determina a apreensão dos equipamentos das emissoras não regularizadas. No entanto, se alguns magistrados da Justiça Federal expediam mandados de apreensão e lacre de equipamentos, seguindo as determinações do CBT, outros juízes se manifestavam contrários a esse entendimento e não reconheciam tal prática como crime, bem como questionavam a competência do governo federal em

atuar em uma jurisdição municipal. Isso porque a baixa potência prevista em lei fazia com que as transmissões de tais emissoras não ultrapassassem um quilômetro de distância, resultando em uma abrangência bastante restrita.

Entre os juristas que se destacaram na defesa das rádios comunitárias encontrava-se Paulo Silveira,²³ que se utilizou em grande medida da Constituição Federal de 1988 e de pesquisas pessoais sobre o direito norte-americano para compor suas argumentações favoráveis a mudanças na legislação do setor. Segundo Silveira (2008, audiovisual),²⁴ a liberdade de expressão deveria ser garantida pelo Estado e, dessa forma, quando um instrumento de comunicação não autorizado é denominado como pirata, esse direito estaria sendo subvertido. Silveira entendia que o Estado devia ordenar o espaço eletromagnético somente para garantir que todos pudessem usufruir desse bem, mas em vez disso, o governo brasileiro teria se tornado “dono” desse espaço e concedido o uso somente para aqueles que fossem de seu interesse. Como sintetizou: “esse espectro eletromagnético pertence ao povo e o povo tem direito de usá-lo”.

Em 1999, Silveira já havia concedido mais de cem *habeas corpus* com salvo-condutos para integrantes de rádios comunitárias que haviam sido detidos em decorrência das determinações do CBT e da Lei nº 9.612/98. Desde 1995, o juiz já concedia *habeas corpus* preventivo para proibir que os presidentes de associações comunitárias fossem presos, bem como para impedir a apreensão de aparelhos e o lacre dessas emissoras. Conforme o seu entendimento, uma rádio que estivesse com o processo administrativo de regularização protocolado junto ao MiniCom não poderia ser considerada pirata

23. Juiz federal aposentado de Minas Gerais, autor de liminares favoráveis às emissoras comunitárias durante sua atuação em Belo Horizonte. É autor de ações e livros em que destaca a sua posição favorável a mudanças na legislação relacionada à radiodifusão comunitária.

24. Entrevista concedida no documentário *Democratização FM*, de 2008. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=c5zmYiJQMSA>>. Acesso em agosto 2011.

ou clandestina, tampouco sofrer penalidades por sua prática, já que a conclusão dos procedimentos para a autorização de funcionamento dependia do governo, o qual costumeiramente “engavetava os pedidos ou atendia determinadas associações de acordo com o seu interesse” (Silveira apud Marini, 2007, p.1). Durante reunião na Câmara de Vereadores de São Paulo, em 27 de setembro de 1999, o juiz destacou que o tema reunia controvérsias, mas defendeu que a realidade de repressão às rádios comunitárias fere a Constituição Federal:

A União Federal, usurpando a competência municipal e estadual, se arrogou o direito de regulamentar essa atividade e com isso prejudicou toda a sociedade brasileira e tem mantido o país na escuridão intelectual e política na medida em que não permite a discussão dos problemas próprios de cada comunidade. (Silveira, 1999, p.4)

Para o juiz, o governo federal deveria atuar em demandas que reunissem assuntos de interesse genérico ou tivessem abrangência em mais de um estado, mas não poderia ditar regras a um assunto local, como é o caso das rádios comunitárias. Dessa forma, a Lei da Radiodifusão Comunitária, de 1998, seria inconstitucional, já que dizia respeito a um assunto local (idem, p.24).

Outro aspecto da legislação apontado por Silveira para caracterizá-la como inconstitucional seria o fato de ela não prever proteção contra eventuais interferências de emissoras comerciais, sob pena de perda da concessão, em última instância. O jurista enfatizava suas suspeitas sobre a lei, considerando-a “encomendada” (ibidem, p.28). Como questionamento ao item relacionado às interferências, ele citava o texto da Constituição que assegura a proteção do Judiciário contra dano ou ameaça de dano a qualquer indivíduo e não a determinados grupos.

A compreensão da legislação da radiodifusão, portanto, não é unânime entre os juízes federais responsáveis pelo julgamento de ações referentes ao tema. As sentenças diferem na determinação de

punir ou absolver os envolvidos com rádios comunitárias. Em 2007, o juiz da Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Merli, 2007), absolveu os líderes da Rádio Dimensão, Daniel Almeida dos Santos Melo, e da Rádio Comunitária de Heliópolis, João Miranda, sem prever penalidades pela execução do serviço de radiodifusão comunitária sem autorização. A determinação teve como base o argumento de que a prática não configurava crime, embora pudesse ser considerada como ilícito administrativo.

Os juízes responsáveis por essa decisão consideraram que a acusação do Ministério Público Federal, de que ambos deveriam ser criminalizados conforme o CBT, não deveria ser considerada, já que a Emenda Constitucional nº 8, de 1995, separava o serviço de radiodifusão sonora da telefonia. Dessa forma, as rádios não se enquadravam nas determinações dessa legislação, que fora criada com os veículos de rádio e televisão em um mesmo escopo jurídico.

Já em 2008, o juiz da 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu sentença punitiva à presidência da Associação Rádio Comunitária Liberdade, da cidade de Mimoso, Espírito Santo, com dois anos de prestação de serviços à comunidade por manter rádio comunitária em funcionamento, considerando crime o ato (Revista *Consultor Jurídico*, 2006).

Com base nos dados dos estudos governamentais, em que a morosidade no sistema de outorgas foi reconhecida, uma ação civil pública foi movida, em maio de 2007, contra a União e a Anatel, com críticas à morosidade das análises dos processos. O objetivo era que fosse concedida a liberação provisória de funcionamento, sem que houvesse sanções durante fiscalizações às emissoras que estivessem com a documentação em fase de análise por mais de um ano e meio.²⁵ A medida teria validade até a conclusão das análises pelo governo.

25. Ministério Público Federal, 2007a, p. 54. Ação civil pública ajuizada pelos procuradores da República, Sergio Gardenghi Suíama e Fernando de Almeida Martins, em parceria com os advogados Eduardo Altomare Ariento, professor

No território paulista, 145 municípios não haviam recebido o aviso de habilitação até a data da ação, em 2007. Para justificar a iniciativa jurídica, os autores se basearam em decisões favoráveis do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao funcionamento provisório de diversas rádios em diferentes cidades. Tal postura do tribunal demonstrava que ele reconhecia a excessiva demora na análise dos processos. A ação pedia que a permissão provisória fosse estendida às rádios de todo o país, com determinação de multa diária de pelo menos 50 mil reais a ser aplicada pessoalmente aos dirigentes dos órgãos competentes para a outorga que não concluíssem os procedimentos previstos no período de sessenta dias.

Em dezembro de 2008, Paulo de Tarso Braz Lucas (Ministério Público Federal, 2008, p.58), relator do Ministério Público Federal, determinou o arquivamento da ação, sob o argumento de que a redução da exigência nas fiscalizações, em que seria necessário apenas apresentar o documento onde constasse a demonstração de interesse da entidade pela regularização, poderia favorecer a proliferação de emissoras de rádio. Sentenciou ainda que caberia a cada vara determinar o seu parecer sobre a matéria, não entendendo ser procedente, portanto, uma decisão favorável às rádios comunitárias com abrangência em todo o território nacional.

Alguns casos, como o de São Paulo, suscitam ainda mais críticas aos moldes da lei em vigência quanto à sua aplicabilidade. A Lei da Radiodifusão Comunitária nº 9.612 prevê, entre outras medidas, a destinação de um único canal comunitário para cada cidade entre as emissoras instaladas no *dial*. Para isso, um edital de aviso de habilitação deveria ser lançado pelo MiniCom no *Diário Oficial da União* com o objetivo de normatizar a concorrência entre as

de Deontologia e Legislação do Jornalismo na ECA-USP, e Anna Cláudia Pardini Vazzoler, membro do Escritório Modelo Evaristo Arns, da PUC-SP. A ação contou com o aval do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Inter-vozes), o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), o Sindicato das Entidades Mantenedoras do Sistema de Radiodifusão Comunitária do Estado de São Paulo (Sinerc), a Associação Nacional Católica de Rádios Comunitárias (Ancarc) e o Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo.

emissoras interessadas em sua regularização, com prazos e especificidades delimitados. Porém, na cidade de São Paulo, entre 1998 e 2006, nenhum edital havia sido publicado. O canal 200, destinado para as comunitárias em outras localidades, já estava ocupado em São Paulo. Diante disso, nesse período não existia nenhuma emissora comunitária regularizada, estando todas oficialmente ilegais, segundo entendimento da Abert e do próprio ministério.

Conforme dados da Anatel (Anatel, 2003), o *dial* de São Paulo estaria ocupado por 39 rádios comerciais ou educativas em operação até 2007. Contudo, a própria Anatel reconheceu posteriormente que muitas rádios que possuíam licença para o funcionamento em cidades vizinhas, instalavam antenas na capital para obter melhor cobertura do sinal que transmitiam, utilizando-se de brechas na lei. Várias entidades, associações e representantes de rádios comunitárias, inclusive de Heliópolis, que integravam o movimento em favor das rádios comunitárias em São Paulo, denunciavam, no entanto, que, das 39 rádios comerciais que transmitiam e ocupavam o *dial* da capital, 22 eram de emissoras de outros municípios e apenas três delas estariam com suas outorgas em situação regular, dentro do prazo de concessão.

A legislação vigente, portanto, era considerada inaplicável na capital paulista, dado o congestionamento de emissoras no espectro eletromagnético. Segundo avaliação de Gomes (2007, p.42),

A legislação em vigor é incapaz de viabilizar a existência de rádios comunitárias em São Paulo. O parecer técnico exarado pela Anatel e pelo CPqD reforça a necessidade de um planejamento, de âmbito regional, para evitar a concentração de antenas transmissoras e a redução do contorno de serviço causado pela interferência combinada das estações, conforme demonstra o estudo referendado pelo Ministério das Comunicações. Reforça também a tese de que é preciso uma solução local para desatar tecnicamente este nó, uma vez que a distância de seis quilômetros entre as emissoras abre espaço para apenas 37 rádios comunitárias na cidade.

Mobilizações passaram a ser realizadas na cidade de São Paulo, para a busca de alternativas a tal situação, com participação de vereadores, até mesmo de partidos opositores, em 2002. A campanha em favor da liberação de canais para essas emissoras contava com a participação de entidades ligadas à Universidade de São Paulo, Mackenzie e PUC-SP, membros do Sindicato dos Jornalistas e das entidades mantenedoras de rádios comunitárias, bem como integrantes da Abraço e da Amarc, além de representantes de rádios comunitárias de São Paulo.

Como desdobramento dessas discussões no Legislativo paulistano, em outubro daquele ano, a proposta de municipalizar a concessão das rádios comunitárias, apresentada com embasamento do anteprojeto do juiz federal Paulo Fernando Silveira, que defendia que a União não deveria atuar na definição de legislações de interesse local, resultou na criação da Lei nº 14.013/05, sancionada pelo prefeito de São Paulo, José Serra, e publicada em 23 de junho de 2005. Contudo, tal legislação acabou sendo contestada judicialmente pela Abert, a qual obteve parecer favorável da Justiça para suspender sua validade.

Sem mudanças na lei que regulava o setor e diante do impasse ocasionado pela grande quantidade de rádios em atuação no *dial* paulistano, a Anatel definiu o canal 198 para as rádios comunitárias de São Paulo, diferentemente do que ocorria em outras localidades das proximidades, que utilizavam o canal 200. Mesmo com essa definição, ainda foram necessários dois anos para a abertura do edital destinado à regularização das comunitárias na cidade, o qual foi publicado no final de 2006.

A largada para a concorrência das emissoras resultou em diversas mobilizações, as quais serão abordadas no terceiro capítulo deste livro. No entanto, para a compreensão geral do processo de reivindicação por democratização das comunicações, além de discutir sobre as discussões a respeito dos debates desse setor e o panorama abrangente das legislações, ainda é necessário abordar o histórico das ações desenvolvidas por diferentes agentes que se en-

volveram na defesa de mudanças na formatação desse cenário brasileiro, o que é tratado na seção a seguir.

Agentes sociais se mobilizam por mudanças no universo da comunicação social

As ações dos movimentos voltados à comunicação, criados ainda na década de 1970, mobilizaram atores contrários ao regime ditatorial e organizaram a população local em busca de espaços culturais e de livre expressão, como ocorreu com o Movimento de Cultura Popular, fundado por estudantes universitários, artistas e intelectuais no Recife, e em outras mobilizações verificadas em capitais como Rio de Janeiro e São Paulo. Porém, as primeiras experiências de uso do rádio como um veículo de formação política e organizativa, na América Latina, estiveram ligadas ao movimento sindicalista em defesa dos trabalhadores mineiros.

Entre as primeiras rádios populares que tiveram esse caráter destaca-se A Voz do Mineiro, com curta existência, entre 1947 e 1949, na Bolívia, a qual denunciava os inúmeros incidentes que ocorriam nas minas. O fim das transmissões da rádio, no entanto, foi decretado com um bombardeio às suas instalações por membros do Exército daquele país (Cogo, 1998, p.63). Embora essa iniciativa tenha sido interrompida, a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia chegou a comandar e se responsabilizar pela manutenção de 24 emissoras. Outras rádios ligadas aos mineiros também tiveram atuação destacada na Bolívia, como a Rádio Sucre (1947-1952) e a Rádio San José (1957). Com o tempo, a linguagem panfletária das emissoras e as repressões sofridas levaram-nas ao declínio. Já na Colômbia, a rádio com maior representatividade era a Sutatenza, mantida pelo padre Joaquim Salcedo, desde 1947, a partir de equipamentos cedidos por radioamadores, com programas dirigidos aos camponeses daquela região. Anos mais tarde, o próprio padre Salcedo contribuiu para a formação de rádios no Brasil.

No final da década de 1960, o Concílio Vaticano já incentivava as intervenções religiosas que se utilizassem da comunicação nas ações da Igreja. O papa João Paulo II foi o líder católico que mais defendeu o uso dos meios de comunicação para a evangelização dos fiéis. Seus discursos e decisões religiosas estavam ligados ao grande desenvolvimento dos veículos de comunicação de massa verificado no período e a influência que esse setor tinha sobre a formação de posicionamentos sociais, culturais e políticos da população. Contudo, em 1970, surgiu na Espanha um modelo de formação ligado ao movimento religioso do Vaticano, o qual oferecia certificados de estudos aos trabalhadores que participavam de cursos realizados com o intermédio do rádio. A iniciativa se expandiu para a Costa Rica, Venezuela, Bolívia e Equador, com grande atuação dos padres jesuítas nessas regiões. No Brasil, em 1963, esse meio de educação religiosa já era bastante utilizado pela Igreja, chegando a um total de 1.410 escolas radiofônicas em atuação na arquidiocese de Natal. A função prioritária desses veículos, no entanto, era a transmissão da missa e das palavras do bispo (Cogo, 1998, p.60).

Como desdobramento das atuações das instituições cristãs que se utilizavam do rádio para a educação, surgiu na Colômbia, em 1972, a Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica (Aler), instituição já existente em Quito, no Equador. A entidade passou a servir outras regiões do continente com vistas à educação e à organização popular pelo meio radiofônico (idem, p.66). Entretanto, foi a partir de 1976 que sua atuação começou a ser desenvolvida no Brasil, quando a entidade deu auxílio à organização do seminário latino-americano para os diretores de teleeducação, então em fase de desenvolvimento no país.

Ainda na década de 1970, começaram a ser implantadas no Brasil as comunidades eclesiais de base (CEBs), da Igreja Católica, com atenção especial à comunicação. No entanto, a maior ênfase nas indicações do Vaticano em âmbito mundial para a incorporação da comunicação no dia a dia da evangelização ocorreu a partir de meados da década de 1980, quando mais de oitenta mil comuni-

dades eclesiais de base (CEBs) já estavam instaladas em todo o país (ibidem, p.37). Nesse período, a comunicação já havia sido adotada, não só pela Igreja, mas também por movimentos sociais, como meio de expressão para o enfrentamento político contra as necessidades da população e o controle do governo, que iam se reduzindo diante da democratização da política, conquistada a partir da chamada Nova República.

A década de 1980 foi decisiva para a organização dos movimentos sociais brasileiros que atuavam em defesa da democratização das comunicações e a difusão de ideias em torno desse tema. A mobilização social estava principalmente aliada à busca da consolidação de uma democracia que começava a ser instaurada no país. Em artigo publicado pelo boletim *A Classe Operária*,²⁶ Rocha (1993, p.7) avaliava:

Democratizar as relações de comunicação no Brasil significa um princípio de desregulamentação porque hoje existe uma comunicação extrema e rigidamente regulada por leis que vêm da ditadura, que não têm interesses no reconhecimento da capacidade de todas as pessoas, de todos os segmentos sociais e da comunidade como um todo, da sociedade ou do país de exercer uma comunicação que seja ao mesmo tempo livre e orientada pelos interesses gerais.

Essa postura de disseminação do uso dos meios de comunicação era também adotada pela Igreja Católica. João Paulo II defendia que os aspectos sociais da comunicação, fé e cultura fossem aliados à vida dos seguidores cristãos. Em 1985, o documento elaborado no Vaticano determinava que os jovens estivessem atentos aos meios de comunicação, já que isso seria crucial para o futuro da Igreja. Para o papa João Paulo II, inovações tecnológicas como o

26. *A Classe Operária* foi um boletim editado pelo Fórum Democracia na Comunicação (FDC), do qual José Carlos Rocha, também professor da ECA-USP, é presidente.

rádio e a televisão teriam o poder de fazer uma “revolução” na forma de evangelizar, cabendo aos jovens identificar o que poderia ser indesejável aos propósitos cristãos e tomar posse da produção comunicativa. Segundo ele, os meios não poderiam servir aos interesses daqueles que dominavam o poder político e econômico, mas sim para prestar serviços à expressão da sociedade. Para isso, caberia à família, à escola e à paróquia criar os mecanismos de ação educativa junto aos jovens para instruí-los e ajudá-los nesse discernimento, “iluminados pela fé, sobre as coisas vistas, ouvidas e lidas” (Lima, 2010, p.30).

Dessa forma, surgiu a proposta da Aler de agrupar as coordenações das instâncias de educação religiosa em diferentes partes do continente, sendo instituídas duas equipes de atuação no Brasil, com sedes no Nordeste e no Sudeste do país. As formações regionais da Aler foram constituídas em 1989, em Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, com instituições que se encarregavam da produção de programas radiofônicos ligados a setores da Igreja Católica. Entre essas instituições estavam o Movimento de Educação de Base (MEB), que sofrera forte influência das teorias de Paulo Freire no Brasil, com a proposta de uma comunicação dialógica e libertadora; a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista (Cemi), o qual tinha, entre as suas frentes de atuação, a Educação Popular Rádios do Povo, responsável pela criação da Rádio Cantareira, ainda atuante (2011) na capital paulista. Nove emissoras católicas formavam, então, uma rede cristã de evangelização por meio do rádio na cidade de São Paulo (Cogo, 1998, p.69-70).

O objetivo da Aler era proporcionar uma transformação na ordem comunicacional para os períodos de 1990 a 1994, seguindo o programa de trabalho implantado em diferentes partes da América Latina e Europa. A associação dava sustentação à expressão dos setores populares latino-americanos, bem como criava mecanismos para a valorização das culturas locais e a utilização dos sistemas de comunicação por parte da população, que era incentivada a ter uma participação crescente na produção e na gestão desses meios (idem,

p.68). A Aler foi uma das instituições que, em meados da década de 1990, deu subsídios para a formação da Rádio Comunitária de Heliópolis, desde a sua primeira forma de atuação. Tal fato será detalhado no segundo capítulo.

Esses desdobramentos da atuação religiosa em torno da comunicação estiveram envolvidos em debates internos na Igreja Católica, nos quais diferentes setores buscavam impor suas concepções sociais por meio de uma luta político/religiosa. A União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), as editoras católicas e intelectuais ligados às universidades, entre outros, participaram desse processo. Em meio a essa realidade, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) servia como interlocutora entre os fiéis e as prescrições da liderança romana (Lima, 2010, p.31).

Entre as iniciativas de rádios-postes no Brasil, as primeiras registradas aconteceram entre organizações populares desde a década de 1970. Naquele período foi inaugurada a rádio Cura d'Ars, no bairro Barra do Ceará, em Fortaleza. A emissora, que funcionava no sistema de rádio poste, ou radiadora, como era denominada localmente, se manteve em funcionamento pelo menos até 1998 (Cogo, 1998, p.121; Cavalcante, 2006, p.31). O projeto fora criado pela Prefeitura de Fortaleza e se configurou como um estímulo para o surgimento de várias emissoras na capital daquele estado, bem como de instalações de rádios móveis fixadas em carros de som. Ao final do século XX, pelo menos vinte emissoras estavam em funcionamento nos bairros da periferia da Fortaleza. As ações em torno dos projetos ligados às rádios comunitárias do governo cearense encontraram ajuda no curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará. Posteriormente, a instituição criaria o Centro de Produção em Comunicação Alternativa (Cepoca), que prestava assessoria e cumpria o papel de articulador das emissoras, com o acompanhamento das atividades, capacitação e formação dos seus integrantes (Cogo, 1998, p.122).

Já entre as primeiras iniciativas de emissoras de caráter livre registradas no país esteve a Rádio Paranoica FM, instalada em Vitória, no Espírito Santo, em fevereiro de 1971, durante o governo

Médici. A rádio não tinha caráter subversivo e se enquadrava na fase ingênua das iniciativas de rádios livres, em que as emissoras eram colocadas no ar sem a intenção de infringir leis ou de veicular questões políticas. Foram apenas seis dias de transmissões, realizadas a partir de um banheiro localizado em um estabelecimento comercial. O autor da iniciativa, Eduardo Luiz Ferreira Silva, de 16 anos, chegou a ser detido pelos integrantes do governo para interrogatório, já que um jornalista o teria denunciado por prática subversiva. Seu irmão, Joaquim Ferreira da Silva, que o auxiliava na empreitada, conseguiu fugir da polícia, mas seu pai, que nem sabia da estação de rádio, foi preso por três dias, já que era proprietário do estabelecimento de onde eram realizadas as transmissões (Meliane Nunes, 1995, p.38).

Na mesma década também surgiram algumas experiências de rádios livres em Sorocaba. A primeira experiência foi da Rádio Spectro, levada ao ar em 1976, por iniciativa de um garoto de 14 anos. Desde então, outras emissoras de igual caráter também surgiram naquela cidade e o movimento ganhou força nos anos seguintes. Já em 1982, estudantes universitários instalaram dezenas de rádios livres naquela região, como parte de um movimento libertário que ficou conhecido como o “Verão de 82 da Liverpool Brasileira” (Coelho Neto, 2002, p.52). Algumas das iniciativas se configuravam como uma forma de desobediência civil, outras, por sua vez, não possuíam preocupações políticas, sendo apenas experiências informativas desengajadas. No entanto, todas eram contra o monopólio das comunicações. Foram mais de cem emissoras que despertaram o debate em torno da livre expressão nos meios de comunicação. Sorocaba reunia condições técnicas para o surgimento de tantas rádios naquele período. Com a industrialização em pleno desenvolvimento, a cidade abrigava centenas de técnicos em eletrônica que contribuíram na construção dos transmissores e na comercialização de peças a preços bastante baixos.

A mobilização relacionada a esse tema começava a despontar no Brasil, a partir da organização de congressos estudantis e instalações de rádios livres em diferentes partes do país. Como desdo-

bramentos dessas iniciativas populares surgiram o Movimento Nacional de Rádios Livres e a Associação de Rádios Livres do Estado de São Paulo (Arlesp). Os grupos passaram a se organizar e a difundir a atuação que até então estava desarticulada e sem vínculos entre as diferentes iniciativas.

Um significativo exemplo de atuação das rádios livres foi obtido com a Rádio Xilik, criada em 1985, no câmpus da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), com sua primeira transmissão em 20 de julho daquele ano. Diferente das manifestações acontecidas em Sorocaba, em que a atuação era mais voltada ao *hobby* de se expressar por meio das rádios livres, essa iniciativa recebia forte influência das rádios da Europa, as quais tinham características de uma atuação mais política, como a Caroline, na Itália. Além das transmissões radiofônicas, os integrantes da Rádio Xilik também utilizavam outros meios para emitir suas posições político-ideológicas, como panfletos e boletins. Na avaliação de Coelho Neto (2002, p.52), essa experiência se caracterizava “mais como um movimento do que radiodifusão, já que o ineditismo e a ousadia das ações repercutiram bastante”. Por se tratar de uma rádio instalada nas dependências de uma universidade católica, a iniciativa contou com o apoio do então cardeal de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, um dos principais representantes religiosos defensores do uso da comunicação para a expressão das comunidades. Sendo assim, a rádio conseguiu resistir a duas tentativas de fechamento por parte do Dentel (idem, p.53).

Enquanto surgiam outras rádios na América Latina, como a Rádio Venceremos, de El Salvador, em 1981, ligada ao Exército Revolucionário do Povo, e a Rádio Farabundo Martí, no mesmo país, vinculada às Forças Populares de Libertação, em 1982, no Brasil fora criada, em 1981, a Rádio Favela FM – A Voz do Morro, de Belo Horizonte (MG). A emissora era gerida por um coletivo independente, em busca de cultura e lazer para os moradores da Vila Nossa Senhora de Fátima, além de trazer críticas às condições sociais da região onde estava instalada (Cogo, 1998, p.84). A iniciativa sofreu forte repressão e foi ameaçada de fechamento pela Po-

lícia Federal, sendo auxiliada pela Unesco para a sua regularização como emissora educativa, na década de 1990. A história da rádio inspirou, posteriormente, em 2002, o filme *Uma onda no ar*, de Helvécio Ratton, que, embora não obtivesse grande evidência no circuito comercial de cinema e na mídia em geral, se tornaria um impulsionador de mobilização e formação para lideranças de outras rádios comunitárias. Essa produção cinematográfica se manteve atrativa para trabalhos voltados à formação e educação popular pelo menos até a primeira década do século XXI (Santos, 2010). A obra foi utilizada, por exemplo, nos cursos de formação da Favela de Heliópolis, em São Paulo, os quais foram desenvolvidos pela Oboré. Tais cursos e processo formativo das lideranças dessa favela paulistana serão abordados no terceiro capítulo deste livro.

As manifestações populares em torno da comunicação radiofônica na cidade de São Paulo foram iniciadas em 1983, a partir de rádios-postes instaladas na Zona Leste. A primeira delas, a Rádio do Povo, foi instalada naquele ano, na favela Nossa Senhora Aparecida, região de São Miguel Paulista, em Ermelino Matarazzo. Os megafones dispostos em diversos pontos serviam como meio de convocação para as atividades organizativas da comunidade. A iniciativa contou com a atuação do padre peruano Bernardo Paquette, que posteriormente sistematizou as transmissões aos sábados, das 9h30 às 11h30, com noticiários, entrevistas e informações variadas. No ano seguinte, em 1984, os equipamentos foram roubados e novamente adquiridos por meio da arrecadação de recursos provenientes da comunidade (Cogo, 1998, p.103-4). A Rádio do Povo passou a liderar o trabalho de disseminação, educação e formação de novos agentes capacitadores em rádios comunitárias em todo o país com cursos para comunicadores populares, assessorados pela Aler.

No entanto, a vasta extensão do território nacional dificultava o intercâmbio entre os grupos e, principalmente, o deslocamento para São Paulo das lideranças para os cursos ministrados pela equipe da Rádio do Povo. Diante disso, a alternativa encontrada para mudar essa situação seria a reunião de todos os membros em

encontros nacionais. Em fevereiro de 1991, portanto, foi realizado o primeiro encontro de representantes das rádios comunitárias, apoiado pela Aler, tendo a participação do peruano Pedro Sanchéz (idem, p.119).

A trajetória das rádios da Zona Leste estava diretamente ligada aos movimentos populares e a ação dos agentes da Rádio do Povo era apoiada pela paróquia daquela área. Contudo, por mudanças no cenário interno da igreja, a ajuda deixou de ser oferecida aos seus integrantes. Diante das interferências ocorridas a partir das mudanças nos planos de atuação da Igreja Católica, a Rádio do Povo perdeu o apoio e o projeto sofreu entraves, tendo que buscar outra forma de sobrevivência já no final da década de 1980 (ibidem, p.112, 115).

Entre 1985 e 1987, surgiram mais de quarenta rádios comunitárias que operavam em forma de rádios-postes na Zona Leste de São Paulo, todas instaladas em prédios religiosos católicos. Essas emissoras rudimentares surgiam sobretudo nas periferias das grandes cidades do país e em algumas regiões rurais, sendo um meio de promoção de cursos, informações sobre a comunidade e seus membros, além de entretenimento (ibidem, p.81). Em outras regiões do país, o próprio governo estadual passou a adotar esse sistema para ações em comunidades, como ocorreu em Recife, com a Rádio Sabiá, criada em 1984 na Favela Guabiraba, bairro Casa Amarela. A emissora foi montada a partir de convênios com a Secretaria do Trabalho e Ação Social do Governo do Estado de Pernambuco, ligada à associação de moradores local (ibidem, p.124-5).

Paralelamente ao movimento religioso e popular ligado à educação de base, grupos de universitários, jornalistas e intelectuais se mobilizavam e discutiam os desdobramentos dos meios tecnológicos e suas influências na construção social. Diante dessa realidade, entre os dias 26 e 28 de setembro de 1980, foi realizado em Curitiba o IV Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação (Enecom). Os participantes do evento tinham como proposta a discussão e a elaboração de um manifesto que desse início à “luta pela democratização da comunicação” (Souza, 1996, p.29).

Seria nessa ocasião redigido o primeiro documento assinado pela Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação (FNLPPDC), lançado pelos acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com envolvimento de integrantes da Universidade de Brasília (UnB) e outros agentes sociais. O mesmo documento foi incorporado posteriormente, em 1983, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação (Apebec), durante o VII Congresso da entidade, realizado em outubro daquele ano. Também endossaram a iniciativa outras oito entidades, envolvendo a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), membros da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara Federal, integrantes da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (Intercom), entre outras.

O interesse do grupo de liderança da Frente era incluir o documento em meio às pautas do Congresso Nacional para a criação de legislações que favorecessem a democratização da comunicação. Com o documento pronto, os organizadores se reuniram com congressistas em busca do aval político/parlamentar à iniciativa e, ainda naquele ano, conseguiram a assinatura do deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB), que ocupava o cargo de presidente da Comissão de Comunicação da Câmara Federal. Contudo, a proposta não obteve avanços, já que seu representante legislativo a apresentou com argumentos inconvincentes. Formava-se então um *lobby* político/partidário contra a Frente, liderada por deputados membros do setor empresarial que tinham o objetivo de esvaziar o movimento (Pereira, 1987, p.54).

Após as discussões realizadas nos congressos nacionais dos estudantes em favor da criação da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação (FNLPPDC), o órgão foi oficialmente instituído em 1984. O documento então elaborado nos congressos do ano anterior foi dirigido aos congressistas. A iniciativa recebeu adesões de parlamentares e entidades civis, contudo, desde o seu início até a sua institucionalização, em Brasília, várias

alterações foram adotadas no documento. “Das 16 páginas iniciais, restaram seis” (Pereira, 1987, p.54). A Frente chegou a obter a adesão de 45 entidades e de 27 parlamentares, mas depois se desarticulou.

A mobilização dos estudantes estava envolvida em um quadro nacional de crise financeira, alto endividamento externo, inflação, desemprego e miséria em evidência. O governo Figueiredo acumulava altos índices de impopularidade, com diversas greves sendo realizadas em diferentes setores do país. A década de 1980 foi importante para a reorganização dos movimentos sociais que defendiam a democratização das comunicações. Eles se organizaram a partir das articulações em torno das rádios livres, as quais podem ser divididas em três momentos distintos. O primeiro se caracterizava por iniciativas amadoras e inocentes; já o segundo era composto por amantes do rádio que infringiam a lei como subversão e arte; e o terceiro, estimulado pelas lutas em defesa da democratização da comunicação, tinha atuações políticas já formalizadas (Sousa, 1997, p.55).

O cenário político, em 1984, estava bastante agitado e os movimentos sociais defendiam o restabelecimento do regime democrático por meio da volta do voto direto nas eleições presidenciais. Tais mobilizações compunham as ações da campanha que ficou conhecida como “Diretas Já”. Uma multidão saiu às ruas de São Paulo, na região do Anhangabaú, para pedir a aprovação da emenda à Constituição, a qual recebeu o nome de seu autor, Dante de Oliveira. Entretanto, o ato foi apresentado pelos noticiários da TV Globo como uma manifestação pelo aniversário dos 430 anos da capital paulista. A atuação da emissora trouxe ainda mais descontentamento entre os membros do grupo favorável à implantação de políticas públicas para a democratização da comunicação no Brasil, o qual já contava com a adesão de 18 parlamentares e 24 entidades civis organizadas. Contudo, ainda que a campanha para a mudança no sistema de eleição presidencial tenha crescido, com comícios em várias regiões do país, a emenda constitucional não foi aprovada

pelo Congresso Nacional. Tancredo Neves acabou sendo eleito presidente da República por indicação do Colégio Eleitoral, em 1985, apoiado pela dissidência do PDS, em detrimento do candidato oficial, Paulo Maluf.

Os estudantes de comunicação, jornalistas e militantes da comunicação que faziam parte da Frente Nacional voltaram a se unir em 1986 para a elaboração de documentos que seriam base para as discussões da Constituinte. Entre eles estava a “Carta de Brasília”. As organizações populares buscavam alterar o cenário nacional de monopolização e concentração de poder dos meios de comunicação, incentivando uma maior participação da sociedade em iniciativas comunicativas por meio de atuações em rádios comunitárias e conselhos deliberativos, entre outras.

Como contribuição às discussões da Constituinte, os partidos PMDB, PT e PCB elaboraram documentos com algumas referências às reivindicações então citadas, com críticas à centralização das informações jornalísticas no eixo Rio-São Paulo e à falta de pluralidade de emissoras independentes. Porém, tais posicionamentos não se configuravam como uma posição partidária, e sim como manifestações isoladas, na grande maioria propostas por profissionais de comunicação que se elegeram e ocupavam as cadeiras do Congresso (Pereira, 1987, p.12, 34, 37).

Sendo assim, as possibilidades de avanços na definição de situações que favorecessem a democratização das comunicações eram pequenas. Dessa forma, a Fenaj buscou a rearticulação da Frente Nacional às vésperas da Constituinte, com reuniões em pelo menos 18 estados nos meses seguintes. A entidade entendia que “sem democratizar o rádio e a TV não haveria avanços na democratização da comunicação no país” (Souza, 1996, p.93). Articulado com a Fenaj, porém ainda sem ligações com a Frente Nacional, surgia em São Paulo, em 1987, o Movimento Nacional de Democratização da Comunicação (MNDC), com participação dos sindicatos dos jornalistas e dos radialistas, professores da Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP) e membros de rádios livres.

Paralelamente à disputa política nesse campo da democratização das comunicações, as ações populares ligadas à Igreja também se ampliavam. O reconhecimento da importância da liberdade de expressão e comunicação, bem como da proibição ao monopólio dos meios, presente no texto constitucional aprovado em 1988, deu força ao movimento das rádios livres e populares, que até então se posicionava de forma discreta diante da repressão do governo. Já no ano seguinte à aprovação da Constituição, os militantes do movimento por democracia na comunicação realizaram o I Encontro Nacional de Rádios Livres, no auditório da ECA-USP, o qual deliberou pela criação do Movimento Nacional de Rádio Livres (Menerrelê), que deu origem ao coletivo estadual daquela articulação popular e acadêmica.

Além disso, comitês regionais foram criados para a sustentação e a articulação das iniciativas de rádios livres existentes em diferentes regiões do país. As lideranças dessas instâncias de organização do Menerrelê buscavam dar ênfase à expressão “rádios livres” buscando a substituição do termo “pirata”, então pejorativo ao movimento e comumente utilizado nas manifestações contrárias à atuação de rádios livres. Outros dois encontros de âmbito nacional foram realizados nos anos seguintes, em Goiás e Rio de Janeiro, bem como reuniões estaduais de organização do movimento (Coelho, 2002, p.54-5).

Na Zona Leste de São Paulo, a Rádio do Povo se tornava oficialmente uma entidade sem fins lucrativos e sem ligação com o poder religioso local, já que havia perdido o apoio da região episcopal de São Miguel Paulista, à qual pertencia até então. A rádio passou a ser instrumento de auxílio às entidades ligadas ao trabalho de atendimento às questões sociais da região e do país. Em 1990, em busca de sua sustentação, a emissora se instalou no mesmo prédio do Serviço de Orientação à Família e passou a ter a parceria do Movimento de Urbanização de Favelas. A Rádio do Povo assumia também a proposta de se tornar um centro de comunicação para subsidiar as emissoras populares (Cogo, 1998, p.114-6). Naquele mesmo ano, surgia, em Minas Gerais, a Rádio Popular La-

goa, instalada em Belo Horizonte. Assim como a Rádio do Povo, de São Paulo, ela era caracterizada como uma rádio livre.

Em abril de 1992, no Nordeste, os grupos mantenedores de rádios-postes passaram a integrar o fórum permanente dos dirigentes que mantinham rádios populares, instalado em Recife, para a articulação das emissoras que se desligavam do apoio do governo (idem, p.125). Tal organização fora auxiliada por jornalistas, sindicalistas e integrantes dos Comitês Estaduais pela Democratização da Comunicação, também ligados às rádios livres. Nesse caso, o apoio ficou sob a responsabilidade do comitê de Pernambuco.

Enquanto isso, entre os agentes que atuavam para mudanças no sistema de comunicação, ligados à disputa política, havia uma desarticulação dos integrantes da Frente Nacional de Lutas por Políticas de Democratização da Comunicação (FNLDPDC). A mobilização do grupo se desfez após a Constituinte e as derrotas sofridas. Contudo, a partir de 1990, além do Menerrelê e os coletivos estaduais já citados, a organização dos agentes que defendiam a instituição de políticas para a democratização das comunicações começou a se restabelecer²⁷ por meio de comitês regionais, a exemplo do que já ocorria com as rádios livres. A organização começou naquele ano pelo Rio de Janeiro e, logo em seguida, em São Paulo. No início de novembro, porém, começou a ser realizada uma nova articulação de unificação nacional dos comitês em busca de seu fortalecimento perante as demandas defendidas por seus militantes. A Fenaj entendia que seria necessário haver um movimento “nacional e unificado” para enfrentar as lutas políticas necessárias à aplicação das demandas da militância, tendo em vista que a articulação em núcleos regionais, como vinha sendo realizada, esbarrava em uma série de limites de atuação (Souza, 1996,

27. A manifestação e rearticulação do movimento iniciado pela Frente Nacional de Luta por Políticas de Democratização da Comunicação pela Fenaj foram anunciadas durante o XXVI Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado de 31 de outubro a 4 de novembro de 1990, em Florianópolis (SC).

p.37). Para a Fenaj, a organização se fazia necessária, já que em 1993 findava o prazo estipulado para a revisão do texto constitucional e, sem força política para o movimento, não seria possível haver avanços que superassem os entraves registrados em 1988.

Alguns fatores conjunturais da política nacional influenciavam a intenção de melhor organização do movimento. A Lei da Cabodifusão, que era entendida como uma possibilidade de extensão da participação social nas ações comunicativas, então gestada em processo acelerado pelo governo de Fernando Collor, exigia uma atuação mais atenta dos grupos interessados nessa abertura da concentração de poder na comunicação.

Entre os dias 5 e 6 de junho de 1991, representantes dos comitês estaduais de Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal e Mato Grosso se reuniram em Brasília e determinaram a criação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). O grupo teria a função de se envolver nas discussões em pauta no cenário nacional, compreendidas pela Lei de Imprensa, o Conselho de Comunicação Social e a Lei da Cabodifusão, reconhecidas como fatores importantes à democratização da comunicação. As discussões foram setorizadas entre os comitês regionais. Coube a São Paulo a condução das discussões sobre a Lei de Imprensa, conduzida pelo professor da ECA-USP José Carlos Rocha (Souza, 1996, p.39).

Um anteprojeto foi elaborado por Rocha, intitulado Lei da Informação Democrática (LID),²⁸ com o objetivo de ser uma força contrária aos encaminhamentos que estavam em andamento no Congresso. A iniciativa tinha a proposta de ser a base para a criação de uma lei que permitisse um maior acesso da sociedade aos meios de comunicação (Fórum Democracia na Comunicação, 1993, p.9-10). Uma campanha nacional de busca por assinaturas favoráveis ao projeto da LID foi então desencadeada e incorporada por estu-

28. Em alguns trabalhos, a Lei da Informação Democrática é abreviada como Lide.

dantes, entidades e centrais sindicais, bem como pela União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC) e, principalmente, pelo Comitê Regional de São Paulo, onde atuava o autor da proposta da Lei da Informação Democrática (Souza, 1996, p.170).

O tema “democratização da comunicação” ganhava vigor novamente a partir dessas ações e voltava a ganhar espaço nas plenárias anuais do FNDC. Contudo, o posicionamento de seus integrantes não era coeso e divergências eram registradas nas definições de ações a serem seguidas, como ocorreu nos debates sobre a cabodifusão e a LID. Houve um impasse entre os membros que compunham o FNDC, no que diz respeito às estratégias para a aprovação da LID. Enquanto a Fenaj, cujo representante, Daniel Hertz, ocupava o cargo da presidência do FNDC, defendia que seria necessário um recuo para uma reformatação do texto do anteprojeto, tendo em vista que despertava posicionamentos contrários entre os parlamentares, o Comitê de São Paulo, liderado por Rocha, era favorável a que o texto fosse defendido integralmente da maneira como fora apresentado. A divergência resultou no rompimento do comitê paulista com o Fórum (Souza, 1996, p.171). Posteriormente, Rocha criou, em São Paulo, o Fórum Democracia na Comunicação (FDC), com atuação até os dias atuais, presente inclusive nas negociações de regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, como será visto no terceiro capítulo deste livro.

O projeto foi apresentado à Frente Parlamentar de Democratização da Comunicação e encaminhado para votação após ser subscrito pelo deputado Zaire Rezende (PMDB-MG). Aquele anteprojeto teria sido apresentado inicialmente para a bancada do PT de Minas Gerais, porém não fora incorporado por aqueles parlamentares. Os autores do anteprojeto alegaram que os deputados petistas consultados não teriam aceitado endossar o texto para ser apresentado para a criação da lei que previa ações democráticas à comunicação, sob o argumento de que seria um projeto muito grande para um único partido encampá-lo, sendo necessária a aglutinação de mais forças (Fórum Democracia na Comunicação, 1993,

p.10). O desfecho da tentativa de colocar o projeto para a criação da LID em votação seguiu, portanto, o encaminhamento sugerido pelo FDC, contrariando assim o que defendiam as lideranças do FNDC.

Enquanto ocorriam as discussões sobre a legislação pertinente às demandas de democratização das comunicações, em São Paulo, as lideranças do movimento em defesa das rádios livres comemoravam a decisão do juiz federal Casém Mazloun, da 4ª Vara Federal, que absolveu o coordenador da Rádio Reversão, Leo Tomaz Piggatti, em 1994. Ele respondia pelo crime de funcionamento de rádio sem autorização do governo, após o fechamento da emissora pela Polícia Federal, em 1991. O juiz entendia que não seria necessária a prévia autorização do governo para a instalação de emissoras de alcance local, sem fins lucrativos e de natureza cultural e comunitária, como era o caso da Reversão. A avaliação do juiz encorajou os militantes do movimento na busca pela legalização e no enfrentamento às ações de repressão realizadas contra as rádios comunitárias. A Rádio Reversão era uma das principais rádios livres daquele período, ocupando espaço de destaque entre as articulações pela democratização da comunicação que se davam durante aquela década de 1990, assim como a Rádio Xilik, também paulistana, a Rádio Novos Rumos, do Rio de Janeiro, e a Rádio Pauliceia, de Piracicaba.

No mesmo ano, outra decisão judicial favorável às entidades defensoras da democratização das comunicações deu volume às argumentações da militância. Dessa vez, o juiz João Batista Gonçalves utilizou as determinações do Pacto de São José de Costa Rica para dar embasamento ao seu posicionamento. A legislação em favor dos direitos humanos e a livre expressão, utilizada pelo juiz, entrara em vigor efetivamente no país em 1992, embora a adesão do Brasil à convenção internacional tivesse ocorrido em 1969, ainda durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici.

Além disso, os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* publicaram em suas páginas, no dia 6 de abril de 1996, a intenção do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, de legalizar

as “rádios piratas”, em declaração proferida por ele ao assumir o cargo. A afirmativa foi anunciada em um momento de “explosão” dessas rádios, com uma média de cinco rádios livres instaladas por dia, somente no território paulista. Tal marcha acelerada duraria mais de dez meses (Coelho Neto, 2002, p.59).

A intensa agitação entre os militantes e integrantes de entidades ligadas à comunicação deu impulso à organização do I Encontro de Rádios Livres e Comunitárias, realizado em junho de 1995. A ação, liderada pelo Fórum Democracia na Comunicação (FDC), entidade que já encabeçava as discussões sobre a LID no Congresso, trouxe ao debate, pela primeira vez, a expressão “comunitária” para a denominação do encontro, com o objetivo de designar as rádios que se configuravam como veículos de expressão das comunidades e de interesse local, as quais buscavam espaço para a sua atuação. A expressão também auxiliava nas negociações com o governo em busca de uma legislação específica para as rádios, agora denominadas de comunitárias. Paralelamente às discussões sobre legalização de atuação dessas emissoras, permaneciam as rádios livres, também atuantes nas articulações em favor da democratização das comunicações, porém sem interesse nessa iniciativa, tendo em vista que entendiam a legislação como algo desnecessário. Defendiam o espectro eletromagnético como algo público e que não precisaria ser regulado pelo Estado.

Como resolução do I Encontro de 1995, fora aprovada a I Carta de São Paulo, que trazia, entre os seus pontos de interesse, as normatizações para a regularização das rádios comunitárias (Souza, 1996, p.111). A legislação começava a surgir como algo possível diante das negociações que já se travavam nos bastidores do Legislativo de São Paulo e em Brasília. Posteriormente, um segundo encontro foi realizado no Salão Nobre da Câmara Municipal da capital paulista, para a aprovação do que seria a II Carta de São Paulo, elaborada pelo FDC e apresentada para votação durante o evento.

A aprovação desse documento em assembleia realizada no II Encontro de Rádios Livres e Comunitárias permitia que a iniciativa fosse referendada popularmente e pudesse ser utilizada como

base para a Lei da Radiodifusão Comunitária no país (Coelho Neto, 2002, p.63). Com isso, Rocha conseguiu respaldo para a defesa dos tópicos sugeridos no documento, o qual seria levado para a disputa política na Câmara e no Senado. O texto previa regulamentações que se estendiam tanto para a rádio quanto para a televisão. Embora o governo houvesse anunciado que definiria a legislação para as rádios comunitárias até fevereiro de 1996, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), apoiado pelo FDC, subscreveu a II Carta de São Paulo, transformando-a em projeto de lei que foi colocado em votação ainda no final de 1995.

As discussões que vinham sendo realizadas previam que a legislação para as rádios comunitárias fosse definida por meio de um decreto, tendo em vista que, assim, poderia haver alterações posteriores sobre aquela iniciativa de maneira menos rigorosa, por não se tratar de uma lei. O objetivo era que se aproveitasse o momento de manifestação da vontade do governo de regularizar a situação do setor para a aprovação daquela legislação, mesmo que ainda fosse incipiente e, em seguida, houvesse uma mobilização para as adequações necessárias ao atendimento real das demandas daqueles que defendiam as rádios comunitárias.

Da forma como a lei acabou sendo aprovada, as alterações se tornaram mais difíceis e lentas. Coelho Neto avalia que o apoio do deputado Faria de Sá era bastante inusitado, já que ele não era ligado às forças de esquerda, que lideravam as discussões. Segundo ele, o fato causava “não só mal-estar no Poder Executivo, mas acabava elevando a situação ao *status* de preocupação real” (Coelho Neto, 2002, p.63). A situação anunciava possíveis interesses não revelados sobre o tema por parte de alguns políticos e da própria Presidência da República.

Concomitantemente às ações dos apoiadores das rádios comunitárias, em São Paulo, foi realizado o I Seminário Nacional de Rádios Livres e Comunitárias, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília, com a participação de diversos partidos e entidades ligadas à reivindicação pela democratização das comunicações. A realização do seminário seguia a realidade de mo-

bilização das rádios livres e comunitárias e, como resultado do evento, diversas proposições legislativas visando à criação de uma lei para a regularização do setor começaram a ser apresentadas no Congresso.

Os projetos dos parlamentares eram apensados à proposta inicial, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), elaborada a partir do pré-projeto preparado por entidades de São Paulo, lideradas pelo FDC, o qual havia fidelizado vínculo com aquele deputado para que a proposta fosse colocada em votação. Como a criação da lei não estava atrelada necessariamente à implementação de uma legislação que viabilizasse a existência das rádios comunitárias, algumas das propostas protocoladas possuíam textos ainda mais restritivos em relação ao que fora aprovado em 1998, como o apresentado por FHC, que ocupava o cargo de presidente da República. Entre outras medidas, a sugestão apresentada por ele previa a limitação da abrangência das rádios comunitárias a um raio de quatrocentos metros (Coelho Neto, 2002, p.64).

Mobilizações dos “radioamantes”²⁹ ocorreram em diversos momentos em que o projeto estava em discussão, em Brasília ou em São Paulo, para pressionar a aprovação da lei, que, embora não representasse exatamente os interesses do movimento, se apresentava como uma forma de reduzir as repressões sofridas pelos integrantes de rádios tidas à época como piratas. O projeto foi aprovado posteriormente, em 1998.

Paralelamente às discussões na Câmara dos Deputados, em 1996, integrantes do movimento articulado com o FNDC fundaram mais um organismo de pressão e articulação das rádios comunitárias: a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço). A entidade fora criada durante congresso realizado em Praia Grande (SP) e passara a ocupar a função de representação

29. Expressão utilizada por Coelho Neto (2002, p.63) para se referir aos inúmeros militantes em favor das rádios comunitárias que se dirigiram à Câmara para pressionar a votação do projeto que resultaria na Lei da Radiodifusão Comunitária nº 9.612/98.

dessas emissoras em todo o Brasil, com uma atuação de defesa jurídica e política das lideranças envolvidas com rádios comunitárias. Foi a Abraço que realizou o primeiro contato com a direção da Rádio Comunitária de Heliópolis para o intercâmbio de seus integrantes com as demais iniciativas do setor que existiam no Brasil, como será detalhado no capítulo seguinte. Embora tenha papel relevante em determinadas rádios comunitárias do país, a Abraço não foi protagonista das ações que se desenvolveram para a regulamentação da emissora de Heliópolis.

No entanto, tais desdobramentos da ação de militância em favor das rádios comunitárias atraíram também o interesse de pessoas que não estavam ligadas aos propósitos culturais ou de democratização da comunicação. Conforme Meliani Nunes (apud Souza, 1996, p.110), até a década de 1980, as emissoras livres ou comunitárias estavam envolvidas em um posicionamento que ela chama de heroico, porém, na década seguinte, muitas rádios que começaram a surgir de forma não legalizada, em sua maior parte, estavam ligadas aos interesses de grupos evangélicos ou de iniciativas de caráter comercial. Ou seja, além das iniciativas dos agentes realmente envolvidos com a questão da democratização da comunicação, os quais tinham as rádios comunitárias como uma das expressões de suas ações, muitas emissoras foram criadas utilizando a nomenclatura rádio comunitária sem seguir seus preceitos.

No cenário político nacional, começava a ser implementada uma série de regulamentações no setor das comunicações pelo governo FHC. Dessa forma, conforme citado na seção anterior deste capítulo, em 1995, o governo sancionou algumas das demandas do FNDC, como a Lei da Cabodifusão e o Conselho de Comunicação Social, mas suas aplicações não atingiram o que seus articuladores desejavam.

Compreende-se, portanto, que a atuação das lideranças de Heliópolis para a criação de uma rádio em frequência modulada na favela foi precedida de algumas ações nacionais, experiências e discussões internacionais, referenciadas neste capítulo tanto no quesito de legislação como de mobilizações populares, as quais davam

corpo aos fatos localizados entre 1997 e 2008, que subsidiaram a regularização da emissora, onze anos após a sua criação. A autorização de funcionamento da rádio não estava dissociada de um contexto municipal e ainda nacional sobre os desdobramentos que envolviam a democratização das comunicações e a existência das rádios comunitárias como um instrumento viabilizador dessa iniciativa, o qual envolvia interesses políticos, partidários e, quiçá, pessoais.

É nesse cenário de debates, legislações e ações em busca da democratização das comunicações que se desenvolveu a história da regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, porém não antes de etapas que compreenderam as primeiras iniciativas em torno de sua constituição e desenvolvimento, inclusive atuando como rádio poste. Temas que serão tratados nos capítulos seguintes.

2

DAS TENSÕES EM TERRA À DISPUTA DO ESPAÇO ELETROMAGNÉTICO

A Favela de Heliópolis: formação e luta por direitos

Ao mesmo tempo em que diferentes agentes agiam em torno da demanda específica da democratização das comunicações em todo o Brasil, bem como de novas formatações na legislação referente ao tema, formava-se a Favela de Heliópolis, em 1971, na região Sudeste da capital de São Paulo, na Subprefeitura do Ipiranga. Ela passaria a fazer parte dos diversos segmentos que fariam reivindicações em torno da comunicação a partir de 1997, por intermédio dos representantes de sua emissora comunitária, criada depois da experiência de cinco anos em que a comunidade manteve um sistema de comunicação atuante por meio de alto-falantes espalhados na favela. O local teve um crescimento acelerado na década de 1980 e se tornou a maior favela de São Paulo em população, chegando a 125 mil habitantes, no começo do século XXI.

A trajetória histórica de Heliópolis é composta por tensões e conflitos ocorridos desde a instalação dos primeiros alojamentos provisórios no local. Diante disso, e dada a carência de soluções oficiais sistemáticas destinadas a sanar as dificuldades existentes, começaram a ser ampliadas as estratégias de organização da popu-



Figura 2 – Divisão de São Paulo por subprefeituras e detalhe da localização de Heliópolis.

Fonte: Mapa elaborado para este estudo, baseado em mapa das subprefeituras da capital paulista.

lação da Favela de Heliópolis para mudanças desse quadro social, ao final da década de 1970. Nesse período, o núcleo de moradores já estava constituído havia quase dez anos. Um levantamento estatístico realizado em 1986 apontou que aquela região já possuía cerca de 4.800 edificações, sendo a grande maioria de uso residencial e apenas setenta delas para fins comerciais ou institucionais, utilizadas por associações, centros comunitários e igrejas. Os dados foram obtidos pela Agora – Arquitetura e Planejamento S/C Ltda., contratada pela Cohab naquela data, a qual seria responsável pela inclusão das famílias no Projeto Habitacional, então em andamento na favela (Sampaio, 1990, p.98).

Uma das primeiras intervenções da prefeitura visando à implantação de infraestrutura em Heliópolis se deu na divisão daquele território em 14 glebas, com diferentes características de povoamento, a partir de 1979. O maior adensamento demográfico estava localizado na área A, região mais próxima à atual estação de metrô Sacomã, ao passo que na K,¹ local com algumas áreas utilizadas como campos de futebol, a densidade de habitantes era reduzida para menos da metade. Em toda a abrangência da favela, mais de 10 mil pessoas, das 20 mil residentes naquele local ao final da década de 1980, eram moradores de barracos (Sampaio, 1990, p.100).

A formatação inicial da Favela de Heliópolis se modificou rapidamente. Um grande terreno composto por 23 campos de futebol e várias áreas antes destinadas ao lazer dos moradores das proximidades começou a abrigar dezenas de moradias irregulares. A formação da favela esteve diretamente ligada às ações do governo municipal, a partir de 1971, que utilizou aquele terreno, antes de propriedade do governo federal, para a transferência de famílias que até então estavam situadas em regiões centrais da cidade. No entanto, esse lote federal ficara distante de intervenções públicas durante muitos anos. Na década de 1930, havia sido uma área pri-

1. Foi na gleba K que a Rádio Comunitária de Heliópolis foi instalada e permanece atualmente.

vada, denominada Conjunto Residencial Vila Heliópolis, do conde Silvio Álvares Penteado, empreendedor na área de exportação do café na capital paulista.



Figura 3 – Heliópolis dividida por glebas.

Fonte: Mapa elaborado para este estudo, com base em ilustração publicada originalmente por Maria Ruth Sampaio.

Os três milhões de metros quadrados, até então pertencentes ao conde, foram transferidos ao Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (Iapi), que comprou a área na década posterior, nos anos 1940, pelo valor de 17,5 mil contos de réis. O terreno fora adquirido pelo instituto para a instalação de moradias destinadas aos trabalhadores associados ligados ao serviço industrial, porém as casas não foram construídas (Sampaio, 1990, p.29). Aquele território passou a pertencer, posteriormente, ao Instituto de Administração Financeira de Previdência e Assistência Social (Iapas), quando o governo federal unificou os institutos de previdência do país vinculando-os ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Duas décadas depois, nos anos 1960, a propriedade começou a ser desmembrada e vendida (idem, p.31). Em 1967, a Petrobras comprou um total de 423,7 mil metros quadrados da região leste do terreno e dois anos depois, em abril de 1969, foi dado início à obra do Hospital Heliópolis, cuja construção se estendeu por vários anos, bem como do Posto de Assistência Médica (PAM), atual AME Heliópolis (Atendimento Médico de Emergência). Tais empreendimentos na área da saúde estavam situados na gleba K, região oeste da área (Ribeiro da Silva, 2011, p.51). A grande necessidade de mão de obra das duas construções atraía muitos migrantes da região Nordeste do país.

Em 1976, Raul Diederichsen obteve 960 metros quadrados por meio de uma permuta feita com o Iapas e, em 1978, foram desapropriados em torno de 540 mil metros quadrados para a Sabesp, que viria a se instalar no local, efetivamente, somente vinte anos mais tarde. Dos três milhões de metros quadrados iniciais, restaram, então, aproximadamente, um milhão de metros quadrados ao Iapas.

Além dos migrantes que já haviam inchado o setor de habitação de São Paulo nas décadas anteriores, dessa vez a disponibilidade de empregos na área metalúrgica e da construção civil atraía outra parcela populacional para a capital paulista. No entanto, na década de 1970, a política econômica era desfavorável ao trabalhador. O arrocho salarial se estendia desde 1964, o que favorecia o endividamento dessa camada da população (Soares, 2010, p.49). Foi nesse período que cresceu o número de favelas em São Paulo, formadas por aqueles que não tinham acesso à moradia e se instalavam nas periferias da cidade, em cortiços ou em outro tipo de habitação precária, o que contrastava com o desenvolvimento ocasionado pelo processo de industrialização pelo qual passava a capital paulista. As favelas e os cortiços que surgiram em várias partes da cidade eram então as formas possíveis de moradia dos trabalhadores menos qualificados, atingindo grande parte dos nordestinos que migraram para São Paulo.

Diante da necessidade de mudar o aspecto urbano para acompanhar o desenvolvimento industrial que se expandia naquele período, o prefeito Paulo Maluf fez, em 1971, último ano de seu mandato, mudanças no cenário da região central da cidade. A prefeitura transferiu 150 famílias que viviam em uma das primeiras favelas de São Paulo, a da Vila Prudente, para uma região mais afastada do centro, com o intuito de realizar obras públicas nos arredores do bairro Alto do Ipiranga, tendo a previsão de um viaduto sobre o rio Tamanduateí. Os moradores daquela favela foram levados para alojamentos provisórios construídos pelo poder público municipal no terreno do Iapas (Oliveira, 2010, p.62), que até então continuava não sendo utilizado pelo instituto. Em 1978, no governo do prefeito Olavo Egydio Setúbal, outras sessenta famílias, dessa vez da Favela Vergueiro, também foram levadas para os alojamentos provisórios construídos na área do Iapas, denominada de Heliópolis.

Além das duas transferências de famílias das favelas da Vila Prudente e Vergueiro para a região de propriedade do Iapas, muitos trabalhadores da construção do Hospital Heliópolis permaneceram no local desde o início das obras, em 1969, e passaram a fazer parte do contingente de moradores que se instalavam nos arredores das residências construídas pela prefeitura, ampliando o número de barracos no local. Com o passar do tempo, mais moradias precárias começaram a ser construídas por outras famílias que ocupavam as proximidades, sendo atraídas pela expansão de habitações no terreno e a possibilidade de um local para morar sem a necessidade do pagamento de aluguel. Os alojamentos provisórios então dividiam espaço com dezenas de barracos construídos precariamente, constituindo assim uma realidade díspar entre os moradores do local.

Em 1978 e 1979, a ocupação de dezenas de barracos começou a se expandir também para o bairro de São João Clímaco, mais próximo à região de São Caetano do Sul. A grande maioria das ocupações no entorno das moradias provisórias era de nordestinos, que vieram em busca de trabalho na capital paulista.

As condições estruturais da favela deram origem a situações de desorganização social e violência acentuada, devido à disputa pela terra dessa região. A realidade de conflitos registrados na área se estendeu por cerca de uma década. Os enfrentamentos ocorridos no período foram desencadeados pelo aparecimento de muitas pessoas interessadas no aluguel e na compra das habitações, ainda que precárias, impulsionadas pela especulação imobiliária em ascensão por toda a capital. Grileiros² começaram a apresentar-se como proprietários das terras, ainda pertencentes ao governo federal, e a cobrar aluguel daqueles que se instalavam na região. Eles se diziam herdeiros dos terrenos que vinham sendo ocupados de maneira irregular. O local era repleto de mamoneiras e muitos terrenos vagos, então utilizados como campos de futebol. Uma vasta área com mato facilitava a ação de embate entre as partes envolvidas, além de servir para os grileiros como uma região a ser comercializada para a instalação de novos barracos (Sampaio, 1990, p.32).

As ações mais intensas dos grileiros em Heliópolis se concentravam na Estrada das Lágrimas, principal via que liga a região do Ipiranga ao município de São Caetano do Sul. Em 1979, já havia registros das primeiras instalações irregulares entre as moradias provisórias. Moradores relatam que, quando chegaram para comprar seus terrenos, encontraram um homem chamado Mariano, que se dizia dono das terras, cobrando aluguéis dos barracos (Soares, 2010, p.55). Diante da atuação dos grileiros, alguns moradores começaram a enfrentá-los armados e encapuzados em busca de vingança contra as ameaças às quais estavam expostos, ficando

-
2. A atuação de grileiros não foi verificada somente na Favela de Heliópolis, mas em diversas regiões da capital paulista, em que grandes áreas de loteamento foram deixadas sem utilização pelo poder público ou proprietários privados. Outro exemplo de presença dos grileiros pode ser analisado em Paraisópolis, segunda maior favela de São Paulo. A venda irregular dos lotes daquela área começou em 1950. O terreno era o local onde estava instalada a Fazenda Morumbi, criada em 1921, e foi parcelado em grandes lotes pela União Mútua Companhia Construtora e Crédito Popular S. A. (Prefeitura de São Paulo, 2009)

conhecidos como “justiceiros”. O confronto desses grupos se tornava cada vez mais acirrado.

Algum tempo depois, houve um maior povoamento do local e começou a se estabelecer uma organização popular contra a situação de tensão e medo vivida pelos moradores, tendo Genésia Ferreira da Silva Miranda³ e João Miranda⁴ entre seus principais articuladores (Soares, 2010, p.55, 57). O casal chegou ao local no início da ocupação de Heliópolis, quando ainda havia muito mato em diversas partes do terreno. O caminho da rua da Mina era o principal local de circulação dos moradores, mas poucos trechos dele permitiam a passagem de veículos. Havia energia elétrica somente em uma casa da Estrada das Lágrimas, uma das principais vias da favela, perpendicular à rua da Mina, e um fio conduzia a “luz” de forma precária para os demais barracos das proximidades (Oliveira, 2010, p.65-70).

Durante essa fase de ocupação da favela, os grileiros que atuavam em Heliópolis, segundo o morador Miguel Borges Leal,⁵

-
3. Genésia Ferreira da Silva Miranda, paraibana, veio para São Paulo em 1976 e tornou-se moradora de Heliópolis em 1981. Um de seus primeiros trabalhos na favela foi de ajudante de uma assistente social que atuava na igreja da Vila Arapuá, bairro vizinho, e por intermédio da qual conheceu o frei Sérgio (Sampaio, 1990, p.176-80). Recebeu o título de Cidadã Paulistana, na Câmara Municipal de São Paulo, em dezembro de 2003, devido à sua atuação na mobilização de Heliópolis.
 4. João Miranda Neto, pernambucano, marido de Genésia. Perdeu seu pai aos nove anos, quando se mudou para Recife. Em 1975, veio para São Paulo onde começou a trabalhar como metalúrgico e, em 1979, se instalou em Heliópolis. Foi líder, ao lado da esposa, nas mobilizações da favela. Sua atuação esteve voltada primeiro pela reivindicação por água e luz e, posteriormente, por moradia. Foi preso algumas vezes em decorrência das brigas com grileiros. Atualmente é primeiro vice-presidente da Unas (mandato 2008-2012) (Sampaio, 1990, p.177).
 5. Miguel Borges Leal, piauiense. Foi um dos líderes na mobilização pela moradia em Heliópolis e atuou em organizações da favela desde 1977, quando se instalou no local. Possuía envolvimento com as CEBs e a Pastoral da Favela, atividades que iniciou por influência do padre Gaspar, na região de Casa Verde, onde morou antes de mudar-se para Heliópolis (Sampaio, 1990, p.164-70).

seriam o veterinário Otávio Liberato, Flávio Preto, Flávio Branco e Geraldo Mariano,⁶ que tinham laços familiares entre si. Os campos de futebol e o parquinho eram as áreas incluídas nas vendas dos grileiros, os quais dividiam e vendiam os terrenos conforme seus interesses. Eles também abriam e fechavam ruas dentro daquela área de acordo com as suas conveniências e condicionavam a permissão de permanência dos moradores no local às suas análises prévias. A punição para aqueles que os contrariavam era a expulsão sumária ou ainda a perda de suas vidas (Sampaio, 1990, p.35, 165).

Os moradores conviviam com o medo em relação a essas práticas violentas, somado à precariedade e às más condições de moradia dos barracos. Porém, ao mesmo tempo em que se sentiam pressionados com a cobrança de aluguel por parte dos grileiros, não viam maneiras possíveis de união entre eles. A grande maioria não se considerava invasora, tendo em vista que a instalação dos alojamentos onde morava havia sido feita pela própria prefeitura. Muitos moradores ainda acreditavam que o poder público daria continuidade às intervenções iniciadas com o desadensamento das favelas às quais haviam pertencido anteriormente. Dessa forma, não aceitavam se unir aos que chamavam de “invasores”, que foram atraídos ao local posteriormente e instalaram barracos nos arredores das moradias provisórias. Tal fato gerava rejeição à organização interna das famílias que queriam a união dos grupos contra seus opressores (Oliveira, 2010, p.33).

Contudo, foram os “invasores” que tomaram a iniciativa de buscar alternativas para a realidade de Heliópolis. Uma das primeiras a agir contra a ação de violência dos grileiros foi Genésia Miranda, membro de uma das famílias que ocuparam a área de maneira irregular. A cobrança de aluguel realizada mediante contrato

6. Os homens conhecidos como grileiros que atuavam naquela favela, Flávio Preto, Flávio Branco e Geraldo Mariano, se afastaram da região de Heliópolis após a organização dos moradores. Apenas o veterinário Otávio Liberato instalou uma clínica na Estrada das Lágrimas, principal via da favela, que liga a vila Arapuá ao Ipiranga (Sampaio, 1990, p.165).

com os grileiros causou estranheza à moradora. Todos eram obrigados a pagar a taxa para obter a permissão de moradia em Heliópolis, sendo amedrontados e coibidos de buscar ajuda. No entanto, Genésia se recusou a aceitar aquela dívida, declarando sua indignação diante das ameaças às quais estava sendo submetida. A atitude repercutiu entre os demais moradores e os incentivou a lutar contra a situação em que se encontravam. Como decorrência disso, Genésia e seu marido, João Miranda, começaram a ser perseguidos e acabaram sendo açoitados por dez homens, em certa ocasião, em frente ao barraco onde moravam. Diante das dificuldades, ela se dispôs a buscar a conscientização dos moradores da favela para o enfrentamento daquela situação e para a defesa de seus direitos. A iniciativa exigiu persistência do casal, já que, por vezes, armas de fogo chegaram a ser utilizadas durante os confrontos (Oliveira, 2010, p.35).

O auxílio às ações contra os grileiros que atuavam em Heliópolis foi encontrado na Igreja Católica, que organizava a atuação das lideranças de comunidades periféricas, não só daquela favela como também de outras regiões de São Paulo. As intervenções sociais eram incentivadas pelo arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns e o bispo da região do Ipiranga, d. Antônio Celso de Queirós,⁷ membros da ala progressista da Igreja. Os encaminhamentos dos religiosos eram implantados naquela favela por meio da paróquia Santa Edwiges, que tinha Eurico Dedino⁸ como pároco,

-
7. D. Paulo Evaristo Arns e d. Celso de Queirós foram adeptos da Teologia da Libertação, reflexão teológica que surgiu na Igreja Católica na década de 1970. Ambos atuaram em suas vidas públicas com posicionamentos críticos à política e às condições de vida das classes subalternas. Os integrantes dessa ala católica tinham aproximações com a metodologia de análise da sociedade apresentada pelo marxismo diante das injustiças sociais. Porém, o movimento progressista acabou sendo combatido posteriormente, na década de 1990.
 8. Padre Eurico Dedino, ordenado em 1982, e imediatamente nomeado pároco de Santa Edwiges, empossado pelo grande amigo da Paróquia Santa Edwiges, d. Antônio Celso de Queirós, bispo auxiliar de São Paulo para a região do bairro do Ipiranga. Possuía grande prestígio entre as lideranças de Heliópolis (Santuário Santa Edwiges, 2005).

também incentivador das ações da Pastoral das Favelas, coordenada, na região do Ipiranga, pelo frei Sérgio Calixto Valverde.⁹

O frei cedia salas da igreja para reuniões, além de emprestar mimeógrafos para a produção de boletins e comunicados e ainda se responsabilizava pela impressão de alguns materiais gráficos necessários para a organização dos moradores (Sampaio, 1990, p.168). A mesma organização religiosa, que contava com a participação popular, também dava apoio àqueles que eram perseguidos pela ditadura nas décadas de 1970 e 1980 na capital paulista. Embora tivessem sido aconselhados a sair daquela área, Genésia e João Miranda preferiram se manter onde estavam e buscar formas de combater a atuação dos grileiros (*Memórias de Heliópolis*, depoimento de Genésia, audiovisual, 2012b).

Contrários à violência praticada pelos falsos proprietários e em defesa do direito à moradia, alguns moradores da favela começaram a se organizar para enfrentar aqueles problemas, buscando sistematicamente a adesão do maior número possível de pessoas que também se sentiam afetadas com aquela situação. A organização dos moradores inicialmente se voltou para as questões dos direitos básicos de moradia, como a instalação de água e luz, e, posteriormente, contra a violência e as ameaças que sofriam. O meio de enfrentamento encontrado para isso foi a organização em associações de moradores, as quais se tornaram representativas e ganharam força política na tomada de decisões para ações em Heliópolis, não só em sua fase de formação como também em todo o decorrer da história da favela até os dias atuais.

A mobilização dos moradores de Heliópolis se deu a partir da iniciativa de Genésia, que se dispôs a trabalhar para a convocação dos homens e mulheres daquela favela para se unirem e atuarem em

9. Sérgio Calixto Valverde, frei dominicano, ordenado em 1969. Apoiou a mobilização dos moradores de Heliópolis na defesa do direito à moradia, sendo coordenador da Pastoral das Favelas. Frei Sérgio trabalhava com d. Celso, na região do Ipiranga. Sua atuação progressista o fizera ser tachado de subversivo pela camada conservadora da sociedade e pelo Exército (*Jornal do Commercio*, 1998).

coletividade. A partir de um sonho pessoal, o de morar sem pagar aluguel, sua atuação se expandiu para a defesa do direito à moradia de uma forma mais ampla. O destaque para a influência dessa moradora na organização popular durante as primeiras mobilizações de Heliópolis coaduna-se com as mudanças sociais de participação e engajamento da mulher na sociedade brasileira, que puderam ser observadas desde o período do regime ditatorial implantado no país e se estenderam para as décadas seguintes, com manifestações populares que contaram com a participação feminina (Ferreira & Bonan, 2005, p.32). Embora Genésia não fosse remanescente de movimentos formalizados nas décadas anteriores, a atuação dos movimentos feministas em busca de mudanças, não só na realidade privada e doméstica, mas também na vida pública, trouxe influências para a sociedade de uma forma geral, sendo reconhecidas na forma de reivindicação por direitos dessa moradora, no início da década de 1980.

Na Favela de Heliópolis, as mulheres iniciaram a articulação da comunidade por meio do Clube das Mães, incentivado pela Igreja Católica, com atividades assistencialistas, reforma de roupas, bazares e outras atividades. O clube também se configurava como um ponto de encontro onde as mulheres “dividiam o medo que tinham dos grileiros que torturavam seus maridos” (Ribeiro da Silva, 2011, p.55). A organização das mães começou quando frei Sérgio adquiriu dois barracos para organizar as reuniões dos moradores. Os “imóveis” eram de duas famílias que haviam retornado para o Nordeste, com a ajuda do frei, como forma de fugir dos problemas vividos no local. Em um desses barracos foi fundado o primeiro Clube das Mães.

Já entre os homens, as primeiras mobilizações eram destinadas à limpeza do terreno com o corte das dezenas de mamoneiras existentes, já que esse era um dos facilitadores das ações violentas na favela. Essa organização contou com a liderança de João Miranda, incentivado pelas ações de sua esposa, Genésia (Oliveira, 2010, p.76). Ele também atuava na Pastoral da Favela, com orientações aos moradores sobre a organização em favor de estruturas básicas

de moradia e outras reivindicações (Sampaio, 1990, p.25). No final da década de 1980, participou da formação da Unas.

Com a expansão das ações irregulares na venda de lotes na área de propriedade do Iapas, a administração daquele órgão começou a requerer a reintegração de posse dos terrenos que haviam sido vendidos pelos grileiros. As primeiras ações foram determinadas judicialmente em 1978 e resultaram em embates entre o poder público e os moradores (idem, p.32). Estes reclamavam da atuação da polícia nessas ações, alegando que ela agia para coibir as ocupações da área e dificultar a organização popular, já que sempre aparecia quando as famílias se reuniam para se articular em torno de algum tema (Oliveira, 2010, p.37-8).

O trabalho da Pastoral da Favela também se estendia à mediação entre os moradores e diferentes profissionais para a solução de assuntos pontuais de enfrentamento. Frei Sérgio fora responsável pela aproximação do grupo de Heliópolis com assistentes sociais da administração regional do Ipiranga, para a discussão sobre as condições de moradia da favela, e ainda mediara o contato com o advogado José Mentor, que os auxiliou na elaboração de possíveis ações em relação aos loteamentos clandestinos, tema com o qual já estava envolvido em outras regiões.¹⁰ Mentor esteve bastante presente nas articulações dos moradores daquela favela por vários anos e trouxe contribuições à formação da União do Núcleo de Associações e Sociedades de Heliópolis e São João Clímaco (Unas), cuja atuação será detalhada mais adiante.

Algumas das principais lideranças que atuaram na mobilização popular de Heliópolis tiveram participação ativa nas CEBs de outros bairros da capital paulista localizados nas proximidades daquela comunidade que começava a se formar, trazendo a experiência que possuíam para ser aplicada na favela. Entre os seus articuladores esteve Miguel Borges Leal, que auxiliou na realização de

10. Posteriormente, José Mentor foi líder do governo na Câmara Municipal durante a administração pública de Marta Suplicy (PT), que assumiu a prefeitura em 2000, após seu antecessor Celso Pita (Ferreira, 2002, p.81).

reuniões de articulação na casa de Geraldo de Paula Pinto¹¹ e de outros moradores, sob a orientação do padre Dedino. Leal integrou a Comissão de Moradores de São João Clímaco e foi o primeiro presidente da Unas, após a junção com a Comissão de Moradores de Heliópolis. A mobilização na favela também contou com a liderança de João Isaías,¹² que chegou chegara em Heliópolis em 1978 e fez parte do grupo que se mobilizara por melhorias durante a constituição de favela, estando também envolvido com as comissões de moradores que precederam a Unas (Sampaio, 1990, p.169).

Além da articulação junto aos moradores, a Igreja também intervinha nas prisões promovidas pela Polícia Militar. As lideranças eram constantemente presas nas ações de reintegração de posse. Eram os religiosos que intermediavam a soltura daqueles integrantes de Heliópolis, convocando advogados e membros do movimento ligados à defesa dos direitos humanos, os quais atuavam em negociações com as autoridades policiais (Ribeiro da Silva, 2011, p.58).

Com a constante atuação dos membros da favela por melhores condições de moradia, auxiliados pela Igreja, o governo municipal entendeu ser conveniente realizar intervenções naquela área. A partir de 1979, o prefeito Reynaldo de Barros começou a desen-

-
11. José Geraldo de Paula Pinto, paulistano. Participava da CEB na igreja do Padre Cosme, na região da Água Funda. Foi para Heliópolis em 1982. Ajudava Miguel Borges Leal na confecção de boletins e atas das reuniões. Trocou o trabalho como bancário para atuar ativamente na igreja de Santa Edwiges, com o padre Dedino e se dedicar integralmente à organização dos moradores. Tinha afinidades com o Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente é tesoureiro geral da Unas (mandato 2008-2012).
 12. João Isaías, paraibano. Ao chegar a São Paulo, em 1973, trabalhou em metalúrgica, com residência em São Caetano e posteriormente na Favela do Livieiro. Tornou-se morador de Heliópolis em 1978, atuando desde o início na organização das famílias para a implantação de água e luz no local. Foi o primeiro presidente da Sociedade Amigos e Moradores da Favela de Heliópolis, antes da junção com a associação de São João Clímaco. Trabalhou na candidatura de Fernando Henrique Cardoso para prefeito de São Paulo, quando este perdeu para Jânio Quadros.

volver as primeiras ações do poder público em Heliópolis. Contudo, o terreno ainda pertencia ao governo federal, por meio do espólio do Iapas, configurando-se, pois, como um local de ocupação ilegal, composto por habitações irregulares (Sampaio, 1990, p.5).

A partir da década de 1980, foram realizadas obras públicas na favela. Em 1982, foram iniciadas as instalações das redes de água e luz e, em seguida, construídas guias e sarjetas em algumas partes das 14 áreas de desenvolvimento organizadas pela prefeitura. A rua da Mina e a Paraíba, da gleba K, locais em que a rádio comunitária viria a ser instalada posteriormente, estiveram entre as primeiras a receber as melhorias estruturais. Diante das mudanças realizadas, em 1986 houve uma explosão de especulação imobiliária em Heliópolis, já que o local dava fácil acesso a vários pontos da cidade e vinha recebendo algumas ações de infraestrutura.

As intervenções dos governos municipais que se seguiram, na grande maioria, foram acompanhadas de resistência dos moradores às mudanças propostas, quando estas não atendiam as reivindicações daquela população. Miranda recorda que, em 1986, entre as medidas propostas pelo prefeito Jânio Quadros, que assumira o cargo naquele ano, estava o projeto de desfavelamento da região, propondo transferir os moradores para habitações que seriam construídas em outro local. A valorização da área e o surgimento de possíveis investidores comerciais, que propunham a construção de um *shopping* no local, teriam impulsionado a ação. Para Miranda, essa iniciativa era considerada como um descaso devido ao histórico da população e o envolvimento pessoal das famílias com o local em relação às conquistas que já tinham obtido mediante a organização popular na favela. O projeto não foi levado adiante (*Memórias de Heliópolis*, depoimento de João Miranda, audiovisual, 2012b).

Anos mais tarde, a Prefeitura construiu moradias chamadas “embriões”¹³ em uma das partes populacionalmente menos densas

13. Termo adotado pelo governo municipal para as moradias que seriam construídas em localizações isoladas no terreno de Heliópolis, com previsão de 726 unidades iniciais e construção efetiva de 318. As primeiras moradias foram

em da favela. A propriedade do terreno, que até 1984 era do Iapas, fora transferida para a Cohab, companhia responsável pela construção das casas destinadas à população com menor poder aquisitivo de São Paulo. A implantação dos “embriões” resultou na primeira alteração na formatação populacional daquela região (Sampaio, 1990, p.142). Entre os moradores que adquiriam essas residências, a maioria era do Nordeste, assim como as primeiras famílias que se instalaram na favela; porém, esses novos proprietários já estavam instalados e empregados em São Paulo havia algum tempo e, por isso, tinham renda familiar maior do que os antigos proprietários, o que lhes possibilitava realizar alterações nas casas entregues pela Cohab. Um levantamento estatístico dessa companhia, realizado em 1988, revelava que as casas passaram a ter muros e pelo menos mais um cômodo em relação à constituição das casas em sua formatação inicial (idem, p.146). Com isso, a gleba K se tornou um dos pontos com melhor desenvolvimento da favela.

Entre os investimentos dos novos moradores de Heliópolis estava a adaptação de suas residências para o comércio informal de vendas e serviços, constituídos por mecânicas, funilarias e pinturas automotivas, lanchonetes, mercearias e bares em geral. No total, foram registrados noventa empreendimentos. Os bares eram o principal local de diversão, sobretudo para os homens, e representavam mais de 55% do comércio informal da favela. Entre eles existiam aqueles mais bem equipados, com balcões e mesas de sinuca, tendo inclusive alguns que dispunham de produtos alimentícios de primeira necessidade para a venda, e os “puxadinhos”, mais rudimentares, caracterizados por uma janela de casa por onde era realizada a comercialização, sobretudo de bebidas (idem, p.160).

Durante as negociações do governo municipal com os moradores, formaram-se comissões para as discussões por meio de assembleias e a organização para a construção das moradias em

construídas na gleba K em um clima bastante atribulado (Sampaio, 1990, p.141).

mutirões. Havia várias comissões, fato que, para o governo, tornava difícil a negociação. Dessa forma, em 1984, o governo municipal criou uma Comissão Central, dividida em dez núcleos que abrangiam toda a extensão da favela, envolvendo mais de cem pessoas. Era essa a organização popular reconhecida como oficial pelo prefeito e para a qual se dirigia nas articulações com a população. O órgão central possuía pelo menos um representante de cada associação de moradores existente, compreendidas pelas comissões das regiões Mina, Flamengo, Lagoa, Viracopos, São Francisco, Portuguesa, Imperador, Heliópolis, Sacomã e PAM. Cada núcleo possuía um representante na Comissão Central de Moradores (ibidem, p.5). Contudo, a formação desse grande grupo não era bem-vista pela população, que avaliava a iniciativa como uma organização que não defendia os seus reais interesses. Sendo assim, outras comissões foram mantidas pelos moradores como representativas na negociação com a prefeitura de maneira independente, sob a alegação de divergência com a Comissão Central.

A organização da Favela Heliópolis possuía, então, duas principais forças de organização, sendo elas a Comissão de Moradores de São João Clímaco e a do Grupo PAM (Comissão Central). A Comissão de Heliópolis tinha atuação em parceria com a Comissão de São João Clímaco em várias atividades na favela. Contudo, as diretrizes de atuação das duas associações se diferenciavam no sentido de que a comissão de Heliópolis, liderada por João Isaías, o João Prefeito, possuía vínculos com o poder público e políticos propriamente ditos, ao passo que o núcleo de São João Clímaco tinha uma ligação mais forte com a Igreja Católica e o recém-criado Partido dos Trabalhadores (Oliveira, 2010, p.156).

Paralelamente às negociações realizadas com o poder público, as comissões de Heliópolis e São João Clímaco estabeleciam situações de disputa para estabelecer qual das duas entidades representava verdadeiramente a comunidade. Parte das lideranças da favela avaliava que a Comissão de Heliópolis era utilizada por João Prefeito “pra servir de palco para os demagogos da política” (Sampaio, 1990, p.75). Esse mesmo grupo criticava o atrelamento e a sub-

missão da comissão dirigida por João Prefeito ao governo municipal, alegando não haver uma linha de luta nas ações realizadas. Os benefícios que teria conquistado para os moradores seriam pontuais, caracterizados como favores individuais concedidos por determinados políticos (Oliveira, 2010, p.157).

Com o passar dos anos, a Comissão de Heliópolis se destacou nas negociações com a prefeitura e a Cohab. As duas instituições públicas então sugeriram a unificação das comissões para “uniformizar a divulgação das decisões tomadas nas reuniões”, o que deu origem à União dos Núcleos, Associações e Sociedades das Favelas de Heliópolis e São João Clímaco (Unas) (Sampaio, 1990, p.84). Em 1987, as lideranças da comunidade constituíram a união dos núcleos, mas o seu registro foi efetuado juridicamente somente três anos mais tarde, na gestão de Luiza Erundina, para a formalização de convênios com o seu governo (Oliveira, 2010, p.287). A Unas se consolidou como o principal órgão de articulação da favela, atuando por meio de projetos financiados por ONGs ou convênios com diferentes instâncias governamentais. Desenvolve, a partir de então, ações nas áreas de educação, assistência social, cultura, cidadania e comunicação.

As atividades das lideranças de Heliópolis tiveram apoio constante de integrantes do PT, um dos principais partidos incentivadores das ações sociais da Igreja que eram realizadas nessa comunidade. Vários partidos também se vinculavam às demandas da favela em diferentes momentos de mobilização popular e participavam ativamente das manifestações públicas realizadas, tendo em vista que a favela era bastante grande e as reivindicações atraíam centenas de moradores daquela área. Tal aglomeração era motivo de interesse daqueles que se candidatavam para cargos políticos em São Paulo. Essa ligação partidária voltou a ter papel de destaque durante a formação da Unas, a partir da atuação do petista José Mentor, advogado que ocupava o cargo de deputado estadual naquele momento. Ele participou diretamente da formação dessa entidade e posteriormente se posicionou favorável a Heliópolis nas

disputas pela representação da Unas. No entanto, algumas das lideranças o acusaram de ter participado da organização de moradores somente para angariar votos (Ribeiro da Silva, 2011, p.64).

Vinte anos após o início da favela, a qual reuniu experiências de organização popular em torno do enfrentamento à violência e ainda sofreu influências políticas e disputas internas em relação à condução das ações que se realizavam no local, a instalação de uma rádio poste em Heliópolis, em 1992, se caracterizou como uma segunda fase das ações mobilizadoras em prol de melhorias naquela área. A iniciativa, apoiada e incentivada pela Pastoral das Favelas, precedeu a implantação da rádio em frequência modulada, o que viria a ocorrer cinco anos mais tarde, em 1997.

Frequências e ruídos: uma rádio para Heliópolis

O constante clima de tensão e disputa existente em Heliópolis, desde a sua formação, era tema recorrente das reuniões que ocorriam entre as lideranças da comunidade e demais moradores que se dispunham a buscar alternativas para aquela situação. Os encontros eram realizados, com certa regularidade, em um barracão de madeira situado em região central da favela, abordando temas relacionados à organização popular, aos atos de violência e à busca de melhorias de infraestrutura do local, entre outros. A insegurança existente nessa área era derivada da atuação dos grileiros e justiceiros, além de ações do tráfico de drogas, intensificado sobremaneira a partir da década de 1990. As atividades das lideranças da Unas eram articuladas de maneira a evitar o enfrentamento com os grupos envolvidos com o tráfico. Tal situação permaneceu viva na lembrança de alguns de seus membros, como pode ser observado na fala de Delmiro Farias,¹⁴ também conhecido como Maranhão.

14. Delmiro Farias, maranhense. Trabalhava com a pesca no Maranhão e estudou apenas por cerca de três meses. Na praia, onde morava, se comunicava com a

Ele recorda que foi um dos pioneiros em Heliópolis e várias vezes foi ameaçado com arma de fogo, quando atuava ao lado de outras lideranças, como Genésia Ferreira e João Miranda. No entanto, diz com orgulho que, mesmo diante dessas dificuldades, não fracassou na sua disposição em organizar aqueles moradores em prol de melhorias de suas condições de vida.

A dificuldade de convocação dos moradores para as reuniões, feita por meio da distribuição de boletins e panfletos nos cerca de um milhão de metros quadrados da favela, e o enfrentamento às ações violentas registradas naquela região levaram à implantação de um sistema de comunicação realizado por meio de alto-falantes, chamado de rádio poste, ou, nesse caso específico, de Rádio Popular de Heliópolis.

Para impulsionar essa iniciativa, foi importante a contribuição de duas lideranças da Unas que já conheciam essa forma de comunicação. João Miranda havia presenciado experiências de rádio poste em Pernambuco, estado onde morara antes de vir para São Paulo. Sua memória havia retido a utilização de serviços de alto-falantes, então comumente instalados em feiras populares na cidade do Cabo de Santo Agostinho (PE) (Projeto Cala Boca Já Morreu, entrevista com João Miranda Neto, audiovisual). Maranhão, por sua vez, já havia atuado em um sistema de comunicação semelhante na praia de uma cidadezinha do interior maranhense, chamada Raposa, situada no município de Cacarape. Ele considerava muito interessante o serviço de comunicação ao qual havia tido

população por meio de alto-falantes. Foi para o Sul do país em 1969, onde ficou por pouco tempo, e em seguida mudou-se para São Paulo. Trabalhou como pedreiro, no bairro Sacomã, e em outras ocupações (Oliveira, 2010, p.88). É morador de Heliópolis desde 1982, quando passou a fazer parte do movimento por moradia e se tornou um dos três coordenadores da rádio poste, dez anos após se instalar na favela. Delmiro Farias permaneceu na liderança da emissora até ela se transformar em FM, em 1997, e acabou se distanciando das atividades de comunicação da Unas por não concordar com ações da coordenação que assumira o projeto pouco tempo depois dele (entrevista concedida para este estudo, 2012).

acesso, viabilizado a partir de um poste de longa extensão e três grandes alto-falantes (Delmiro Farias, entrevista concedida para este estudo, 2012).

A nova forma de comunicação instalada em Heliópolis ocorreu em uma fase de grande atuação das CEBs em São Paulo e em outras regiões do país, assessoradas pela Aler, como visto no primeiro capítulo deste livro, as quais utilizavam os alto-falantes para dar voz às comunidades periféricas. A Pastoral das Favelas viabilizara a compra dos equipamentos para a rádio poste em Heliópolis, com o apoio de d. Paulo Evaristo Arns.

A partir de 1989, começaram a ser realizadas as primeiras discussões sobre o serviço de alto-falante, o qual seria implantado na favela em 1992. Em um documento arquivado pela Rádio Comunitária de Heliópolis, com data de elaboração imprecisa, possivelmente 1990 ou 1991 (Rádio Popular de Heliópolis, 1990-1991, p.8), as lideranças da comunidade já demonstravam a intenção de profissionalizar a operação da futura emissora. Nessa iniciativa, os assessores da Secretaria de Bem-Estar Social (Sebes) da prefeitura paulistana se responsabilizariam por um trabalho de pesquisa, propaganda e publicidade, bem como de assessoria administrativa, propostas previstas para o desenvolvimento daquela que seria denominada Rádio Popular de Heliópolis. Já as locuções, operação de áudio e sonoplastia receberiam orientações do Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista (Cemi), entidade que esteve diretamente ligada às ações de rádios postes, como citado no primeiro capítulo.

O projeto de aperfeiçoamento da Rádio Popular de Heliópolis foi elaborado para a formalização de um convênio com a Superintendência Regional de Serviço Social da Prefeitura (Surbes), ao qual estava vinculada a Sebes. O custo total do investimento foi orçado em torno de Cr\$ 233.000,00 os quais seriam provenientes da prefeitura e uma contrapartida de Cr\$ 20.000,00 da Unas. Não há comprovação de que essas iniciativas tenham sido efetivadas, contudo, a proposta demonstra o interesse do poder municipal em re-

lação ao funcionamento daquela emissora. O convênio estabelecido entre a representação pública do município e os líderes da favela visava a “capacitar os agentes diretamente envolvidos na Rádio Popular, para garantir o aspecto profissional, como perspectiva da autogestão” (idem, p.8).

Além de realizar obras de infraestrutura nas periferias, o governo de Luiza Erundina (à época PT-SP), prefeita entre os anos de 1989 a 1992, também apoiava iniciativas de comunicação alternativa nessas comunidades como forma de descentralizar a produção informativa, visando ao enfrentamento com as pressões que sofria, sobretudo da grande imprensa diária paulistana. As discussões em torno de um possível convênio para o subsídio de parte do investimento necessário para a manutenção e aperfeiçoamento da Rádio Popular de Heliópolis estiveram, provavelmente, incluídas nessa vertente de atuação do governo municipal em defesa da democratização das comunicações. O governo Erundina priorizou o atendimento às necessidades das regiões periféricas de São Paulo e incentivou o controle social em sua administração (Patarra, 1996, p.30).

Alguns fatores contribuíram para a implantação de dezenas de projetos e programas do governo municipal em Heliópolis. Isso porque, com as diversas ações que a Unas já havia realizado em busca de negociações com o poder público, a sua representatividade era reconhecida oficialmente pela prefeita e, além disso, havia a proposta da gestão do governo petista de incentivo e apoio à participação popular. O aumento de projetos realizados na favela também fora viabilizado pelo fato de que as lideranças da Unas possuíam vínculos diretos com vários membros do PT. Parcerias com parlamentares, em geral petistas, auxiliavam a Unas nas articulações que se voltavam à formalização de convênios e outras formas de recursos para a favela (Silva, 2010, p.86).

Dessa forma, em 1992, a Rádio Popular de Heliópolis foi colocada efetivamente em operação pela Unas. A coordenação da emissora ficou sob a responsabilidade de Maranhão, auxiliado por

Marcos,¹⁵ técnico em eletrônica, além de Mário Sérgio Santos de Oliveira, que dividia as locuções com o coordenador. Além deles, alguns voluntários foram se envolvendo posteriormente com o projeto.

A estrutura da rádio foi sendo adequada aos poucos, conforme as necessidades que surgiam. A aquisição de telefones no Brasil ainda era cara e morosa. Dessa forma, a Unas possuía apenas um aparelho em sua sede, situada em frente à residência onde funcionava a emissora. Esse mesmo equipamento era utilizado para o contato com os ouvintes. Se houvesse algum recado obtido por telefone, um voluntário da emissora tinha que se deslocar até a Unas para buscar os dados que seriam transmitidos ao locutor da rádio, o que ocorria com frequência (Gonçalves, entrevista, 2012, p.229).

A Rádio Popular de Heliópolis era constituída por uma cabine, instalada no segundo andar do sobrado onde morava Genésia, e dispunha de um aparelho de som no sistema *tape deck*,¹⁶ uma mesinha, um microfone e LPs. Muitos dos discos utilizados pertenciam aos próprios locutores e eram trazidos a cada transmissão. O alto-falante central era fixado em um poste de madeira localizado ao lado da janela do sobrado, ao qual estavam ligadas as demais fiações para o restante da favela, espalhadas em direção transversal. A emissora de Heliópolis chegou a ter 13 cornetas¹⁷ distribuídas em seu território, principalmente nas regiões mais próximas ao equipamento central. Contudo, o som emitido pelos alto-falantes não alcançava toda a favela, podendo ser ouvido por cerca de 25% dos moradores da área, os quais, no início da década de 1990, eram avaliados em um total de 50 mil (Rádio Popular de Heliópolis, 1990-1991, p.1, 3).

15. As referências a Marcos não trazem seu sobrenome.

16. Equipamento comum na década de 1980, composto por um compartimento para a transmissão de som com fita cassete.

17. Nome também utilizado para fazer referência aos alto-falantes utilizados pela rádio poste.

Parte dos moradores da favela aceitava muito bem a rádio, principalmente no começo da iniciativa. Eles chegavam a fazer filas em frente ao sobrado onde funcionava a emissora para ter seus pedidos de música executados nos alto-falantes. Danilo Barreto de Oliveira,¹⁸ conhecido como Mano Zoio (Oliveira, entrevista, 2012), lembra quando passava em frente ao estúdio da rádio, por volta de seus dez anos de idade, e tinha a curiosidade de conhecer o funcionamento daquela iniciativa de comunicação. No entanto, hesitava em subir as escadas de madeira devido ao seu medo de altura, o que foi resolvido a partir da ajuda do locutor Sabino Soares.¹⁹ Daquele dia em diante, ele passaria a frequentar o estúdio todos os dias, envolvendo-se com diferentes atividades da rádio poste. Atualmente, Mano Zoio é responsável pelo programa *Revolução Rap*. A forma como se deu o envolvimento de Danilo com a emissora pode ser entendida como a efetiva inclusão de novos atores sociais no processo de produção simbólica, pois transforma ouvintes em emissores e participantes do processo de construção social, tal como defende Oliveira (2000, p.9) sobre o envolvimento da comunidade com veículos comunitários.

Desde o seu início, a Rádio Popular de Heliópolis colocava no ar uma programação que mesclava o teor informativo com entretenimento. O início da organização da comunidade por meio das informações transmitidas pelo sistema de alto-falantes tinha o objetivo de estabelecer um contato mais próximo com os grupos que estavam distantes da direção da Unas e com a comunidade de uma forma

18. Danilo Barreto de Oliveira, morador de Heliópolis. Começou na rádio auxiliando o locutor do programa de *rap* e, em 2008, assumiu a locução do *Revolução Rap*.

19. Sabino Soares, paraibano. Trabalhou por seis anos em rádio comercial de Cajazeiras (PB), antes de deixar o emprego e vir para São Paulo, em 1976. Na favela, esteve ligado ao Movimento de Alfabetização de Adultos (Mova) e foi responsável por diversos programas na rádio, desde o seu início, com músicas românticas e sertanejas. Entre eles estiveram *Matando a Saudade*, *Mistura de Ritmos*, *Frequência de Sucesso*, com o qual realizou diversas ações sociais na favela; e *No Luar do Sertão* (Osmar & Cristina, 2004).

geral. Além dos problemas relacionados às ações de grileiros e justiceiros, alguns atos de vandalismo ocorriam em Heliópolis naquela década, supostamente realizados pelos grupos organizados em torno do tráfico, em represália à atuação das lideranças de moradores. Era comum o despejo de lixo em locais não apropriados ou nos quintais dos desafetos dos membros desses grupos. Maranhão (Delmiro Farias, entrevista concedida para este estudo, 2012, p.191) lembra que o confronto direto com aqueles que causavam esses problemas era avaliado, por ele e pelos demais membros da Unas, como uma atitude perigosa. O enfrentamento com o que ele chamava de “grupo de pilantras” era motivo de medo para grande parte das pessoas da favela. Nesse caso, os microfones da Rádio Popular de Heliópolis foram adotados pelas lideranças como um meio para se aproximar daqueles que poderiam ser os responsáveis pelo vandalismo e viabilizar a organização dos moradores.

O uso dos alto-falantes também trouxe contribuições para a implantação do recolhimento de lixo na favela. A existência de vielas e becos impedia o acesso de caminhões em grande parte de Heliópolis, o que exigia a organização dos moradores e a preparação de alguns locais para que os resíduos fossem mantidos até o seu recolhimento. A sensibilização e o convencimento dos potenciais usuários do sistema de coleta de resíduos ocorreram por meio da programação da Rádio Popular de Heliópolis, superando o impasse que havia sido diagnosticado no diálogo individual com os cidadãos para aquela iniciativa (idem, p.191). O mesmo ocorrera com o projeto Urbanacón, caracterizado pela implantação de infraestrutura de guias e sarjetas, bem como o asfaltamento de algumas ruas. As cornetas foram o meio utilizado para a convocação dos moradores que atuavam nas obras. Os objetivos e a forma de participação de cada voluntário eram explicados pelos alto-falantes espalhados ao longo da favela (ibidem, p.192).

A transmissão dos comunicados pelas cornetas, que auxiliava no enfrentamento aos problemas que envolviam a criminalidade em Heliópolis, é apontada por Maranhão como a principal função da rádio. Porém, outra parte dos idealizadores da emissora toma o serviço

de comunicação como um meio de mobilização, mas também de difusão cultural para os moradores, cuja maioria era composta de migrantes nordestinos. Dessa forma, ainda que a criação da emissora tivesse sido motivada pela dificuldade que havia na transmissão de informações dentro da favela, esse instrumento comunicativo também se configurava, pelo menos para aqueles que a apoiavam, como um meio de entretenimento dos ouvintes. Em alguns horários e dias específicos eram veiculadas músicas, solicitadas previamente ou definidas conforme a preferência daquele que cuidava da programação.

Entre as expressões musicais com espaço prioritário na programação transmitida pelas cornetas esteve o forró, estilo musical comum no Nordeste e trazido à rádio com o objetivo de despertar a empatia dos ouvintes migrantes daquela região do país. Da mesma forma, esse sistema de comunicação também atraiu militantes do *rap*, que buscavam as cornetas para divulgar seus trabalhos. Esse estilo musical começou a ter evidência em São Paulo a partir do final da década de 1980, e ganhava a adesão de jovens das favelas. O *rapper* Rappin Hood²⁰ usava as experiências de rádios postes das periferias da capital paulista para divulgar a sua música e esteve várias vezes na Rádio Popular de Heliópolis.

Essa disseminação do *rap* impulsionou Luciano Nunes da Silva, o DJ Sapão,²¹ a criar um programa naquela rádio, intitulado *Revolu-*

20. Rappin Hood, *rapper* paulistano que foi criado no bairro de São João Clímaco, vizinho da Favela de Heliópolis. Na década de 1980, cantava na estação de metrô São Bento, ponto de encontro dos *rappers* e em rádios postes de São Paulo. Em 1996, ganhou o prêmio de Revelação do selo RapSoulFunk e já vendia mais de 10 mil discos. Quando a rádio passou a transmitir em FM, foi responsável pelo programa *A Voz do Rap*, que, a exemplo do *Revolução Rap*, também era mantido na emissora. O programa de Rappin Hood fez parte da programação da Rádio Comunitária de Heliópolis por dois anos (*Site oficial*: Trama. Acesso set. 2012. Disponível em <<http://trama.uol.com.br/rappinhood/promocao/index.html>>).

21. DJ Sapão, *rapper* paulistano, morador de Heliópolis. Começou com o programa de *rap* na rádio poste, intitulado *Revolução Rap*. Tocava músicas a pedido de ouvintes e divulgava as festas e eventos que organizava. Permaneceu no ar quando a rádio passou para FM, obtendo uma das maiores repercussões

ção Rap, mantido na programação até os dias atuais, com diferentes locutores. Nessa iniciativa, trazia o *rap*, que começava a ter nomes de expressão nacional, como os Racionais MC's e Mano Brown, além de divulgar seu próprio trabalho na organização de eventos de *rap* em Heliópolis (Osmar & Cristina, 2004, p.57).

Contudo, embora os alto-falantes fossem vistos por parte dos moradores como forma de expressão da comunidade e entretenimento, a iniciativa enfrentou vários empecilhos. Além da dificuldade em cobrir toda a extensão geográfica da favela com a transmissão da rádio, dada a necessidade de longos cabos para a instalação dos alto-falantes, havia ainda problemas com a comunidade em relação à manutenção dos equipamentos e ao acolhimento da iniciativa. Se, de um lado, parte dos moradores convivia bem com aquela emissora, de outro, havia aqueles que reclamavam quanto ao volume do som emitido. Alguns deles avaliavam que o barulho era ensurdecedor, principalmente para aqueles que tinham suas residências situadas próximas aos alto-falantes (Osmar & Cristina, 2004, p.20).

Alguns residentes da favela ainda faziam críticas quanto à imposição daquele sistema de comunicação. As bocas de alto-falantes expandiam o som para todo o entorno abrangido pela rádio e não havia a possibilidade de escolha dos ouvintes em relação à recepção da programação transmitida, fosse em horários fixos, fosse em horários esporádicos. Para a direção da Unas, no entanto, a falta de opção dos moradores em poder escolher ouvir ou não as transmissões se caracterizava como um fator positivo para a organização daqueles cidadãos em relação aos temas de suas reivindicações junto ao poder público. Ao comparar o sistema de transmissão em frequência modulada com as cornetas, o diretor executivo da Unas, Nazareno Antônio da Silva, conhecido como Buiú (Silva, entrevista, 2012, p.170), acredita haver maior eficácia da comunicação com a Rádio Popular de Heliópolis, já que, com a FM, é preciso cativar o ouvinte para que ele ouça as informações. No entanto, ele

entre os moradores. Dizia utilizar o *rap* para educar, conscientizar e afastar os jovens do crime (Osmar & Cristina, 2004, p.8).

próprio destaca o desconforto causado pela imposição da irradiação indistinta da programação, cujo conteúdo, para alguns, acabava sendo somente um ruído.

Dessa forma, aqueles que não se envolviam com as questões definidas pela direção da Unas como importantes para a mobilização dos moradores ficavam descontentes com o barulho das cornetas. Reginaldo Gonçalves²² lembra que, em sua infância, não gostava da Rádio Popular de Heliópolis. Ele se sentia incomodado com a emissão dos comunicados ou das músicas por meio do alto-falante instalado próximo ao campinho onde jogava futebol com os amigos. Os equipamentos dispostos ao longo da favela lhe chamavam a atenção devido ao barulho que emitiam, porém aquilo não lhe despertava um interesse politizado, de forma a entender a razão do uso daquele sistema de comunicação.

Havia ainda os que furtavam os fios das instalações ou as próprias cornetas. Os materiais eram utilizados no comércio ilegal da favela ou em ferros-velhos. Em alguns casos, as cornetas arrancadas dos postes eram usadas em carros de som para efeito de propaganda ambulante ou simplesmente eram amassadas, como forma de protesto contra a emissora. Atos que foram avaliados por Maranhão (Farias, entrevista, 2012, p.198) como um desrespeito com o “próprio direito à comunicação”²³ que possuíam. Tais ações acaba-

22. Reginaldo Gonçalves, paulistano. Chegou à favela em 1982, com cinco anos, levado pelos pais, que eram pernambucanos. Começou a se envolver com as questões políticas de Heliópolis quando entrou na rádio, em 1999. Sua participação na programação da emissora foi influenciada pela atuação dos voluntários Rappin Hood e o amigo DJ Sapão, militantes do *rap*. Antes da regularização da rádio, era locutor do programa *Revolução Rap* e dava palestras em congressos e oficinas levando o nome de Heliópolis para diversas partes do país. Em 2008, quando a rádio foi regularizada, se tornou coordenador (entrevista para este estudo, 2012, p.203).

23. A expressão “próprio direito à comunicação” utilizada por Maranhão em suas memórias está vinculada ao fato de que a instalação da Rádio Popular de Heliópolis seria um avanço para a comunidade no que se referia ao ato de comunicar-se, dada disponibilidade daquele equipamento. No entanto, sugere-se que o caráter político dessa expressão, sendo considerada como um direito uni-

ram por levar à diminuição do número de cornetas em uso após os primeiros anos de atividade da Rádio Popular de Heliópolis.

A emissora foi mantida em operação por pelo menos três anos e trouxe experiências comunicativas para as lideranças da favela. Nesse período, conseguiu se estabilizar minimamente e servir de fonte de organização dos moradores, assim como de entretenimento. Porém, o apoio reduzido da comunidade, e até mesmo das lideranças da Unas, fizeram com que os alto-falantes deixassem de ser utilizados com tanta intensidade, em relação aos seus primeiros anos.

A partir de 1995, aproximadamente, a rádio passou a ser usada somente em raras ocasiões. Sua utilização estava condicionada à necessidade de transmitir algum recado. Maranhão (idem, p.200) recorda que, nos comunicados que fazia à comunidade, as transmissões dos alto-falantes eram realizadas com bastante cautela, dada as dificuldades de aceitação que já vinham sendo registradas. No entanto, a localização de parentes, moradores em Heliópolis, por parte de migrantes que chegavam à favela sem nenhuma referência de seus familiares, ainda ocorria de forma exitosa. Ele lembra que a interferência das cornetas para encontrar aqueles que estavam desaparecidos também ocorria em casos de sumiços de pessoas ocasionados pelo envolvimento com o crime. Embora fosse uma medida arriscada, Maranhão afirma que se dispunha a auxiliar aqueles que o procuravam a qualquer hora do dia para aquele fim.

Até mesmo a polícia teria feito questionamentos aos integrantes da rádio tentando identificar pontos de vendas de drogas e pessoas envolvidas com o tráfico em Heliópolis. Teoricamente, as lideranças da Unas teriam um contato mais aproximado com os moradores, o que lhes facilitaria a identificação dos infratores. Porém, a ação militar foi frustrada, já que os líderes se recusaram a

versal, tenha sido apreendido por Maranhão, assim como provavelmente por outros líderes da favela, a partir do envolvimento posterior que tiveram com a luta pela manutenção e avanço da rádio em contato mais sistemático com agentes sociais e políticos que colaboraram com a causa da democratização da comunicação social.

fazer qualquer delação. Conforme lembra Maranhão (ibidem, p.203), a divulgação desse fato na favela despertou medo entre os membros da Unas, que se afastaram daquela iniciativa de comunicação. Com o passar dos anos e as dificuldades encontradas para a manutenção das cornetas, o projeto foi abandonado. As lideranças avaliaram que havia muitas reclamações e o sistema de comunicação já estava sendo utilizado para fins políticos, o que não agradava a pelo menos parte daquela organização popular.

Diante dos relatos de uso da Rádio Popular de Heliópolis para buscar soluções aos problemas ocasionados pela criminalidade existente na favela e às dezenas de problemas que surgiram no decorrer dessa atividade, avalia-se que a organização popular por meio do sistema de comunicação das cornetas não se restringia à função de entretenimento ou de transmissão de comunicados e agendamentos de reuniões, mas também se estendia à ocupação de um espaço e à demarcação de um território político para subsidiar os embates internos e externos de Heliópolis.

A trajetória da rádio começaria a mudar a partir de 1995, momento em que a emissora passava por grandes dificuldades. Uma visita de integrantes do Sindicato dos Metalúrgicos da Alemanha, acompanhados de um representante brasileiro, traria novo ânimo aos idealizadores da iniciativa. Isso porque os alemães se mostraram interessados no projeto de comunicação existente naquela favela. Maranhão (idem, p.194), então responsável pela rádio e um dos últimos a manter o projeto em atividade, foi quem os recebeu. Eles lhe faziam questionamentos sobre o funcionamento da Rádio Popular de Heliópolis e buscavam dados sobre o investimento necessário para que as condições daquele projeto fossem melhoradas, com o objetivo de transformar os alto-falantes em um sistema de frequência modulada.

Os demais integrantes da Unas que davam suporte à iniciativa da rádio não se encontravam na favela naquela ocasião, já que estavam viajando em férias. Coube a Maranhão fazer o levantamento dos equipamentos necessários para as mudanças sugeridas pelos alemães. Entre os materiais que teriam sido solicitados por ele es-

tavam um computador, duas mesas de som, dois microfones, dois gravadores e um *tape deck*.

Depois daquela visita não houve mais nenhum contato deles com a direção da Unas até dois anos mais tarde, em 1997, quando os integrantes da entidade receberam o valor referente aos investimentos para a montagem de uma rádio em frequência modulada. Os recursos foram enviados em dólares, equivalente a cinco mil reais. O principal gasto seria destinado à compra do transmissor.

Entre a visita dos alemães e o envio da verba, a rádio ficou fechada. Os equipamentos já haviam sido transferidos para um galpão da sede da Unas. Entretanto, com a ajuda financeira em mãos, feito comemorado pela Unas, os líderes da associação se viram obrigados a encontrar formas técnicas para viabilizar a instalação da emissora em FM. A rádio foi montada e passou por um período de testes técnicos por cerca de um mês, o que ocorria com a execução de músicas variadas, porém sem programação. A inauguração ocorreu oficialmente em 27 de agosto de 1997, na frequência 102,3 MHz, sob a coordenação de Telma Maciel²⁴ e Mário Sérgio Santos de Oliveira,²⁵ já que Maranhão não poderia assumir o encargo por questões de convalescência.

As transmissões da Rádio Heliópolis FM, ainda não chamada de comunitária, foram iniciadas naquele ano e interrompidas somente em 2006. Os sinais foram retomados em 2007 e a regularização alcançada em 2008. Os desdobramentos históricos da emissora nesse percurso entre o início das emissões de seus sinais em

24. Telma Maciel, moradora da favela, assumiu a direção da Rádio Heliópolis FM 102,3 MHz, com 22 anos, em parceria com Mário Sérgio. Estava desempregada quando assumiu o cargo.

25. Mário Sérgio Santos de Oliveira, sempre morou em Heliópolis e é sobrevivente de uma tentativa de assassinato, ocorrida quando tinha 20 anos. Traficantes teriam confundido Mário Sérgio e seus familiares com rivais da favela. O pai e o irmão morreram. Depois de se mudar para o interior, regressou a Heliópolis. Com quase 30 anos, atuava como DJ e conciliava a vida noturna com o trabalho na rádio. Assumiu a coordenação da emissora em 1997, tendo Telma Maciel como parceira. Ele já havia atuado na rádio em sua fase de corbete.

frequência modulada até a obtenção da autorização de funcionamento do governo federal podem ser divididos em duas fases. O primeiro momento é compreendido entre 1997 e 2000, sob a coordenação de Telma Maciel e seu auxiliar Mário Sérgio, e o segundo entre 2000 e 2008, quando a rádio era coordenada por Geronino Barbosa, conhecido como Gerô.²⁶

Na primeira fase de atuação da emissora com transmissão em FM, ainda não havia a vinculação de sua equipe, nem de moradores de Heliópolis, com nenhuma iniciativa ou articulação com agentes, individuais ou coletivos, que atuavam em favor da democratização da comunicação social. Com o auxílio da Abraço,²⁷ os representantes da rádio começaram a ser inseridos em eventos de abrangência nacional, nos quais havia a discussão sobre a atuação dessas emissoras, porém as lideranças da favela ainda não assumiam uma postura engajada de representatividade entre aqueles que defendiam um maior acesso da população à produção informativa. Dessa forma, tinham uma atuação mais voltada à realidade de Heliópolis e suas próprias reivindicações, das quais participavam com o uso da rádio.

No entanto, nesse mesmo tempo, diversas entidades e associações se mobilizavam no município de São Paulo e em diversas outras regiões para negociar com o governo FHC medidas que impulsionassem a democratização da comunicação. Tais ações resul-

26. Geronino Barbosa (Gerô), mineiro, natural de Mato Verde (MG), onde estudou apenas dois anos, em horários alternados ao trabalho que tinha na roça, onde ajudava o pai. Veio para São Paulo em 1986 para morar com a tia. Fugiu da cidadezinha mineira escondido no banheiro de um ônibus e, em 1991, mudou-se para Heliópolis, onde passou a sofrer ameaças dos grileiros por ser homossexual. Iniciou suas ações de liderança na favela a partir da representatividade em defesa dos homossexuais, o que fazia paralelamente às atividades que desempenhava em uma escola no contraturno das aulas, com campeonatos e outros eventos. Em 1998, aproximadamente, integrou a equipe da Rádio Heliópolis com o programa *Tardes do Babado*, e em 2000 assumiu a coordenação da emissora até 2008 (Geronino Barbosa, entrevista para este estudo, 2012, p.206-8; Osmar & Cristina, 2004, p.38, 40).

27. Entidade representativa das rádios comunitárias criada em 1996, citada no primeiro capítulo deste estudo.

taram na criação da legislação específica para o setor da radiodifusão comunitária, em 1998, como já foi mencionado no capítulo inicial deste livro.

A mudança de postura das lideranças da rádio pôde ser verificada na segunda fase de seu percurso em direção à regularização da emissora. Elas passaram a defender formalmente que houvesse alterações no sistema de comunicação social brasileiro, o que faziam em todos os eventos e mobilizações dos quais participavam. O posicionamento fora influenciado por novos parceiros, que em seus discursos traziam a bandeira da democratização da comunicação social, parcerias que se consubstanciam sobretudo a partir de 2000 (Delmiro Farias, entrevista concedida para este estudo, 2012, p.190). Na primeira fase da Rádio Heliópolis FM havia oito voluntários que atuavam em parceria com Telma Maciel e Mário Sérgio, coordenadores contratados pela Unas depois de cinco meses de funcionamento da emissora. Mário Sérgio assumiu a responsabilidade de resolver questões do dia a dia, como o pagamento de contas e a solução de problemas burocráticos. Nessa função, recebia o apoio de Orlando Jerônimo da Silva²⁸ e Alexandro Naiman,²⁹

28. Orlando Jerônimo da Silva, paulistano. Assumiu a locução do programa *A Hora da Escola*, na Rádio Heliópolis, com 39 anos. Filho de alagoanos, atuou como professor em várias regiões periféricas de São Paulo, tendo sido graduado pela USP. Paralelamente ao voluntariado que fazia na rádio, era professor de Português em uma escola da comunidade. Fez parte da primeira fase da emissora com o discurso de utilizar aquele instrumento comunicativo como um meio de promoção da cidadania. Seu programa ia ao ar às quartas-feiras, das 12h às 13h. Foi um dos idealizadores do movimento apoiado pela Unas e a rádio, realizado anualmente em Heliópolis, chamado “Caminhada pela paz”. A iniciativa de organizar esse movimento foi originada pela morte de uma aluna sua, de 15 anos. Ela fora assassinada com cinco tiros, próximo à escola, quando acabara de sair da aula (*Carta Capital*, 2012).

29. Alexandro Naiman, mineiro. Nasceu no morro do Bonfim, em São João Del Rei (MG) e, em São Paulo, se tornou capacitador de rádios comunitárias e educativas pelo Instituto Paulo Freire, na primeira década século XXI. Era também reconhecido na capital como compositor, músico, poeta e produtor cultural. Foi um dos fundadores da Rádio Heliópolis FM, onde atuava como agitador cultural e locutor do programa *Nanico*, em 1997. Participou da criação

os quais não eram moradores de Heliópolis, porém estavam diretamente ligados às ações da favela. Mesmo sendo voluntários, eles também se envolviam em atividades administrativas da emissora, de maneira esporádica, já que eram os únicos que possuíam carros entre os membros da equipe.

O sistema de comunicação utilizado na Favela de Heliópolis mudara, mas os problemas continuaram. O local onde estava instalado o estúdio era pequeno e desconfortável. Além disso, o número reduzido de pessoas que atuavam na manutenção e programação da rádio dificultava a aplicação das propostas idealizadas. Sem haver remuneração, era difícil reunir um número considerável de pessoas em torno daquele projeto. Ademais, não há dados sobre tentativas da direção da emissora em atrair novos locutores e ampliar o envolvimento em torno de ações comunitárias por meio da rádio.

As condições precárias também eram verificadas ao analisar a estrutura física disponível. Havia deficiência de sinal, já que a má localização da antena, que não fora instalada no ponto mais alto do entorno, fazia com que a potência de 25 watts não fosse suficiente para alcançar toda a favela. Os integrantes da direção da rádio voltariam a ter problemas com os sinais emitidos em 1999. Por interferência em outras emissoras, a Anatel determinou a mudança de localização da rádio no *dial* paulistano. Uma denúncia teria motivado a alteração na frequência, que passaria para 98,3 MHz. A mudança no *dial* da eletrosfera paulistana ocorreu devido ao fato de que, conforme legislação apontada no primeiro capítulo, os veículos comerciais possuem a emissão de seus sinais protegidos em detrimento da transmissão das rádios comunitárias.

Além disso, o repertório era restrito. O alto custo dos CDs a serem utilizados na programação impossibilitava a organização de um acervo. Tal como ocorria no período da Rádio Popular de Heliópolis, eram os próprios locutores que levavam os discos e CDs com as músicas que seriam executadas, havendo poucos exemplares de proprie-

de rádios educativas e comunitárias do município de Itabuna, na Bahia, e Iguape, em São Paulo (Trama Comunicação, 2007).

dade da rádio. Uma campanha chegou a ser realizada na comunidade em busca de doações, mas a maior quantidade de doações era de LPs, a maioria sem condições de uso. Sem o acervo apropriado, os pedidos dos ouvintes muitas vezes não eram atendidos (Unesco/Umesp, 1999, p.5).

A coordenadora Telma Maciel relatou, em entrevista para estudantes de Comunicação (*idem*, p.9), a grande dificuldade da rádio em manter vínculo com os pequenos comerciantes da região, potenciais anunciantes ou apoiadores culturais da programação da emissora. A restrição no alcance dos sinais, bem como a demora na solução dos problemas com cabos, torre e frequência influenciariam negativamente na busca de investidores. Os apoios culturais,³⁰ em geral, variavam entre R\$ 40,00 e R\$ 50,00 devido ao baixo poder aquisitivo dos comerciantes.

A rádio teria perdido o contato com parte da população ao ser transformada em transmissão por frequência modulada. Mesmo depois de um ano em atividade, muitos moradores da favela ainda não sabiam de sua existência. Embora fosse algo impositivo, de certa forma a Rádio Popular de Heliópolis envolvia a comunidade, pelo menos aquela situada nas proximidades dos alto-falantes. Todavia, mesmo com as suas deficiências, a atuação da Rádio Heliópolis FM incomodava alguns opositores anônimos. Após dois meses do início da veiculação dos programas, a rádio já recebia ligações com ameaças de fechamento, o que foi ignorado pela direção da emissora (*ibidem*, p.3, 10).

A programação continuou sendo executada sem interrupção. Porém, diferente do padrão de funcionamento da Rádio Favela, de

30. A expressão “apoios culturais” se deve ao fato de que a legislação não permite a veiculação de anúncios comerciais nas rádios comunitárias, podendo haver somente “apoios culturais”, nos quais não podem ser mencionados preços de produtos nem o endereço dos estabelecimentos anunciantes. Estes, obrigatoriamente, devem estar situados no raio de um quilômetro de distância da rádio. Tal determinação é um dos principais questionamentos daqueles que defendem as rádios comunitárias, já que, sem anúncios, não podem obter recursos financeiros para se manter.

Belo Horizonte, a qual já era bastante conhecida no período, os microfones da emissora de Heliópolis não estavam abertos para a participação dos moradores sem uma prévia organização. Era necessária a apresentação de um projeto da proposta que seria desenvolvida, com metas e objetivos, os quais seriam avaliados pela coordenação, para ser colocado em prática (Unesco/Umesp, 1999, p.5). A orientação era para que os programas não imitassem as rádios comerciais.

Convivendo com as dificuldades e ações por vezes deficitárias, os coordenadores e voluntários perseveravam no objetivo, defendido por seus integrantes e pela Unas, de que a Rádio Heliópolis FM deveria ser um instrumento de entretenimento e educação. *Spots*,³¹ vinhetas e esquetes³² eram os recursos adotados pela rádio para a inserção de temas culturais e educativos, envolvendo a prestação de serviços e campanhas sobre temas específicos de saúde e cidadania. Uma parceria com a ECA-USP viabilizava essa iniciativa, por meio da criação dos materiais radiofônicos, os quais contavam com a participação dos alunos dessa universidade. Também havia vínculos com outras instituições que auxiliavam na programação da rádio, entre elas o Tribunal de Justiça, por meio do projeto Justiça Itinerante, que trazia explicações sobre temas de legislação, e também a Associação Comunitária de Itaquera, a qual oferecia capacitação sobre a linguagem radiofônica aos jovens de Heliópolis. Nesse caso, o intercâmbio era feito com a Itaquera AM (idem, p.3).

A programação era mantida durante 17 horas diárias, começando às 7h e se estendendo até a meia-noite, mesclando música e conteúdos informativos, veiculados aleatoriamente, conforme o interesse do locutor. Entre os estilos musicais estavam forró, MPB, sertanejo e samba.

31. Gravações com perfil educativo ou comercial, no qual são utilizados recursos radiofônicos como voz, música e efeitos sonoros. Bastante comum na publicidade.

32. Esquete é um recurso do teatro, cinema, televisão e também do rádio, no qual são contadas histórias de curta duração, menos de dez minutos, com temas variados.

Rádio Heliópolis 102,3 MHz							
Grade de programação – 1997							
	segunda	terça	quarta	quinta	sexta	sábado	domingo
7h30-8h	Sertanejo	Sertanejo	Sertanejo	Sertanejo	Sertanejo		
8h-8h30	Mário Sérgio ou Telma	Mário Sérgio ou Telma	Mário Sérgio ou Telma	Mário Sérgio ou Telma	Mário Sérgio ou Telma	Programa misto Mário Sérgio	Arquivo do povão Rogério Dantas
8h30-9h	Explosão do forró	Explosão do forró	Explosão do forró	Explosão do forró	Explosão do forró		
9h-10h	Luís Resende	Luís Resende	Luís Resende	Luís Resende	Luís Resende		
10h-12h	Seleção nacional	Seleção nacional	Seleção nacional Telma	Seleção nacional	Seleção nacional		Matando saudade Luís Resende
12h-13h	Telma	Telma	A hora da escola	Telma	Telma		
12h-16h	Som dos blacks	Som dos blacks	Prof. Hortando	Som dos blacks	Som dos blacks		
16h-18h	Mário Sérgio	Mário Sérgio	Som dos blacks Mário Sérgio	Mário Sérgio	Mário Sérgio		Rock patrulha Marcelo
19h-19h30		Nanico					
19h30-20h		Naimã					

Figura 4 – Quadro da primeira grade de programação da rádio em 1997.

Fonte: Quadro elaborado para este estudo com base em dados do artigo publicado em site da Regiocom/99.

Não havia, no entanto, espaço para produções informativas que se voltassem aos fatos ocorridos na própria favela. A valorização de ações locais e de atividades pertinentes ao cotidiano desses moradores, abordagem que é prevista entre os conceitos do que seria uma comunicação comunitária, não estava sistematizada e organizada de forma clara pela emissora. Estaria inserida na grade de programação de forma implícita, já que os integrantes da rádio defendiam haver essa preocupação nos programas veiculados. Conforme alegava Telma Maciel (ibidem, 1999, p.3), as notícias eram abordadas de forma crítica e questionadora. No entanto, seu relato revela que a fonte dessas informações eram os grandes jornais diários paulistanos, como a *Folha de S.Paulo*, bem como as produções nacionais da televisão comercial. O enfoque das discussões, portanto, não estava baseado em fontes da favela.

Mesmo com ressalvas quanto à execução das atividades relativas ao trabalho comunitário da emissora em várias situações, a

direção da rádio defendia, a partir dos telefonemas e das visitas que recebia, que havia, minimamente, uma resposta positiva de parte dos moradores aos direcionamentos da programação oferecida.

Com o passar do tempo, a programação foi sendo alterada, com a participação de novos integrantes da favela. Toda a programação estava, segundo seus líderes, voltada a buscar a conscientização da comunidade para que ela se envolvesse nos movimentos sociais e nas ações que eram realizadas. Como pôde ser notado, a atuação política da rádio, sobremodo ocupada com reivindicações da favela, ocorreu desde os primeiros anos de sua atividade, se estendendo também para mobilizações externas à emissora, as quais estavam diretamente ligadas à Unas. A Passeata da Paz, por exemplo, organizada pelas escolas e a Unas, reuniu seis mil pessoas em favor de maior segurança na favela e teve a participação direta da rádio em sua divulgação e incentivo (ibidem, p.13). Entre as iniciativas apoiadas pela emissora se encontravam ações de prevenção à saúde, nas áreas de DST/aids, dengue e outras, as mobilizações de organização em prol de condições de habitação e de segurança social etc.

Em 1999, a Rádio Heliópolis FM contaria com a inusitada participação do cantor Lobão em um dos seus programas, fato que ganharia repercussão nacional. A participação era fruto das atividades do roqueiro para lançamento na favela de seu CD intitulado *A vida é doce*, em franco protesto à atuação das gravadoras e da indústria fonográfica. Diante das ações consideradas positivas pela direção da rádio, um ano após a implementação da Lei da Radiodifusão Comunitária nº 9.612/98, suas lideranças encaminharam o primeiro pedido (União de Núcleos, Associações e Sociedades de Heliópolis e São João Clímaco, 1999) de regularização da rádio para o MiniCom, por meio da direção da Unas, conforme previa a lei. No entanto, em apenas dois meses, o próprio ministério enviou notificação (Ministério das Comunicações, 1999), na qual afirmava que a entidade deveria aguardar a publicação de edital de habilitação para a cidade de São Paulo. Somente a partir dessa medida seria iniciada a concorrência para uso do espectro entre os veículos comu-

nitários daquela localidade. O documento trazia ainda o alerta de que, antes desse processo, que deveria ser determinado pelo ministério, nenhuma entidade poderia utilizar as frequências do *dial* paulistano, ainda que em caráter experimental, temporário ou provisório, sob a pena de detenção de um a dois anos, caso trouxesse danos a terceiros, conforme legislação de 1962.

A partir de 2000, a rádio iniciaria uma segunda fase em sua trajetória em direção à regularização da emissora pelo governo federal. Após concluir o curso de Pedagogia, Telma Maciel se mudaria da favela e deixaria o cargo de coordenadora da rádio, o qual ocupara por quatro anos. Da mesma forma, Mário Sérgio se afastaria da coordenação, que dividia com Telma, pois ele se recusou a permanecer no cargo após a saída dela. Sendo assim, um novo líder deveria se tornar responsável pela Rádio Heliópolis FM. A direção da Unas convidou Gerô para assumir o cargo, avaliando como positiva a boa repercussão do programa *Tardes do Babado*, bem como o papel de liderança que ele desempenhava em relação àqueles com quem atuava. Embora tivesse resistido inicialmente, Gerô passou a coordenar a rádio e determinar mudanças não só na grade de programação como na forma de atuação dos voluntários. Sem acesso à Internet, já que essa tecnologia não estava presente no cotidiano de toda a população, dado o seu alto custo, o novo coordenador passou a fazer pesquisas em bibliotecas da região e buscar informações sobre o funcionamento de uma rádio comunitária (Barbosa, entrevista, 2012, p.207).

Pouco tempo depois de assumir a coordenação, Gerô obteve a permissão da diretoria da Unas para “povoar” a rádio. A proposta visava promover uma maior participação dos moradores da Favela de Heliópolis na programação da emissora. No momento em que sugeriu essa mudança na rádio, a maior parte da programação veiculada era composta por listas de músicas, executadas por meio de MDs.³³

33. Mini-disc: mídia removível usada na década de 1990, para armazenar uma maior quantidade de arquivos.

Novos programas foram então criados, incorporando grupos musicais já existentes na favela, bem como ouvintes com declarada paixão por determinados artistas. Entre eles esteve uma equipe de dança de axé e também Libera,³⁴ um funileiro que possuía um grande acervo com músicas de Roberto Carlos. A programação se estendia de domingo a domingo, das 6h às 24h (Barbosa, entrevista, 2012, p.208).

Em 2002, Aparecida Oliveira³⁵ foi convidada por Gerô a comandar o programa *Mistura de Ritmo*, composto basicamente por músicas de forró. Foi nesse período que ganhou o apelido de Doíndinha do Rádio, devido à forma como conduzia a sua locução. Em seguida, deixou a coordenação desse programa para J. Maria e assumiu por dois anos o *Cartaz Social*, um horário religioso da grade de programação da rádio, voltado à evangelização dos moradores da favela, aliando ações de assistência social. Já em 2004, comandava o *Acordando a Comunidade*, programa dominical baseado em notícias e músicas românticas sertanejas.

Além de Cida, seu filho Fábio Oliveira³⁶ também fazia parte da equipe de voluntários da rádio naquele período. Nasceu com complicações de saúde, que o deixaram com problemas na audição.

34. Liberalino Santos, sergipano. Chegou a São Paulo com 15 anos, quando começou a estudar. Trabalhou inicialmente como açougueiro e se tornou morador de Heliópolis já adulto, no período de formação da favela. Começou a atuar como funileiro na favela e posteriormente integrou a equipe da rádio (*Memórias de Heliópolis*, depoimento de Liberalino Santos, audiovisual, 2012).

35. Aparecida Oliveira, cearense. Com oito anos, começou a trabalhar com rádio, em Quixeramobim (CE), onde morava, ao lado da prima de 18 anos. Veio para São Paulo em 1979, acompanhando o primo que fazia viagens semestrais para a capital paulista. Em Heliópolis, local para onde se mudou quando casou, atuou nas pastorais da Igreja Católica e integrou a equipe da rádio a convite de Gerô. Começou com um programa de forró, depois comandou uma programação católica e encerrou suas atividades na rádio em um horário de música sertaneja e notícias (Osmar & Cristina, 2004, p.25-8).

36. Fábio Oliveira, paulistano, filho de Aparecida de Oliveira. Nasceu em São Paulo em 1982 e tinha dificuldades para ouvir e falar. Atuou como voluntário em vários programas e recuperou parte de suas habilidades por meio da ação que desenvolvia na emissora. Fato considerado pela mãe como um “milagre”

Contudo, a partir do contato casual que teve com a rádio, passou a criar vínculos com os voluntários do local e a fazer parte daquele grupo. O jovem ajudava os locutores nos bastidores de vários programas, ação que desenvolveu suas habilidades pessoais. Depois que começou a auxiliar na rádio, desenvolveu a fala e passou a arrumar os aparelhos eletrônicos dos pais.

Foi a partir desse período que a Rádio Heliópolis FM se filiou à Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço) e passou a utilizar a nomenclatura de comunitária. O vínculo foi instituído por Ricardo Campolim, que ocupava o cargo de presidente nacional da entidade. Quando assumiu a coordenação da rádio, Gerô recebeu a recomendação do presidente da Unas, João Miranda, de que Heliópolis não deveria ter uma rádio semelhante às comerciais, mas sim desenvolver trabalhos que se voltassem para a ação comunitária. Embora ambos tivessem uma postura de apoio a um maior envolvimento dos moradores, não possuíam nenhum conhecimento específico sobre o conceito de radiodifusão comunitária.

A Abraço já conhecia a experiência daquela rádio durante a coordenação de Telma e Mário Sérgio. Por intermédio de Campolim, esses dois coordenadores participaram de eventos organizados pela associação, com a primeira viagem realizada, em 1998, para Porto Alegre, no ano de criação da Lei da Radiodifusão Comunitária nº 9.612.

Pouco tempo depois de filiada à Abraço, a Rádio Comunitária de Heliópolis registrou uma nova interferência nas transmissões de rádios comerciais das adjacências da favela. A proximidade com os sinais da Rádio Metropolitana a obrigava a uma segunda mudança na sua frequência. Depois de operar em 102,3 MHz e 98,3 MHz, dessa vez migrava para 97,9 MHz. A emissora de Heliópolis permaneceu nessa frequência até 2006, quando então foi fechada por autoridades e sofreu uma nova alteração de sintonia no *dial*, como será visto na seção seguinte deste capítulo. Tais modificações eram

promovido pela rádio. Em 2004, já almejava ter um programa só seu (Osmar & Cristina, 2004, p.29-32).

julgadas pela sua equipe como um empecilho para manter a fidelidade de seus ouvintes.

Todavia, a aproximação da Rádio Comunitária de Heliópolis com a Oboré³⁷ foi analisada pela coordenação da rádio como um fator determinante para a mudança de postura dos integrantes da favela em relação à comunicação comunitária e à emissora. O contato entre Gerô e Sérgio Gomes,³⁸ diretor da Oboré, foi viabilizado por meio do Curso de Informação sobre Saúde Pública para Radiocomunicadores, realizado na Faculdade de Saúde Pública da USP, em 2001. Naiman e Adriel Almeida Ferreira,³⁹ membros da equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis, participaram do evento em busca de formação e foram os intermediadores do diálogo entre os dois. A partir das articulações que se deram com esse vínculo entre Heliópolis e Oboré, Sérgio se dispôs a auxiliar a direção da rádio na formação de seus integrantes. A parceria com aquela instituição seria expressiva a ponto de Gerô trazer em suas memórias a análise de que Sérgio os “tirou da escuridão e os apresentou à luz”

37. A Oboré é uma empresa paulistana prestadora de serviços a iniciativas em comunicação popular. Sua atuação está dividida em núcleos de atividades de rádio, formação dos radiocomunicadores e pesquisa/análise de projetos comunicacionais e outros. Sérgio Gomes é o seu diretor, e defende a missão de “criar, organizar e disseminar conteúdos comunicacionais, culturais e educativos demandados das pautas das políticas públicas, agregando valores éticos e democráticos em prol da transformação social” (Oboré, portal oficial <<http://www.obore.com.br>>).

38. Sérgio Gomes, paulistano. Militante do período da ditadura brasileira, possui influência em diversas instâncias políticas e em entidades civis organizadas, tendo sido um dos mediadores do processo de regularização de Heliópolis. Define sua atuação como distante das práticas acadêmicas ou político-partidárias (Sérgio Gomes, entrevista para este estudo, 2012, p.237).

39. Adriel Almeida Ferreira trabalhou por dois anos em rádio de baixa potência na cidade de São Paulo antes de ingressar na equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis. Auxiliava Gerô nas atividades de coordenação da emissora, assumindo papel de representação da favela em diversos eventos. Trabalhou em mais duas rádios paulistanas após deixar a Heliópolis (Rádio Trapiá AM. Dados da equipe 1510 – Adriel Ferreira. Ceará, 2003. Disponível em <<http://www.amtrapia1510.com.br/equipe.php>>).

(Barbosa, entrevista, 2012, p.209). Com isso, os integrantes da emissora ampliaram as suas atuações, dando atenção também para as circunstâncias que envolviam todo o município de São Paulo, as quais influenciaram politicamente a história da rádio e contribuíram para a sua regularização. Tais fatos serão analisados de forma mais detalhada no tópico seguinte.

Naquele mesmo ano, as lideranças da Rádio Comunitária de Heliópolis procuraram a Oboré para apresentar uma série de problemas e reivindicações, que abrangiam a necessidade da aquisição de equipamentos, de ações para a organização da equipe, entre outros. Em vez de conceder doações materiais ou financeiras, Sérgio Gomes teria proposto ajudá-los no que estivesse ao seu alcance, buscando parceiros e formando redes de colaboração para aquela iniciativa, fossem elas direcionadas às áreas técnicas, jurídicas ou políticas. O objetivo defendido por ele é que houvesse um esforço intensivo de ajuda à Heliópolis de forma que ela servisse como um modelo para as demais emissoras que também se interessassem em buscar apoio semelhante. Justificava essa opção com o argumento de que a Oboré não teria condições de dar apoio a todas as rádios. Diante disso, os integrantes da Rádio Comunitária de Heliópolis fizeram o levantamento de tudo o que necessitavam para compor a “plataforma de ações” sugerida por Gomes, que se dispunha a buscar soluções à medida que as demandas surgissem (Gomes, entrevista, 2012, p.228).

Naquele momento, não havia perspectiva de regularização da rádio e tampouco articulações específicas das lideranças de Heliópolis em relação à documentação para essa finalidade, tendo em vista que a Anatel não previa a publicação do edital de concorrência para rádios comunitárias em São Paulo. Conforme já analisado no primeiro capítulo deste livro, a capital paulista possuía empecilhos para a destinação de canais às rádios comunitárias.

A principal preocupação da direção da Rádio Comunitária de Heliópolis se voltava às dificuldades na gestão da emissora, relacionadas principalmente à falta de recursos para a manutenção desse

veículo de comunicação. Em um projeto⁴⁰ que seria destinado à busca de financiamento para a emissora, era sugerida a coleta de patrocínios e a venda de comerciais, bem como a implantação de uma rede de apoiadores da emissora, denominada “Família de Amigos da Rádio Heliópolis”. O grupo seria responsável por parte da manutenção daquele veículo comunicativo a partir do pagamento de mensalidades, e a ele seriam “especialmente dedicadas” missas e orações pela ação desenvolvida (Rádio Heliópolis, s. d., p.14). Tal iniciativa demonstrava um posicionamento utópico do responsável por tal proposta, tendo em vista a dificuldade de obter a adesão de qualquer morador à rede de colaboração, considerando que a maioria das pessoas daquele local possui dificuldades para a própria subsistência. A autossustentação ou manutenção por meio de mensalidades e doações, no entanto, está prevista na legislação em vigor.

O projeto ainda previa um total de 23 programas, veiculados de domingo a domingo, sendo 13 deles com caráter musical, quatro de notícias, dois educativos, dois de entretenimento, um esportivo e um religioso. Havia ainda a sugestão de um curioso programa, o qual seria voltado ao ensino de etiqueta para os moradores da favela, versando sobre maneiras de como se apresentar a um desconhecido, dicas para realização de convites, além de informações sobre casamentos, gafes, deveres do marido e da esposa, entre outros assuntos. Situações que muitas vezes não condiziam com a maior parte da realidade vivida na região. Tais propostas não foram efetivadas em sua integralidade, mas alguns dos programas sugeridos fizeram parte da programação da rádio nos anos seguintes (idem, p.6). Embora o repertório não fosse muito diferente do apresentado pelas rádios comerciais, a presença de grupos musicais da favela, os quais divulgavam suas produções, era um dos diferenciais daquela rádio comunitária. A Rádio Comunitária de Helió-

40. O projeto consta nos arquivos da direção da Rádio Comunitária de Heliópolis, porém não há dados indicando se foi implantado. Não foi registrada a autoria do documento. Apesar de não ser datado, sugere ter sido elaborado após 2002, por se referir à frequência 97,9 MHz.

polis, em consonância com a lei, proibia músicas com apologia ao crime, sexo ou drogas. A prestação de serviço e as entrevistas durante a programação eram tidas como o principal meio de envolvimento dos moradores e de informação da comunidade. Programetes viabilizados por parcerias com universidades e entidades não governamentais foram mantidos desde o início das transmissões em FM. Em um desses casos, médicos do posto de saúde da região participavam com orientações à população e tiravam dúvidas dos ouvintes.

Em 2003, a Rádio Comunitária de Heliópolis recebeu o prêmio Ação Social pela Promoção da Cidadania, em reconhecimento ao trabalho realizado, o que deu ânimo à sua liderança e projeção à emissora. O reconhecimento foi oficializado pela Associação Paulista dos Críticos de Arte de São Paulo (APCA), notória pela premiação de artistas das artes visuais, cinema, teatro, teatro infantil, dança, literatura, música popular, rádio e televisão.

A cerimônia, realizada no Centro Cultural Banco do Brasil, repercutiu em jornais como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, além de outras publicações. O evento, que reuniu representantes de diversos setores, incluiu, pela primeira vez entre seus premiados, uma experiência na área da produção comunitária. A ocasião foi comemorada por Gerô, aproveitando o espaço de seu discurso na cerimônia de premiação para falar sobre a importância das rádios comunitárias na representação de sua comunidade (Vaz Filho apud Silva, 2010, p.179).

Na avaliação de um dos jurados do evento, Pedro Serico Vaz Filho, professor da Faculdade Cásper Líbero, a inclusão de um veículo comunitário entre os diferentes setores premiados favoreceu a inserção das rádios comunitárias na pauta de discussão de intelectuais da capital paulista, dando maior visibilidade à Rádio Comunitária de Heliópolis. Com isso, Gerô ampliou a sua participação em eventos, ministrando palestras e oferecendo oficinas de rádio em diversas ocasiões (Vaz Filho apud Silva, 2010, p.180).

Naquele mesmo ano, a ActionAid viabilizou a reforma da emissora. Heliópolis já mantinha parceria com essa empresa, que

atuava em comunidades por meio do apadrinhamento de crianças e o financiamento de projetos. A rádio seria transferida para o mesmo prédio da Unas, na rua da Mina, 38. A parceria formalizada com aquela organização humanitária internacional possibilitou também o pagamento de uma ajuda de custo a Gerô, por remuneração ao cargo de coordenador, no valor de R\$ 600,00. Nessa função, ele se responsabilizava ainda por outros projetos de comunicação da Unas, como a produção de jornal mensal e comunicados internos, tendo em vista que dava início ao seu curso de Jornalismo na Faculdade São Marcos. As aulas eram custeadas com bolsa oferecida pela faculdade (Afonso, 2007, p.80).

Gerô lembrou que a atuação em diversas funções começou a lhe trazer mais dificuldades. Além disso, a liderança que exercia já apresentava deficiências. Em meio a um clima de instabilidade no relacionamento interno da emissora, alguns voluntários estariam cometendo ações de indisciplina e quebrando equipamentos. Ele afirmou que, em algumas circunstâncias, as condições em que os locutores encontravam o estúdio da rádio inviabilizavam a veiculação do programa previsto para aquele horário. Diante desses empecilhos, Gerô avaliava que não daria para seguir na coordenação por muito tempo (Barbosa, entrevista, 2012, p.209), porém ainda não tomaria nenhuma atitude.

No início de 2004, Gerô viajou em férias para Salvador, deixando Adriel responsável pela coordenação da rádio. Com a ausência do coordenador, alguns locutores teriam aproveitado para tecer críticas à sua forma de condução da emissora, as quais foram gravadas por Adriel durante uma reunião. Descontente com os direcionamentos que a rádio tomava, Gerô determinou regras e metas a serem cumpridas, as quais seriam a base para o Regimento Interno da Rádio Comunitária de Heliópolis, elaborado e aprovado na sequência. A medida foi definida durante uma de suas viagens e apresentada aos voluntários assim que retornou para a favela. Em reunião com a equipe, Gerô comunicou as mudanças que seriam adotadas, sem permitir a interferência de nenhum dos participantes da emissora. Ao final da exposição das normas aos voluntários

locutores, Gerô disse: “Quem concordar concordou. Quem não concordar, a porta da rua é a serventia da casa” (idem, p.210). As determinações causaram o descontentamento de alguns dos membros mais antigos da rádio, que deixaram de fazer parte daquela equipe. Nessa fase de mudança da emissora, saíram cinco pessoas.

Entre as determinações estava a obrigação de cada locutor se apresentar com dez minutos de antecedência ao início do programa que seria veiculado e se ausentar da emissora faltando dez minutos para o fim da programação da qual era responsável. Determinava ainda a obrigatoriedade da elaboração de um relatório com as condições físicas da rádio, tanto no momento em que o locutor comesse a transmitir o seu programa, como quando deixasse a rádio. Estabelecia também que houvesse a veiculação de apoios culturais ou utilidades públicas no intervalo de cada música.

Além das regras de conduta para os locutores da rádio, Gerô determinou a junção de programas que possuíam características semelhantes, já que havia três programas de samba veiculados em dias diferentes, bem como sete horários destinados ao *rap* e dois programas com músicas de Roberto Carlos. Decidiu que os locutores deveriam se unir e compor equipes para a produção de apenas um programa com determinada característica, seja esta voltada para o *rap*, forró ou de cantores específicos.

As alterações impostas pelo coordenador também previam mudanças na postura dos locutores (ibidem, p.218). Reginaldo Gonçalves, responsável pelo *Revolução Rap*, foi repreendido sob a alegação de que a forma como conduzia o seu programa não o configurava como iniciativa de uma rádio comunitária. Para a coordenação da rádio, Reginaldo deveria diferenciar a sua atuação de DJ, profissão que exercia nas baladas da favela, das ações como locutor da rádio, onde deveria agir como um comunicador social. O formato do programa teria que ser revisto, já que era necessário passar informações para a comunidade.

Somente quando passou a integrar os projetos da Unas, o locutor mudou a sua forma de pensar sobre aquela repreensão, que, à época, avaliou negativamente. Reginaldo lembra que não se preo-

cupava com a função social da rádio comunitária. Entre veicular uma prestação de serviço e alguma informação educativa à favela ou uma execução musical, ele sempre preferia a música.

Para a gestão da Rádio Comunitária de Heliópolis, Gerô propôs às lideranças da Unas que fosse definida uma equipe para auxiliá-lo na condução da emissora. A sugestão foi acatada pela Unas e alguns voluntários, que já atuavam na rádio havia algum tempo, foram convocados para compor aquele grupo. Sob a indicação de Gerô, que disse preferir pessoas com mais tempo de atuação, a coordenação da rádio passou a ser auxiliada por Adriel, Libera e J. Maria.

Problemas de organização interna à parte, as lideranças e a equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis perceberiam a necessidade premente de aliar mais intensamente suas atividades às ações políticas voltadas à luta pela democratização da comunicação social, dinâmica que se desenvolveria com base na firme e fértil parceria com a Oboré, a qual já vinha ocorrendo, ainda que de forma muito menos intensa, desde 2001. Contudo, tal parceria e ações dela derivadas não seriam, num primeiro momento, suficientes para evitar o fechamento provisório da rádio da “Cidade do Sol”.⁴¹

Ações em prol das rádios comunitárias e fechamento da emissora

O curso realizado em 2001, na Faculdade de Saúde Pública da USP, havia sido dirigido para radiocomunicadores populares e estudantes de Comunicação Social, com o objetivo de buscar o auxílio desses grupos na implantação de um projeto idealizado pela Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo destinado às regiões com maior índice de problemas relacionados à tuberculose. A orga-

41. A palavra “Heliópolis” tem origem na língua grega, a qual significa “Cidade do Sol” devido à junção das palavras “hélio”, a qual significa Sol, e “pólis”, que significa cidade.

nização do evento foi realizada pela Oboré, a qual, desde 1994, atuava na formação de comunicadores populares e na complementação universitária de estudantes de jornalismo, utilizando-se do rádio e de mídias alternativas. A iniciativa possibilitara que Sérgio Gomes estabelecesse um vínculo com diversas associações de moradores de São Paulo, incluindo as lideranças de Heliópolis. Todos os grupos participantes desse curso estavam envolvidos com rádios de baixa potência. Tal aproximação teria intensificado a atuação da Oboré em defesa da democracia na comunicação por meio das rádios comunitárias da capital paulista, o que se estenderia por quase dez anos. Nesse período, a Oboré fez articulações com organizações civis e políticas.

Em 1999, dois anos antes do evento que teria resultado no contato com Heliópolis, a Oboré já havia organizado o *workshop* “Direito constitucional e radiodifusão comunitária”, em parceria com a ECA/USP. Esse teria sido o primeiro evento que questionou a competência do governo federal para a distribuição de autorizações de funcionamento para rádios comunitárias. O juiz aposentado Paulo Fernando Silveira⁴² defendia que, como se tratava de algo com interferência restrita, a decisão de distribuição dos canais comunitários caberia ao município.

Uma série de cursos, palestras, oficinas e seminários foram organizados por Gomes, com o apoio da Rádio Comunitária de Heliópolis, que compunha a maioria das equipes de organização desses

42. Paulo Fernando Silveira, mineiro. Jurista com reconhecido trabalho em favor das rádios comunitárias. Havia concedido mais de cem liminares para o funcionamento dessas rádios na região de Uberaba, onde atuava. Foi atuante nas articulações políticas e de organizações civis de São Paulo para a aprovação da Lei nº 14.013, da qual foi autor do anteprojeto. A legislação dava competência ao município de conceder autorizações de funcionamento às rádios comunitárias. A lei foi sancionada, mas teve a sua validade suspensa por uma ação direta de inconstitucionalidade movida pela Abert logo após a sua publicação. É membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro (ALTM) e autor do livro *Rádios comunitárias*, publicado em 2001.

eventos.⁴³ Essas iniciativas visavam, ao mesmo tempo, a formação da equipe da rádio e o envolvimento dela no debate e nas discussões acerca de reivindicações por democratização da comunicação.

O próprio Curso de Informação sobre Saúde Pública para Radiocomunicadores auxiliou no engajamento político dos membros da Rádio Heliópolis. A partir da mediação de Gomes, a equipe da rádio teve contato com alguns vereadores que estavam diretamente envolvidos em discussões a respeito da comunicação na cidade de São Paulo. Entre os vereadores se encontravam Ricardo Montoro (PSDB) e Carlos Néder (PT). Nesse curso foi abordada, entre outros temas, a aprovação em plenário do projeto de lei estabelecendo a transferência de competência da regulamentação das rádios comunitárias da esfera federal para a municipal. Projeto que então já havia sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de São Paulo.

Além de resultar no engajamento político da equipe da Rádio Heliópolis, o curso para os radiocomunicadores populares proporcionou a aproximação dos integrantes da rádio paulistana com os de outras emissoras de igual natureza, também envolvidas com o tema da democratização das comunicações, como a Rádio Favela, atuante em Belo Horizonte e regularizada como um veículo de radiodifusão educativa em 2000. Após o evento, o representante da rádio mineira esteve em Heliópolis para estreitar os laços com a equipe da emissora paulistana, que ia ganhando notoriedade no que se referia à mobilização de sua comunidade (Oboré, 2001).

A discussão a respeito da lei municipal ganharia volume nos meses seguintes à realização do curso, se estendendo também para entidades de classe como a dos jornalistas, dos radialistas, das mantenedoras do sistema de radiodifusão comunitária e outros, além de professores da USP, representantes da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal etc. Além do teor direcionado à com-

43. Todos os eventos em que a Rádio Comunitária de Heliópolis esteve envolvida podem ser consultados no site da Oboré, *link* Núcleo de cursos/Formação, no endereço eletrônico <www.obore.com.br>.

Número de eventos em que a Rádio Heliópolis esteve presente ou ajudou a organizar



Figura 5 – Eventos em que Heliópolis participou como organizadora ou ouvinte entre 2001 e 2007.

Fonte: Quadro criado para este estudo.

petência de regulamentação, o projeto de lei estabelecia normas quanto à questão do financiamento das emissoras comunitárias (Gomes, entrevista, 2012, p.230).

As mudanças na legislação de São Paulo eram defendidas pela Oboré, Intervozes, Amarc e demais entidades, prevendo a permissão de publicidade na programação dos veículos de radiodifusão comunitária, com o objetivo de fomentar a manutenção deles, entre outros assuntos. Gomes justificava as propostas de alterações na lei a partir da avaliação de que, sem os recursos provenientes dos meios publicitários, as associações e lideranças das rádios comunitárias, em geral situadas nas periferias das cidades, não possuíam condições de manter iniciativas como essas. Considerava que, com o cumprimento das normas previstas na Lei da Radiodifusão Comunitária em vigor, somente os políticos ricos, as igrejas neopentecostais e o narcotráfico teriam recursos financeiros para manter veículos de comunicação que de comunitários teriam apenas a denominação. Em todos os casos citados, os mantenedores das rádios comunitárias teriam uma postura de defesa de interesses particulares em detrimento da coletividade. Gomes defendia que, para que as rádios fossem comunitárias e mantidas pela comunidade, seria preciso haver a publicidade, de forma que elas fossem vistas como uma mercadoria não só com valor de uso, mas também, com valor de troca (idem, p.230).

Tal como nas demais emissoras comunitárias, o cumprimento da regra de proibição aos anúncios publicitários na programação era motivo de preocupação em Heliópolis. Se, por um lado, as lideranças da rádio obtinham reconhecimento do trabalho comunitário que faziam entre entidades civis organizadas em torno da democratização das comunicações, por outro, continuavam recebendo críticas por parte de emissoras comerciais, representantes da Abert, entre outros. Dessa forma, mesmo não estando regularizada, era-lhe imposto o cumprimento de determinações da lei, seja com referência à utilização da potência permitida, seja quanto à venda de comerciais publicitários. A autossustentação da emissora, portanto,

era tida como um dos problemas enfrentados pelas lideranças de Heliópolis desde sua primeira fase em FM. A Unas sempre foi a principal mantenedora da rádio, pela aprovação de projetos de financiamento por órgãos públicos e privados; no entanto, a sua gestão também era viabilizada por meio dos apoios culturais pagos pelos comerciantes da favela.

Para as entidades que defendiam a aprovação do projeto de lei municipal das rádios comunitárias, tendo a equipe de Heliópolis e a Oboré como firmes apoiadoras, a legalização e a solução da manutenção financeira das emissoras comunitárias paulistanas estavam prestes a se concretizar com a aprovação daquela lei. No clima de mobilização em torno da aprovação da lei, mais de 150 pessoas, com 38 integrantes de emissoras comunitárias, se reuniram no Encontro Sobre as Rádios Comunitárias da Capital de São Paulo em Defesa da Democracia na Comunicação e Poder Local Comunitário, realizado em outubro de 2002.

No evento, duas forças políticas opositoras, PSDB e PT, trabalhavam conjuntamente, sendo o primeiro partido representado por Ricardo Montoro, vereador que havia sido o segundo mais votado da sua legenda nas eleições daquela gestão, e o segundo tendo como representante Carlos Neder, líder da bancada petista na Câmara Municipal na gestão anterior,⁴⁴ partido que tinha a maior representação naquela legislatura. A ligação das duas siglas partidárias havia sido mediada anos antes por Sérgio Gomes, que teria oferecido o tema da “democratização das comunicações” como lema comum aos dois vereadores ainda durante o período da campanha eleitoral de ambos.

As mobilizações de dezenas de radiocomunicadores populares de São Paulo e a repercussão social do tema da democratização das

44. Carlos Neder foi eleito vereador em 1996 e 2000 e se elegeu como 2º suplente na eleição de 2004. Tomou posse no cargo de deputado estadual do PT em 2005, do qual era suplente desde 2002, e assumiu a Câmara Municipal novamente em 2007, após a saída de Carlos Giannazi, eleito deputado estadual.

comunicações despertaram o interesse de diferentes partidos durante os preparativos para as eleições municipais de 2004. Muitos dos participantes daqueles eventos e manifestações, iniciados ainda em 1999, começaram a ser procurados para sair como candidatos devido ao trabalho que vinham desenvolvendo com as rádios comunitárias.

Percebendo a possível divisão partidária entre os agentes e grupos ocupados com aquele tema e vislumbrando a sua consequente desmobilização em razão de disputas político-eleitorais, Sérgio Gomes propôs solicitar aos candidatos de vários partidos que se comprometessem a colaborar com a aprovação do projeto de lei que estava em discussão, mediante a assinatura de uma carta de compromisso com a causa. O documento seria divulgado em eventos e mobilizações organizadas com participação dos radiocomunicadores. A carta-compromisso foi proposta a todos os candidatos que procuravam aquele grupo. O objetivo era comprometer os candidatos para cobrá-los caso fossem eleitos posteriormente e, em troca, lhes era oferecido um tema a ser explorado nas suas campanhas eleitorais (Gomes, entrevista, 2012, p.230). Com tal expediente, Gomes passou a ter como aliados os vereadores eleitos Ricardo Montoro (PSDB), o qual teria assinado a carta-compromisso, e Carlos Neder (PT), que, além de assinar o documento, já era atuante em prol da Favela de Heliópolis.

Outros dois eventos significativos foram realizados em 2003, organizados pelo grupo de entidades que se manifestava favorável às rádios comunitárias, ocorrendo um ano antes das eleições municipais. Tanto o Seminário Onda Cidadã: Radiodifusão, Cultura e Educação, realizado em setembro, no Itaú Cultural, como o Cadê Canal pra Capital, em novembro, na Câmara Municipal, contaram com a participação dos vereadores⁴⁵ e de representantes de Heliópolis, sendo que ambas as iniciativas foram permeadas por discus-

45. Essa discussão sobre a legislação municipal em São Paulo, bem como sobre as mudanças na estrutura do MiniCom durante o governo FHC, já foi citada no primeiro capítulo deste livro.

sões sobre o direito à comunicação. O primeiro seminário contou, inclusive, com a participação de representantes do MiniCom e da Radiobrás, os quais alegavam, como justificativa da permanência das dificuldades na solução dos problemas legais das rádios comunitárias, a condição precária do MiniCom encontrada pelo presidente Lula ao assumir a Presidência da República (Oboré, 2003, p.1). Especificamente no encontro Cadê Canal pra Capital, a Anatel e o ministério foram questionados sobre a ausência da liberação de um canal em São Paulo destinado para as rádios comunitárias.

Em ambos os eventos, a experiência da Rádio Favela, de Belo Horizonte, era tomada como exemplo de mobilização em torno da sua regularização e reconhecimento governamental, por meio da concessão obtida como rádio educativa, assim como a Rádio Heliópolis era tida como referência na luta para os mesmos propósitos. O Seminário Onda Cidadã atraiu cerca de trezentos participantes, dos quais vinte estiveram na Favela de Heliópolis para conhecer pessoalmente a realidade do local e sua rádio.

Naquele momento, a causa da democratização da comunicação já ganhara a adesão da equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis. Entretanto, a equipe se via ainda com dificuldades para transformar a rádio num veículo de conscientização da comunidade, a qual teria grande importância na melhoria das condições da favela. Dentro desse quadro, a parceria da equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis com a Oboré resultaria na realização do Fórum de Avaliação e Planejamento de Heliópolis, cujas reuniões, realizadas na favela e também na sede da Oboré, ocorreram entre julho de 2004 e fevereiro de 2005. Os encontros de capacitação, que seriam realizados naquele período, tinham o objetivo de fazer com que a rádio incorporasse novas formas de atuação, de modo que atraísse mais ouvintes e, da mesma forma, alcançasse o respeito daqueles que pudessem ser seus “opressores”. Gomes lembra (entrevista, 2012, p.224) que houve um trabalho intenso dele e de sua equipe para organizar os seminários e os grupos de trabalho que foram criados naquela ocasião.

Além da Oboré, a iniciativa recebeu apoio e contou com a participação de integrantes de uma ampla⁴⁶ e variada gama de grupos e associações, constituídos por representantes de classe, de faculdades de Comunicação, de lideranças populares e até de órgãos públicos. Além dos objetivos internos de capacitação da equipe da rádio, o amplo apoio recebido para a realização dos fóruns também serviu para mostrar tanto a possíveis opositores, detratores das iniciativas em prol das rádios comunitárias, quanto a autoridades, que a equipe e lideranças da Rádio Comunitária de Heliópolis não estavam isoladas, como destacou Gomes (*idem*, p.225).

Contudo, o objetivo principal das atividades do Fórum de Avaliação e Planejamento de Heliópolis era dinamizar a emissora, tanto no que se relacionasse à questão técnica e de sustentabilidade quanto ao conteúdo da programação. Para isso, foram criados cinco grupos de trabalhos temáticos permanentes, aos quais estava destinada a responsabilidade de equacionar estratégias e soluções a problemas específicos. Os assuntos eram analisados e seus resultados apresentados nas plenárias mensais do fórum. Cada equipe se responsabilizaria pelo estudo de um determinado tema, como a ordem técnica, jurídica, gestão interna, conteúdos e política de relacionamento da rádio (Oboré, 2004b, p.1).

Mudanças na grade de programação da Rádio Comunitária de Heliópolis e a criação de parcerias com gravadoras independentes foram propostas apresentadas nos fóruns. O objetivo era melhorar o acervo discográfico da emissora. Também ganhou ênfase o reconhecimento de que era necessária a ampliação do envolvimento da comunidade com a emissora, sobretudo na participação daquela

46. Faculdade de Direito da PUC-SP, Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA/USP, Associação Brasileira da Música Independente (Abmi), Centro de Elaboração de Projetos de Engenharia para Radiodifusão (Ceper Radcom), Quimera Filmes, de Helvécio Ratton, diretor do filme *Uma onda no ar*, Entrevistas, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, Fórum Coral Mundial, Comunidade Coral Luther King, Instituto Itaú Cultural, Rádio Antares do Piauí, Secretaria Estadual da Saúde e Associação Mundial de Rádios Comunitárias e Cidadãs (Amarc-Brasil) (Oboré, 2004).

quanto ao fornecimento de informações sobre a favela, as quais se transformariam em material jornalístico, ações que não eram usuais até então.

Desde a primeira reunião do Fórum de Avaliação e Planejamento, seus participantes optaram por se filiar à Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), da qual a Oboré era representante em São Paulo. A formalização do vínculo, no entanto, ocorreu no II Encontro (Oboré, 2004c), realizado em agosto de 2004, com a mediação de Taís Ladeira, membro da Oboré, à época presidente da Amarc-Brasil. A atuação mundial da Amarc se pautava pela formação de “redes de solidariedade, de proteção e de ajuda mútua” (Gomes, entrevista, 2012, p.238) entre seus filiados, buscando sustentação e força política em suas ações. Dessa forma, a filiação de Heliópolis a essa associação se apresentava como mais um instrumento político favorável àquela emissora, na busca de sua regularização e do fortalecimento da equipe que a liderava. A filiação reforçava a noção de que a “luta” da Rádio Comunitária de Heliópolis deixara de ser isolada. Como caracterizou Sérgio Gomes: “se mexesse com ela [a rádio], estava mexendo com o mundo, que é o princípio da solidariedade da Amarc” (idem, p.239).

Além da equipe de Heliópolis e a Oboré, as atividades da segunda edição do Fórum de Avaliação e Planejamento foram acompanhadas pelo vereador Ricardo Montoro (PSDB), por representante do vereador Carlos Neder (PT) e pelo superintendente da Anatel em São Paulo à época, Everaldo Gomes. Além da filiação à Amarc, outra iniciativa proposta no fórum, visando ao fortalecimento das ações de Heliópolis, foi a adesão da rádio ao programa federal Cultura Viva. Para tanto, a rádio deveria se tornar um Ponto de Cultura. A intervenção de apoio à cultura previa a criação de Pontos de Cultura em diferentes partes do país, a partir do repasse direto de recursos às entidades que desenvolvessem ações culturais, sem haver a necessidade de intermediação dos governos municipais ou estaduais. O lançamento da iniciativa havia sido promovido nesse mesmo mês de agosto por Gilberto Gil, então à frente do Ministério da Cultura. A Rádio Comunitária de Heliópolis se propunha

a aderir ao programa do governo federal com base em atividades desenvolvidas pela emissora, as quais seriam respaldadas pela Unas. O primeiro edital estava previsto para janeiro de 2005 (Oboré, 2004c, p.1).

Do grupo ocupado com questões jurídicas veio a proposta de parceria entre a emissora e o Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns, da PUC-SP, com vistas a receber assessoria nas questões diretamente relacionadas ao processo de regularização da rádio. A parceria foi iniciada em agosto de 2004, por meio da assinatura entre as partes, do termo de cooperação técnica intitulado “Em defesa dos direitos dos cidadãos” (Unas/PUC, 2004). O objetivo era obter ajuda mútua na “defesa da democracia na comunicação e dos direitos dos povos”. Ao Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns caberia a função de disponibilizar um advogado, representado por Anna Cláudia Vazzoler, para auxiliar a rádio em situações que envolvessem a discussão sobre direitos de uma forma geral e em diversas circunstâncias. Em troca, a partir do momento em que estivesse regularizada, a rádio veicularia edições semanais de programa *Sobre os Direitos dos Cidadãos*, que seria produzido pelo Escritório.

No que se referia ao interesse de construir uma rede de apoios em torno da Rádio Comunitária de Heliópolis, a qual seria extensiva às demais rádios congêneres de São Paulo, foi elaborado, em agosto de 2004, na segunda edição do Fórum de Planejamento, um documento denominado “Compromisso de honra”, que serviria de base para angariar a adesão de diversas entidades e políticos. Além dos vereadores Carlos Neder (PT) e Ricardo Montoro (PSDB), já integrados àquela ação conjunta, passaram a compor a lista os também vereadores paulistanos Chico Macena e Nabil Bonduki, ambos da bancada petista. As demais edições, que compuseram o total de seis encontros, se pautaram pelo desdobramento e estudo da aplicação das propostas apresentadas nos dois primeiros meses, em julho e agosto de 2004.

Paralelamente à iniciativa de formação das lideranças da favela, os eventos voltados à democratização das comunicações continuaram

sendo realizados em São Paulo, tanto pela Oboré como por outros grupos e associações, sempre com a presença de pelo menos um integrante da Rádio Comunitária de Heliópolis. Gerô e Adriel foram os principais representantes da emissora nessas ocasiões, além de Sabino e Renato.⁴⁷ A atuação em torno da busca de condições para melhorar e promover o avanço da emissora tornava-se intensa por parte de sua equipe, que atuava tanto nos fóruns como em eventos externos à favela.

O envolvimento de representações políticas e de entidades civis em favor das rádios comunitárias de São Paulo já ocorria havia cerca de quatro anos. A influência desse grupo nas tomadas de decisões relacionadas ao tema na capital paulista, somada às recentes parcerias da Rádio Comunitária de Heliópolis com a PUC-SP, a Amarc e, possivelmente, com o próprio governo federal, aumentavam as expectativas das lideranças de Heliópolis e seus parceiros quanto à possibilidade de a emissora vir a ser regularizada em curto espaço de tempo. Gomes (entrevista, 2012, p.231) avaliava que, se houvesse paciência e persistência, a rádio da Favela de Heliópolis poderia ser a primeira legalizada no território paulistano.

No entanto, uma notificação da Anatel (Ofício nº 219/2005), em janeiro de 2005, tornou menos sólidas tais previsões positivas. A agência determinava a “interrupção imediata” das transmissões da Rádio Comunitária de Heliópolis para a averiguação da denúncia de que os seus sinais estariam provocando interferência nas frequências 97,7 MHz e 97,9 MHz. A interdição prevista pela agência era justificada pela reincidência de denúncias em relação à emissora de Heliópolis quanto à infração dos regulamentos da Lei da Radiodifusão Comunitária.

47. Renato Rodrigues dos Santos, baiano. Veio para Heliópolis no início da formação da favela e participou das mobilizações populares e dos mutirões para o asfaltamento das ruas do local. Integrou a equipe da rádio a convite de Adriel Ferreira. Era locutor do programa com músicas da Jovem Guarda e técnico responsável pelos equipamentos da emissora (Osmar & Cristina, 2004, p.71-4).

Aquela notificação oficial teria sido encaminhada à Rádio Comunitária de Heliópolis pouco tempo depois da ocorrência de um telefonema anônimo dirigido à emissora naquele mesmo mês. O autor da ligação dizia ser funcionário da Anatel, e afirmava que havia uma mobilização da agência para fechar a rádio. Alertava para que seus líderes ficassem atentos, já que a interrupção de funcionamento da emissora seria considerada, pela direção da Anatel, uma questão de honra (Barbosa, entrevista, 2012, p.210).

Ao tomarem ciência da situação, as lideranças e equipe da rádio ficaram apreensivas e deram início a uma mobilização que reuniu toda a equipe da emissora e da Unas, como também alguns moradores da favela, ouvintes da rádio. O objetivo era tentar impedir a iniciativa da Anatel, a qual estaria na iminência de ser colocada em prática. A primeira medida tomada foi o desligamento de todos os equipamentos da rádio, os quais foram mantidos na casa de uma professora que atuava nos projetos da Unas. Além disso, um ato público foi organizado em frente à sede da emissora, com a participação de pelo menos cinquenta pessoas (Gonçalves, entrevista, 2012, p.221), além de integrantes da imprensa de São Paulo. A manifestação tinha a pretensão de dar visibilidade ao número de apoiadores que a emissora possuía dentro da favela, os quais reconheceriam a importância do funcionamento da rádio.

Paralelamente às mobilizações desencadeadas na favela, algumas medidas políticas também foram tomadas em manifestação contrária à possibilidade de fechamento da Rádio Comunitária de Heliópolis. Em São Paulo, a intermediação em favor da emissora foi realizada por Sérgio Gomes, que esteve presente no escritório paulista da Anatel. Embora a rádio não estivesse regularizada, Gomes propunha-se a demonstrar a coerência na postura adotada pelos integrantes daquele veículo de comunicação em relação ao que previa a legislação do setor, bem como os resultados positivos de suas ações sociais. Para tal, apresentou um relatório das atividades desenvolvidas pelas lideranças daquela emissora, discorrendo sobre o papel da rádio comunitária para atrair jovens em torno de um projeto que os distanciasse do narcotráfico. Argumen-

tava que o perfil das pessoas que atuariam em projetos comunitários, as quais teriam desenvoltura e capacidade de organizar-se em torno de um objetivo, seria o mesmo das pessoas aliciadas pelo narcotráfico (Gomes, entrevista, 2012, p.238). Diante de tais argumentações, pedia que não houvesse a interrupção do funcionamento da emissora.

A articulação política em favor da rádio também ocorreu em Brasília. O documentário intitulado *Cidade do Sol nas ondas do rádio*, produzido pelo Itaú Cultural em 2004, durante os primeiros Fóruns de Avaliação e Planejamento de Heliópolis, foi levado ao Grupo de Trabalho Interministerial,⁴⁸ instância em que era discutida a situação das rádios comunitárias no país, contando com a participação da Oboré, então convidada para integrar essa equipe. Os vereadores Chico Macena, Carlos Neder, Soninha Francine e Beto Custódio (PT-SP), além de Ricardo Montoro (PSDB-SP) (Lopes, 2005a, p.1), se encarregaram de fazer a defesa da rádio, auxiliados pelo material audiovisual que foi exibido durante reunião do GTI, coordenado pelo MiniCom. O documentário trazia dados sobre o impacto da rádio comunitária na Favela de Heliópolis e sua atuação voltada às necessidades de informação e de lazer da comunidade, composto por depoimentos da presidente da Amarc à época, Taís Ladeira, locutores e técnicos da rádio.

Tais informações teriam sido determinantes para que a Presidência da República, por meio da Casa Civil, ordenasse a suspensão da intervenção da Anatel, a qual previa o fechamento daquela rádio. O governo federal estabeleceu também que nenhuma emissora comunitária fosse fechada até a conclusão das discussões do GTI. A medida foi comemorada pelas entidades parceiras de Heliópolis e as lideranças da rádio.

48. O GTI fora instalado no final de 2004, com previsão de conclusão das análises em março de 2005. Era composto por representantes da Casa Civil, Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Secretaria-Geral da Presidência da República, Assessoria Especial da Presidência da República, Ministério da Justiça, Ministério da Educação e Ministério da Cultura.

Além de conseguir a suspensão da notificação da Anatel, a Rádio Comunitária de Heliópolis foi convidada a apresentar novamente a sua documentação ao MiniCom, para que o processo de autorização de funcionamento da emissora fosse agilizado. Os integrantes do GTI, com membros de quatro secretarias diretamente ligadas à Presidência da República e de quatro ministérios, teriam concordado que Heliópolis fosse adotada como uma possível experiência piloto do processo nacional de regulamentação das rádios comunitárias. O sucesso nas ações em Heliópolis poderia servir para demonstrar tanto ao governo como para a sociedade que era possível existir rádios regularizadas com perfis realmente comunitários (Oboré, 2005, p.1).

Com o aceno dos integrantes do GTI para a regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, pelo menos três reuniões foram organizadas em São Paulo em solidariedade à rádio, promovidas pela Amarc-Oboré, no mês de fevereiro. Fizeram parte dessa iniciativa os representantes dos vereadores que integravam a rede política em favor da democratização das comunicações, constituída desde 2001, além do deputado federal Luiz Eduardo Cardozo, representado por Marcelo Veiga, o Intervozes, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a Agência Carta Maior e a Trama – Distribuidora Independente de Música.

A notificação da Anatel fez com que a equipe da rádio atuasse em mais uma frente de mobilização, além dos Fóruns de Avaliação e Planejamento de Heliópolis e as atividades relacionadas à democratização das comunicações, que continuaram em andamento. O ofício da agência foi encaminhado para as lideranças da emissora em janeiro, pouco antes da realização do último Fórum de Planejamento, realizado no mês seguinte, o qual deu conclusão às atividades de reestruturação da emissora.

A parceria da Rádio Comunitária de Heliópolis com o governo federal, por meio do programa Cultura Viva, tal como havia sido sugerido pelos grupos de trabalho do Fórum de Planejamento, seria concretizada no mês de março, data em que foi aprovado o projeto encaminhado pelas lideranças da rádio ao Ministério da

Cultura. A emissora então se tornaria um Ponto de Cultura e receberia investimentos do governo federal no valor de R\$ 150 mil. Os recursos do Ponto de Cultura foram utilizados para a aquisição de *kits* multimídia, que auxiliariam a equipe da rádio tanto na gravação quanto na edição dos programas. Entre os equipamentos adquiridos, estavam uma câmera de vídeo digital, microfones, amplificadores para gravação e dois computadores.

A implantação do Ponto de Cultura na favela estava vinculada ainda a um programa do Ministério do Trabalho que envolveria cinquenta jovens em capacitações por meio de cursos voltados ao setor cultural, desenvolvendo habilidades dos alunos em técnicas de grafiteagem, contação de histórias, orientações de leituras, restaurações de brinquedos, entre outros. Para isso, cada jovem receberia uma bolsa no valor de R\$ 150,00 mensais durante seis meses.

Heliópolis seria uma das primeiras a obter os benefícios daquele programa federal de incentivo à cultura. A cerimônia de lançamento da parceria, prevista inicialmente para março, ocorreu em outubro de 2005, com a participação de diversos políticos, inclusive do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro Gilberto Gil. Naquele momento, o governo federal anunciava a sua disposição em incentivar a existência de rádios comunitárias nos locais onde aquele programa fosse implantado (Glass, 2006). Dessa forma, era previsto o incentivo à regulamentação das rádios comunitárias, fato que suscitava expectativas nas lideranças da emissora de Heliópolis.

Aquela seria a primeira vez que um presidente da República estaria na favela. Lula havia passado parte de sua juventude naquelas proximidades, sendo morador da Vila Carioca. Em seu discurso oficial (Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2005, p.7), relembrou momentos vividos no local e de fatos da história de Heliópolis, destacando a construção do Hospital Heliópolis, os jogos de futebol aos domingos nos cerca de quarenta campinhos existentes e as guerras de mamonas que fazia no território que ainda estava em fase de ocupação. Destacou a alegria em inaugurar tal programa naquela favela e demonstrou o seu interesse pessoal em

regularizar a Rádio Comunitária de Heliópolis. O presidente conhecia a emissora pessoalmente, desde sua fase como Rádio Popular de Heliópolis, quando utilizara, em 1994, os microfones daquele veículo comunitário para a sua campanha à Presidência da República. As lideranças da Unas acreditavam que a regularização da rádio estava próxima. Buiú (Silva, entrevista, 2012, p.203) lembra que, quando Lula lançou o Ponto de Cultura em Heliópolis, assumiu o compromisso de voltar à favela somente com o termo de autorização de funcionamento da emissora concluído.

Quase três meses depois da suspensão da notificação de fechamento da Rádio Comunitária de Heliópolis, em 26 de abril de 2005, a Anatel publicou no *Diário Oficial da União* a portaria que estabelecia o uso do canal 198 para as rádios comunitárias de São Paulo. Seria a primeira manifestação da agência sobre a possibilidade de destinar um canal às rádios comunitárias na capital paulista, já que o seu superintendente à época, Everaldo Gomes, alegara desde o início das negociações que São Paulo não possuía espaço no *dial* para comportar tais emissoras. O canal 198 era equivalente à frequência 87,4 MHz. A medida da Anatel ampliava a quantidade de frequências a serem utilizadas no *dial* paulistano, que era iniciado anteriormente em 87,8 MHz, no canal 199. As discussões sobre o congestionamento do espectro eletromagnético de São Paulo já se estendiam havia três anos, iniciadas no primeiro evento que questionava a Anatel pela falta de disponibilidade de canais às emissoras comunitárias, e somente agora trazia resultados.

Em 2005, a favela passava por algumas remodelações por meio de intervenções coordenadas pelo arquiteto Ruy Ohtake, que realizou diversos projetos na região. As fachadas das casas da rua Paraíba foram pintadas com diferentes cores, já que este era o principal logradouro usado para atividades realizadas por ONGs que atuavam em Heliópolis, a exemplo da rua da Mina. O novo visual e a concentração de algumas ações nesse endereço teriam sido os argumentos apresentados para a transferência das instalações da rádio para uma residência da rua, mudança que contaria com o auxílio financeiro da

ActionAid (Bruno, 2005a, p.1), mediante o investimento de R\$ 30 mil para a compra da casa. Além disso, também haveria os recursos provenientes do Ponto de Cultura.

A mudança de localização da rádio não recebeu o apoio de Sérgio Gomes (entrevista, 2012, p.235), que defendia a permanência da emissora junto à sede da Unas, tanto para a proteção mútua das duas instituições como para a viabilidade de uso da Internet por meio do Telecentro, projeto do governo do estado de São Paulo que disponibilizava computadores com acesso grátis à Internet. Os equipamentos do governo estavam localizados na sala superior do prédio da Unas, enquanto a rádio ocupava o subsolo daquele local. Em vez da mudança de endereço, Sérgio Gomes sugeria apenas que os dois projetos ocupassem a mesma sala.

Quando os recursos foram liberados pela ActionAid, entretanto, a emissora mudou-se para a rua Paraíba, 76, conforme a equipe da rádio havia planejado. O passo seguinte seria a adaptação da residência para que o local se tornasse um estúdio comunitário, ação que foi defendida por Gomes (idem, p.225), com espaços para estudos ou permanência da comunidade em assembleias ou iniciativas desse porte. Diante da dificuldade de investimentos naquilo que seria o padrão ideal, o prédio foi mantido com as características de uma residência e a rádio ficou dividida em dois estúdios. A locução dos programas ao vivo era realizada no andar superior do sobrado e as gravações de vinhetas e apoios culturais na parte inferior.

Se as articulações políticas em Brasília apresentavam alguns avanços em torno da regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, em São Paulo os fatos também eram avaliados positivamente. As negociações entre parlamentares paulistanos sobre o projeto de lei elaborado para que o município assumisse a competência da distribuição de autorizações de funcionamento das rádios comunitárias tiveram o seu desfecho no dia 23 de junho de 2005, quando a Lei nº 14.013/2005 foi sancionada (Bruno, 2005a). Além de transferir a regulação das autorizações de funcionamento desses veículos de comunicação para o poder público municipal, a legislação que acabara de ser publicada permitiria a inserção de anúncios publi-

citários na programação das rádios comunitárias. As entidades e lideranças políticas que apoiaram ou atuaram na criação dessa lei estimavam que essa iniciativa permitiria uma redução no tempo de espera das autorizações de funcionamento, dada a diminuição do número de processos a serem examinados, como também estabeleceria uma maior efetividade nas fiscalizações de ações referentes ao tema devido à proximidade com o poder municipal. Além disso, daria melhores condições de manutenção e gestão às emissoras comunitárias por meio dos recursos publicitários, que passariam a ser permitidos.

No entanto, não demorou muito para que a lei tivesse a sua validade suspensa judicialmente, mediante intervenção da Abert, que moveu uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) (Gomes, entrevista, 2012, p.248) contra a lei. A Adin obteve parecer favorável, com base no princípio de que a lei federal deveria prevalecer sobre a municipal. O cancelamento do efeito da lei foi mais uma frustração das entidades e parlamentares que atuavam na reivindicação pela democratização da comunicação em São Paulo.

O cancelamento da execução e aplicabilidade dessa lei seria o primeiro revés das expectativas positivas de regulamentação da Rádio Comunitária de Heliópolis. Contudo, a ação que causou maior preocupação às lideranças da favela ocorreu em julho do ano seguinte, em 2006, a qual resultou no fechamento da emissora. Depois de seis meses da mudança de endereço da rádio para a rua Paraíba, a Polícia Federal e dois fiscais da Anatel determinaram o fechamento da emissora. A ação, realizada em 20 de julho de 2006, foi respaldada por um mandado de busca e apreensão de equipamentos, assinado em 25 de maio de 2006, pelo juiz Hélio Egydio de Matos Nogueira, da 9ª Vara Criminal Federal de São Paulo. Foram apreendidos todos os equipamentos da rádio. Além disso, o responsável legal pela emissora, João Miranda, à época presidente da Unas, foi detido para prestar esclarecimentos. Ele acabou sendo condenado a pagar cestas básicas como pena por sua prática.

Os policiais federais e os fiscais da Anatel fizeram a abordagem à equipe da rádio durante a transmissão do programa *Frequência*

de *Sucesso*, apresentado por Cláudia Neves.⁴⁹ Em clima bastante tenso, a locutora chegou a se recusar a tirar o programa do ar e dizer que convocaria os ouvintes a se manifestarem contra a medida judicial, porém foi repreendida pelos policiais, que a alertaram sobre a possibilidade de haver mortes em um possível enfrentamento. Por fim, Cláudia Neves interrompeu as transmissões da rádio e alegou que “por problemas técnicos a emissora sairia do ar por alguns instantes”.

O fechamento da rádio mobilizou todas as lideranças da Unas. Parte de seus integrantes defendia que era necessário criar resistência à ação dos policiais. Conforme lembra Buiú (Silva, entrevista, 2012, p.204), a história de formação da favela era de muito enfrentamento, fosse com policiais, grileiros ou justiceiros, mas, naquele momento, ele entendeu que não era prudente seguir a mesma trajetória de “luta”, já que não obteriam bons resultados com essa postura. A opção foi pela “luta” política.

Entre os equipamentos apreendidos estavam dois microfones, uma CPU, uma mesa de som, um gravador estéreo e um transmissor. Grande parte dos equipamentos levados pela Polícia Federal havia sido comprada com recursos do governo federal, por meio do Ponto de Cultura. A intervenção na Rádio Comunitária de Heliópolis criara um problema político (Augusto, 2007). A emissora havia conquistado um respaldo para o seu funcionamento quando se tornara um Ponto de Cultura, mas, por outro lado, era impedida de transmitir seus sinais e considerada ilegal pelo MiniCom. As lideranças da rádio comunitária não entendiam como

49. Cláudia Neves, moradora de Santo André. Integrou a equipe da rádio em 2002, quando fazia o curso de Jornalismo e desenvolveu trabalhos acadêmicos em Heliópolis. Fora convidada por Gerô a fazer locuções na rádio. Fazia a locução do programa *Frequência de Sucesso* e de 90% dos apoios culturais veiculados na grade de programação daquela emissora. Ao lado de Reginaldo Gonçalves, assumiu a coordenação da rádio em 2008 e representou aquela equipe em diversos eventos realizados em São Paulo e outras partes do país, os quais abordavam questões referentes às rádios comunitárias (Osmar & Cristina, 2004, p.61-5; Neves, 2008, audiovisual).

órgãos do governo federal (Ministério da Cultura, Anatel e Polícia Federal) poderiam agir de forma tão divergente. Enquanto um havia contribuído para a manutenção da rádio, os outros dois haviam impedido o funcionamento daquele veículo (Gonçalves, 2012, p.220).

A ação em Heliópolis fez parte da Operação Sintonia, desenvolvida pela Polícia Federal em todo o país, em parceria com a Anatel. Envolveu cerca de cem policiais e vinte agentes de fiscalização para fechar pelo menos 17 rádios consideradas “piratas” em São Paulo. Para os militantes atuantes nas reivindicações pela democratização das comunicações, a iniciativa teve fins eleitorais, já que, naquele ano, haveria eleição para a Presidência da República e para os governos estaduais. A medida teria atingido principalmente as rádios ligadas a partidos de esquerda, que teoricamente apoiariam a possível reeleição de Lula, já que a atuação da Anatel e Polícia Federal não são diretamente subordinadas ao Executivo Federal. Para Joaquim Carvalho (Barbosa, 2006), à época representante da Abraço do Distrito Federal, tais ações teriam relação com o fato de que a maioria dos diretores da Anatel estava vinculada ao PSDB e ao PFL (atual DEM), principalmente nos estados onde a Operação Sintonia foi realizada.

O fechamento causou estranheza entre os integrantes da emissora, os quais não acreditavam que a rádio pudesse ser lacrada devido à mobilização externa com a qual estavam envolvidos. Mesmo com a interrupção de funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis, suas lideranças acreditavam que retomariam as transmissões. Conforme lembra João Miranda (*Memórias de Heliópolis*, depoimento de João Miranda, audiovisual, 2012b), os membros da Unas avaliavam que a articulação entre entidades e políticos que vinha sendo realizada poderia sensibilizar a Anatel e o MiniCom para que revessem a iniciativa e permitissem as transmissões da rádio da favela.

Se, por um lado, havia apoio declarado em Brasília para a regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, por meio do GTI e manifestações do presidente da República, por outro, em São Paulo, algumas iniciativas eram contrárias a atuação daquela rádio

e da regularização das demais emissoras de igual caráter da capital paulista. A ação da Polícia Federal e da Anatel, bem como a ação direta de inconstitucionalidade contra a lei municipal criada em 2005, arrefeciam as expectativas de um resultado positivo para o setor.

Para o retorno de funcionamento da emissora de Heliópolis, a rede de apoio, que reunia representantes das áreas políticas e de entidades militantes na causa das rádios comunitárias e da democratização das comunicações, foi imediatamente acionada para a tentativa de reversão do quadro negativo que se apresentava em São Paulo para essas emissoras. Além disso, entidades como a Amarc, Abraço, FNDC e as representações de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília dos sindicatos dos Jornalistas Profissionais e das Empresas de Radiodifusão Comunitária faziam forte pressão para que o governo Lula se posicionasse favoravelmente às demandas de democratização das comunicações, dadas as expectativas que alimentavam devido ao histórico de atuação sindical do presidente.

Lideranças e equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis, assim como a Oboré, não tinham certeza sobre o destino da emissora. Mas, diferentemente do período de suas primeiras investidas na ocupação do espectro eletromagnético, sabiam que sua luta para exercer o direito à comunicação não estava isolada. Percebiam que a inserção deles na luta pela democratização da comunicação social potencializava a corrente de apoios que, tal como um dinamo, poderia trazer a emissora de volta ao ar.

3

DE VOLTA AO AR NUMA CORRENTE DE APOIOS: O PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DA RÁDIO

"Mexeu com uma, mexeu com todas"

Durante a ação de agentes da Anatel e Polícia Federal para o fechamento da Rádio Comunitária de Heliópolis, Gerô deu início a uma série de ligações telefônicas destinadas aos parceiros com os quais havia criado a rede de apoios à emissora (Barbosa, entrevista, 2012, p.212). O primeiro a ser contatado, via telefone, foi Sérgio Gomes, da Oboré. Ele foi surpreendido pela ligação quando se encontrava em meio a um curso que ministrava no grupo Cala Boca Já Morreu, o qual, desde 2004, desenvolve ações sociais em São Paulo buscando criar oportunidades de acesso ao direito à produção de comunicação, principalmente em ambientes comunitários.

O contato inicial de Gerô com Sérgio Gomes gerou uma série de outros telefonemas, realizados tanto pela Oboré como pelo próprio coordenador da Rádio Comunitária de Heliópolis, para diferentes agentes que pudessem intervir ou suspender a ação da Anatel contra a emissora. A sede da Oboré se tornou uma espécie de "central telefônica" para onde eram dirigidas as ligações com manifestações de apoio à emissora. Em pouco tempo, um grande grupo de pessoas havia se unido para buscar soluções ao problema relatado pelas lideranças de Heliópolis (Soares, 2006, p.10).

Foram contatados os vereadores Chico Macena (PT) e Carlos Neder (PT), que desenvolviam, naquele período, atividades ligadas à Unas, bem como o senador Aloísio Mercadante (PT), à época licenciado do cargo para sua campanha eleitoral ao governo de São Paulo e que teria sido informado sobre a ação contra a Rádio Comunitária de Heliópolis por sua esposa, professora atuante na favela. As lideranças de Heliópolis também recorreram ao auxílio do senador Eduardo Suplicy (PT), o qual teria ligado ao então presidente da Anatel, Plínio de Aguiar Junior, para questionar a iniciativa de fechar a rádio. Anos antes, Suplicy havia passado quase uma semana “morando” na favela para buscar subsídios ao livro que escrevia sobre sua principal plataforma de trabalho: o Programa Renda Mínima. Entre os que acorriam para evitar o fechamento da emissora estava também o deputado federal William Woo (PSDB), o que contribuiria para o aspecto apartidário da rede de apoio à rádio.

Somente depois de contatar todos os possíveis parceiros que poderiam auxiliá-los na tentativa de reverter a situação em que se encontravam, Gerô interveio na ação da Anatel e da Polícia Federal contra a emissora. Mediante mandado judicial, João Miranda, então presidente da Unas e responsável pela rádio, foi levado até a delegacia da Lapa para prestar esclarecimentos sobre o “delito” cometido, sendo acompanhado por Gerô. Ainda no percurso até a delegacia, a advogada Anna Cláudia Vazzoler, do Escritório Dom Paulo Evaristo Arns, foi informada sobre a detenção do representante da emissora (Barbosa, entrevista, 2012, p.212), e prestou assessoria jurídica ao líder da Unas no depoimento à polícia.

Miranda não ficou detido e os dois retornaram à favela assim que o depoimento foi concluído. Além de questionar a operação da Polícia Federal, o Escritório Dom Paulo Evaristo Arns entrou com pedido de *habeas corpus* preventivo para tentar impedir que João Miranda fosse processado, bem como para que a emissora reavesse os equipamentos apreendidos. No entanto, Miranda acabaria sendo condenado posteriormente, tendo como pena o pagamento de cestas básicas, como já foi citado anteriormente, e os equipamentos da

emissora foram devolvidos somente em 2011 (Pipinis & Bruno, 2006, p.1).

Com a rádio fora do ar, a equipe procurou formas de manter o grupo ainda envolvido com o projeto da emissora. Para não perderem o contato com a comunidade, foi retomada a veiculação de comunicados e de vinhetas de eventos que aconteceriam na favela por meio do antigo sistema de alto-falantes. Porém, dessa vez, o equipamento de som era acoplado numa bicicleta, cedida pelo mestre de capoeira Didi, que ficara incumbido de circular com o veículo pelas ruas e vielas quando necessário. Os informes anunciavam as datas dos seminários da Unas, da Balada Black, evento do movimento *rap*, de cursos e outras atividades. Cláudia Neves considerou que o sistema de alto-falantes era mais econômico do que a distribuição de panfletos, além de mais eficiente, posto o hábito da leitura não ser disseminado entre a maioria dos moradores da favela. Ademais, retomar aquele sistema era motivo de honra e autoestima para a equipe, pois, como enfatizou Cláudia Neves, “pra gente a rádio nunca fechou, ela só estava fora do ar” (Oboré, 2007, p.3).

Desde o momento em que a Rádio Comunitária de Heliópolis fora retirada do ar, a articulação de sua corrente de apoios se expandira. Os mais de vinte comunicadores e educadores que participavam do curso ministrado por Sérgio Gomes, quando ele fora contatado por Gerô para ser informado da ação da Anatel, também se envolveriam em atividades para multiplicar os contatos e parceiros na defesa da causa. Da mesma forma, o grupo Cala Boca Já Morreu se prontificou a atuar na defesa daquela rádio.

Entretanto, a iniciativa da Anatel e da Polícia Federal, ambas do escritório de São Paulo, em fechar a emissora já começava a dar sinais de que seria revista por intermédio de representantes do governo federal, em Brasília. A Unas recebeu, no dia seguinte ao fechamento da rádio, a ligação do assessor de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, informando que Yapir Marotta, à época superintendente da Anatel, seria o interlocutor entre a agência e a associação na solução dos problemas vividos pela emis-

sora. Na ocasião, Marotta comunicou a Gerô que a Rádio Comunitária de Heliópolis poderia ser reaberta caso ela estivesse vinculada a uma instituição de ensino superior e, assim, atuasse com fins experimentais. Em seguida, por meio de um *e-mail*, Marotta encaminhava à Unas um modelo de um requerimento com pedido de autorização à Anatel para a experimentação científica do canal 199. O documento deveria ser apresentado à agência, conforme o seu próprio superintendente havia orientado. A Rádio Comunitária de Heliópolis seria então incumbida pela Anatel de testar os referidos canais para o uso das rádios comunitárias. Seria avaliada a existência de interferência entre as frequências, considerando a exigência de uma distância mínima permitida entre as emissoras nos locais onde há mais de um veículo comunitário em funcionamento.

A possibilidade de obter a autorização da Anatel para os testes científicos do canal 199 e, portanto, para o retorno de funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis, estaria baseada nas determinações dos artigos 160 e 211, da Lei nº 9.472/97 (Brasil, 1997). Esses dispositivos legais estabeleciam que a Anatel deveria regulamentar a utilização do espectro de forma adequada, liberando ou mesmo restringindo faixas, caso houvesse interesse público. Estabelecia também a elaboração de um Plano de Distribuição de Canais por parte da agência que levasse em consideração a evolução tecnológica dos equipamentos e sua aplicação no sistema. Dessa forma, a agência teria a independência administrativa de possibilitar a retomada de funcionamento da rádio da favela.

Com essa autonomia, a Anatel recorreu à Instrução Normativa do Contel (Código Nacional de Telecomunicações), de 1966, a qual previa a existência do serviço especial para fins científicos ou experimentais, a partir da concessão de uso do espectro às universidades, indústrias de telecomunicações ou ainda entidades científicas e experimentais, caso houvesse interesse da agência. As transmissões da Rádio Comunitária de Heliópolis passariam, portanto, a ter caráter experimental e científico, vinculado a uma universidade.

A solução para a situação da Rádio Comunitária de Heliópolis teria sido uma alternativa política para um fato social que se mostrava problemático. Gomes avaliou que a vontade política foi determinante para que fosse encontrada uma brecha na legislação e permitisse o funcionamento da emissora (Gomes, entrevista, 2012, p.224). A partir dos testes que passariam a ser oficialmente realizados, as demais rádios comunitárias de São Paulo também seriam beneficiadas com a definição de um canal para o setor comunitário da radiodifusão.

As lideranças da rádio tiveram o auxílio da Oboré para a definição da universidade que se responsabilizaria pelos testes científicos, com vista a atender as exigências da lei e possibilitar, assim, o retorno do funcionamento da rádio. Em reunião ocorrida na sede da Oboré, três universidades foram sugeridas por Gerô: USP, Metodista e São Marcos.

De certa forma, todas possuíam vínculos com a Rádio Comunitária de Heliópolis. No caso da USP, a comunidade contava com o trabalho da professora Maria Ruth Sampaio, que, havia muito, desenvolvia estudos relacionados à questão da moradia na favela; já com a Metodista, havia as ações dos projetos desenvolvidos pela professora Margarete Vieira Pedro e os alunos do curso de Jornalismo; por fim, com a Faculdade de São Marcos, havia menos de um ano daquela data, alguns projetos começavam a ser realizados na favela, mas ainda não se formalizara uma parceria. A definição de qual das três universidades seria a parceira de Heliópolis para a retomada do funcionamento da rádio foi agendada para ser realizada de forma coletiva, na favela, a partir dos nomes previamente sugeridos.

No dia 22 de julho de 2006, dois dias após o fechamento da rádio, foi realizado na quadra da Unas, rua da Mina, 38, o Ato em Defesa de Heliópolis e da Democracia na Comunicação. Centenas de moradores da comunidade que apoiavam a emissora, políticos e entidades parceiras se reuniram naquele sábado para os encaminhamentos ao retorno das transmissões da rádio.

As condições de ação e trabalho de Heliópolis e de seus apoiadores diante dos embates políticos vividos por aquela rádio comunitária foram temas do discurso que Sérgio Gomes proferiu durante o ato. Ele pedia que as pessoas presentes ao evento se mobilizassem em diferentes frentes para a retomada do funcionamento da emissora. Enfatizava que a maneira mais eficiente de ação para os grupos populares apresentarem suas demandas seria baseada na solidariedade, cooperação e parceria. Essa postura deveria continuar sendo adotada pelas lideranças de Heliópolis, bem como pelos seus apoiadores, pois aquela mobilização na quadra da Unas já seria resultante das atividades realizadas nos últimos anos.

Em um discurso típico de militância popular, com a votação das ações a serem tomadas em assembleia, Gomes convocou os participantes daquele ato a atuarem coletivamente para encontrar a melhor forma de retomada do funcionamento da rádio. Suscitou a memória dos participantes sobre algumas iniciativas que contaram com a participação de líderes de Heliópolis e que tiveram resultados positivos para o incentivo à ação popular, como a mobilização para exigir que a Anatel encontrasse um canal para as rádios comunitárias paulistanas, por exemplo. Dizia que, seguindo o encaminhamento da manifestação dos participantes daquele evento, a rádio não seria retomada pela força física nem seria extinta por conta da apatia de seus membros, mas retornaria ao seu funcionamento normal por meio da articulação política da rede de apoio da qual a equipe da rádio teria participado nos últimos anos (Cala Boca Já Morreu, 2006, audiovisual).

Ao final do evento, ficou definido que a Universidade Metodista seria a parceria preferencial, com a qual a Rádio Comunitária de Heliópolis teria vínculo para a retomada de suas atividades com fins experimentais. Caberia à universidade o papel de fazer relatórios trimestrais com dados do acompanhamento das transmissões e as possíveis interferências do canal, bem como da qualidade do sinal e os desdobramentos daquela iniciativa com atenção aos objetivos previstos ao interesse público. O diretor da Faculdade de Multimídia da Metodista, Sebastião Squirra, se prontificou a ajudar

naquela iniciativa, ficando responsável pela intermediação junto à reitoria da universidade.

Uma mesa de trabalho entre Anatel, Oboré, Metodista, Unas e Rádio Comunitária de Heliópolis ocorreu no dia 26, na sede da Amarc-Oboré, para mais esclarecimentos sobre a medida e o projeto que deveria ser preparado e encaminhado à Anatel. Sérgio Gomes teria ficado incumbido “de ajudar a juntar as pontas soltas”,¹ conforme aprovado durante o Ato em Defesa de Heliópolis. Estiveram presentes os engenheiros Marcondes Buarque e Marcelo Pelegrini; os professores da Universidade Metodista, Sebastião Squirra e João Praça; os integrantes da Unas, João Miranda e Geronino Barbosa; a advogada do Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns, Anna Cláudia Vazzoler; e Donizete Soares, integrante da ONG Cala a Boca já Morreu, além dos representantes da Oboré.

O principal assunto da pauta de discussão da mesa de trabalho era a elaboração do projeto que teria que ser apresentado para a Anatel, o qual viabilizaria a parceria com a Metodista e a consequente retomada de funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis. A autorização teria validade de seis meses, podendo ser prorrogada pelo mesmo período (Pipinis, 2006a). No dia 1º de agosto, a equipe da rádio recebeu parecer favorável daquela universidade para a formalização da parceria.

Em novembro de 2006, a Anatel oficializou a responsabilidade da Universidade Metodista pelo acompanhamento dos testes sobre o canal 199, por meio de publicação de uma instrução normativa (Anatel, 2006). O documento da agência autorizava a retomada de funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis, a partir daquela data, na frequência 87,7 MHz, mediante a apresentação de uma série de documentos, os quais ainda estavam sendo preparados. A elaboração do projeto que seria apresentado à Anatel, no entanto, ainda se estendeu por cerca de dois meses.

1. Gomes, Sérgio. *Rádio Heliópolis*: resultado da reunião de sábado. Correspondência eletrônica enviada por Sérgio Gomes à Anatel. São Paulo, 24 de julho de 2006.

Tal mobilização em torno do apoio à regularização daquela emissora despertava o descontentamento de jornais de grande circulação da capital paulista, como *O Estado de S. Paulo*. No início de agosto, período em que se intensificavam os preparativos da campanha eleitoral de 2006, o diário paulistano publicou editorial cujo título já marcava o tom de denúncia e o tratamento pejorativo sobre o tema: “Rádios clandestinas”. Em meio a menções à Operação Sintonia, realizada pela Polícia Federal e Anatel, a qual havia fechado dezenas de rádios comunitárias em São Paulo, inclusive a de Heliópolis, aquele texto opinativo tecia críticas à “brecha” concedida pela Anatel para o retorno das transmissões em Heliópolis. Acusava os responsáveis por essas rádios de possuírem vínculos com políticos do PT, que as utilizariam para propósitos partidários. Além disso, fazia referência direta à Rádio Comunitária de Heliópolis, bem como citava a disputa de poder existente entre a Anatel e o governo federal, os quais teriam posicionamentos divergentes em relação às rádios comunitárias.

O editorial relembrava ao leitor o episódio, já citado anteriormente, em que os agentes do escritório paulista da Anatel teriam tentado fechar a emissora de Heliópolis, em 2005, mas recuaram por “recomendação” da Presidência da República. Considerava “uma iniciativa sem precedentes” a permissão da agência em manter a rádio em funcionamento a partir de uma “brecha” encontrada na legislação. Enfatizava que considerava ser um “absurdo” o fato de uma agência reguladora descumprir a legislação pelo fato de ela estar sendo discutida pelo Poder Executivo. Alertava que o recuo na decisão de fechar a Rádio Comunitária de Heliópolis era grave, posto que a interrupção das transmissões daquela emissora estava amparada em uma decisão da Justiça Federal. Não deixava ainda de preconizar que as rádios comunitárias estabeleceriam uma concorrência “desleal e predadora” em relação às rádios legalizadas. O texto opinativo era concluído com o pedido de que houvesse a interferência do Ministério Público e da Justiça Federal diante do tal fato (*O Estado de S. Paulo*, 7/8/2006, p.3). A postura adotada pelo OESP reproduzia e representava o posicionamento da maioria dos

grandes veículos de comunicação diante das rádios comunitárias e, em especial, à de Heliópolis, organizações privadas que se encontravam nas trincheiras da oposição à candidatura de Lula para a reeleição à Presidência.

A publicação ocorrera em um jornal com histórica atuação de identificação com o conservadorismo político e neoliberal, os quais se distanciavam da política do governo Lula. Em virtude desse perfil conservador, o *OESP* quase sempre esteve vinculado a forças antipopulistas, tendo participado da conspiração para a derrubada do governo João Goulart, em 1964, e apoiado, posteriormente, o regime militar (Ferreira Jr., 2002, p.72), embora tenha se afastado deste a partir do governo de Castelo Branco e a decretação do AI-5.

A manifestação registrada nesse editorial sobre as ações do governo federal em relação às emissoras comunitárias e, em especial, à Rádio Comunitária de Heliópolis, ocorria em um período político bastante conturbado, com denúncias de corrupção no governo Lula, CPIs em andamento e a proximidade das eleições, em outubro de 2006. De 2005 a 2006, o PT havia sido tema de vários noticiários com denúncias de envolvimento de alguns dos principais membros do partido em um esquema de corrupção denominado Mensalão, operado no Congresso Nacional para a compra de votos de deputados que integrariam a base aliada do governo. As acusações se intensificavam à medida que se aproximava o pleito eleitoral que elegeria o novo presidente da República ou determinaria a reeleição de Lula ao cargo (Vicente, 2006, p.96).

Desde 2005, ao final de seu primeiro mandato, o governo Lula estabelecera uma relação conflituosa com os grandes veículos de comunicação do país. Conforme analisa Rubin & Colling (2006, p.66), a mídia assumia a função de oposição política ao governo que teria “um presidente estranho às elites que sempre dominaram o país”. As acusações de corrupção retratadas em jornais, revistas e na televisão seguiam a linha editorial de crítica ao governo. O desgaste do governo Lula com a imprensa já havia sido intensificado em agosto de 2004, quando o presidente apoiou pessoalmente a criação do Conselho Federal de Jornalismo, idealizado pela Fenaj.

A proposta fora encaminhada ao Congresso para votação e recebera duras críticas de parlamentares que tinham vínculos com o empresário do setor de comunicação, bem como de órgãos da grande imprensa, sob a acusação de que o projeto era uma forma de viabilizar a censura e a manipulação dos meios de comunicação do país, os quais exerciam pressão política sobre o governo. Além disso, o projeto fora incluído na pauta de votação no Congresso Nacional em um momento de críticas e acusações de autoritarismo do presidente da República, que havia suspenso o visto de um jornalista do *New York Times* (*Revista Consultor Jurídico*, 17/5/2004, p.1), ato tomado pouco tempo depois da publicação de reportagens desse profissional sobre o suposto consumo excessivo de álcool por parte de Lula.

Diante dos embates que se estendiam havia pelo menos três anos, o PT e a cúpula do governo Lula se mostravam críticos ao monopólio das empresas de comunicação e ao controle da agenda de informações divulgadas à sociedade por parte desses veículos. A defesa de democratização da comunicação era assunto recorrente entre muitos dos membros do partido, sendo as rádios comunitárias consideradas como um instrumento para viabilizar essa iniciativa. Diante disso, como pode ser notado no editorial do *OESP*, o problema que envolvia as rádios comunitárias em São Paulo era jurídico, com uma legislação que restringia a atuação dessas emissoras, e, sobretudo, político, dada a influência dos grandes veículos de comunicação.

Ao final do segundo semestre de 2006, o entrave jurídico para a retomada das transmissões da Rádio Comunitária de Heliópolis havia sido superado, a partir da autorização da Anatel para que a emissora funcionasse com fins experimentais. No entanto, embora a equipe da rádio já tivesse autorização para realizar as transmissões, os equipamentos apreendidos durante a Operação Sintonia ainda estavam com a Polícia Federal. Dessa forma, a falta de recursos para reequipar os estúdios de locução ao vivo e de gravação inviabilizava o retorno às atividades da rádio.

A solução para esse problema foi alcançada em maio do ano seguinte, quando Heliópolis foi escolhida para ser um dos locais de

realização das tarefas a serem cumpridas pelos competidores do *reality show O Aprendiz 4*.² Uma das equipes que participavam do programa tinha a missão de criar uma ação social em Heliópolis, e se deteve na tentativa de restabelecer o funcionamento da rádio comunitária da favela. Assim, deveria conseguir os equipamentos que viabilizariam tal proposta, entre outras incumbências. Mediante o auxílio de empresários de São Paulo, os quais teriam em troca o benefício de publicidade da empresa durante a exibição do programa na televisão, em uma semana foram instalados todos os aparelhos necessários para a transmissão da emissora. Foram doados para a Rádio Comunitária de Heliópolis um transmissor, uma mesa de som e uma chave híbrida, aparelho que permite a participação do ouvinte por meio do telefone nas transmissões ao vivo, bem como um ano de acesso gratuito à Internet (Gonçalves, entrevista, 2012, p.223).

Ainda durante o período em que as transmissões da Rádio Comunitária de Heliópolis estavam suspensas, a Oboré (Gomes, entrevista, 2012, p.235) realizou um curso de formação dirigido principalmente às lideranças da emissora e da Unas. A iniciativa tinha o objetivo de aproveitar o tempo livre que o fechamento da rádio proporcionara àqueles que eram os seus locutores e coordenadores, para que estes se qualificassem e fizessem uma rádio melhor quando ela reabrisse.

O principal tema do curso estava voltado à exposição de dados sobre a participação dos moradores da favela na composição financeira dos recursos que mantinham as universidades públicas do estado de São Paulo, por meio do pagamento de impostos embutidos nos produtos da cesta básica. Buscava mostrar como as ações coti-

2. *Reality show* veiculado na TV Record, o qual selecionava um sócio para o apresentador do programa, o publicitário Roberto Justus. O programa reunia 16 participantes e a cada semana dois eram eliminados, com base na disputa das tarefas destinadas aos competidores, que se dividiam em duas equipes para executá-las. O programa foi veiculado entre os anos de 2004 e 2007. Em maio de 2007, a tarefa dos grupos foi desenvolvida nas favelas de Heliópolis e Paraisópolis.

dianas das famílias de Heliópolis estavam ligadas ao funcionamento da “máquina pública”. Também visava despertar o interesse desses moradores pela cobrança aos representantes das instituições públicas, como a USP, para que elas realizassem ações de interesse social, dado que pouco mais de 5% do total de ICMS arrecadado no estado é repassado àquela universidade. Gomes explicou que o curso tentava auxiliar a organização das lideranças de Heliópolis, já que, segundo ele, as pessoas, de uma forma geral, têm carência de conhecimentos sobre o funcionamento das instituições e das cidades, o que as tornam pessoas despolitizadas (idem, p.229).

Foram quatro encontros realizados aos sábados, concluídos com uma excursão intitulada “A Cidade do Sol visita a Cidade Universitária. Viemos ver o que é nosso”. Cerca de cinquenta integrantes da favela participaram da iniciativa.

Além disso, ao final do primeiro semestre de 2007, a Unas teve seu projeto aprovado no programa Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), promovido pela prefeitura de São Paulo, o qual viabilizou a realização de oficinas de locução, DJ e dança, ministradas aos jovens da favela, na sede da emissora. O dinheiro disponibilizado pela prefeitura significava a manutenção da mobilização entre os membros da rádio. Conforme lembrou Gonçalves (entrevista, 2012, p.221): “era pouca verba, mas naquela época foi a salvação”.

Paralelamente aos esforços de organização da equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis durante o período em que a emissora esteve fechada, as ações políticas continuavam sendo articuladas para a retomada de suas transmissões em caráter definitivo, o que acabaria estendendo o benefício também às demais emissoras comunitárias de São Paulo.

Ainda em agosto de 2006, um mês depois que Polícia Federal fechara a rádio e fora articulada com a Anatel a retomada experimental do funcionamento da emissora, Sérgio Gomes (entrevista, 2012, p.233) foi para Brasília participar de um Colóquio do Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), que contou com a participação de pesquisadores de diversas universidades e de Alexandra Luciana Costa, represen-

tante do MiniCom. Após as discussões do colóquio, Costa teria dito aos integrantes da Amarc que o edital de habilitação das rádios comunitárias interessadas em obter autorização de funcionamento em São Paulo já estaria pronto. A liberação do edital seria anunciada oficialmente no Intercom, com o adendo de que ele não teria ocorrido ainda somente por falta de uma assinatura.

Embora a notícia tenha sido comemorada por Taís Ladeira e Sérgio Gomes, ambos solicitaram a Alexandra Costa que a publicação do edital fosse adiada por dez dias. Justificaram o pedido pelo fato de que o excesso de rádios em atuação no espectro eletromagnético de São Paulo trazia especificidades e problemas técnicos que exigiam a inclusão de particularidades no edital. Da mesma forma, o adiamento por alguns dias poderia servir para que mais emissoras fossem mobilizadas a participar da concorrência prevista no documento oficial que seria publicado.

Por oito anos, desde a criação da Lei da Radiodifusão Comunitária, em 1998, o MiniCom não havia destinado nenhum edital para a legalização de emissoras comunitárias em São Paulo. A mesma morosidade fora verificada na definição, por parte da Anatel, de um canal para as rádios desse setor, quer fosse por dificuldades técnicas, provocadas pelo congestionamento do espectro eletromagnético, quer por falta de vontade política. O canal paulistano fora liberado em 2005, em circunstâncias que já foram retratadas no primeiro capítulo deste livro.

Sobre o longo tempo sem abertura de editais para São Paulo, Gomes (idem, p.233) diria ainda à representante do MiniCom no Colóquio do Intercom que, sem que houvesse uma articulação prévia, o prazo de 45 dias, previsto para que as rádios apresentassem todos os documentos ao ministério, poderia ser insuficiente para o caso específico da capital paulista. Propôs que o MiniCom participasse de mesas de trabalho permanentes, realizadas naquele município, integradas por membros das entidades que militavam na área de comunicação comunitária e representantes da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa de São Paulo, especificamente com aqueles que discutiam a democratização das comunica-

ções e a regularização das rádios comunitárias paulistanas havia pelo menos cinco anos.

A proposta foi aceita, de maneira inédita, pelo MiniCom, muito provavelmente como resultado da ação das diferentes frentes de defesa das rádios comunitárias que se articularam em São Paulo, entre 2001 e 2005, e, talvez, pela influência política de seus membros no governo federal à época. As mesas de trabalho, prática de ação já adotada pela Amarc com as rádios comunitárias desde 2004, seriam conduzidas, a partir de novembro, com a participação do ministério, até a conclusão das análises dos processos, buscando a solução de possíveis impasses que pudessem surgir. Tais eventos teriam ainda a pretensão de auxiliar o ministério a agir com transparência na condução da verificação dos documentos que seriam encaminhados, sistematizando as informações sobre a localização e a disponibilidade de dados sobre as rádios comunitárias, para que assim o órgão pudesse fazer as análises com mais informações disponíveis.

A principal preocupação das entidades que defendiam a regularização das rádios comunitárias dizia respeito ao número de emissoras que receberiam a autorização do governo federal. A legislação determinava que somente um canal pudesse ser liberado para cada município, sendo o canal 198 previsto para as emissoras comunitárias paulistanas. Da mesma forma, determinava que elas estivessem localizadas a uma distância mínima de quatro quilômetros entre si, para evitar a interferência entre seus sinais, tendo em vista que utilizavam a mesma frequência. Tais normas da lei em vigor eram criticadas pelas entidades que atuavam em defesa das rádios comunitárias de São Paulo, as quais salientavam que a existência de barreiras arquitetônicas, compreendidas pelas dezenas de prédios, ou mesmo pelos morros e depressões no relevo, permitiam que a distância entre elas fosse reduzida sem prejuízos em seus sinais, o que ampliaria o número possível de emissoras a serem regularizadas (ibidem, p.233).

Ainda em outubro de 2006, o MiniCom enviou comunicado àquelas associações que já faziam parte do cadastro do governo

federal, por terem manifestado interesse na regularização de seus veículos de comunicação desde a criação da Lei da Radiodifusão Comunitária, em 1998. O objetivo era fazer um levantamento do número de entidades que ainda teriam interesse na autorização de funcionamento das emissoras daquele gênero na capital paulista. Pelo menos 335 manifestações de interesse pela autorização de rádios comunitárias de São Paulo foram contabilizadas pelo Serviço de Outorga do Ministério das Comunicações até aquela data.

No documento, o secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do MiniCom, Joa Nilson Ferreira (Ministério das Comunicações, 2006, p.1), solicitava às associações e instituições mantenedoras de rádios comunitárias que reafirmassem o interesse pela autorização de seu funcionamento, bem como confirmassem os dados referentes às rádios que mantinham para a atualização cadastral do ministério. Explicava que seriam realizados estudos técnicos com profissionais da cidade para que as particularidades daquele município fossem consideradas “com assertividade” na elaboração do aviso de habilitação, que seria realizado por meio de edital a ser publicado em breve. Uma cartilha e um manual de orientação foram encaminhados em anexo ao comunicado para que as entidades preparassem a documentação que seria requerida para o início do processo de habilitação das emissoras.

Uma série de instituições foi contatada para fazer parte das mesas de trabalho sugeridas pela Amarc-Oboré, a serem iniciadas em novembro de 2006. Dentre elas estavam: o Escritório Dom Paulo Evaristo Arns, da PUC, e a Defensoria Pública de São Paulo, os quais seriam responsáveis por questões jurídicas que envolviam as rádios, inclusive a de Heliópolis; a Associação Nacional dos Notários e Registradores (Anoreg), representante dos cartórios, que auxiliaria as emissoras na adequação de seus estatutos, já que o Código Civil havia sido alterado em 2002 e os documentos deveriam seguir as mudanças na lei; a Escola Politécnica da USP, que traria contribuições para a definição das coordenadas geográficas de localização das antenas das rádios; representantes dos legislativos estadual e federal, entre outros.

Mesmo já autorizada em caráter experimental, a Rádio Comunitária de Heliópolis ainda não havia conseguido voltar ao ar, o que aconteceria somente em 11 de agosto de 2007, quando mais de dez mesas de trabalho já tinham sido realizadas.

O edital e os apoios externos

No início de novembro de 2006, um mês antes da publicação do edital de aviso de habilitação das rádios comunitárias da capital paulista, foi realizada a primeira mesa de trabalho com a presença do MiniCom. A reunião foi organizada em São Paulo pela Amarc, com a participação de entidades como a Anatel, Itaú Cultural e Escritório Dom Paulo Evaristo Arns, além de representantes e membros da Alesp e Câmara Municipal de São Paulo. Estiveram presentes ao evento também os integrantes da Rádio Comunitária de Heliópolis e da Rádio Cantareira.

As mesas de trabalho se configuravam como um esforço de convergência política e técnica para um estudo detalhado sobre a situação das emissoras comunitárias de São Paulo e suas possíveis interferências, caso fossem regularizadas, tendo em vista que passariam a ser sintonizadas em uma mesma frequência. Nesse sentido, Alexandra Costa (Pipinis, 2006b, p.1), à época coordenadora dos Serviços de Radiodifusão Comunitária do MiniCom, enfatizava o objetivo de buscar um acordo sobre os passos a serem seguidos no processo de habilitação que deveria ser publicado, no máximo, até o final do ano.

Outras três mesas de trabalho ocorreram ainda em novembro, na Câmara Municipal, ocupadas com a definição dos critérios que seriam adotados no aviso de habilitação, as quais reuniram ainda mais entidades, representantes políticos e membros de associações comunitárias.³ As propostas aprovadas pelos participantes previam

3. Estiveram presentes: *Entidades* – Alexandra Luciana Costa (MiniCom); Marcelo Carlos Pelegrini (Anatel); Sérgio Gomes (Amarc – Escritório Paulista);

que o edital seria elaborado de modo que atendesse o maior número possível de rádios, adotasse uma distribuição igualitária em todo o território daquela cidade e contribuísse para o bom funcionamento das emissoras, sem haver interferência entre elas. Além disso, diante das dificuldades em definir a distribuição conforme defendiam as entidades integrantes das mesas de trabalho, com base em um mapa tridimensional do relevo paulistano, foi determinada a adoção da divisão geográfica utilizada pelo poder municipal, compreendida pelos limites territoriais das 31 subprefeituras de São Paulo.

Diante da grande quantidade de rádios que já estavam cadastradas pelo MiniCom, a regularização certamente não atenderia toda a demanda da cidade de São Paulo. Gomes (Pipinis, 2006c, p.2), porém, convocara o maior número possível de entidades para

Anna Cláudia Vazzoler e Júlia Giovannetti (Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns – PUC-SP); Bruno Lupion e Renata Flores Tubyríçá (Defensoria Pública); Alcides Martins Fontes Jr. (Universidade Metodista); Fábio Takada (Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras); Alex Antunes Pereira (jornalista); Nabil Bonduki (USP/Casa da Cidade); Sílvio Pellacani Jr. (ABMI); Fernando Pereto (Ceper RadCom); Eduardo Saron (Itaú Cultural); Nelson Primi; Terlânia Bruno (Comitê Gestor do Educom.rádio); Cristina Cavalcanti e Vanessa Pipinis (Oboré); Antônio Lúcio Rodrigues de Assiz (Curso de Comunicação – Unicid); Antônio Biondi (Intervozes); Grácia Lopes Lima (Projeto Cala Boca Já Morreu); Donizete Soares (Gens – Serviços Educacionais). *Políticos* – Ivan Rabello (gabinete do vereador Ricardo Montoro – PSDB-SP); Patrícia Simões (gabinete do vereador Beto Custódio – PT-SP); Luiz Carlos P. Nader (gabinete da vereadora Soninha – PT-SP); Maurício Dantas (gabinete do deputado estadual Carlos Neder – PT-SP); Simão Pedro Chiovetti (deputado estadual Frente Parlamentar Defesa das Rádios Comunitárias). *Rádios comunitárias* – Odenildo S. (CDME/RC); Carlos Eduardo Ismael e Maria José Amorim (Org. dos Moradores de Pirituba); Leidyla S. Nascimento e Célia Marçola (Rádio Voz Ativa); José Carlos Bastos e Geronino Barbosa (Rádio Heliópolis); Antônio Vitorino Sousa (Parque Mundo Allen); André Fischer (Associação Cultural Mix Brasil); Juçara Terezinha Zottis (Associação Cantareira); Ana Brasil (Associação Amigos Molecada); José Luiz Ribeiro (Abecal); Almir R. (Rádio Vida); William Siniscalchi (API); Maria José Amorim (Rádio Urbanos); Daniel Almeida dos S. Melo; Eduardo Bispo Santiago e José Luiz Ribeiro (Rádio Dimensão); Erica Rodrigues da Silva e Maria de Lourdes Gois dos Santos (Rádio Comunitária Sul FM).

se mobilizarem para que fosse alcançada a autorização de um número superior de emissoras comunitárias em relação ao que fora imaginado inicialmente, sob a alegação de que seria necessária a unidade política nas ações das mesas de trabalho.

A publicação do edital foi marcada para o dia 4 de dezembro de 2006 (Aviso nº 3/2006, de 7 de dezembro de 2006, p.135-6). O aviso de habilitação destinado a São Paulo trazia particularidades incluídas a partir das discussões das mesas de trabalho, realizadas em novembro. A principal alteração estava baseada na definição de que houvesse pelo menos uma rádio autorizada em cada região das subprefeituras daquele município. As entidades interessadas na regularização de suas emissoras deveriam encaminhar toda a documentação para o MiniCom no prazo de 45 dias, que se esgotaria em 18 de janeiro de 2007.

Atendendo aos critérios de transparência e igualdade de tratamento entre as entidades concorrentes, conforme acordado nas mesas de trabalho, a representante do ministério se comprometera a disponibilizar, na Internet, um mapa com a localização de todos os veículos de comunicação comunitária cadastrados durante o período de inscrição. O objetivo era permitir o acompanhamento do processo em andamento. A demonstração gráfica que seria publicada na rede deveria trazer a coordenada geográfica de cada antena irradiante, de forma a haver uma dimensão exata de quais entidades estariam em disputa direta pela autorização do ministério para a área onde estaria situada.

Conforme a legislação, caso houvesse conflito de interesses na área de abrangência dos sinais de duas emissoras pleiteantes, as partes deveriam entrar em acordo para que apenas uma fosse autorizada. Dessa forma, o mapa teria a função de evidenciar quais as entidades que precisariam dialogar entre si ou contar com a intermediação das mesas de trabalho para viabilizar aquela autorização.

A própria Rádio Comunitária de Heliópolis, mantida pela Unas, pleiteava a sua regularização em uma região de disputa com outras três emissoras, essas sob a responsabilidade, respectivamente, da Associação e Movimento Comunitário Beneficente

Educativa Cultural Saúde, da Associação de Difusão dos Amigos de Vila Alpina e da Associação de Radiodifusão Comunitária Míssoes e Cidadania em Heliópolis. As duas primeiras estavam localizadas a cerca de cinco quilômetros lineares em relação à Unas e a última a menos de três quilômetros. Nesse caso, o acordo entre as entidades era a solução indicada na legislação para a definição de qual delas receberia a autorização. Contudo, a defesa das entidades que participavam das mesas de trabalho é que houvesse uma análise mais detalhada sobre a possível interferência que as rádios podiam causar entre si, já que consideravam que potenciais obstáculos arquitetônicos entre os sinais poderiam permitir que essas três emissoras fossem autorizadas, ou, pelo menos, duas delas.

A disponibilidade de dados, por meio da Internet, iria compor os critérios diferenciados incluídos no edital publicado na capital paulista. A previsão de acompanhamento do processo foi considerada pelas entidades que defendiam mudanças para o setor na cidade como uma conquista. Porém, a publicação nunca foi realizada nos moldes requeridos, havendo apenas a listagem das emissoras participantes, o número do processo e a situação das rádios nas análises em andamento.

No início de dezembro, um mutirão de apoio às rádios comunitárias que pleiteavam a autorização de funcionamento fora organizado durante a mesa de trabalho realizada na Assembleia Legislativa. A complexidade dos documentos, aliada ao pouco conhecimento técnico e jurídico dos responsáveis por aquelas emissoras, impulsionaram a criação do mutirão, que teve a duração de quatro dias intensivos. A atividade foi realizada ainda na primeira quinzena de dezembro, na sede da Defensoria Pública de São Paulo. Profissionais de diferentes áreas se dispuseram a auxiliar as entidades no preenchimento de formulários, declarações e comprovantes que deveriam ser entregues ao MiniCom. O esforço de reunir toda a documentação, contando com o apoio de profissionais de várias áreas, tinha o objetivo de impedir que os processos recebessem pareceres desfavoráveis ao prosseguimento das análises por parte do ministério (Gomes, entrevista, 2012, p.234).

Uma das dificuldades encontradas na preparação dos documentos dizia respeito à descrição exata das coordenadas geográficas onde estavam localizadas as antenas das rádios comunitárias. Em 2006, o aparelho móvel de localização por meio de satélite, GPS, que seria utilizado para o levantamento desses dados, ainda era um equipamento bastante caro e pouco acessível à população em geral. Até mesmo a Escola Politécnica de Engenharia da USP, a qual era representada nas mesas de trabalho, possuía poucas unidades. Apenas quatro aparelhos puderam ser emprestados, sendo um da USP e três da subprefeitura de São Paulo da região do Itaim. Estudantes de engenharia foram treinados para fazer o levantamento dos dados, mediante o auxílio de R\$ 50,00, pago pela Oboré. As medições ocorreram aos sábados e domingos.

Em janeiro de 2007, o ministério acatou pedido apresentado nas mesas de trabalho para que o prazo de entrega dos documentos fosse prorrogado. A justificativa fora a proximidade com o final do ano em que o edital acabara sendo publicado, tendo em vista que teria havido dificuldades de articulação causadas pelo período de férias e o recesso parlamentar. Mais 45 dias foram concedidos para que as associações de moradores encaminhassem os formulários, declarações e demais dados necessários à habilitação no processo de regularização das rádios comunitárias, transferindo para o dia 3 de março de 2007 o prazo final para a habilitação das emissoras.

No fim do período previsto para aquela habilitação, cerca de 330 rádios estavam cadastradas como pleiteadoras da autorização para o seu funcionamento, estando a Rádio Comunitária de Heliópolis entre elas. Todavia, o número de emissoras habilitadas foi reduzido para menos da metade a partir da primeira avaliação realizada pelo MiniCom. O descredenciamento teria sido causado, principalmente, pela falta de documentos. Em julho de 2007, 117 emissoras continuavam na disputa pela regularização.

Os números revelavam que a quantidade de rádios que poderiam ser autorizadas pelo ministério seria bastante inferior à demanda registrada, o que causava apreensão de grande parte das comunidades que participavam das negociações. O grande volume

de cadastramento não teria sido causado simplesmente pelo fato de haver muitas emissoras comunitárias com trabalho realizado regularmente em São Paulo, mas sim por haver muitas entidades que teriam aproveitado a oportunidade para uma possível regularização de um veículo que ainda não tivera seu funcionamento iniciado.

Havia casos de rádios comerciais de baixa potência, as quais os seus responsáveis denominavam de comunitária, mas que se mantinham com a renda obtida com a publicidade comercial como qualquer outra emissora da cidade, além de não possuírem nenhum trabalho comunitário. Em outros casos, havia associações de moradores que possuíam trabalho social relevante, mas não teriam nenhuma proximidade com veículos de comunicação. Entretanto, diante da possibilidade de obter uma emissora regularizada, também se candidataram ao pleito. Em muitos desses casos, as associações teriam começado a organizar juridicamente essas rádios só a partir da publicação do edital. Tais circunstâncias dificultavam a organização da documentação e resultavam na insuficiência de dados apresentados ao ministério, ou mesmo em incompatibilidade com o trabalho comunitário (idem, p.238).

Cinco meses após o início das mesas de trabalho, nas quais havia a participação de integrantes do MiniCom, começaram a surgir os primeiros indícios de que o respaldo do governo federal para aquela mobilização tinha diminuído. Na reunião de abril de 2007, realizada na Câmara Municipal, o ministério não enviou nenhum representante. Na ocasião, Gomes criticou a falta de comprometimento do governo federal com a causa usando a expressão: “cachorro late, pato voa, ninguém atira. Cada reunião que a gente organiza parece que foi a primeira” (Centro de Mídia Independente, 2007).

Vislumbrando que a mobilização pudesse perder o poder de pressão social e política sobre o governo federal, um documento intitulado “Compromisso de honra”, que começou a ser elaborado durante o II Fórum de Avaliação e Planejamento de Heliópolis, foi lançado oficialmente naquele mês. Seus signatários se comprometiam a contribuir para as atividades que vinham sendo realizadas

em São Paulo em favor das rádios comunitárias e da democratização das comunicações. Assinaram o compromisso dois deputados federais, 21 deputados estaduais, 12 vereadores, 39 entidades e outros 46 cidadãos, entre jornalistas, professores universitários, membros de organizações não governamentais e de instituições variadas.

Havia muitas críticas quanto ao distanciamento mínimo entre as rádios comunitárias estabelecido na legislação. Naquele momento, as mesas de trabalho ainda estavam voltadas a estudar formas de viabilizar a redução dessa distância. Essa alteração, no entanto, dependia de uma definição exata de todas as possíveis barreiras arquitetônicas e da configuração do relevo do território paulistano, fatores que poderiam interferir na emissão dos sinais das rádios comunitárias entre uma localidade e outra. Para isso, era necessário um embasamento técnico mais consistente, o qual poderia ser viabilizado por meio de um mapa georreferenciado de São Paulo.

Embora a prefeitura tivesse esse documento, a articulação política para que o gráfico fosse disponibilizado às mesas de trabalho não fora bem-sucedida. Nabil Bonduki, ex-vereador que ocupava o cargo de professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, considerava “estúpida” a definição da distribuição das emisoras a partir de um mapa plano da cidade, critério que estava sendo adotado até aquele momento. Ele afirmava que, sem considerar as barreiras que pudessem interferir na transmissão dos sinais, muitas áreas ficariam sem nenhuma rádio em atuação, mesmo com a adoção do critério de considerar os limites das regiões das subprefeituras, onde haveria pelo menos uma rádio autorizada (Venceslau, 2007, p.26-7).

Diante daquele impasse, o representante do MiniCom anunciou formalmente, durante a mesa de trabalho realizada em maio de 2007, que a distribuição das rádios seria mesmo definida com base no mapa geográfico básico da cidade, trazendo descontentamento àqueles que ainda acreditavam na possibilidade de obtenção dos dados georreferenciados de São Paulo.

Devido à espera por aquele documento, os processos estavam parados e, desse modo, a Rádio Comunitária de Heliópolis, ou qualquer outra emissora, não poderia ser regularizada naquele momento. A agilidade de análise da documentação daqueles processos era de interesse do próprio presidente Lula, conforme sugeriu a explicação do representante da Casa Civil, André Barbosa (Hette & Paoletti, 2007, p.2), ao ser questionado quanto à opção do MiniCom em não esperar pelo mapa tridimensional. Embora as entidades participantes das mesas de trabalho ainda aguardassem a liberação desse mapa, Barbosa alegou que o governo federal não continuaria nessa frente de negociação, já que a autorização das emissoras comunitárias não poderia ser frustrada por questões tecnológicas. Disse que as dificuldades, portanto, não seriam políticas, já que o lançamento do edital para São Paulo teria sido incentivado por Lula.

As discussões das mesas de trabalho estavam dirigidas à busca de regularização do maior número possível de rádios comunitárias no território paulistano; no entanto, Gomes reconheceu que a atenção da Amarc-Oboré estava o tempo todo voltada para Heliópolis (Gomes, entrevista, 2012, p.239). Desde outubro de 2006, a emissora estava autorizada a retomar as transmissões em caráter experimental, porém o retorno ainda não havia sido concretizado. Dessa forma, as lideranças da favela se articulavam para viabilizar as transmissões por meio da medida encontrada pela Anatel, assim como buscavam a autorização definitiva do MiniCom e do Congresso Nacional. O retorno será detalhado mais adiante.

Depois de seis meses de discussões, com articulações políticas e estudos técnicos sobre esse tema, em maio de 2007, as mesas de trabalho já estavam em sua 10ª edição. A partir dessa data, tais encontros passaram a contar com a representação nominal do Fórum Democracia na Comunicação (FDC) (Oboré, 2007, p.3). O vínculo do FDC com as negociações em relação à regularização das rádios comunitárias paulistanas vinha sendo realizado por intermédio do deputado estadual Arnaldo Faria de Sá (PTB), com o qual a presidência daquela entidade possuía estreita aproximação.

Ainda em abril, o deputado já aderira formalmente ao “Compromisso de honra”, elaborado nas mesas de trabalho, como citado anteriormente. A última participação do MiniCom nas mesas de trabalho ocorrera na sua 11ª edição, em junho daquele ano. Embora tivesse sido agendada mais uma edição das mesas de trabalho para o mês seguinte, o ministério não enviou representante para o evento. Assim, as ações de análise dos documentos das 117 entidades que ainda pleiteavam a regularização de suas rádios passaram por mudanças de procedimento.

A quantidade de rádios que se cadastraram para o pedido de regularização das transmissões em uma mesma área de abrangência tornara bastante complicada a definição das emissoras que teriam a autorização de funcionamento concedida pelo governo federal. O mapa georreferenciado, que poderia contribuir para uma adequação dos distanciamentos entre as emissoras, já havia sido negado, o que causara impasse nas negociações. Restava apenas o diálogo entre as pleiteantes como medida a ser tomada. Nesse caso, seria necessária a junção das emissoras que estivessem disputando a mesma região para a adoção de uma gestão coletiva entre duas ou mais entidades que podiam não possuir ações comuns (Gomes, entrevista, 2012, p.240). Outra opção seria a prevalência de uma sobre as demais, o que seria definido a partir do número de adesões registradas por meio de um abaixo-assinado coletado na comunidade, o que, segundo a legislação, demonstraria a representatividade de cada veículo em relação aos ouvintes do seu entorno.

Com isso, os limites geográficos das 31 subprefeituras, os quais foram incluídos no edital de São Paulo como parâmetro de distribuição das rádios, deixaram de ser considerados pelo governo federal, que analisaria o número de assinaturas do abaixo-assinado para determinar a preferência a uma rádio em relação às suas concorrentes. As medidas tomadas como diferenciais para a capital paulista não foram seguidas, prevalecendo os procedimentos comumente adotados nos avisos de habilitação publicados pelo MiniCom nas demais regiões do país.

O ministério teria se aproximado do grupo comandado pelo FDC ao perceber que não conseguiria o apoio das entidades e parlamentares que faziam parte das negociações realizadas nas mesas de trabalho. Para a viabilidade da mudança de procedimento na definição das rádios comunitárias da capital paulista, outro grupo político buscava exercer influência sobre as ações que vinham sendo realizadas (idem, p.240). A maneira encontrada para dar prosseguimento às análises dos documentos de forma mais ágil teria sido sugerida pelo deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB), em parceria com José Carlos Rocha, presidente do FDC,⁴ tendo o aval de Hélio Costa, então ministro das Comunicações. As rádios que disputavam a autorização foram reunidas em 34 grupos, seguindo uma nova divisão do território paulistano, a qual foi apresentada pelo MiniCom aos integrantes da mesa de trabalho, ainda que seus membros estivessem alheios aos métodos adotados.

A nova formatação que definiria a localização das rádios trazia grupos bastante distintos, os quais compunham blocos com diferentes quantidades de emissoras. Muitos deles possuíam veículos que não estavam localizados em áreas de proximidade. A autorização seria destinada a uma rádio de cada grupo, contemplando aquela que reunisse o maior número de assinaturas em manifestação de apoio da comunidade onde estava inserida (Gomes, entrevista, 2012, p.240).

A organização dos grupos ficou sob a responsabilidade de José Carlos Rocha, com a inclusão automática das 117 emissoras nos blocos que foram criados. A Rádio Comunitária de Heliópolis foi incluída no grupo XXIII, em disputa com as duas associações que se localizavam a cerca de cinco quilômetros de sua antena: Associação e Movimento Comunitário Beneficente Educativa Cultural

4. Os desdobramentos sobre a formação do Fórum Democracia na Comunicação (FDC), que tem como seu representante o professor José Carlos Rocha, já foram detalhados no primeiro capítulo deste livro, sendo esse órgão uma dissidência do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), do qual Rocha fez parte até a década de 1990.

Saúde FM e a Associação de Difusão dos Amigos de Vila Alpina. Já a Associação de Radiodifusão Comunitária Missões e Cidadania em Heliópolis, também situada naquela favela, a cerca de três quilômetros da rua Paraíba, fora incluída no grupo XXI, pleiteando o espaço no espectro eletromagnético em concorrência com emissoras da região da Mooca e Vila Prudente.

A partir da formação dos blocos ficara evidente que algumas entidades não conseguiriam obter a autorização, já que disputavam representatividade com emissoras que possuíam maior envolvimento popular. Algumas entidades chegaram a conseguir mais de 10 mil assinaturas. Mesmo após a coleta das manifestações de apoio das comunidades nos abaixo-assinados, o FDC teria proposto algumas alterações nos dados das entidades, os quais estavam incluídos nas documentações já apresentadas ao MiniCom. Isso porque tal medida fora adotada ao final do período de análise dos processos. As modificações propostas estavam relacionadas às coordenadas geográficas, as quais definiam a localização de suas antenas (*idem*, p.239).

Embora a equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis tivesse recebido a proposta de alteração das coordenadas que indicavam o local onde a emissora estava situada, a sugestão foi recusada. Aceitar tal interferência no processo de análise dos documentos significaria aderir ao grupo liderado pelo FDC, que, naquele momento, se opunha às entidades que vinham fazendo as negociações com o MiniCom por meio das mesas de trabalho. Quase todas as rádios que fizeram as modificações na localização da antena para impedir interferências nos sinais emitidos e a disputa com determinadas emissoras eram filiadas ao FDC. Este teria orientado os representantes de suas filiadas para que fossem coletar assinaturas em pontos de grande circulação de pessoas como nos metrô e igrejas. A maioria dessas rádios era vinculada a entidades evangélicas (*ibidem*, p.238).

Diante das circunstâncias, que se mostravam complicadas, as organizações participantes das mesas de trabalho, da qual partici-

para o ministério, pressionavam o Poder Executivo para informações sobre o andamento dos processos de regularização. Tais entidades buscavam apoio político em diferentes instâncias, obtendo auxílio da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) (Krauss & Charão, 2008, p.2), que encaminhou ofício ao MiniCom com pedido de esclarecimentos sobre os fatos e critérios adotados na distribuição das emissoras. Entre as entidades que faziam parte dessa ação de reivindicação por transparência e agilidade nos processos que estavam em andamento em São Paulo se encontravam o Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns – PUC-SP, a Abraço-SP, a Associação Cantareira, o Projeto Cala Boca Já Morreu, o Inter-vozes e a Oboré.

Contudo, em fevereiro de 2008, as entidades filiadas ao FDC, ao Movimento de Rádio e Televisão Comunitária (MRTC) e ao Sindicato de Entidades Mantenedoras de Radiodifusão Comunitária (Sinerc), iniciariam a criação do Conselho de Radiodifusão Comunitária de São Paulo, o qual viria a ser regulamentado somente em 2011. A sua composição foi decidida em plenária na Câmara Municipal ainda em dezembro de 2007, período em que o impasse para a definição das rádios se intensificara.

O evento foi acompanhado por cerca de quinhentas lideranças de associações comunitárias, representante do ministro Hélio Costa e vários políticos. José Carlos Rocha, eleito presidente daquele conselho, que tinha a sigla ConRadCom (Prefeitura da Cidade de São Paulo, Lei nº 202/2011, p.1), demonstrava estreita aproximação com o ministro das Comunicações, junto ao qual defendia a aprovação de moção de apoio pela iniciativa de publicação do edital para São Paulo.

A criação do ConRadCom teria a função de dar respaldo à decisão do MiniCom em estabelecer parceria com o FDC, MRTC e Sinerc, ainda que de maneira informal, para a conclusão do processo de autorização das rádios comunitárias paulistanas. Essas três entidades representavam 80% do total das emissoras que ainda estavam incluídas no processo de avaliação do MiniCom (Ferreira, 2008, p.3).

Paralelamente às ações políticas que ocorriam em atenção às ações do governo federal relacionadas às rádios comunitárias de São Paulo, as lideranças de Heliópolis tentavam viabilizar o retorno das atividades da emissora da favela, como já foi dito anteriormente. No dia 11 de agosto de 2007, a Rádio Comunitária de Heliópolis voltou a funcionar em caráter experimental, seguindo as recomendações da Anatel. O retorno do funcionamento ocorreu 13 meses após a Operação Sintonia, que interrompera as transmissões da rádio.

Um ato comemorativo foi organizado na quadra da Unas, reunindo dezenas de moradores da comunidade, além de representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), membros do Cala Boca Já Morreu, do Escritório Dom Paulo Evaristo Arns, da Universidade Metodista e outros. Na ocasião, Gomes deu ênfase aos resultados obtidos pela união dos parceiros que atuaram em favor da Rádio Comunitária de Heliópolis, bem como de suas lideranças. O ato teve caráter de comemoração, mas também de engajamento político e de defesa da democratização das comunicações (Cala Boca Já Morreu, 2007, audiovisual).

Durante o período em que a Rádio Comunitária de Heliópolis ficou fechada, a Universidade Metodista, por meio do Núcleo de Comunicação Comunitária e Local (Comuni), em parceria com a Oboré e a Unas, realizou o curso Correspondentes da Cidadania, envolvendo 32 jovens de Heliópolis. O objetivo era formar repórteres que atuariam na programação da emissora quando o seu funcionamento fosse retomado. Na ocasião do ato comemorativo de reabertura, foram entregues os certificados de conclusão do curso, o qual havia abordado técnicas de linguagem radiofônica, entrevista, reportagem, locução e outros aspectos.

Uma passeata tomou conta da rua da Mina e da rua Paraíba, com a participação dos jovens repórteres e dos apoiadores da rádio, envolvendo cerca de cinquenta pessoas. Elas carregavam uma faixa, preparada pela Amarc-Oboré, que trazia estampada a seguinte frase: “Mexeu com uma, mexeu com todas”. A manifestação organizada para aquele momento tinha a função de despertar

o interesse dos moradores que atuavam na rádio a adotarem uma postura de engajamento político e enfrentamento das adversidades de maneira combativa, em busca da garantia de seus direitos. Os jovens gritavam palavras de ordem como: “Tentaram nos calar, mas não conseguiram” (Kwak & Krauss, 2007).

Embora a Rádio Comunitária de Heliópolis tivesse conseguido reabrir em caráter experimental, a autorização tinha validade de apenas seis meses, prorrogáveis pelo mesmo período, com vencimento previsto para outubro de 2008. Dessa forma, as articulações com o MiniCom para a regularização definitiva foi mantida.

Mesmo com o impasse instaurado nas mesas de trabalho durante as negociações para a regularização das rádios comunitárias de São Paulo, a equipe da emissora de Heliópolis defendia o distanciamento de seus membros em relação ao FDC, que conduzia as negociações desde maio de 2007. Diante da informação de que o ministério teria adotado o critério de definição da distribuição das rádios a partir da manifestação de apoio da comunidade por meio de abaixo-assinado, os locutores, coordenadores e apoiadores da rádio saíram às ruas de Heliópolis em busca das assinaturas que pudessem denotar condições para a autorização definitiva, há muito buscada e amplamente batalhada, sempre em parceria com a Oboré e a corrente de apoios gerada por ela.

Aproximadamente 1.500 pessoas assinaram o documento. As outras duas entidades, da Vila Alpina e da Educativa Cultural Saúde, que faziam parte do grupo ao qual a Rádio Comunitária de Heliópolis pertencia e também pleiteavam a atuação na mesma área de interesse, coletaram menor número de adesões (*Diário do Senado Federal*, 2009, p.6.709-16). Com a situação desfavorável no critério de manifestações populares de apoio, as duas associações mudaram as coordenadas geográficas de suas antenas para não ocupar a mesma área de abrangência, o que liberava a regularização da emissora de Heliópolis. Tais associações obtiveram a autorização de suas rádios somente em 2010. Já a terceira associação, que também estava localizada em Heliópolis, foi incluída em outro

grupo de abrangência, não conseguiu número suficiente de assinaturas e tampouco alterou suas coordenadas geográficas. Dessa forma, não obteve autorização.

Sete meses depois de iniciar as transmissões em caráter experimental, no final de abril de 2008, a Unas recebeu telefonema do gabinete da Presidência da República informando que o presidente Lula estaria em Heliópolis para entregar a autorização definitiva, concedida de maneira inédita para o território paulistano. Seria o primeiro veículo de comunicação comunitária regularizado na capital do estado de São Paulo, o que ocorrera antes da conclusão das negociações para as demais rádios.

No começo da tarde de 20 de maio de 2008, a estreita rua da Mina, na Favela de Heliópolis, ficou totalmente ocupada por centenas de moradores e lideranças comunitárias. Seria realizada a cerimônia de assinatura do convênio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, a qual seria acompanhada da entrega do documento que autorizava o funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis de maneira definitiva. Mesmo com o sol forte do meio-dia e o atraso de quase uma hora, a população permanecera à espera do ato oficial.

Diversos políticos de diferentes partidos participaram do evento, que reuniu vereadores e o prefeito de São Paulo, bem como deputados, governador, senadores, ministros e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O lançamento do programa do governo federal e a entrega da autorização da rádio foram realizados dois meses antes do início da campanha eleitoral de 2008, na qual Gilberto Kassab (na época do DEM) e Marta Suplicy (PT) disputariam à prefeitura de São Paulo. Ambos estiveram no palanque quando do ato de entrega da autorização à Rádio Comunitária de Heliópolis, o que demonstrava a representatividade eleitoral da favela.

Em discurso, Lula destacou mais uma vez a sua ligação pessoal com Heliópolis, tendo vivido parte de sua juventude naquela região. Além disso, ao entregar o documento de autorização de funcionamento da rádio, afirmou que cumpria o compromisso que

havia assumido com as lideranças e moradores daquela favela ainda em 2005, quando inaugurara o Ponto de Cultura em Heliópolis. Disse que o processo de análise da documentação havia passado por muitos entraves, o que resultara no atraso daquela entrega em relação às suas previsões iniciais. O presidente ressaltou as suas expectativas de que a rádio trouxesse mais aprendizado e cultura àquela comunidade. Ao final, pediu que a equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis se esforçasse para fazer uma programação de qualidade, criasse condições de participação da comunidade e mostrasse as coisas boas da favela (Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2008).

A postura do presidente demonstrava seu envolvimento pessoal na liberação daquela autorização que acabara de ser entregue aos integrantes da Rádio Comunitária de Heliópolis. As manifestações de apoio de Lula, as quais aspiravam por prosperidade à emissora, eram avaliadas pelas lideranças daquela favela como uma “honra”. A partir da assinatura do termo de autorização na cerimônia, houve comoção entre aqueles que assistiam ao ato. Gerô (Barbosa, entrevista, 2012, p.214) lembrou a data de forma emotiva: “Foi lágrima para todo lado, todo mundo abraçando todo mundo. Coisa mais linda, mais maravilhosa que aconteceu naquele dia”.

No entanto, a assinatura do termo de autorização pelo presidente Lula não concluiu o processo de regularização da rádio, que teria obtido a licença provisória de funcionamento. Além do termo assinado pela Presidência da República, o documento ainda precisaria ser apreciado pelo Congresso Nacional, o qual, entretanto, publicaria oficialmente o seu posicionamento favorável a Heliópolis em janeiro de 2009. Em julho daquele ano, o ministério publicou a autorização conclusiva, com validade até junho de 2019. Além da Rádio Comunitária de Heliópolis, outras 19 também estavam com o processo de regularização avançado em maio de 2008, porém ainda não definido.

Embora tivessem obtido a regularização definitiva da rádio, as lideranças e a equipe da emissora de Heliópolis tinham se comprometido com a Oboré a continuar fazendo parte da mobilização em

torno da democratização da comunicação, assim como a dar apoio às demais rádios comunitárias que pleiteavam a regularização em São Paulo. A equipe da rádio enfatizava que a “luta” da qual fazia parte era coletiva e em defesa de todas as rádios comunitárias. Dessa forma, não seria em razão do processo da emissora que integrava ter saído mais rápido que ela abandonaria as negociações que foram mantidas em favor das demais (Oboré, 2008, p.1). No entanto, a mobilização em torno do projeto em favor das rádios comunitárias paulistanas ficou enfraquecida ao final do processo de análise dos documentos. Tal situação se agravou com a publicação da autorização de funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis.

Ao final de 2010, 34 emissoras da capital paulista estavam regularizadas, com a estimativa de ampliação desse número para aproximadamente quarenta rádios. Entre os veículos comunitários que obtiveram a autorização de funcionamento, apenas quatro deles não eram associados ao FDC: as rádios Cantareira, Cidadã FM, Casa da Cidade e Rádio Comunitária de Heliópolis.

Pelo menos cinco seriam vinculadas a grupos religiosos, católicos ou evangélicos, grupo composto pelas emissoras Ágape FM, Rádio AME, Ternura FM, SoulVida FM e Rádio Cantareira FM, que, embora fosse ligada à Igreja Católica, teria alcançado o reconhecimento do trabalho que desenvolvia por parte das entidades ligadas às defesas das rádios comunitárias. Outras três teriam ligações com associações de finalidades diversas: a Estúdio 100 FM, mantida por um grupo de jovens; a Rádio StarSul, vinculada a projetos assistenciais; e a Ideia FM, localizada em região privilegiada, abrangendo Brooklin, Moema e Itaim. Entre as regularizadas haveria ainda duas com vínculos particulares ou econômicos: as rádios Show FM e Itaquera 87,5 FM, sendo a última de um *video-maker*; além de Heliópolis, reconhecidamente vinculada a movimentos sociais (Vicente, 2012, p.6).

MAPA RADCOM - Município de São Paulo SP - Maio 2011 **Forum Democracia na Comunicação - FDC**

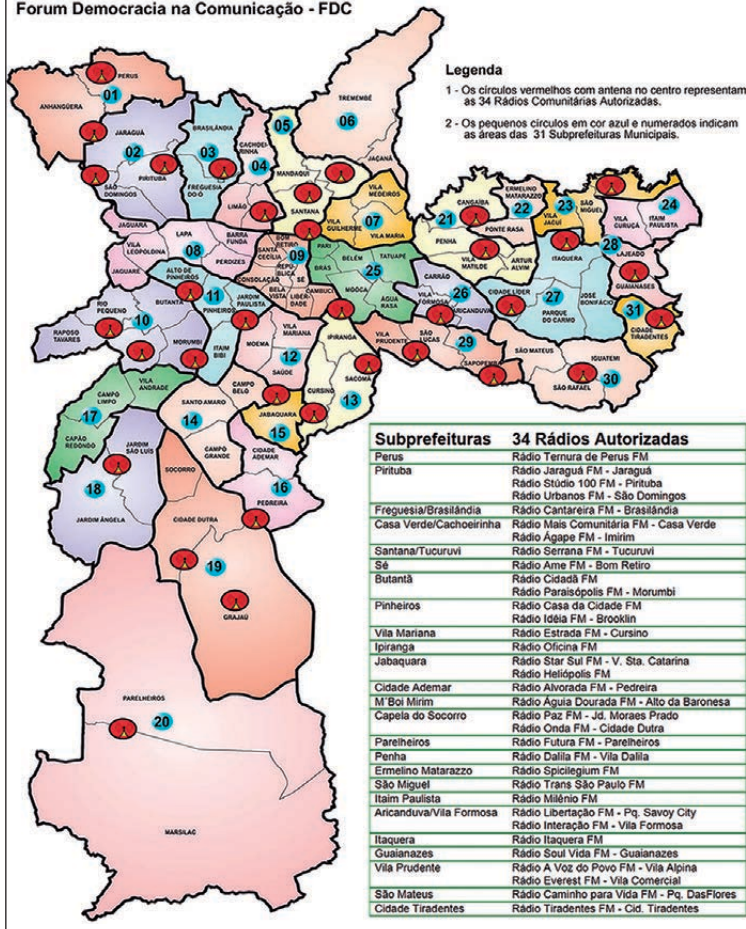


Figura 6 – Mapa com a localização das rádios comunitárias que conseguiram a regularização em São Paulo até maio de 2011.

Fonte: Mapa disponibilizado pelo FDC.

Entre os hertz e as ações sociais: a Rádio Comunitária de Heliópolis legalizada

As músicas com influências nordestinas sempre fizeram parte da programação da Rádio Comunitária de Heliópolis. Desde o início de suas transmissões, esse estilo era dirigido aos cerca de 80% dos moradores, migrantes do Nordeste brasileiro, que compunham aquela favela na década de 1990. O forró, portanto, era um dos principais estilos musicais que os ouvintes da rádio apreciavam, dividindo espaço considerável na grade de programação com o *rap*. O *hip hop* ganhava notoriedade entre moradores das favelas paulistanas e em algumas partes do centro de São Paulo, no período em que os primeiros programas da rádio foram criados. Os DJs que defendiam a importância desse estilo para a transmissão de mensagens de conscientização, descontração e, ao mesmo tempo, de manifesto, principalmente aos moradores das periferias, continuam entre os membros da equipe da rádio.

Embora a organização interna da Rádio Comunitária de Heliópolis tivesse passado por algumas fases distintas, como já citado no segundo capítulo, a sua trajetória histórica foi caracterizada mais por continuidades do que por rupturas, característica mantida mesmo após a sua regularização pelo governo federal. Algumas ações trouxeram diferentes agentes da própria favela para o envolvimento com as atividades da emissora, porém ainda permaneceram algumas deficiências para a efetivação da comunicação comunitária, sobretudo no que se refere à gestão coletiva e participativa, preconizada por aqueles que defendem esse tipo de comunicação.

Já a programação, desde sua primeira fase, trouxera algumas experiências que podiam contribuir com o processo formativo de seus ouvintes; contudo, tais situações eram decorrentes de iniciativas de determinados locutores, envolvidos com o tema relacionado à sua programação, e não necessariamente como uma ação resultante de decisões coletivas. Tal fato demonstrara as dificuldades de ação das rádios comunitárias, ainda que estas fossem

emissoras com trabalho reconhecido pelas entidades representativas do setor, como era o caso da Rádio Comunitária de Heliópolis. Depois de sua regularização, essa realidade continuara presente nessa emissora.

Em 2000, *Nanico* era o programa apresentado por Naiman, e foi ao ar desde o surgimento da rádio em FM até os primeiros anos dessa década. Era veiculado nas noites de sexta-feira e abordava questões folclóricas do Nordeste, trazendo informações sobre as manifestações de Maracatu, Ciranda, Bumba-Meu-Boi etc. Naiman afirmava que o objetivo de seu programa era ressaltar as atividades culturais da região de onde viera grande parte dos moradores da favela e inseri-las no contexto de São Paulo. Na mesma linha de valorização da cultura popular do Nordeste era produzido o programa *Explosão do Forró*, apresentado por Luiz Rezende e veiculado de segunda a sexta-feira, das 8h às 10h30 (Oboré, 2008, p.4).

Ainda na primeira grade de programação da rádio, Orlando Jerônimo, professor em uma das escolas da favela, produzia e apresentava, uma vez por semana, *A Hora da Escola*, das 12h às 13h. O programa contava com a participação de alguns alunos que estavam envolvidos com música e atividades culturais em geral. Além disso, havia informações sobre diferentes culturas musicais do Brasil e de outras partes do mundo, bem como assuntos educativos direcionados à comunidade. As músicas executadas podiam ser de diversas origens, como libanesa, japonesa e outras, partindo do lírico ao *pop*. O locutor afirmava que essa variedade de sons transmitidos pela rádio favorecia a ampliação do conhecimento musical dos ouvintes, além de suscitar a reflexão de seus interlocutores. Avaliava que era necessário trazer manifestações culturais que demonstrassem a existência de outras formas de viver e agir em relação às experiências acumuladas pelos moradores na favela, reforçando a noção de que eles faziam parte de um mundo globalizado (ibidem, p.6).

Já aos domingos, a partir do meio-dia, Sabino Soares ficava responsável, durante quatro horas, pelo programa *Matando Saudade*. Obtinha uma das maiores audiências da rádio e veiculava músicas da Jovem Guarda, já que poucas emissoras daquele pe-

ríodo ainda traziam o repertório desse movimento musical brasileiro. Diferente do que ocorrera com alguns membros da rádio, sua adesão à equipe de voluntários se dera por iniciativa própria. Ao “descobrir” que a Rádio Popular de Heliópolis havia se transformado em FM, teria procurado a equipe para apresentar a sua proposta, que foi aceita.

Após alguns meses de funcionamento da Rádio Heliópolis FM, ainda em 2000, o programa *Tardes do Babado* passou a fazer parte da grade de programação, sendo produzido e apresentado por Gerô e Alexandre Antunes.⁵ O programa ficou três anos no ar, porém nos primeiros doze meses era semanal e nos dois últimos anos tinha veiculação diária. O programa voltou ao ar esporadicamente em 2002, mas não teve continuidade devido à falta de tempo de seus locutores.

A dupla interpretava as *drag queens* Nana Brasil e Senhorita Titi, conquistando expressiva audiência na rádio. De forma bem-humorada, se referiam às questões de preconceito que envolviam os homossexuais, bem como cativava os ouvintes com a locução bastante descontraída que utilizavam (Barbosa, 2012, p.207). Além das músicas, as *drag queens* agiam de maneira questionadora e cômica pelas ruas da favela, em intervenções gravadas previamente. *Tardes do Babado* ganharia reconhecimento municipal em 2002 e seria citado em reportagem da *Folha de S.Paulo*, que abordava a atuação de grupos organizados nas periferias contra o preconceito (Leite, 2002). A grande aceitação do programa entre os moradores de Heliópolis seguia as discussões que estavam em evidência na década de 1990, sobre a relação entre o homossexualismo e a aids. A doença continuava presente entre os homossexuais das periferias, enquanto apresentava diminuição de contágio de uma forma geral em todo o país.

A aprovação de boa parte dos ouvintes também se voltava ao programa de *rap* da rádio. O espaço conquistado ainda durante o

5. Alexandre Antunes, ativista do movimento LGBT, morador de Heliópolis. Um dos idealizadores do programa *Tardes do Babado*.

período dos alto-falantes se manteve em toda a trajetória da emissora de Heliópolis até depois de sua regularização. Por dois anos, Rappin Hood apresentou o programa *A Voz do Rap*, veiculado das 6h às 8h, horário em que o rádio tem audiência expressiva. Servia como forma de divulgação desse estilo musical, que ganhava evidência no cenário paulistano, bem como se mostrava como uma das primeiras iniciativas da rádio na discussão sobre a defesa da democratização dos meios de comunicação (Osmar & Cristina, 2004, p.55).

Nessa primeira fase de atuação em FM, a Rádio de Heliópolis também veiculava o programa *A Voz da Comunidade*, apresentado por Maranhão. Tratava-se de um horário destinado à transmissão de notícias da comunidade com assuntos variados, e foi mantido durante toda a fase inicial da rádio, até 2000. Porém, um desentendimento interno com a coordenação que assumira a rádio fez com que ele optasse por seu afastamento da emissora.

A configuração populacional da favela sofreu modificações com o passar do tempo; no entanto, em 2008, período em que a rádio obteve a autorização para o seu funcionamento, Heliópolis continuava com um grande percentual de moradores de origem nordestina. Da mesma forma, o *rap* ainda era representativo do movimento *hip hop*, que possuía membros atuantes na favela e na rádio.

A grade de programação que estava em vigor quando a rádio foi autorizada era composta por músicas sertanejas e *rap*, um programa de informes da Unas, além de uma grande quantidade de programas com canções variadas. De segunda a sexta-feira, as transmissões eram iniciadas por volta das 7h, com um programa de músicas sertanejas, seguido do horário destinado aos clássicos da Jovem Guarda, os quais eram baseados no repertório de Roberto Carlos. Havia ainda canções comerciais variadas e a leitura de notícias de jornais, como o *Agora São Paulo*, no programa *Frequência de Sucesso*, veiculado por volta das 10h. As transmissões do período da manhã eram encerradas às 12h, com *A Voz da Unas*, programa composto por notícias da comunidade e da Unas.

À tarde, havia seleções de misturas de ritmos, forró, momentos de oração da Igreja Católica e de canções de *rap*. Já à noite, as transmissões começavam com um programa de humor, seguido por outro dedicado a canções românticas, sendo encerrada a programação com a transmissão do oficial *A Voz do Brasil*, por volta das 24h. Nos fins de semana, a programação religiosa ficava com os evangélicos, seguida de informes da Unas, de programa de notícias variadas e os dedicados ao axé, música *black* e sons diversos. Durante a semana, os programas tinham duração de uma hora e nos fins de semana de duas horas. Com a regularização da emissora, a veiculação do *A Voz do Brasil* passou para novo horário, às 20h. Percebe-se, portanto, que poucas alterações foram realizadas no restante da grade, sendo ainda predominantes os sons nordestinos, o *rap* e as músicas comuns aos veículos comerciais (Ribeiro da Silva, 2011, p.91).

Rádio Comunitária de Heliópolis			
Grade básica de programação - 2008			
Seg. a sexta-feira Programas de 1h	Manhã	Sertanejo Jovem Guarda Frequência de sucessos (músicas variadas) A Voz da Unas	
	Tarde	Mistura de ritmos Forró Oração Católica Rap	
	Noite	Canções românticas A Voz do Brasil	
Sábado e Domingo Programas de 2h			
	Manhã - Noite	Oração Evangélica Informes da Unas Axé Música Black	

Figura 7 – Grade básica de programação da rádio em 2008.

Fonte: Quadro elaborado para este estudo, baseado em dados da rádio.

O uso de vinhetas educativas e a interferência dos locutores em seus programas com a prestação de serviços, bem como a veiculação de dados de utilidade pública referente às questões da favela, eram defendidos pela equipe de coordenação como prática obriga-

tória para definir o caráter comunitário da emissora. A rádio servia como ponto de referência àqueles que perdiam documentos de identificação pessoal e outros. Os objetos encontrados na favela pelos moradores eram levados à emissora e anunciados nos programas da rádio. Em geral, eram devolvidos aos seus portadores. Há ainda caso de criança que foi encontrada perdida na favela e reencontrou os pais depois de o fato ter sido veiculado nas ondas da emissora.

Programas temáticos faziam parte da grade de programação da rádio, com transmissões voltadas à conscientização da comunidade em relação à saúde e à prevenção de doenças em geral, os quais eram viabilizados por meio de parcerias. O Programa de Saúde da Família (PSF), do governo federal, disponibilizava profissionais da saúde para responder a perguntas dos ouvintes, ao vivo, sobre cuidados pessoais. A abordagem a esse tema também contava com a contribuição da Oboré, a qual disponibilizava regularmente à emissora programetes intitulados *Plantão Saúde*. Esse material era distribuído tanto à Rádio Comunitária de Heliópolis quanto a outras emissoras do Brasil.

Todavia, a relação de programas da Rádio Comunitária de Heliópolis sofreria alterações constantes, ocasionadas pelo fato de alguns locutores assumirem novos compromissos, o que impedia a continuidade do trabalho voluntário que realizavam. Da mesma forma, foi frequente a procura de diferentes integrantes da comunidade para atuar na emissora. Não havia, portanto, horários vagos naquela programação, que era totalmente composta por projetos radiofônicos de responsabilidade dos voluntários. A exemplo do que já ocorrera no período inicial da rádio, o interessado em integrar a equipe da emissora deveria apresentar uma proposta, na qual previsse metas e expectativas do programa pelo qual seria responsável. A iniciativa era então avaliada de acordo com a linha de trabalho da rádio, tendo o programa sugerido a obrigatoriedade de se ocupar com fatos e abordagens pertinentes à realidade de Heliópolis. Como havia mais demanda do que horário disponível, foi criada uma lista de espera para as propostas apresentadas, da qual

seria convocado o novo membro para a equipe da rádio, caso houvesse a desistência de algum dos locutores já em atuação. Por ser uma atividade não remunerada, a rotatividade de voluntários era constante, porém alguns programas foram mantidos desde o início das transmissões (Gonçalves, entrevista, 2012, p.222).

Em geral, a programação da Rádio Comunitária de Heliópolis não possui diferenças expressivas em relação às emissoras comerciais e ainda acumula algumas críticas quanto à falta de programas jornalísticos com pautas voltadas à realidade da favela. Contudo, parte de seus ouvintes manifesta a percepção de que o acesso à rádio é facilitado para intervenções da comunidade, ainda que de maneira esporádica. Tais abordagens seriam realizadas por meio de telefonemas e sugestões de entrevistas aos locutores com os quais teriam proximidade. Essa abertura traria o sentimento de pertencimento desses ouvintes em relação à rádio. Os grupos de diferentes estilos musicais originados na favela, na grande maioria de *rap* e *forró*, conseguem ter espaço na programação para expor o trabalho que realizam sem a necessidade de pagar por isso. Além disso, os programas voltados para um público específico, como *Roberto Carlos e Convidados* e o *Revolução Rap*, se destacariam como alternativos à grade comercial das emissoras de São Paulo (Afonso, 2007, p.164).

Depois da obtenção da autorização de funcionamento, a gestão daquele veículo de comunicação e a relação de sua equipe com os apoiadores da emissora sofreram algumas modificações. Gerô já anunciara a sua saída da coordenação havia alguns anos, desde 2003, e, assim que a regularização foi efetivada, pediu para deixar o cargo, assumindo outros projetos da Unas. Por votação entre os locutores voluntários, Cláudia Neves e Reginaldo Gonçalves passaram a dividir a responsabilidade de coordenar o projeto radiofônico da Unas. Seria a primeira vez que a rádio teria participação de uma pessoa não moradora de Heliópolis na coordenação. Cláudia Neves atuava na rádio havia seis anos, mas morava em Santo André, município limítrofe à Favela de Heliópolis.

Cláudia Neves se incumbia de cuidar da parte financeira e jornalística da rádio, ao passo que Reginaldo Gonçalves se ocupava com a organização interna da equipe e cuidava da relação com a comunidade e parcerias. Além dos dois membros da coordenação geral, a equipe era formada por Libera, coordenador de programação, Sabino, coordenador de manutenção, e Renato, coordenador técnico. Havia ainda os locutores voluntários, em torno de 35 pessoas (idem, p.222).

A situação inédita de duas pessoas no cargo da coordenação geral fora avaliada negativamente por Gerô (Barbosa, entrevista, 2012, p.214), que defendia que apenas uma pessoa fosse definida para assumir as responsabilidades em relação à emissora, caso houvesse qualquer imprevisto. Entendia que a dupla coordenação talvez não trouxesse bons resultados, já que poderia acarretar a delegação de responsabilidade entre os indicados para o cargo. Embora não tivesse mais poder de decisão sobre os fatos que diziam respeito àquela função, o seu posicionamento revelava mais uma vez o método centralizador de coordenação que havia desenvolvido até aquele momento. No entanto, a decisão fora tomada por unanimidade entre os membros da emissora e efetivada sem impedimentos. Cláudia e Reginaldo alternavam a permanência na rádio entre os períodos da manhã e da tarde, havendo, portanto, sempre um dos dois coordenadores na emissora, como fora orientado por Gerô.

A partir da regularização da rádio, as ações de mobilização que existiam fora de Heliópolis tiveram um enfraquecimento, já que houve a opção por uma atuação mais voltada para as ações realizadas dentro da favela. Da mesma forma, o vínculo até então mantido com a Amarc-Oboré também foi reduzido, já que Gerô era quem estabelecia o contato com Sérgio Gomes. Até aquele momento, havia uma abertura irrestrita, por parte da coordenação da rádio e, conseqüentemente, da Unas, para a interferência da Oboré nas ações desenvolvidas pela emissora. No entanto, os depoimentos coletados nas entrevistas para este livro sugerem não haver a mesma disposição da Unas quanto ao seu envolvimento com aqueles que

passaram a coordenar a emissora de Heliópolis em 2008 e vice-versa. Além disso, a partir de 2001, Gomes havia dado crédito às rádios comunitárias como formadoras de opinião e como potenciais mobilizadoras de ações voltadas à democratização das comunicações e outros temas ligados à cidadania e à política. Porém, também havia mudado sua avaliação quanto à eficiência desse veículo de comunicação para tais ações diante da pouca abrangência que tinha no município de São Paulo.

O resultado final do processo de regularização das emissoras congêneres paulistanas, que autorizara o funcionamento de apenas 34 rádios, levava Gomes (entrevista, 2012, p.243) à avaliação de que a mobilização de diferentes pessoas em torno de um objetivo comum não se daria por meio desses veículos de comunicação, dada a pequena abrangência que passaram a ter na cidade. Os sinais das rádios comunitárias regularizadas alcançavam menos de 3% do território da capital paulista. Tal configuração municipal se traduziria em uma realidade “irracional” para a ação mobilizadora da sociedade por meio dessas emissoras.

O distanciamento em relação à Oboré também teria sofrido influências de um desentendimento ocorrido entre Sérgio Gomes e um membro da equipe da direção da Unas, o qual haveria criticado o seu envolvimento intenso com aquela emissora e levantado a suspeita de que teria interesses pessoais em relação ao veículo de comunicação de Heliópolis. O vínculo desfeito entre os antigos parceiros era lembrado por Maranhão (Farias, entrevista, 2012, p.197), o qual revelaria que, mesmo após cinco anos daquele desentendimento, ainda havia críticas de alguns integrantes da equipe da Unas em relação ao trabalho de Sérgio Gomes. Contudo, ele conclui que a parceria da equipe da rádio com a Oboré tinha sido muito importante para a regularização da emissora, talvez até mais do que a participação dos políticos naquele processo.

Sem o fomento da Amarc-Oboré para que as demais entidades também se dispusessem a ajudar nas ações daquela rádio, muitos agentes de entidades que haviam sido parceiros também reduziram o contato que possuíam com as lideranças de Heliópolis.

O afastamento entre a emissora e a Oboré foi criticado por Gerô (Barbosa, entrevista, 2012, p.215), que, mesmo afastado da coordenação, ainda possuía certa liderança em relação à rádio com os parceiros que teriam atuado em favor de Heliópolis anos antes. Relembrou que tal auxílio tinha contribuído, inclusive, para que a Rádio Comunitária de Heliópolis fosse considerada um exemplo para as demais emissoras congêneres de São Paulo e, quiçá, do país, bem como obtivesse o reconhecimento do seu trabalho pelas entidades defensoras das rádios comunitárias.

Ao perceber que os antigos parceiros tinham se distanciado da Oboré desde a efetivação da nova gestão da rádio, ele sugeriu à equipe em atuação na emissora que retomasse o envolvimento político. Embora fosse crítico em relação à atuação da nova gestão, Gerô (idem, p.215) reconheceu que agiu com “certa truculência” quando, na coordenação da rádio, instituiu mudanças entre os locutores e implantara o Regimento Interno da emissora. Afirmou que não repetiria a mesma conduta adotada naquela ocasião, a qual teria avaliado, posteriormente, não ser recomendada em uma ação coletiva, como era o caso da Rádio Comunitária de Heliópolis. Defendeu ainda que a rádio se mantivesse atuante na luta pela democratização da comunicação social, lembrando o diálogo que teria tido com o presidente Lula. Este lhe havia dito que as rádios comunitárias deveriam abrir caminhos para a democratização das comunicações e que, portanto, esperava contar com os integrantes da equipe da emissora de Heliópolis para tal causa.

As características de formação da Favela de Heliópolis, baseada em constantes mobilizações de lideranças populares, contribuíram para a criação de vínculos políticos entre os membros da direção da Unas e alguns partidos, principalmente o PT. Além disso, o fechamento da emissora, que despertara a mobilização de outras entidades, representou uma ação de forte peso político e também de pressão social, por se tratar de um fato que ocorria na maior favela de São Paulo e envolvia lideranças conhecidas politicamente pelo seu histórico de organização popular. Tal apoio foi lembrado por Buiú (Silva, entrevista, 2012, p.205): “Nós ganhamos

a guerra com o enfrentamento político, com a defesa política do nosso direito”.

Mesmo antes de obter a autorização de funcionamento da emissora, a equipe da rádio e a da Unas se constituíram como uma representação das rádios comunitárias em São Paulo e em diversas partes do Brasil. Sérgio Gomes (entrevista, 2012, p.240) avaliou que a equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis tinha mantido a sua atuação, com visibilidade pública, durante todo o período em que esteve irregular perante a lei, afirmando implicitamente que trabalhavam ilegalmente por culpa do governo federal, que não tomava providências para dar condições de regularização àquela rádio, tendo em vista que a documentação de manifestação de interesse pela autorização de funcionamento estava no MiniCom desde 1999.

Embora houvesse a valorização da participação de diferentes entidades e políticos na articulação para a regularização da rádio daquela favela, parte da direção da Unas acreditava que a interferência do presidente Lula fora decisiva para a autorização de funcionamento da emissora. Buiú avaliou que, infelizmente, alguns processos burocráticos, como no caso da emissora de Heliópolis, só teriam desfecho positivo com a intervenção do próprio presidente da República. Contudo, ressaltou a importância da existência de organizações populares já constituídas para gerir e manter projetos como o que foi regularizado em Heliópolis, caso contrário, não haveria interesse do governo federal em dar agilidade aos processos em andamento (Silva, entrevista, 2012, p.204).

O mérito de uma organização popular consistente para a criação e manutenção de uma rádio comunitária também foi destacado por Sérgio Gomes (entrevista, 2012, p.241-2). Para ele, as ações desse grupo não deveriam ser restritas ao trabalho radiofônico, mas também compromissadas com ações sociais e formativas junto aos seus ouvintes. Todavia, avaliou que as lideranças populares possuem limitações técnicas e informativas que dificultariam o encaminhamento dos procedimentos pertinentes ao processo de autorização de uma rádio comunitária pelo governo federal. Seria

importante haver algum apoio político ou de entidades sociais organizadas para essa iniciativa.

Especificamente sobre a emissora de Heliópolis, a organização popular estaria centralizada na atuação da Unas. A rádio comunitária existente nessa favela dividiria a sua influência e potencial de mobilização com os demais projetos dessa entidade, configurando-se como mais um deles. A organização das ações populares da Favela de Heliópolis não seria, portanto, uma atribuição da rádio, mas, sim, da Unas (Gomes, entrevista, 2012, p.232). Tal fato diferenciava a realidade dessa emissora da situação da Rádio Favela, de Belo Horizonte, caracterizada como um instrumento de mobilização da população do seu entorno, a qual centralizava suas atividades de reivindicação naquele veículo.

As atividades da Rádio Comunitária de Heliópolis sempre foram orientadas pela direção da Unas e mantidas por um fundo de reserva proveniente de percentuais de financiamentos de outros projetos que estariam sendo desenvolvidos na entidade social. Contudo, nenhuma das empresas parceiras da Unas teria qualquer tipo de ação para o financiamento de programas ou outras atividades diretamente ligadas à emissora. A rádio se manteria, portanto, com os mesmos recursos desde a sua instalação.

Além do dinheiro direcionado à rádio por meio desse fundo, os locutores ainda poderiam receber, individualmente, 50% do valor referente aos apoios culturais que comercializassem para ser veiculados em seus programas. O restante dos recursos obtidos com os apoios seria revertido para a emissora. No entanto, desde o início das atividades da Rádio Comunitária de Heliópolis, foi o trabalho voluntário que garantiu as ações da rádio. Alguns dos locutores não remunerados teriam criticado a direção da Unas em discursos registrados em produções acadêmicas, alegando que a rádio não receberia a atenção devida, ficando em segundo plano em relação aos demais projetos desenvolvidos em Heliópolis (Ribeiro da Silva, 2011, p.107-8).

A principal mudança verificada após a regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis diz respeito ao distanciamento de sua

equipe em relação à Oboré e demais entidades que foram parceiras na obtenção da autorização para o funcionamento da emissora. Tal fato a distanciaria de projetos que também estariam ligados à democratização da comunicação social. Já a programação continuou com o mesmo perfil dos seus primeiros anos de atividades, aliando ações de prestação de serviços e utilidade pública, com inserções de apoios culturais, programação musical temática e de canções comuns às rádios comerciais. Enfim, o caminho percorrido pela equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis nas trilhas da defesa de uma democratização da comunicação social no Brasil se voltou apenas ao âmbito de sua existência e parte de sua prática, ficando longe, portanto, dos anseios e expectativas dos diversos agentes, coletivos ou individuais, que outrora compuseram uma corrente de apoio à causa da emissora da Cidade do Sol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão histórica da trajetória da Rádio Comunitária de Heliópolis evidencia que esta foi composta por favorecimentos e entraves constantes, bem como revela que a manutenção dos princípios em que se baseia a comunicação comunitária é facilitada a partir da vinculação dos agentes de comunidades que mantêm veículos desse gênero com aqueles que defendem a concreta democratização da comunicação social no quadro político e midiático. Tal vinculação deve seguir em sintonia antes e durante a luta enfrentada pela comunidade em favor da efetivação do direito à comunicação e, não menos importante, após a conquista, ou seja, nesse caso específico, com a rádio regularizada.

Com base no levantamento dos dados históricos referentes à Rádio Comunitária de Heliópolis, confirma-se a hipótese de que a legislação e a configuração política e midiática do país trazem empecilhos à regularização de rádios comunitárias e, portanto, à democratização das comunicações. No entanto, o esforço coletivo de organização interna das lideranças do veículo comunitário, ainda que em meio a divergências e desentendimentos quanto a caminhos e ritmos a empreender, como foi o caso da Rádio Comunitária de Heliópolis, revelou-se um fator crucial para a criação de uma rede de apoio e de vínculos com grupos envolvidos na luta pela

democratização da comunicação e pelo avanço da comunicação comunitária no Brasil.

A regulamentação do funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis foi obtida com o respaldo que as lideranças da favela já possuíam em seu histórico de atuação. Tal fato teria sido importante para despertar a atenção de grupos organizados dispostos a atuar em seu favor na busca pela regularização da rádio. Além disso, houve a influência de outros dois fatores, transcendentais às ações empreendidas nos limites da favela, para que a Rádio Comunitária de Heliópolis fosse regularizada. O primeiro deles foi o da associação dos integrantes daquela emissora com um grupo já articulado nacionalmente em favor da democratização das comunicações e pela defesa das rádios comunitárias, o qual era liderado pela Amarc-Oboré e envolvia políticos, membros do campo universitário e de entidades sociais variadas. O segundo fator, talvez o mais decisivo, seria o apoio destinado àquela emissora e o interesse pela sua regularização por parte do próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, movido tanto por seu envolvimento emotivo com aquela localidade, onde passara parte de sua juventude e registrara suas lembranças de início na militância sindical, quanto por motivos políticos circunstanciais, ou seja, o enfrentamento com o que ele e seus partidários consideravam como vínculo de parte da grande mídia nacional com a oposição político-partidária ao seu governo.

A substancialidade política das lideranças da Favela de Heliópolis se consolidou por meio do histórico de resistência e de mobilização do grupo, que, desde o início da formação da favela, liderou as articulações com o poder público municipal em reivindicações por melhores condições de moradia. Tal fortalecimento organizativo, posteriormente, foi importante para a criação do sistema de comunicação via rádio poste, implantado na localidade sob a influência da ação das CEBs. Esses procedimentos se desdobrariam, no final dos anos 1990, na criação da Rádio Comunitária de Heliópolis. Vínculos com diversas instâncias políticas, religiosas e de militância em defesa da democratização das comunicações favoreceram

a configuração da emissora como um instrumento de organização dos moradores da favela e um espaço político de enfrentamento à violência, comum àquela localidade desde a sua formação, além de ser uma forma de entretenimento e de livre expressão de seus moradores.

Contudo, mesmo havendo fatores que favoreceram o andamento do processo que resultou na permissão do governo federal para a atuação da Rádio Comunitária de Heliópolis e demais emissoras em São Paulo, disputas no âmbito da política nacional e paulista emperraram essas iniciativas em diferentes momentos. Até mesmo o fechamento da rádio pela Polícia Federal e pela Anatel, em agosto de 2006, foi resultante de fatores relativos à política nacional e paulista, devido à campanha eleitoral para a Presidência da República e governos estaduais que se desenrolava naquele ano.

A interrupção de funcionamento da emissora despertou sérios questionamentos por parte de seus integrantes e de entidades que defendiam as rádios comunitárias em São Paulo, os quais avaliavam que a iniciativa tinha fundo eleitoral. Porém, ainda que tivesse resultado na apreensão de equipamentos e em penalidades aos seus responsáveis, o fechamento da emissora acabou por ser importante para desencadear uma mobilização mais efetiva das lideranças e equipe da rádio na obtenção da autorização de funcionamento. Importância reconhecida por algumas das lideranças e membros da equipe da emissora.

Antes das sanções da Polícia Federal e Anatel, os integrantes da Rádio Comunitária de Heliópolis não acreditavam que poderiam ser impedidos legalmente de continuar com as transmissões, embora estivessem atuando fora dos padrões da legislação vigente e, portanto, não seguissem integralmente as determinações da Lei da Radiodifusão Comunitária. Assim, os membros da equipe mantinham certa “tranquilidade” na espera pela regularização da rádio. Desde 1999, quando foi encaminhado o documento em que as lideranças de Heliópolis manifestavam interesse pela regularização daquela emissora, não houve mais ações concretas específicas na busca por essa medida. Parte dos integrantes da rádio

acreditava que aquela simples manifestação de interesse era suficiente para que a emissora pudesse ser considerada legal, ainda que passasse por um processo bastante lento. Ademais, como reconhecem algumas das lideranças da rádio, a “tranquilidade” daquela equipe se acentuava porque a emissora contava publicamente com o apoio de diversas entidades de representação, como Amarc, Abraço, Intervozes, entre outras. Ademais, aquela postura era reforçada pelo fato de a equipe acreditar que a maneira que empregava para conduzir a emissora estivesse em conformidade com os preceitos da lei específica sobre a radiodifusão comunitária. Percepção que era comprovada para eles com o fato de a rádio ter obtido importante respaldo do governo federal ao receber, do Ministério da Cultura, incentivo financeiro por meio do reconhecimento da rádio como um Ponto de Cultura, em 2005.

A rede de apoio de entidades externas à favela foi conseguida a partir da participação dos integrantes da emissora na organização de eventos que discutiam a conjuntura das comunicações e da radiodifusão no Brasil e em São Paulo, bem como analisavam a realidade das emissoras diante da legislação vigente no país. Diversas participações em congressos de entidades de classe e universitários favoreceram a exposição da história da Rádio Comunitária de Heliópolis, que viria a ser reconhecida nesses meios como uma referência de militância e organização popular. Essa atuação dava visibilidade e estabelecia vínculos com dezenas de representações populares, as quais, posteriormente, seriam importantes para a obtenção da regularização da rádio.

Os entraves presentes na trajetória de regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis foram causados por questões técnicas e políticas; entretanto, a condução cotidiana do veículo também esteve envolta em problemas. Os critérios de funcionamento constantes na legislação levaram os integrantes da rádio a impasses derivados, principalmente, do custeio da emissora. A forma de voluntariado prevista na lei, que restringe a obtenção de patrocínios, é uma realidade difícil de ser alcançada na prática, como revela a tra-

jetória da Rádio Comunitária de Heliópolis, mas que também é comum, até onde se sabe, em suas congêneres. Além disso, os confrontos de ideias pertinentes à ação coletiva, não raras vezes geram desentendimentos entre os integrantes da rádio. As gestões de foro individual ou desavenças ocorridas entre os participantes da Rádio Comunitária de Heliópolis resultaram no afastamento e na redução momentânea do quadro de voluntários da emissora. Situações de desentendimento foram verificadas, nesse caso, tanto na maneira autoritária e impositiva como a coordenação era conduzida por Gerô, ainda que frutífera do ponto de vista de articulação política, quanto no fato que resultou no estremecimento do vínculo de parte da diretoria da Unas com Sérgio Gomes.

Além disso, a trajetória de negociações e articulações que culminaram na regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis também foi composta por impasses ocorridos nos bastidores das organizações governamentais, particularmente entre aquelas coordenadas por representações partidárias adversárias, como o PT e o PSDB, tanto no período de fechamento da emissora quanto durante as negociações para o seu retorno ao ar. Se, por um lado, havia ações em Brasília que acenavam para um possível avanço nas ações favoráveis à Rádio Comunitária de Heliópolis, de outro, alguns setores vinculados ao governo do estado de São Paulo atuavam de maneira contrária.

A influência do presidente Lula para a obtenção da autorização de funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis foi decisiva; no entanto, ela foi gestada e empreendida entre marchas e contramarchas da política do seu governo para o setor da comunicação. Ainda que o tema da democratização das comunicações estivesse presente em alguns dos discursos de Lula, desde o seu primeiro governo, as escolhas dos titulares do MiniCom, os quais seriam responsáveis pela implantação de políticas públicas favoráveis à radiodifusão comunitária, foram decisivas para que os desdobramentos relacionados ao setor não avançassem. Isso porque Lula teria optado por indicar políticos para o cargo de ministro da

Comunicação com perfis pouco afeitos aos reais anseios da democratização das comunicações e da radiodifusão comunitária, dada a necessidade de ampliação da base aliada de seu governo para ter apoio nas votações do Congresso. Sem ter à frente da pasta um ministro que tivesse um envolvimento com questões da comunicação comunitária, as ações de implantação de políticas públicas favoráveis ao setor se revelaram bastante restritas.

Dessa forma, é lícito conjecturar que o presidente Lula optou por adotar o incentivo pontual à Rádio Comunitária de Heliópolis, com o seu apoio personalista em favor da regularização daquela emissora, em detrimento da criação de políticas públicas efetivas para o setor, emperradas por pressões políticas e de grandes conglomerados comunicacionais. Ainda que o governo Lula acenasse com o incentivo da criação de pelo menos uma emissora comunitária em todos os Pontos de Cultura implantados no país, tal intenção não ganhou grandes proporções, pelo menos naquele momento. Contudo, avisos de habilitação foram publicados nos anos seguintes para municípios que ainda não possuíam nenhuma emissora comunitária.

Sem condições de realizar uma política que alterasse a legislação das rádios comunitárias de uma forma geral e satisfatória às reivindicações pela democratização das comunicações, o presidente Lula intensificou seus esforços para legalizar a Rádio Comunitária de Heliópolis. Obviamente, tratava-se de rádio cuja trajetória para criação e manutenção era conhecida e reconhecida por círculos que lutavam pela democratização da comunicação e pelo avanço da radiodifusão comunitária. Visibilidade e reconhecimento obtidos pela rádio justamente pela vinculação de suas lideranças e de sua equipe com a Amarc-Oboré e políticos envolvidos com essa questão.

O processo de democratização das comunicações ainda é um fato inacabado em nosso país, situação que, para ser alterada, exige ainda muito empenho e empreendimento da sociedade brasileira. Também a trajetória da Rádio Comunitária de Heliópolis, cuja

fase inicial foi tratada neste livro, está inserida em um processo inconcluso, ainda que a emissora siga atualmente envolta por ruídos interpostos a alguns princípios fundamentais da radiodifusão comunitária e sem sintonia no *dial* da luta pela democratização da produção informativa no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Maria Rita Teixeira. *Mídia e comunidade: estudo sobre produção e recepção da rádio Heliópolis FM*. São Bernardo, 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo.
- BARROS FILHO, Eduardo Armando de. *Por uma televisão cultural-educativa e pública: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974*. Assis, 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista.
- BOLAÑO, César. *Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?* São Paulo: Paulus, 2007.
- BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. *Revista Análise Social (São Paulo)*, v.XXIX (127), (3ª), p.711-32, 1994.
- BORGES, Altamiro. *A ditadura da mídia*. São Paulo: Anita Garibaldi; Associação Vermelho, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRANDÃO, M. Fátima, FEIJÓ, Rui Graça. Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas. *Revista Análise Social (São Paulo)*, v.XX (83), (4ª), p.489-503, 1984. (Comunicação apresentada ao Grupo C25 do VIII Congresso Internacional de História Econômica. Budapeste, 1982.)
- BRECHT, Bertold. Teorias de la radio (1927-1932). *EPTIC*, v.V, n.2, p.6-17, 2003.

- BRIGGS, Asa, BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BUSETTO, Áureo. A mídia brasileira como objeto da história política: perspectivas teóricas e fontes. In: SEBRIAN, R. N. N. et al. (Org.). *Dimensões da política na historiografia*. Campinas: Pontes, 2008.
- CALDAS, Graça. *O latifúndio do ar*: mídia e poder na Nova República (1985-1989). São Paulo: Cátedra Unesco; Metodista, 2011. (e-book)
- CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. 3.ed. São Paulo: Summus, 1986.
- CAVALCANTE, Andréa Pinheiro Paiva. *A escuta popular da rádio comunitária do Edson Queiroz*: estudo introdutório sobre a produção do sujeito no espaço da periferia. Fortaleza, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará.
- CHAVEAU, A., TÉTART, P. Questões para a história do presente. In: _____. (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.
- COELHO NETO, Armando. *Rádio comunitária não é crime* – direito de antena: espectro eletromagnético como bem difuso. São Paulo, Ícone, 2002.
- COGO, Denise. *No ar uma rádio comunitária*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. *História da comunicação*: rádio e TV no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1982.
- FERNANDES, Florestan. *A constituição inacabada*: vias históricas e significado político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989. p.105.
- FERREIRA, Cláudia, BONAN, Cláudia. Movimentando-se nos espaços da política, da economia, da cultura e da intimidade. In: _____. *Mulheres e movimentos*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.
- FERREIRA, Helder Rogério Sant'Ana. *Classes populares, polícia e punição*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.
- FERREIRA JR., José R. *Capas de jornal*: a primeira imagem e o espaço gráfico visual. São Paulo: Senac, 2002.

- FERREIRA, Marieta. História, tempo presente e história oral. *Topoi (Rio de Janeiro)*, p.314-32, 2002.
- _____, AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: _____, SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. p.9-30.
- FIGUEIREDO, F., GIGLIO, I. Políticas públicas de comunicação. In: PRAÇA, S., DINIZ, S. (Org.). *Vinte anos de Constituição*. São Paulo: Paulus, 2008. p.201-26.
- FISCHER, Desmond. *O direito de comunicar: expressão, informação e liberdade*. Trad. Luiz Roberto S. Seabra Malta. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, A., TÉTART, P. (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.
- GOMES, Ana Luísa Zaniboni. *Na boca do rádio: o radialista e as políticas públicas*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Oboré, 2007.
- GUSDORF, Georges. Condiciones y limites de la autobiografia. La autobiografia y sus problemas teóricos. *Suplementos Anthropos* 29 (Madri), dez. 1991.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- INSTITUTO POLIS. *Moradia não é só casa*. São Paulo: Projeto Escola da Cidadania, 2003.
- INTERVOZES. Concessões de rádios e TV: onde a democracia ainda não chegou. *Informativo Intervozes (São Paulo)*, nov. 2007.
- _____. (Org.). *Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro*. São Paulo: Intervozes, Paulus, 2009. (Coleção Comunicação)
- _____. *Contribuições para a construção de indicadores do direito à comunicação*. São Paulo: Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2010.
- JEANNENEY, Jean-Noël. *Uma história da comunicação social*. Lisboa: Terramar, 1996.

- LIEDTKE, Paulo Fernando. O movimento pela democratização da comunicação no Brasil: os embates entre o Estado, as empresas de mídia e a sociedade civil. In: II SEMINÁRIO NACIONAL. Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis, 25-27 de abril de 2007. *Anais do...* Florianópolis: UFSC, 2007.
- LIMA, Eduardo de Campos. *Formação da Rede Vida de Televisão: entre a política brasileira de concessões televisivas e as diretrizes católicas de comunicação social, 1989-1995*. Assis, 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
- LIMA, Venício A. de. As concessões de radiodifusão como moeda de barganha política. *Revista Adusp (São Paulo)*, jan. 2008.
- _____, LOPES, Cristiano Aguiar. *Rádios comunitárias – coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004): as autorizações de emissoras como moedas de barganha*. Rio de Janeiro: Observatório da Imprensa; Projor, 2007.
- LOPES, Cristiano Aguiar. *Políticas públicas de radiodifusão comunitária no Brasil: exclusão como estratégia de contra-reforma*. Brasília, 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília (UnB).
- LÓPEZ VIGIL, José Ignacio. *Manual urgente para radialistas apaixonados*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- LUZ, Dioclécio. *Trilha apaixonada e bem-humorada do que é e de como fazer rádios comunitárias, na intenção de mudar o mundo*. 2.ed. Brasília: [s. n.], 2004.
- _____. *A arte de pensar e fazer rádios comunitárias*. Brasília: [s. n.], 2008.
- _____. *Radiojornalismo nas rádios comunitárias: conceitos e práticas*. Brasília, 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília (UnB).
- MACHADO, A., MAGRI, C., MASAGÃO, M. *Rádios livres: a reforma agrária no ar*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARINGONI, Gilberto. Comunicações na América Latina: progresso tecnológico, difusão e concentração de capital (1870-2008). In: CASTRO, D., MELO, J. M. de, CASTRO, C. (Org.). *Pano-*

- rama da comunicação e das telecomunicações no Brasil*. Brasília: Ipea, 2010.
- MATTELART, Armand, MATTELART, Michèle. *Histórias das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2007.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom, HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto: 2007.
- MEKSENAS, Paulo. *Cidadania, poder e comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MELIANE NUNES, Márcia Aparecida. *Rádios livres: o outro lado da voz do Brasil*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo.
- MIANI, Rozinaldo Antônio. Comunicação comunitária: uma alternativa política ao monopólio midiático. In: I ENCONTRO DA ULEPICC-BRASIL: Economia política da comunicação – interfaces sociais e acadêmicas do Brasil. Niterói, 18-20 de outubro de 2006. *Anais do...* Niterói: IACS-UFF, 2006.
- _____. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. *Intexto (Porto Alegre: UFRGS)*, v.2, n.25, p.221-33, dez. 2011. e-ISSN 1807-8583.
- MOTTER, Paulino. O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney. *Comunicação & Política*, v.I, n.1, p.89-115, ago.-nov. 1994.
- MOURÃO BAHIA, Lillian. *Rádios comunitárias: mobilização social e cidadania na reconfiguração da esfera pública*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MUNÖZ, Germán. Formação de comunicadores comunitários: experiências colombianas. In: MELO, José Marques de (Org.). *Comunicação na América Latina: desenvolvimento e crise*. Campinas: Papirus, 1989.
- OLIVEIRA, Marco Davi de. *Fé e transformação social: a influência da religião no movimento de moradia na Favela de Heliópolis – 1970-1993*. São Bernardo do Campo, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Faculdade Metodista.

- OLIVEIRA, V. C. Comunicação, identidade e mobilização social na era da informação. In: PERUZZO, Cicília M., BRITTES, Juçara (Org.). *Sociedade da informação e novas mídias: participação ou exclusão?* São Paulo: Intercom, 2002. p.57-78. (Coleção Intercom de Comunicação, v.14)
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.
- OSMAR, Fábio, CRISTINA, Joice. *Rádio Comunitária Heliópolis: além do alcance das antenas*. 2.vers. São Paulo: F&J, 2004.
- PATARRA, Ivo. *O governo Luiza Erundina: cronologia de quatro anos de administração do PT na cidade de São Paulo (1989-1992)*. São Paulo: Geração, 1996.
- PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. (Org.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Pref. Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- PEREIRA, Moacir. *A democratização da comunicação: o direito à informação na Constituinte*. São Paulo: Global, 1987.
- PEREIRA, Raimundo R. Viva a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa. In: FESTA, Regina, SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. p.53-79.
- PERUZZO, Cicília M. Krohling. *Participação nas rádios comunitárias no Brasil*. Texto apresentado no GT Cultura e Comunicação Popular, XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, set. 1998.
- _____. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. *Anuário Unesco-Umesp de Comunicação Regional (São Bernardo do Campo: Umesp)*, n.6, p.51-78, 2003.
- _____. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. *Lumina – Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)*, v.1, n.1, p.29, jun. 2007. ISSN 1981-4070.

- PERUZZO, Cícilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Revista Galáxia (São Paulo)*, n.17, p.131-46, jun. 2009.
- PRAÇA, Sérgio, DINIZ, Simone (Org.). *Vinte anos de Constituição*. São Paulo: Paulus, 2008.
- REBOUÇAS, Edgar, MARTINS, Mariana. Evolução da regulamentação da mídia eletrônica no Brasil. In: V CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. São Paulo, 31 de maio-2 de junho de 2007. Intercom. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
- REBOUÇAS, José Edgard. *Grupos de pressão e de interesses nas políticas e estratégias de comunicações: um estudo de caso dos atores sociais no Brasil e no Canadá*. São Bernardo do Campo, 2003. Tese (Doutorado em Comunicação) – Umesp.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RIBEIRO DA SILVA, Hugo Fanton. *Participação social, saúde e radiocomunicação comunitária: uma discussão sobre limites e possibilidades de ampliação das bases sociais da Reforma Sanitária Brasileira*. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo.
- RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAVEAU, A., TÉTART, P. (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999. p.39-50.
- RUBIN, Antônio A. C., COLLING, Leandro. Política, cultura e a cobertura jornalística das eleições presidenciais de 2006. In: GOUTART, Jefferson O. (Org.). *Mídia e democracia*. São Paulo: Annablume, 2006.
- SAMPAIO, Maria Ruth de. *Heliópolis: o percurso de uma invasão*. São Paulo, 1990. Tese (Livre-Docência em Arquitetura) – Universidade de São Paulo.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Organizações não governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. In: OLIVEIRA, Francisco et al. *Sociedade civil: organizações e movimentos*. São Paulo: Fundação Seade, 1994. p.6-14.

- SILVA, Sérgio Pinheiro da. *Rádio comunitária, os desafios do ambiente educativo da Rádio Heliópolis FM*. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero.
- SOARES, Cláudia Cruz. *Heliópolis, práticas educativas na paisagem*. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo.
- SOUSA, Sandra Sueli Garcia de. *Rádios ilegais: da legitimidade à democratização das práticas*. São Bernardo do Campo, 1997. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metropolitana de São Bernardo do Campo.
- SOUZA, Márcio Vieira de. *As vozes do silêncio: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil*. Paris: Fondation pour le Progrès de l'Homme; Florianópolis: Diálogo, 1996.
- SILVEIRA, Paulo Fernando. *Rádios comunitárias*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- VICENTE, Eduardo. O rádio comunitário em São Paulo: um breve olhar sobre o cenário atual. *Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación. Unión Latina de Economía Política da Informação, Comunicação e da Cultura (Araçaju)*, v.XIV, n.2, maio-ago. 2012.
- VICENTE, Maximiliano Martin. Além da mídia e do marketing político. In: GOULART, Jefferson O. (Org.). *Mídia e democracia*. São Paulo: Annablume, 2006.

Fontes

Entrevistas

- BARBOSA, Geronino (Gerô). Entrevista concedida para este estudo. Heliópolis, São Paulo, 28 de junho de 2012.
- FARIAS, Delmiro Monteiro de (Maranhão). Entrevista concedida para este estudo. Heliópolis, São Paulo, 26 de junho de 2012.
- GOMES, Sérgio. Entrevista concedida para este estudo. Vila Buarque, São Paulo, 28 de junho de 2012. (Sede da Oboré)

GONÇALVES, Reginaldo. Entrevista concedida para este estudo. Heliópolis, São Paulo, 26 de junho de 2012.

OLIVEIRA, Danilo Barreto de (Mano Zoio). Entrevista concedida para este estudo. Heliópolis, São Paulo, 26 de junho de 2012.

SILVA, Nazareno Antônio da (Buiú). Entrevista concedida para este estudo. Heliópolis, São Paulo, 26 de junho de 2012.

Audiovisual

Democratização FM. Dir., rot., mont., e prod. Lucas Krauss. Ed. e final. Luiz Castiglioni. Trat. áudio Sammy Farah. Duração 1h12. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2008.

Cala Boca Já Morreu. *O fechamento da Rádio Heliópolis*. Real. Gens-Cala Boca Já Morreu. Duração 5 min 28 seg. São Paulo, 2006. (vídeodocumentário)

Cala Boca Já Morreu. *A reabertura da Rádio Heliópolis*. Realiz. Gens-Cala Boca Já Morreu. Duração 8 min. 49 seg. São Paulo, 2007. (vídeodocumentário)

Cala Boca Já Morreu. *Entrevista com João Miranda Neto*. Realiz. Projeto Cala Boca Já Morreu-Gens – Serviços Educacionais e Reflex de Teto. Duração 9 min. 45 seg. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=niKvfzyQCwU>>. Acesso em nov. 2010.

Memórias de Heliópolis. Depoim. Liberalino Santos. Parceria Unas – Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis – Prefeitura do Estado de São Paulo. Entrevista em vídeo realizada em 9 de maio de 2012. Duração 6 min. 27 seg. São Paulo, 2012.

Memórias de Heliópolis. Depoim. Genésia Ferreira da Silva Miranda e de João Miranda Neto. Parceria Unas – Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis – Prefeitura do Estado de São Paulo. Entrevista em vídeo realizada em 17 de agosto de 2012. Duração 12 min. São Paulo, 2012b.

Rádio Comunitária Heliópolis. Cláudia Neves. Rádio Comunitária Heliópolis. São Paulo, 2008. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=jNai40undpg&feature=related>>. Acesso em out. 2010.

Legislação

BRASIL. *Constituição de 1988*, Brasília, 5 de outubro de 1988.

_____. *Lei do Cabo nº 8.977*. Dispõe sobre o serviço de TV a cabo. Brasília, 6 de janeiro de 1995.

_____. *Decreto nº 2.108*. Altera dispositivos do regulamento dos serviços de radiodifusão. Brasília, 24 de dezembro de 1996.

_____. *Lei nº 9.472*. Lei geral de telecomunicações. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 17 de junho de 1997a.

_____. *Adin nº 1.668*. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Partido dos Trabalhadores. Brasília: Senado, 9 de outubro de 1997b.

_____. *Lei nº 9.612*. Brasília, 19 de fevereiro de 1998a.

_____. *Decreto nº 2.615*. Aprova o regulamento do serviço de radiodifusão comunitária. República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 3 de junho 1998b.

_____. *Medida Provisória nº 2.143-33*. República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 31 de maio de 2001.

_____. *Decreto nº 4.901*. Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 26 de novembro de 2003.

_____. *Norma Complementar nº 1/2004, portaria nº 103*, de 23 de janeiro de 2004a.

_____. *Lei nº 10.871*. Criação de carreiras e organização de cargos efetivos das agências reguladoras. Brasília: Senado, 20 de maio de 2004b.

Documentos oficiais

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (Anatel).

Autorização para execução do Serviço Especial para Fins Científicos Experimentais. Brasília, 6 de novembro de 2006.

_____. *Consulta Pública nº 475*. Proposta de revisão do Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada para ampliação da faixa de radiodifusão sonora de 87,8 a 108 MHz, para 87,4 a 108 MHz. Brasília, 9 de outubro de 2003.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (Anatel).

Ofício nº 219/2005. Notificação de denúncia. São Paulo, 14 de janeiro de 2005.

CARVALHO, Joaquim. *Audiência pública. Relatório preliminar da subcomissão especial destinada a analisar mudanças nas normas de apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão ou autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.* Brasília, 15 de março de 2007.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI). *Relatório preliminar da subcomissão especial destinada a analisar mudanças nas normas de apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão ou autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.* Brasília: Câmara dos Deputados, 2007.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. *Aviso nº 3/2006. Aviso de habilitação para inscrição das entidades interessadas em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nas localidades e canais constantes no anexo 1. n.234. Seção 3. ISSN 1677-7069. Brasília, quinta-feira, 7 de dezembro de 2006.*

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. *Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária para UNAS – União de Núcleos, Associações e Sociedades dos Moradores de Heliópolis e São João Clímaco.* Brasília, março de 2009. p.6.709-16.

FÓRUM DEMOCRACIA NA COMUNICAÇÃO. *Lei da Informação Democrática.* Cartilha explicativa sobre o projeto enviado para votação no plenário. São Paulo, 1993.

LINS, Bernardo F. E. *Análise comparativa de políticas públicas de comunicação social.* Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. *Ofício nº 1475/99-DMC-SP. Resposta ao Processo nº 53830.001236/99.* São Paulo, 23 de agosto de 1999.

_____. *Ofício Circular 2/2006. Comunicado de recadastramento.* Brasília, 19 de outubro de 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela*. São Paulo, 24 de maio de 2007a.

_____. *Réplica às contestações da ação civil pública com pedido de antecipação de tutela*. São Paulo, 29 de outubro de 2007b.

_____. *Ata da 8ª Sessão Ordinária da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão Consumidor e Ordem Econômica*. São Paulo, 2008.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Lei nº 202/2011.

Cria o ConRadCom – Conselho de Radiodifusão Comunitária de São Paulo. São Paulo, 2011.

SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Ponto de Cultura da Comunidade de Heliópolis*. São Paulo, 3 de outubro de 2005.

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de atos relativos a obras do PAC da cidade de São Paulo, de contrato para despoluição de manancial de água das represas Billings e Guarapiranga, de contrato da Linha Verde do Metrô e de autorização da Rádio Comunitária de Heliópolis*. São Paulo, 20 de maio de 2008.

SILVEIRA, Paulo Fernando. *Ata da reunião realizada na Câmara Municipal de São Paulo*, em 27 de setembro de 1999. Departamento Técnico de Taquigrafia DT-10. (Fórum Democracia na Comunicação)

UNESCO. *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

Artigos em periódicos

BARBOSA, Bia. Operação da PF fecha 17 emissoras em São Paulo. Agência Carta Maior/Rádios Comunitárias. Edição de 4 de agosto de 2006. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaImprimir.cfm?materia_id=11883>. Acesso em fev. 2012.

BERGER, Christa. Mais democracia na mídia. *Seção Sindical dos Docentes da UFSM/Andes*. Publ. mensal, p.10, mar. 2008.

- CAMPOLIM, Ricardo. Saída pelo Judiciário. Piratas, comunitárias ou o quê? *Revista Imprensa*, ano XIII, n.144, 1999.
- CARTA CAPITAL. Conglomerados: o que é grande pode ficar maior. *Revista Carta Capital (São Paulo: Casa Amarela)*, especial Caros Amigos – Mídia, a grande batalha para a democracia, ano XV, n.52, abr. 2011.
- _____. Sem paredes, sem medo. *Revista Carta Capital (São Paulo: Casa Amarela)*, ed. 29 de novembro de 2012. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=842333>>.
- CARVALHO, Joaquim. Repressão e burocracia ameaçam as rádios comunitárias. Agência Carta Maior, jan. 2006.
- CEFÚRIA. Querem calar a voz do povo II: a violência contra as rádios comunitárias no Brasil. Dossiê em favor das rádios comunitárias, fev. 2005. Disponível em <<http://www.cefuria.org.br/doc/dossieradcom.pdf>>. Acesso em 15/4/2011.
- DANTAS, Marcos. Mutações na comunicação. *Le Monde Diplomatique Brasil (São Paulo: Instituto Pólis)*, ano 3, n.29, p.30, dez. 2009.
- IZIDORO, Alencar. Em Congonhas, temor é com rádios piratas. *Folha de S.Paulo*. Cotidiano, 2/11/2006.
- JORNAL DO COMMERCIO. Progressistas foram tachados de subversivos. Recife, 7 de junho de 1998.
- LEAL FILHO, Laurindo. Uma dívida histórica do Estado com a sociedade. *Le Monde Diplomatique Brasil (São Paulo: Instituto Pólis)*, ano 3, n.29, p.32, dez. 2009.
- LEITE, Fabiane. Grupos dão visibilidade a gays da periferia. *Folha de S.Paulo*. Caderno Equilíbrio e Saúde, 2/6/2002. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u1206.shtml>>. Acesso mar. 2010.
- LOPES, Carolina. Rádio Heliópolis, a rádio verdadeiramente comunitária. *Folha de S.Paulo*. Coluna Gilberto Dimenstein – Jornalismo Comunitário, 18/5/2005a. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/comunidade/gd150805.htm>>. Acesso em ago. 2011, p.1.
- NOGUEIRA, Ricardo. Afinal, RadCom derruba avião? Pautas mal-ditas. *Revista Imprensa*, ano XIII, n.144, 1999.

- O ESTADO DE S.PAULO. Rádios clandestinas. *O Estado de S. Paulo*. Editorial, 7/8/2006.
- REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. Governo publica autorização para Larry Rohter ficar no Brasil. *Consultor Jurídico* (São Paulo), 17/5/2004. ISSN 1809-2829.
- REVISTA FÓRUM. Qual o medo de uma conferência das comunicações? *Revista Fórum* (São Paulo: Publisher), ano 5, n.54, p.26-27, set. 2007.
- ROCHA, José Carlos. Entrevista José Carlos Rocha. *Boletim A Classe Operária*, ed. 25/10/1993.
- TRAMA COMUNICAÇÃO. Universidade Ibirapuera prepara calendário especial para receber alunos na volta às aulas. São Paulo, ago. 2007. Disponível em <<http://www.tramaweb.com.br/press-release/4363/universidade-ibirapuera-prepara-calendario-especial-receber-alunos-na-volta-aulas.aspx>>.
- VENCESLAU, Pedro. Uma batalha desigual. *Revista Fórum* (São Paulo: Publisher), ano 5, n.54, p.26-7, set. 2007.

Documentos da Oboré, Rádio Comunitária de Heliópolis e Unas

- FERREIRA, Victor. Eleito o Conselho de Radiodifusão Comunitária de São Paulo. Oboré/Notícias/Acontece. São Paulo, jan. 2008, p.3. Disponível em <<http://www.obore.com.br/acoince Integra.asp?cd=1264>>. Acesso jul. 2011.
- OBORÉ. Em nome da verdade: rádios comunitárias na cidade de São Paulo: um balanço do processo de legalização. São Paulo, 8/9/ 2008.
- RÁDIO HELIÓPOLIS. *Um projeto de vida, paz e amor para as futuras gerações*. Projeto elaborado pela direção da rádio para ser utilizado na arrecadação de recursos à emissora. São Paulo, s. d.
- RÁDIO POPULAR DE HELIÓPOLIS. *Projeto para profissionalização da Rádio Popular*. São Paulo, 1990-1991.
- UNAS-PUC. *Termo de cooperação técnica "Em defesa dos direitos do cidadão"*. Documento de formalização da parceria entre a Unas e a PUC. São Paulo, 7 de agosto de 2004.

UNIÃO DE NÚCLEOS, ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES DE HELIÓPOLIS E SÃO JOÃO CLÍMACO. *Solicitação de demonstração de interesse para o serviço de radiodifusão comunitária*. São Paulo, 10 de junho de 1999.

Artigos na Internet

ANDI. Mídia e políticas públicas de comunicação. Brasília: Andi, 2007. Disponível para *download* em <http://www.andi.org.br/sites/default/files/midia%20e%20ppcom_ppc.pdf>.

AUGUSTO, Heitor. Após um ano, Rádio Heliópolis volta ao ar. *Folha de S. Paulo*. Coluna Gilberto Dimenstein – Jornalismo Comunitário, 13/7/2007. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd130807b.htm>>. Acesso jan. 2011.

BRITTOS, Valério Cruz, NAZARIO, Paola Madeira, SIMÕES, Denis Gerson. Conselho de Comunicação Social: possibilidades e limites. *UNIrevista*, v.1, n.3, jul. 2006. Disponível em <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Brittos.pdf>. Acesso em 10/7/2011.

BRUNO, Terlânia. No terraço do Copan, o piquenique da vitória! *Oboré/Acontece/Notícias*. São Paulo, 2005a. Disponível em <<http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=744>>. Acesso jan. 2011.

CABRAL, Adilson. Para concretizar a sociedade do conhecimento. *Revista Sete Pontos (Santa Catarina)*, publ. *on-line*, jul. 2005. Disponível em <<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/25/tresministros.htm>>. Acesso em 10/9/2011.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. *Rádios comunitárias – 9ª Mesa de Trabalho com o Ministério das Comunicações*. São Paulo, abril de 2007. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/04/377982.shtml>>. Acesso maio 2011.

FNDC. Miro Teixeira esqueceu as rádios comunitárias. Manifesto no 11. Manifestos. Acesso realizado em mar. 2011. Disponível em

- <<http://fndc.org.br/download/manifesto-11-miro-teixeira-es-queceu-as-radios-comunitarias/documentos/248/arquivo/manifestoradcom.doc>>. Brasília, 2004.
- GLASS, Verena. PF fecha Rádio Heliópolis em SP; local é Ponto de Cultura do MinC. *Repórter Brasil*, 21 de junho de 2006. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=674>>. Acesso jan. 2012.
- HETTE, Solange, PAOLETTI, Ricardo. Ministério das Comunicações participa da 10ª mesa de trabalho em São Paulo. *Oboré/Rádios Comunitárias*. São Paulo, maio 2007. Disponível em <<http://www.obore.com.br/acoteceIntegra.asp?cd=1165>>. Acesso abr. 2011.
- KRAUSS, Lucas, CHARÃO, Cristina. Entidades pressionam governo a agilizar legalização em SP. *Observatório do Direito à Comunicação*. São Paulo, 2008. Disponível em <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2975>. Acesso maio 2011.
- KWAK, Gabriel, KRAUSS, Lucas. Rádio Heliópolis, a volta por cima. *Oboré/Notícia/Acontece*. São Paulo, agosto 2007. Disponível em <<http://www.obore.com.br/acoteceIntegra.asp?cd=1211>>. Acesso mar. 2011.
- LIMA, Venício A. de. Existe concentração na mídia brasileira? Sim. *Observatório da Imprensa*, publ. 1/7/2003. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/plq010720031.htm>>. Acesso em 20/6/2011.
- _____. Regulação da mídia: de volta ao passado. *Portal Carta Maior*, 28/11/2011. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?colunai_d=5328>.
- LOPEZ VIGIL, José Ignacio. Y Usted, aún no tiene su FM comunitária? *Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación*, (Quito: Ciespal), n.45, p.8, abr. 1993. (entrevista)
- LUZ, Dioclécio. Rádios comunitárias: os 10 anos de uma lei troncha. *Observatório da Imprensa*, 26/2/2008. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/os-10-anos-de-uma-lei-troncha>>. Acesso em 30/9/2011.
- MARINI, Ana Rita. Falta de políticas trava o processo. *Observatório da Imprensa*, ed. 428, 2007. Disponível em <<http://>

observatorioidaimprensa.com.br/news/view/falta_de_politicas_atravanca_o_processo>. Acesso em 13/10/2011.

MERLI, Daniel. Justiça Federal considera que operar rádio comunitária não é crime. *Jornal Brasil de Fato (São Paulo)*, 13/7/2007, p.1. Disponível em <<http://www.brasiledefato.com.br/node/632>>. Acesso nov. 2011.

OBORÉ. Políticos marcam presença no curso sobre saúde pública, na FSP/USP. Núcleo de Cursos/Formação/Curso de Informação sobre Saúde Pública para Radiocomunicadores. São Paulo, 2001, p.2. Disponível em <http://www.obore.com.br/cms-conteudo/83_apresentacao.asp>. Acesso ago. 2011.

_____. Onda Cidadã. Núcleo de Cursos/Formação/Onda Cidadã. São Paulo, I Edição. 2003, p.1. Disponível em <http://www.obore.com.br/cms-conteudo/121_saopaulo_i_edicao_apresentacao.asp>. Acesso ago. 2011.

_____. Fóruns de Avaliação e Planejamento da Rádio Heliópolis. Núcleo de Cursos/Formação/Fóruns de Avaliação de Heliópolis. São Paulo, 2004, p.2. Disponível em <http://www.obore.com.br/cms-conteudo/122_apresentacao.asp>. Acesso ago. 2011.

_____. I Fórum de Avaliação e Planejamento da Rádio Heliópolis. Núcleo de Cursos/Formação/Fóruns de Avaliação de Heliópolis. São Paulo, 2004b, p.1. Disponível em <http://www.obore.com.br/cms-conteudo/122_apresentacao.asp>. Acesso ago. 2011.

_____. Veja como foi o segundo Fórum de Heliópolis. Núcleo de Cursos/Formação/Fóruns de Avaliação de Heliópolis. São Paulo, 2004c, p.1. Disponível em <<http://www.obore.com.br/acontece-Integra.asp?cd=518>>. Acesso ago. 2011.

_____. Rádio Heliópolis: perto da legalização. Notícias/Acontece. São Paulo, 2005, p.1. Disponível em <<http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=646>>. Acesso ago. 2011.

_____. Compromisso com as rádios comunitárias de São Paulo é uma questão de honra! Oboré/Notícias/Acontece. São Paulo, 2007. Disponível em <<http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1105>>. Acesso jan. 2011.

_____. Rádio Heliópolis volta ao ar! Oboré/Notícias/Acontece. São Paulo, 2007b, p.3. Disponível em <<http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1211>>. Acesso jan. 2011..

OBORÉ. Incongruências às claras. Oboré/Rádios Comunitárias. São Paulo, 2007c, p.2. Disponível em <<http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1224>>. Acesso mar. 2011.

_____. Mesa de trabalho reúne 70 pessoas na Câmara Municipal. Oboré/Notícia/Acontece. São Paulo, 2007, p.3. Disponível em <<http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1199>>. Acesso abr. 2011.

_____. Entidades se mobilizam para legalização de rádios comunitárias. Oboré/Notícias/Acontece. São Paulo, 2008, p.1. Disponível em <<http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1285>>. Acesso dez. 2010.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Rádio comunitária é legal. Fórum Libertário em Defesa das Rádios e TVs Comunitárias. Democracia no ar, 12/6/2007, ed. 437. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/radio_comunitaria_e_legal>. Acesso em 10/3/2011.

PIPINIS, Vanessa. Rádio Heliópolis aguarda solução para voltar ao ar. Oboré/Notícias/Acontece. Publ. 27/7/2006a. Disponível em <<http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=999>>. Acesso ago. 2011.

_____. Cadê canal para capital? Oboré/Notícias/Acontece. Publ. 6/11/2006b. Disponível em <<http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1066>>. Acesso ago. 2011.

_____. Aviso de habilitação para São Paulo já tem data e critérios definidos. Oboré/Notícias/Acontece. Publ. 14/11/2006c. Disponível em <<http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1073>>. Acesso ago. 2011.

_____, BRUNO, Terlânia. Polícia Federal e Anatel fecham Rádio Heliópolis. Oboré/Notícias/Acontece. Publicado em 20/7/2006. Disponível em <<http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=994>>. Acesso ago. 2011.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Como surgiu Paraisópolis. Portal da Secretaria de Habitação. São Paulo, 2009. Disponível em <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/paraisopolis/historia/index.php?p=4385>>. Acesso fev. 2011.

- RAMOS, Murilo, BAYMA, Israel, LUZ, Dioclécio. Por políticas democráticas de comunicação. Observatório do Direito à Comunicação. Documentos. mar. 2001.
- REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. Manter rádio comunitária clandestina é crime. Ed. 24/2/2006. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2006-fev-24/manter_radio_comunitaria_clandestina_crime>. Acesso em 23/7/2011.
- SADA, Juliana, DELMANTO, Júlio. Segundo técnicos, interferência das rádios comerciais é maior. Observatório do Direito à Comunicação – Aeroportos. 5/6/2007. Disponível em <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=632>. Acesso em 20/11/2011.
- SANTOS, José Milton. A democratização da comunicação nos discursos da sociedade civil brasileira – 1974/1994. Belo Horizonte: Congresso Brasileiro dos Estudantes de Comunicação (Cobrecom), 2010. Disponível em <www.enecos.org/cobrecos2001/democratizacao1.doc>. Acesso jun. 2011.
- SANTOS, Pedro. Resenha: Uma onda no ar (2002). ObjETHOS – Observatório da Ética Jornalística. Publ. nov. 2010. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (Posjor) da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <<http://objethos.wordpress.com/2010/11/10/resenha-uma-onda-no-ar-2002>>. Acesso out. 2011.
- SANTOS, Suzy dos. Nem só de samba e futebol vivem as tradições históricas brasileiras: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo. IX Congresso Ibercom. Espanha, 2006. Disponível em <<http://www.hapaxmedia.net/ibercom/pdf/DosSantosSuzy.pdf>>. Acesso em 13/2/2008.
- SANTUÁRIO SANTA EDWIGES. História da Paróquia e Santuário – Padre Eurico Dedino. São Paulo, 2005. Disponível em <<http://santuariosantaedwiges.com.br/historia/padre-eurico-dedino>>. Acesso maio 2012.
- SOARES, Donizete. Videodocumentário sobre o fechamento de Heliópolis. Oborê/Notícias/Acontece. Publ. 7/11/2006. Disponível em <<http://www.obore.com.br/acomeceIntegra.asp?cd=998>>. Acesso jul. 2010.

- UNESCO/UMESP. Visita a Heliópolis – Rádio Cidade do Sol – 102,3 FM. IV Curso Internacional para o Desenvolvimento Regional: REGIOCOM/99. “Rádio, Cidadania e Serviço Público”. Cátedra Unesco/Umesp. São Bernardo, 1999. Disponível em <<http://www2.metodista.br/unesco/regiocom99/visitas1.htm>>.
- VIEIRA JR., Vilson. Oligopólio na comunicação: um Brasil de poucos. Observatório do Direito à Comunicação, 2007. Disponível em <http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=342&Itemid=99999999>. Acesso set. 2011.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23,7 x 43,4 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

2013

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Tulio Kawata

ISBN 978-85-7983-437-0



9 788579 834370

CULTURA
ACADÊMICA 
Editora